



Ariadne Aparecida Rodrigues de Araújo

**A influência do pensamento gramsciano no
“Congresso da Virada” do Serviço Social em 1979**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2023



Ariadne Aparecida Rodrigues de Araújo

**A influência do pensamento gramsciano no
“Congresso da Virada” do Serviço Social em 1979**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Inez Terezinha Stampa

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Carla Cristina Lima de Almeida

Faculdade de Serviço Social – UERJ

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Ariadne Aparecida Rodrigues de Araújo

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Polo Rio das Ostras. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus-PUC-Rio). Membro da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil).

Ficha Catalográfica

Araújo, Ariadne Aparecida Rodrigues de

A influência do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada” do Serviço Social em 1979 / Ariadne Aparecida Rodrigues de Araújo; orientadora: Ana Elizabeth Lole dos Santos. – 2023.

232 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Serviço Social. 3. III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 4. Antonio Gramsci. I. Santos, Ana Elizabeth Lole dos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para minha avó, Ivanir Clara P. Rodrigues, e para
minha mãe, Eliana C. Rodrigues.
Duas mulheres fortes, que me ajudaram a me tornar
a pessoa que sou hoje.

Agradecimentos

Ao longo do processo de elaboração deste trabalho percorri por diferentes lugares e contei com o valioso apoio de várias pessoas. Agradeço a todas e todos que colaboraram comigo na construção da presente pesquisa.

Primeiramente agradeço à Deus, por me permitir concluir mais esta etapa.

Agradeço a minha família, principalmente aos meus avós, Ivanir Clara P. Rodrigues e Antônio G. Rodrigues, ao meu irmão, Carlos Guilherme R. de Araújo, e à minha mãe, Eliana Clara Rodrigues, que sempre me incentivam a buscar a melhor versão de mim. Vocês são meu porto seguro.

As minhas queridas e leais amigas Maria Augusta, Alene Nascimento, Juliana Ciardi e ao meu querido e leal amigo Pedro Panesi, que me acompanharam ao longo do processo de escrita. Escrever uma dissertação é, por vezes, um processo cansativo e cheio de renúncias, mas a amizade de vocês me deu força, de diferentes formas, para que eu conseguisse chegar até aqui.

À minha orientadora de mestrado e amiga, Ana Lole, pela confiança e por me proporcionar tanto aprendizado ao longo dos últimos anos, além de autonomia e liberdade ao longo de toda a pesquisa. Você já era uma grande inspiração para mim, mesmo antes de te conhecer pessoalmente. Agradeço imensamente por tudo, pois nada disso seria possível sem você.

À professora Marina Maciel Abreu da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que disponibilizou o principal documento desta pesquisa, os anais do III

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Sua contribuição com este raro documento foi de imensa importância não apenas para a presente dissertação, mas para a história do Serviço Social brasileiro.

Às professoras Inez Stampa e Carla Almeida por comporem a banca de qualificação e de defesa final trazendo formidáveis contribuições para a presente dissertação.

À minha orientadora de Iniciação Científica e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF/Rio das Ostras), professora Dra. Vânia Noeli F. de Assunção, por me apresentar a obra de Antonio Gramsci em um grupo de estudos na universidade e pela imensurável contribuição em minha vida acadêmica. O seu incentivo e a sua paciência ao longo do curso de graduação foram cruciais para minha trajetória. Obrigada por acreditar em mim, pela gentileza de sempre, pelos livros emprestados e por compartilhar comigo tanto conhecimento ao longo destes anos.

A todas e todos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em especial, as contribuições das professoras e professores ao longo das disciplinas.

Ao grupo de pesquisa, o qual faço parte, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio).

Ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) pelo atendimento, atenção e dados fornecidos ao longo da presente pesquisa.

Agradeço, também, ao atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo incentivo à pesquisa brasileira.

Um agradecimento especial a todas e todos operárias, operários, professoras, professores e demais trabalhadoras e trabalhadores que lutaram por tempos melhores no período da ditadura militar brasileira.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Araújo, Ariadne Aparecida Rodrigues de; Santos, Ana Elizabeth Lole dos (Orientadora). **A influência do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada” do Serviço Social em 1979**. Rio de Janeiro, 2023. 232p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação *A influência do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada” do Serviço Social em 1979* consiste em uma análise pioneira da influência do pensamento gramsciano no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), verificada por meio dos anais deste evento. Diante da raridade deste documento, trata-se de um importante resgate histórico para o Serviço Social. Gramsci é um clássico para as ciências humanas e sociais, em especial para o Serviço Social, sendo sua teoria e categorias usadas em debates teóricos, em disciplinas e em lutas das categorias. O filósofo sardo teve forte influência para intelectuais e militantes desde a década de 1970, quando seu pensamento passou a ser mais difundido no Brasil. A presença das ideias gramscianas no plano acadêmico e político do Serviço Social foi um fenômeno de grande proporção, sendo o italiano incorporado nas bases teóricas da profissão, que passavam por uma revisão teórico-metodológica. Esse processo tem no “Congresso da Virada”, de 1979, um momento determinante, no qual, a categoria de assistentes sociais firmou um compromisso ético-político com a classe trabalhadora. A apropriação do passado histórico de nossa profissão e a análise das categorias gramscianas se constituem como instrumentos de luta para se resistir no presente. Pesquisar o passado se faz importante para manter ativa a memória histórica do Serviço Social, a fim de que as nossas conquistas não caiam no esquecimento. Sendo assim, é uma forma de evitar que a desmemória seja utilizada pela classe dominante contra o compromisso que a nossa categoria firmou com a classe trabalhadora no “Congresso da Virada”, em 1979. Esta dissertação privilegiou a pesquisa documental e bibliográfica. Ao realizar uma análise comparada da influência gramsciana nos anais do III CBAS buscou-se compreender os significados originais das categorias de Gramsci e sua tradutibilidade nos referidos

anais. Sendo assim, a análise afirmou o compromisso e o respeito com o que de fato foi escrito por Gramsci, com o chão histórico, com o caráter de classe e a forma pela qual o próprio autor se expressou.

Palavras-chave:

Serviço Social. III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Antonio Gramsci.

Abstract

Araújo, Ariadne Aparecida Rodrigues de; Santos, Ana Elizabeth Lole dos (Advisor). **The influence of Gramscian thought on the “Congresso da Virada” of Social Work in 1979**. Rio de Janeiro, 2023. 232p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present dissertation *The influence of Gramscian thought on the “Congresso da Virada” of Social Work in 1979* consists of a pioneering analysis of the influence of Gramscian thought in the III Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), verified through the annals of this event. Given the rarity of this document, it is an important historical rescue for Social Service. Gramsci is a classic for the human and social sciences, especially for Social Work, and his theory and categories are used in theoretical debates, in disciplines, and in class struggles. The Sardinian philosopher had a strong influence on intellectuals and activists since the 1970s, when his thought started to be more widespread in Brazil. The presence of Gramscian ideas in the academic and political level of Social Service was a phenomenon of great proportion, and the Italian philosopher was incorporated into the theoretical bases of the profession, which was passing by a theoretical and methodological revision. The 1979 Congress was a determining moment in this process, in which social workers made an ethical-political commitment to the working class. The appropriation of the historical past of our profession and the analysis of Gramscian categories as instruments of struggle to resist in the present. Researching the past is important to keep the historical memory of Social Service active, so that our achievements are not forgotten. Thus, it is a way to prevent the dememory from being used by the dominant class against the commitment that our category signed with the working class in the “Congresso da Virada”, in 1979. This dissertation privileged documentary and bibliographical research. Realizing a compared analysis of Gramsci's influence in the annals of the III CBAS, we tried to understand the original meanings of Gramsci's categories and their translatability in the referred annals. Thus, the analysis affirmed the commitment and respect for

what was in fact written by Gramsci, with the historical ground, the class character and the way in which the author expressed himself.

Keywords:

Social Work. III Brazillian Congress of Social Workers. Antonio Gramsci.

Sumário

1	Introdução	16
2	Contexto socio-histórico do “Congresso da Virada”	35
2.1	O golpe de 1964: uma síntese	35
2.2	Modernização conservadora e desenvolvimentismo na ditadura militar	43
2.3	Serviço Social no contexto da ditadura militar	63
2.4	Renovação conservadora do Serviço Social	67
3	Universidade e lutas operárias no Brasil na década de 1970	75
3.1	O mundo intelectual na ditadura militar	75
3.2	Lutas estudantis no período da ditadura militar	80
3.3	A união do movimento operário com os estudantes na luta contra a Ditadura Militar em 1968	84
3.4	As greves dos metalúrgicos de 1978 e 1979	90
3.4.1	As greves em 1978	91
3.4.2	A greve geral em 1979	98
4	“Congresso da Virada” e a crítica ao conservadorismo da profissão	108
4.1	Pluralismo de ideias a partir do processo de reconceituação do Serviço Social	108
4.2	Influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro nos anos 1960-1980	115
4.3	Contexto do III CBAS	125
5	A presença do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada”: uma análise dos anais do III CBAS	146
5.1	Leitura dos anais: o processo de “Virada”	146
5.2	As categorias de Gramsci na obra <i>Cadernos do cárcere</i> e nos anais do III CBAS	159
5.2.1	Estrutura e superestrutura	161
5.2.2	Estado	165
5.2.2.1	Sociedade civil e hegemonia	170
5.2.2.2	Aparelhos privados de hegemonia e sociedade política	175
5.2.3	Intelectuais	184
5.2.4	Dominantes, dominados, dirigentes e dirigidos	198
5.2.5	Ideologia, filosofia da práxis e subalternos	203
6	Conclusão	219
7	Referências bibliográficas	228

Lista de imagens

Imagem 1: Governo intervém na greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em 4 de março de 1979.	137
Imagem 2: Reprodução da fotografia apensa à matéria “O início de fato do III CBAS”, com a seguinte legenda: as assistentes sociais protestam e reivindicam	139
Imagem 3: Capa dos Anais do III CBAS, realizado entre os dias 23 e 28 de setembro de 1979.	146

Lista de quadros

Quadro 1: Categorias gramscianas “Estrutura e Superestrutura” presentes nos anais do III CBAS, de 1979.	162
Quadro 2: Categoria gramsciana “Estado” presente nos anais do III CBAS, de 1979.	167
Quadro 3: Categoria gramsciana “Sociedade Civil” presente nos anais do III CBAS, de 1979.	172
Quadro 4: Categoria gramsciana “Hegemonia” presente nos anais do III CBAS, de 1979.	173
Quadro 5: Categoria gramsciana “Intelectuais” presente nos anais do III CBAS, de 1979.	187
Quadro 6: Categorias gramscianas “Dominantes e Dominados” presentes nos anais do III CBAS, de 1979.	200
Quadro 7: Categorias gramscianas “Dirigentes e Dirigidos” presentes nos anais do III CBAS, de 1979.	201
Quadro 8: Categoria gramsciana “Ideologia” presente nos anais do III CBAS, de 1979.	209
Quadro 9: Categoria gramsciana “Filosofia da práxis” presente nos anais do III CBAS, de 1979.	211

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral”.
(Gramsci, 2011, p. 96).

1 Introdução

A presente dissertação *A influência do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada” do Serviço Social em 1979* tem por objetivo central analisar a influência do pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), considerado “Congresso da Virada”, realizado em 1979. Já os objetivos específicos consistem em: analisar o contexto histórico brasileiro das décadas de 1960 e 1970; compreender os processos de luta do movimento operário brasileiro dos anos de 1970 e seus rebatimentos no “Congresso da Virada”; realizar uma análise quantitativa e qualitativa das categorias gramscianas presentes nos anais do III CBAS.

Em nossa hipótese inicial a influência do pensamento gramsciano esteve presente não só nas falas dos congressistas, mas também nas decisões e ações tomadas ao longo do III CBAS. Com isso, compreendemos que o contexto histórico do congresso, o pensamento gramsciano e o III CBAS estão interligados e precisam ser analisados de forma conjunta.

O “Congresso da Virada”, de 1979, é um momento determinante, no qual, a categoria de assistentes sociais firmou um compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Em um contexto socioeconômico e político marcado pela ditadura militar, a organização política do Serviço Social foi fundamental para a resistência da categoria profissional neste contexto. Dando continuidade às mudanças iniciadas na década de 1970, mas também estabelecendo um processo de ruptura com a direção teórico política da profissão até então, o momento foi de uma orgânica participação da classe trabalhadora e de assistentes sociais na construção de instrumentos de luta. A presença das ideias gramscianas no plano acadêmico e político foi um fenômeno de grande proporção, sendo o italiano incorporado nas bases teóricas do Serviço Social, como aponta Silva (2009, p. 160). Esse processo tem no “Congresso da Virada”, de 1979, um momento determinante, no qual a categoria de assistentes sociais se organizou “a partir do compromisso ético-profissional com uma sociedade justa e sem exploração” (Sposati, 2009, p. 83). Nesta direção, a presente dissertação consiste em uma análise da influência do pensamento gramsciano no referido Congresso, verificada por meio de seus documentos oficiais, sobretudo, nos anais.

As décadas de 1970 e 1980 marcam um momento importante para o desenvolvimento e mudanças do Serviço Social no Brasil. Tais mudanças estão relacionadas ao enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional no período de ditadura militar. Nesse processo de recusa e crítica ao conservadorismo, estão, segundo Netto (2005, p. 1), “as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominado Projeto Ético-Político”. Ou seja, embora o Projeto Ético-Político do Serviço Social seja dos anos 1990, suas raízes se encontram em um longo processo de crítica ao conservadorismo, sendo resultado de lutas e posicionamentos críticos acumulados pela categoria a partir de organização e alianças com setores progressistas da sociedade. Estas mudanças que o Serviço Social passava foram materializadas no III CBAS, com uma mudança de posicionamento da nossa profissão. Este evento, que ocorreu em 1979, marca o momento histórico em que o Serviço Social, hegemonicamente, rompe com as bases conservadoras, adere ao comprometimento com as camadas subalternas, apresenta processos reflexivos sobre o fazer profissional e repensa o seu arsenal teórico – até então firmado em posturas teóricas conservadoras, presas aos pressupostos filosóficos de manutenção da ordem.

Sendo assim, Projeto Ético-Político tem suas bases no III CBAS e está organicamente vinculado a ele, pois o “Congresso da Virada” é um marco importante para a nossa profissão e marcou um novo sentido para o Serviço Social, definindo um posicionamento crítico, emancipatório e comprometido com os subalternos.

Mesmo com a ditadura militar investindo na reiteração de formas tradicionais do Serviço Social, surgiram os questionamentos às matrizes conservadoras que subsidiavam a prática do Serviço Social. O processo de renovação do Serviço Social possibilitou o pluralismo, com a disputa de projetos profissionais, e não mais a existência apenas do projeto com base no positivismo e no neotomismo, que eram o pilar do Serviço Social conservador. A profissão de Serviço Social assumiu um posicionamento crítico e implementou fundamentos marxistas em sua base teórica. Para Boschetti (2012, p. 13), a apropriação pelo Serviço Social da teoria crítica marxista “permitiu o fortalecimento e o processo de reorganização das entidades da categoria em uma perspectiva combativa” e “favoreceu o enfrentamento do conservadorismo a partir da compreensão da realidade, em toda a sua complexidade e contradição, tal como ela é, e não como se apresenta em suas manifestações mais simples e imediatas”.

Na pluralidade que se formava no campo teórico, diferentes tendências no campo do marxismo apareciam, e, entre elas, o marxista italiano Antonio Gramsci¹ foi importante, pois a revisão teórico-metodológica da profissão recorreu fortemente a suas ideias. Segundo Lole et al. (2016, p. 3), “a influência de Gramsci se amplifica, justamente, em paralelo aos movimentos sociais e políticos que ‘forçariam’ a interrupção do regime ditatorial brasileiro (1964-1985)”. De acordo com Simionatto (1995, p. 185), no final dos anos 1970 se observa um distanciamento do pensamento althusseriano e Gramsci passou a ser um marco significativo nas produções do Serviço Social.

O referencial gramsciano é buscado, inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas. Esse eixo de reflexão, **nem sempre inspirado numa leitura correta da obra gramsciana**, foi muitas vezes utilizado para reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população. No entanto, as ideias de Gramsci passaram progressivamente a ser incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas (Simionatto, 1995, p. 185, grifo nosso).

Segundo Silva (2009, p. 39), na década de 1970 se desenvolve um amplo debate sobre o caráter político da prática profissional do Serviço Social e a desmistificação de sua pretensa neutralidade.

Se, num primeiro momento, esse esforço se confunde a ação profissional com uma ação político-partidária, levantando, inclusive, a necessidade de abandonar os espaços institucionais, a partir de 1978, por influência de Gramsci, cuja obra começa a ser divulgada no Brasil, o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. (Silva, 2009, p. 39).

Trabalhar nas instituições, segundo Sposati (2009, p. 87), “era reproduzir a ordem e a subalternidade, e não a emancipação”. Era preciso encontrar estratégias para se confrontar o poder autoritário. O horizonte seria então a organização popular, ou seja, “a população era organizada na luta para se contrapor ao Estado, ganhando espaço e voz para que pudesse falar de suas

¹ Trata-se de um marxista opositor ao marxismo-leninismo presente na II e III Internacional Comunista, que reduz o marxismo ao economicismo. Gramsci combate tal concepção determinista e vulgar e compreende a relação entre base econômica e superestrutura como dialética, sendo o modo de vida capitalista da classe dominante fortemente influente na superestrutura da sociedade, por esta ser dona dos meios de produção, o que faz com que sua ideologia seja a dominante, ou seja, que suas ideias se tornem universais (Gramsci, 2009, p. 53). Gramsci, também, valoriza e leva em conta a ação e a subjetividade dos homens, que não são movidos automaticamente pela determinação da economia. Sendo assim, consideramos o pensamento gramsciano essencial para se estudar a dinâmica da sociedade capitalista.

necessidades” (Sposati, 2009, p. 87). Há então uma sincronia histórica do Serviço Social com os movimentos sociais.

As transformações no interior do Serviço Social são identificadas “quando a sociedade civil brasileira intensifica seu processo de rearticulação política, referenciado pelo movimento grevista sindical a partir de 1978, principalmente pelas greves do ABC paulista” (Silva, 2009, p. 40), que têm influência em relação aos posicionamentos da categoria de assistentes sociais. Percebe-se, assim, a organização política das assistentes sociais, que repercutiu no processo de preparação e realização do III CBAS.

Até o III CBAS, os conselhos profissionais, nacionais e estaduais, vinculados ao Ministério do Trabalho, eram vistos como a expressão do braço ditatorial do Estado ou organismos da ordem. Os Congressos da categoria eram organizados pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Segundo Silva (2009, p. 40), o “ano da virada”, como ficou conhecido 1979, é marcado por “um movimento de oposição à direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo”, com “a rearticulação da Associação Profissional de Assistentes Sociais, também de São Paulo, com vitória da chapa de oposição, na busca do fortalecimento do movimento sindical no interior da categoria”. Silva (2009, p. 40), também, destaca a articulação das assistentes sociais com movimentos sindicais² e que tais iniciativas repercutem em nível nacional, registrando-se o esforço de articulação dos movimentos sociais do Serviço Social com a reativação de alguns sindicatos³.

Segundo Luiza Erundina de Sousa (2012, p. 40), o III CBAS foi o momento da grande virada, que desmanchou a mesa oficial, “formada pelas principais figuras da ditadura militar dos níveis federal, estadual e municipal” e a substituiu por sindicalistas cassados; trabalhadores e trabalhadoras demitidos(as) e perseguidos(as) pelo regime; pela Comissão pela Anistia e pelo Movimento Contra a Carestia. Neste evento, a organização dos movimentos sociais e da militância de assistentes sociais buscou “incluir o depoimento de lideranças populares como um espaço para que pudessem falar e serem ouvidas” (Sposati, 2009, p. 87).

² O golpe de 1964 buscava conter o movimento operário. De acordo com Antunes e Ridenti (2007, p. 83), as greves operárias no Brasil tinham um claro sentido de confronto à ditadura – que impedia a liberdade e autonomia dos sindicatos – e à política econômica vigente, fundada na superexploração do trabalho.

³ A realização do III CBAS, segundo Sposati (2009, p. 92), foi antecedida pelo III Encontro das Organizações da categoria, nos dias 21 a 23 de setembro de 1979 e contou com representantes de 15 Estados, três sindicatos e 12 associações profissionais.

O III CBAS, assim, estabeleceu uma nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com os trabalhadores e trabalhadoras, com o Serviço Social se colocando abertamente em aliança com movimentos organizados na luta contra a ditadura, “uma marca pública da força do compromisso ético da categoria com a classe trabalhadora”, como explica Sposati (2009, p. 94). O III CBAS foi, assim, o momento no qual se materializou a perspectiva política que estava sendo gerada pelo Serviço Social, com este afirmando um compromisso com trabalhadores e trabalhadoras e com grupos subalternos em busca de uma sociedade menos injusta. Essa articulação da categoria demonstra o caráter e o posicionamento político da profissão, bem como a influência de Gramsci. Esse movimento foi o primeiro passo dessa aproximação com o pensamento gramsciano.

Em síntese, com o “Congresso da Virada” o Serviço Social rompeu com o conservadorismo, passou a adotar a perspectiva crítica e se abriu a novas possibilidades de análise e organização política da vida social e também da própria profissão. Os debates e reflexões eram voltados a uma nova prática social. Significa o momento da demarcação pública e coletiva do novo Serviço Social no Brasil, bem como seus princípios ético-políticos. Este importante momento histórico para a nossa categoria fortalece o “início do novo currículo de formação profissional e a superação de outros tantos elementos da ideologia conservadora” (Sposati, 2009, p. 87).

Com base no que foi exposto e compreendendo a influência do pensamento gramsciano no Serviço Social brasileiro, nossa hipótese consiste em que as categorias teóricas do autor sardo influenciaram os textos que compõem os anais do “Congresso da Virada”, a formação política das assistentes sociais e, também, contribuíram para a perspectiva revolucionária que se materializava neste congresso e a partir dele.

Compreendemos que mobilização e organização das classes subalternas, assim como a emancipação econômica, política e cultural dos trabalhadores e trabalhadoras são pontos importantes desta pesquisa, já que esses aspectos passam a dar sentido ao trabalho do Serviço Social, tanto do ponto de vista do seu *modus operandi* quanto da sua teleologia. O Serviço Social apresenta como fio condutor a superação da subalternidade, com o “Projeto Ético-Político da Profissão na reafirmação do compromisso com as classes e grupos subalternos e na contribuição estratégica de transformação social” (Toledo, 2017, p. 237).

Essa pesquisa de mestrado pretende contribuir para o conhecimento já adquirido em torno do processo de renovação experimentado pelo Serviço Social

brasileiro, entre as décadas de 1960 e 1980. Sendo assim, busca se somar às pesquisas realizadas sobre os fundamentos teóricos-metodológicos de nossa profissão e mostrar a influência e a relevância de Antonio Gramsci para o Serviço Social brasileiro desde a década de 1960. Compreendemos que o pensamento gramsciano contribuiu para a base teórica do Serviço Social no processo de reconceitualização da profissão, assim como para as conquistas históricas da nossa categoria, ao lado das classes subalternas.

[...] o recurso a Gramsci, além de servir como parâmetro analítico largamente incorporado ao debate sobre vários temas caros ao serviço social, contribui inegavelmente para o fortalecimento do estatuto teórico da profissão, bem como para a qualificação das ações prático-interventivas que a caracterizam, mostrando-se imprescindível para a reflexão sobre si própria. (Araújo; Brandão; Assunção, 2019, p. 181).

A importância de se realizar uma pesquisa sobre a influência do pensamento de Gramsci no “Congresso da Virada” está na relevância teórica atemporal do marxista italiano para esta área do conhecimento, assim como no marco que o III CBAS representa para as conquistas históricas das assistentes sociais, em conjunto com os trabalhadores e trabalhadoras. Gramsci é um autor clássico para as ciências humanas e bastante utilizado pelos acadêmicos de Serviço Social em debates teóricos, em disciplinas e nas suas lutas cotidianas, sendo influência para intelectuais e militantes desde a década de 1970, quando seu pensamento passou a ser mais difundido no Brasil. Segundo Lole et al. (2016, p. 3), o estudo sobre as obras de Gramsci no país possibilitou reflexões “de grande atualidade para as complexas realidades do nosso tempo histórico e as transformações sociopolíticas que ocorrem no Brasil”.

Deste modo, salientamos a importância de Gramsci para o marxismo e para a área do Serviço Social em particular, sendo a produção do autor italiano central no movimento de reconceitualização do Serviço Social brasileiro. Segundo Simionatto (2004, p. 257), “o aporte teórico gramsciano contribuiu, sem dúvida, para operar mudanças significativas, tanto no que se refere ao referencial teórico-metodológico quanto ao fazer prático-operativo”.

Os anais do III CBAS consistem em um documento raro e de grande relevância para a história do Serviço Social no Brasil. Compreendemos que tal resgate histórico, a apropriação do passado de nossa profissão e a análise das categorias gramscianas se constituem como instrumentos de luta para se resistir no presente, e também como uma forma de pensar, em conjunto com a classe trabalhadora, em formas de construir um futuro diferente do proposto pelo

neoliberalismo vigente. Pesquisar o passado se faz importante para manter ativa a memória histórica do Serviço Social, a fim de que as nossas conquistas não caiam no esquecimento. Sendo assim, é uma forma de evitar que a desmemória seja utilizada pela classe dominante contra o compromisso que a nossa categoria firmou com a classe trabalhadora no “Congresso da Virada”. Segundo Fuziwara (2012, p. 16), “não se faz luta sem a memória da luta popular”.

No campo teórico, compreendemos que, com as crescentes ameaças do neoconservadorismo, o pensamento crítico se faz necessário para fortalecer as bases da profissão no meio acadêmico, especialmente para a formação acadêmica de assistentes sociais. A análise da contribuição gramsciana no III CBAS se faz importante para se buscar elementos e ferramentas que contribuam para o fortalecimento teórico e crítico das assistentes sociais na atualidade, permitindo um aprofundamento do olhar das profissionais em relação às expressões da “questão social”⁴ e a possibilidade de se criar novas estratégias de enfrentamento ao conservadorismo, neoliberalismo, desmonte das políticas públicas e precarização do trabalho, buscando-se os elementos com os quais o pensamento de Gramsci iluminou as lutas do passado.

Ao resgatarmos o passado histórico do Serviço Social e recorrermos ao pensamento gramsciano buscamos elementos e ferramentas que contribuam para o fortalecimento teórico e crítico na atualidade, permitindo criar novas estratégias de enfrentamento ao conservadorismo, neoliberalismo e ataques a democracia⁵. Além disso, o combate ao pensamento de Gramsci pela extrema-direita brasileira, sob o nome de “marxismo cultural” – uma miscelânea bizarra de frases descontextualizadas e invencionices conspiracionistas – nos mostra o quanto as ideias deste teórico italiano são vivas, fortes e questionadoras.

Sendo assim, recorrer às lutas do passado e das conquistas históricas do Serviço Social e demais trabalhadores e trabalhadoras consiste em um ato revolucionário e de resistência no presente. Através da recuperação da memória e da história – e a luz do pensamento gramsciano – buscamos pensar estratégias

⁴ “Questão social” compreendida como “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (Iamamoto; Carvalho, 2009, p.77). No Brasil, a “questão social” reflete as “disparidades econômicas, políticas e culturais e que envolve classes sociais, grupos raciais e formações regionais” (Ianni, 1991, p. 3).

⁵ O atual cenário brasileiro é marcado pela recente vitória de Luiz Inácio Lula da Silva a presidência da República e, por outro lado, pela revolta de bolsonaristas radicais, que atentaram contra a democracia em um ataque a sede dos três poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Os golpistas não aceitaram os resultados das urnas e pediram intervenção militar. Tal fato nos mostra como estudar o pensamento de Gramsci e realizar um resgate histórico do período da ditadura militar é importante diante do atual cenário político brasileiro.

para que as classes e grupos subalternos unam forças a fim de transformar a sociedade. Sendo assim, “a matriz do Projeto Ético-Político do Serviço Social continua como fio condutor no enfrentamento contemporâneo da crise do capital financeiro e sua lógica conservadora” (Silva, 2019, p. 25).

Ao colaborar com o pensamento crítico do Serviço Social, pretendemos que este seja refletido no trabalho profissional – em relação a aproximação e aprimoramento dos vínculos do Serviço Social com os trabalhadores e trabalhadoras e grupos subalternos, em prol de suas demandas, assim como somar na construção de novas estratégias para se lidar com a “questão social” diante dos ataques neoliberais e neoconservadores, que tentam tornar o trabalho do Serviço Social mais burocrático e pragmático.

Ao longo da minha graduação em Serviço Social, fui bolsista de iniciação científica na pesquisa intitulada *A contribuição teórica de Antonio Gramsci para o Serviço Social brasileiro*⁶, sob orientação da professora Vânia Noeli Ferreira de Assunção, a qual tinha por objetivo discutir a inserção e disseminação de Gramsci no Serviço Social. A pesquisa consistiu em identificar e quantificar teses e dissertações com arcabouço teórico sob a influência do pensamento gramsciano defendidas em Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, no período entre 2000 e 2017, por meio de pesquisa em suas plataformas digitais. Foram encontrados um total de 450 teses e dissertações com referência a obra de Gramsci, o que aponta que nas produções do Serviço Social que analisamos o pensamento gramsciano é recorrente. A categoria *Hegemonia* foi a mais recorrente na pesquisa, presente em 229 trabalhos. A segunda que mais apareceu nas produções foi *Aparelhos Privados de Hegemonia*, em 47 trabalhos. *Intelectuais*, também, apareceu com frequência, em 36 trabalhos.

Consideramos que a relevância desta pesquisa de mestrado consiste em se somar às pesquisas realizadas pelo Serviço Social em torno da influência do pensamento de Antonio Gramsci no processo de renovação experimentado pela profissão entre as décadas de 1960 e 1980.

O resgate histórico realizado ao longo desta dissertação nos possibilita fazer algumas considerações introdutórias. Primeiramente, evidenciamos que desde a colonização a sociedade brasileira é marcada por violência, superexploração da

⁶ A pesquisa foi realizada pela Universidade Federal Fluminense – *campus* Rio das Ostras. Como ponto inicial, discutimos os resultados apresentados pela pesquisa desenvolvida pela professora Ana Lole e outros (Cf. Lole et al., 2016) – numa parceria do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF) e a International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil) –, que realizaram um levantamento bibliográfico de obras brasileiras que adotaram o pensamento de Antonio Gramsci como referencial teórico de suas análises ou como objeto de pesquisa.

força de trabalho, grandes latifúndios, desigualdade social e racial, entre outros. Para se pensar no significado do capitalismo brasileiro que aqui se estabeleceu, partiremos da contribuição de Caio Prado Júnior (1969), que se torna essencial para se compreender os desdobramentos do sentido da colonização brasileira e a ideia de Brasil que se forma a partir da colonização. A ocupação portuguesa do território brasileiro não ocorreu com o objetivo de se constituir uma nova sociedade com interesses nacionais, mas sim a fim de a metrópole explorar o nosso território e garantir os lucros. Assim, Caio Prado Júnior (1969) nos faz ver que o Brasil é estruturalmente submisso à Europa. Este sentido da nossa colonização, com a economia voltada a atender aos interesses do mercado externo em detrimento do interno, percorre por toda a nossa história.

De acordo com pensamento de Marx (2007, p. 47), segundo o qual “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”, compreendemos que o racismo tem suas raízes no processo de formação brasileira e perpetua em todas as etapas da história de nosso país. Não nos cabe aqui um debate sobre a questão racial, mas se trata de uma ideologia da classe dominante que se instaurou nos tempos da escravidão e está enraizado em nossa sociedade.⁷

A análise do processo de industrialização brasileira na Era Vargas também será incluída, brevemente, em nosso contexto histórico, pois consiste em outro ponto fundamental para a compreensão do capitalismo brasileiro, que passava por um processo de modernização na década de 1930, mas cujas raízes estavam presas a nossa formação histórica – ocorrendo de forma a não se chocar com a velha ordem agroexportadora. O país continuava com a produção voltada para o exterior. No período de Vargas acompanhamos também o abandono, por parte da burguesia, de suas tarefas históricas e sua submissão à burguesia dos países centrais. A modernização do país também não deixou de atender aos interesses da elite agrária. Houve a criação de empresas nacionais – que são a base nacional do país e sofrem com a privatização até os dias atuais – e avanços nos direitos trabalhistas, mas a superexploração da força de trabalho continuou, apenas com um novo formato. Vargas modernizou o país, que até então era agrário e com poucas indústrias, mas o velho modelo econômico continuou.

⁷ Apontamos a existência de um debate atual em relação de como a questão racial aparece na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1969, de Caio Prado Júnior. Entretanto, não entraremos nesta questão ao longo deste trabalho. Também apontamos que a questão racial não foi um tema levantado pelo III CBAS, sendo também um assunto ausente na bibliografia do Serviço Social na década de 1970.

Na Era Vargas as modificações eram realizadas “pelo alto” e sem participação do povo. As conquistas sociais deste período foram resultado de lutas realizadas pelos movimentos reivindicatórios do proletariado e não simplesmente “dadas” pelo Estado, como a ideologia oficial apresenta. Neste período surgem então instituições, como o Serviço Social, em 1936. Nossa profissão foi criada com o intuito de garantir estabilidade do Estado e manter a força de trabalho apta ao trabalho e às mudanças ocorridas do capitalismo. O Serviço Social teve uma origem conservadora e sob os dogmas da Igreja Católica, com base no neotomismo. Também teve influência da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA). A Escola de Serviço Social neste início, foi inspirada pela Ação Católica e pela Ação Social que marcam, junto com outros espaços, uma primeira aproximação de assistentes sociais com a atuação em movimentos de resistência – a princípio, então, atreladas a Igreja Católica.

No período da ditadura militar (1964-1985), o Serviço Social foi levado a se repensar, a fim de atender às novas demandas do capitalismo. Entretanto, mesmo com a autocracia burguesa investindo na reiteração de formas tradicionais do Serviço Social, as assistentes sociais, movidos pelas necessidades do contexto histórico, pelas condições colocadas pela ditadura militar e pelas novas demandas sociais, apontaram para movimentos que causaram mudanças no cenário da profissão. Sendo assim, José Paulo Netto (2015) aponta a Renovação do Serviço Social como sendo um fenômeno sociocultural e profissional. A fim de acompanhar as mudanças da industrialização e da modernização, gerou-se um espaço onde foi possível a criação de alternativas às práticas e concepções profissionais.

Ao longo da dissertação alguns pontos de grande relevância para a compreensão do contexto histórico foram levantados, como o processo de reconceituação do Serviço Social e a articulação orgânica das assistentes sociais com os trabalhadores, as trabalhadoras e os subalternos na década de 1970. Destacamos as lutas de estudantes e operários, as greves da década de 1970 e o “Congresso da Virada”, de 1979, como importantes momentos da união entre as assistentes sociais e os trabalhadores e trabalhadoras no processo de luta e resistência no período da ditadura militar.

O III CBAS estabeleceu uma nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com os trabalhadores e trabalhadoras, com o Serviço Social se colocando abertamente em aliança com movimentos organizados na luta contra a ditadura militar, “uma marca pública da força do compromisso ético da categoria com a classe trabalhadora”, explica Sposati (2009, p. 94). O III CBAS foi, assim, o momento no qual o Serviço Social se articulou com trabalhadores,

trabalhadoras e grupos subalternos em busca de uma sociedade menos injusta. Como disse Fuziwara (2012, p. 17), “a luta social também exige que nos reconheçamos enquanto classe trabalhadora que tanto lutou e construiu compromissos”. Neste congresso se encontravam as raízes do Projeto Ético-Político de nossa categoria.

Na busca por uma nova forma de atuação profissional, a perspectiva que orienta grande parte dos autores e autoras inseridas no Movimento de Reconceituação do Serviço Social é a de superação do chamado “Serviço Social Tradicional”, marcado pelo paradigma do estrutural-funcionalismo e por modelos estadunidenses. Na proposta de Trabalho Social é que este vínculo do Serviço Social com as classes subalternas é explicitado, com a possibilidade de um vínculo orgânico dos profissionais com as classes subalternas, na perspectiva de transformação social.

O pensamento de Gramsci somou às bases teóricas do Serviço Social no processo de reconceituação da profissão. A difusão de suas ideias no período da ditadura militar encontrou diversos obstáculos, como os títulos das obras *Cadernos do cárcere*, que tiveram que ser modificadas para passar pela censura da ditadura na década de 1960 e também o prefácio desta edição, o qual foi retirado – dificultando ainda mais a compreensão da obra, como visto. Uma nova edição crítica, liderada por Valentino Gerratana, foi disponibilizada em 1975 pelo Instituto Gramsci na Itália. Esta edição contava com quatro volumes e se tornou a base para as novas traduções de Gramsci no Brasil. Entretanto, eram obras recentes no cenário brasileiro do final da década de 1970 e, por isso, dificilmente poderiam ser absorvidas rapidamente, com profundidade analítica.

Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *A influência do pensamento gramsciano na obra de Vicente de Paula Faleiros, Metodologia e Ideologia do Trabalho Social, escrita no processo de reconceituação do Serviço Social* – defendido em 2021 (Cf. Araújo, 2021), apontei que a primeira menção a Gramsci por um assistente social brasileiro em um livro é feita no ano de 1972, por Vicente Faleiros⁸. Este material foi escrito quando Faleiros se encontrava exilado em Buenos Aires, e Gramsci aparece sem aprofundamento e sem fonte bibliográfica, apenas de forma a confirmar a ideia geral do autor em relação à

⁸ Já a obra *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*, de 1981, que consiste em uma atualização de *Trabajo Social, Ideología y Método*, de 1972, apresentou as ideias de Gramsci de uma forma mais aprofundada que na anterior. Entretanto, o livro é marcado por um grande ecletismo, com as ideias de diversos autores que, por vezes, não são complementares. Com isso, optei por apenas me dedicar a analisar como o pensamento gramsciano aparece na obra de Faleiros (1981), não entrando em debates teóricos entre os autores ali citados (Cf. Araújo, 2021).

ideologia. Tal trabalho possibilita notar que, embora de forma bem superficial, o pensamento gramsciano já aparece na primeira metade da década de 1970 e está atrelado ao processo de ruptura do Serviço Social Tradicional, sendo esta uma luta latino-americana neste período. Embora as obras de Gramsci ainda fossem de pouco acesso, já eram conhecidas por Faleiros de uma forma geral e foram incorporadas, de forma pioneira, por ele às lutas de nossa categoria no começo da década de 1970.

Assim, o pensamento gramsciano está presente também na perspectiva revolucionária do Serviço Social, que traz a proposta de um Serviço Social crítico, participante da transformação social junto com os protagonistas dessa transformação: as classes subalternas. Ao se propor a criação de um novo tipo de sociedade, o Serviço Social é requisitado para estar ao lado dos subalternos neste processo.

Por fim, compreendemos que, devido a limitações históricas, a introdução ao pensamento de Gramsci não foi inspirada por uma leitura fidedigna de suas obras para a compreensão de pensamento, mas a utilizou da forma que lhe foi possível naquele determinado momento histórico. Sendo assim, Gramsci contribuiu, de uma forma geral, para se pensar o novo Serviço Social que se formava naquele período, o qual firmava um compromisso ético e político com as classes subalternas. Sendo assim, o autor italiano, junto com outros pensadores marxistas, se torna de grande importância para se pensar no processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, assim como no compromisso firmado com a classe trabalhadora no III CBAS.

Quanto aos procedimentos metodológicos desta dissertação, a pesquisa iniciou-se com uma revisão bibliográfica, através da formação de um arcabouço teórico que nos forneceu os primeiros passos para compreender o assunto de interesse: a influência do pensamento gramsciano no III CBAS, realizado em 1979. Compreendemos que para se fazer uma pesquisa e se escrever sobre determinado assunto, é adequado se apoiar em autores e autoras que se tornaram referência sobre o assunto. No Serviço Social, diversos autores e autoras escreveram sobre a história de nossa profissão com tamanha riqueza de conteúdo.

Em um segundo momento de nossa pesquisa buscamos por fontes primárias do III CBAS, sendo o principal documento os anais deste evento. Os demais materiais consistem em artigos, revistas do Serviço Social, jornais, fotos ou depoimentos das assistentes sociais, trabalhadores, trabalhadoras e classes subalternas presentes no evento. A princípio, acreditávamos que estes

documentos estariam presentes, principalmente, no acervo do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), entretanto, encontramos os anais do III CBAS com a professora Marina Maciel Abreu⁹ da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís/MA. Apontamos com este resgate histórico para a raridade deste documento, que registra um momento importante e decisivo para o Serviço Social brasileiro. Como visto, resgatar a história do Serviço Social é uma forma de reafirmar as nossas conquistas ao lado das classes subalternas e reforçar as nossas lutas no presente, sem desconsiderarmos os passos dados no passado. O resgate histórico, em conjunto com o viés gramsciano de nossa pesquisa, permite reunir ferramentas e elementos que nos fortalecem em frente aos atuais ataques neoliberais.

Sendo assim, o método de nossa pesquisa consiste, em uma primeira etapa, em uma análise bibliográfica. A segunda etapa versa em uma coleta de dados documentais. Depois de selecionados os documentos, o material foi analisado qualitativamente, através da organização, interpretação e análise de fontes primárias e secundárias.

A terceira e última etapa do trabalho consistiu em uma análise comparada entre as categorias presentes na obra *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci, e a forma pela qual as categorias aparecem, de forma direta ou indireta, nos anais do III CBAS. A escolha das categorias resultou da constatação de quais delas aparecem com significativa relevância nos anais do III CBAS, sendo importantes para se pensar a profissão do Serviço Social sua aliança orgânica com os trabalhadores, trabalhadoras e movimentos sociais naquele determinado contexto histórico.

⁹ Segundo informações presentes na Plataforma Lattes, Marina Maciel Abreu é graduada em Serviço Social pela UFMA (1970), Mestra em Serviço Social pela PUC-Rio (1977) e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (2001). Compôs a diretoria da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), exercendo o cargo de Presidente no período 2007-2008, de Coordenadora Nacional de Pós-Graduação em 2005-2006 e Vice-Presidente Regional Norte 1985-1986. Ingressou como docente na UFMA em 1971, vinculada ao Departamento de Serviço Social e exerceu a função de Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social no período 1988-1989. Atualmente é professora aposentada, com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS).” Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/0164951587932833>

Marina Maciel Abreu é uma estudiosa sobre o pensamento de Antonio Gramsci, sendo autora de diversos artigos, livros e trabalhos relacionados ao teórico sardo. No final da década de 1970, um grupo de professoras desencadeou uma nova discussão teórica que criticava os traços do Serviço Social conservador. Este grupo era constituído por Marina Maciel Abreu, Franci Gomes Cardoso, Josefa Batista Lopes, Maria Aparecida Fernandes, Edna Brito Ribeiro e Alba Maria Pinho de Carvalho. Tal busca por uma nova proposta teórica também contava com a participação de Miriam Limoeiro Cardoso, da PUC-Rio. É neste momento que se busca em Gramsci a categoria da práxis, pois esta contribuía para repensar a relação teoria e prática. A discussão sobre o pensamento gramsciano estava, então, no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão do Departamento e também no processo de formação profissional.

As categorias gramscianas as quais serão utilizadas neste trabalho aparecem de forma interligada nas obras de Antonio Gramsci, por isso, mesmo que algumas categorias recebam maior aprofundamento em nossa pesquisa, outras categorias também serão analisadas – a fim de complementarem a análise das categorias principais e de se entender o texto dos Anais do III CBAS como um todo. O trabalho busca compreender as categorias gramscianas em sua originalidade, a partir da leitura das traduções brasileiras da obra *Cadernos do cárcere*, feitas por Carlos Nelson Coutinho. Em seguida, será realizada uma análise comparativa, mostrando a forma pela qual estas categorias foram utilizadas nos Anais do III CBAS. Busca-se analisar a inter-relação destas categorias e a checagem em relação se elas reproduzem adequadamente o pensamento do autor italiano.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental e bibliográfica, que tem como base documentos relacionados ao III CBAS, realizado em 1979, sendo o principal deles os anais deste evento. Ao iniciarmos por uma pesquisa bibliográfica, compreendemos que esta seja importante na construção efetiva do processo de investigação. A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos, entre outros. Ela se difere da pesquisa documental, que é formada a partir de materiais que não receberam tratamento prévio. Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Uma busca inicial por materiais e informações foi fundamental para a formação de nosso arcabouço teórico, que foi a base de nossa pesquisa. Neste primeiro momento optamos por livros e, em seguida, adicionamos a busca por leituras de revistas do Serviço Social e de jornais da década de 1970. Através do estudo deste material de fácil acesso, foram realizados resumos e fichamentos, a fim de mapearmos as principais questões econômicas, sociais e políticas da década de 1970.

Ao optarmos pelo uso de documentos históricos, consideramos a riqueza de informações que deles se pode resgatar e extrair – ampliando, assim, o conhecimento sobre a história de nosso país e de nossa profissão.

Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios das atividades humanas em determinadas épocas. (Cellard, 2012, p. 295).

O documento permite adicionar a dimensão do tempo à compreensão do social e possui vantagens, como ser algo estático – que não vai alterar, deformar ou esquecer fatos importantes, como ao se utilizar a memória. “É impossível transformar um documento: é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja.” (Cellard, 2012, p. 299).

A pesquisadora que trabalha com documentos precisa superar vários obstáculos, como avaliar a credibilidade e representatividade do documento encontrado, a fim de compreender se este reporta fielmente os fatos ocorridos. Além disso, o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem expressa no documento, sabendo que pode encontrar fragmentos, passagens difíceis de se interpretar, expressões de determinada época, termos e conceitos não conhecidos, entre outros. Sendo assim, o documento escrito apresenta em si um desafio, mas é extremamente importante, pois constitui parte da história, guardando elementos de um fato ocorrido. Cellard (2012, p. 297) compreende “documento” como “todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel”.

De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. No limite, poder-se-ia qualificar de “documento” um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação, etc. (Cellard, 2012, p. 296; 297).

Portanto, existe uma grande variedade de tipos de documentos escritos e várias formas de os agrupar¹⁰. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), se entende por gênero documental:

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e formato, que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos

¹⁰ Como por exemplo se são documentos públicos, privados, arquivados ou não arquivados.

audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais. (Arquivo Nacional, 2005, p. 99).

Existe uma multiplicidade de fontes documentais, o que requer um esforço para se reconhecer as fontes potenciais de informações. “Se nossos predecessores deixaram vestígios documentais, eles raramente fizeram com vista a possibilitar uma reconstrução posterior; tais vestígios podem se encontrar, deste modo, em toda sorte de locais, os mais heterogêneos.” (Cellard, 2012, p. 298).

A avaliação crítica ao se escolher qual documento vale a pena ser analisado foi o princípio de nossa pesquisa documental. Em seguida, pesquisamos o contexto social e econômico do país no momento em que foi produzido o documento, assim como outros documentos paralelos, que nos ajudassem a compreender aquele momento histórico. Para Cellard:

[...] o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social e cultural que proporcionou a produção de um documento determinado. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma de organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos. (Cellard, 2012, p. 300).

Com isso, é crucial uma boa interpretação e análise do contexto histórico em todas as etapas da pesquisa documental, pois uma boa compreensão do período estudado contribui para se chegar a melhores pistas e arquivos, assim como formular interpretações e explicações.

Outro ponto importante, de acordo com Cellard (2012, p. 300), é, previamente, ter uma boa ideia da pessoa que se expressa e os motivos que a levou a escrever, assim como compreender se este indivíduo fala por si só, em nome de um grupo social ou de uma instituição. É preciso compreender as razões do indivíduo ao elucidar sua identidade, trazendo, assim, mais transparência ao relato – o que contribui para a reconstituição de um acontecimento.

Cellard (2012, p. 300) também recomenda questionarmos os motivos pelos quais este documento foi publicado. Lembramos que no caso do nosso objeto de estudo, o III CBAS, foi o momento de os grupos subalternos expressarem seus pontos de vistas e estes serem registrados também por meio da escrita, através da gravação do evento e, posteriormente, a passagem das falas para manuscritos – que consistem nos anais do evento. Registrou-se, assim, exatamente o que foi falado pelos e pelas palestrantes no Congresso.

A partir de Cellard (2012) compreendemos que uma pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos para a apreensão, compreensão e análise de documentos, o que se torna complementar a nossa pesquisa bibliográfica – que foi realizada em um primeiro momento.

Agora iremos apresentar a estrutura da dissertação, a qual está construída com base em quatro capítulos além da Introdução e das Considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado *Contexto socio-histórico do “Congresso da Virada”*, consiste em uma contextualização histórica das décadas de 1960 e 1970, a fim de se compreender o momento histórico, político e social que o III CBAS e as lutas operárias aconteceram. A ditadura militar instaurada com o golpe de 1964 no Brasil buscou evitar conquistas mínimas no campo social, para assegurar os grandes latifúndios e para se garantir que a superexploração da classe trabalhadora pelo grande capital se perpetuasse. O processo de modernização conservadora e desenvolvimentismo ganha ênfase no período ditatorial brasileiro, com a questão agrária ainda sem resolver, a concentração de renda e a exclusão das forças populares dos processos de decisão política. Partimos da compreensão da constituição do capitalismo no Brasil, pela via colonial, continuamos sob a mesma base de exploração na ditadura, com a elite agrária e os investidores internacionais ditando os limites, se não pelo consenso, com coerção.

Neste capítulo, também, apontamos que o Serviço Social brasileiro teve suas origens conservadoras na Era Vargas e no período da ditadura militar houve a tentativa de modernização da nossa profissão. Entretanto, em meio a este contexto ocorre uma série de mudanças no Serviço Social, que assume um vínculo orgânico com as classes subalternas, na perspectiva de transformação social e na luta contra a ditadura.

O segundo capítulo, intitulado *Universidade e lutas operárias no Brasil na década de 1970*, apresenta a relação orgânica das assistentes sociais, estudantes e acadêmicas com o movimento operário, sendo esta relação importante para mudanças de posicionamento do Serviço Social, que estava se repensando neste determinado momento. Esta articulação com as lutas operárias foi essencial para o processo de transformação da nossa profissão e teve como resultado o posicionamento crítico marcado no III CBAS.

Na década de 1970 a economia brasileira se recuperava da crise do pré-1964. Os elementos compondo este modelo econômico eram: o arrocho salarial; a concentração de riqueza; o financiamento do capital por meio de subsídios; a correção monetária como mecanismo de controle inflacionário; a garantia de altas

taxas de lucros para os monopólios; o direcionamento da produção agroindustrial para o mercado externo; e a adoção de uma política governamental que visava atrair as grandes empresas transnacionais. Além disso, a máquina repressiva funcionava a todo vapor, vigiando, amedrontando e causando a eliminação física dos opositores. A ditadura militar trazia efeitos perversos para os trabalhadores, para os estudantes e para todos os demais setores. As acadêmicas e as assistentes sociais se articularam com variados movimentos sociais contrários a ditadura, entretanto, a relação com o movimento operário é altamente importante devido a relevância destes trabalhadores e trabalhadoras nas greves das décadas de 1960, 1970 e 1980.

O terceiro capítulo, intitulado *“Congresso da Virada” e a crítica ao conservadorismo da profissão*, apresenta a entrada do pensamento gramsciano no Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1960, bem como as dificuldades encontradas para a sua difusão e compreensão.

Este capítulo, também, apresenta a organização do III CBAS e a “virada” das assistentes sociais neste evento, sendo este um marco da recusa ao conservadorismo no Serviço Social brasileiro e o momento em que a nossa profissão afirmou um compromisso ético com a classe trabalhadora, em defesa da democracia e na resistência à ditadura militar.

O quarto e último capítulo, intitulado *A presença do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada”: uma análise dos anais do III CBAS*, consiste em uma análise categorial e imanente da influência gramsciana nos anais do III CBAS, o “Congresso da Virada”. Como critério para a seleção dos dados, foi estabelecido os registros do evento que contiverem influência do pensamento gramsciano através do uso de suas categorias.

Depois de selecionadas as categorias, o material foi analisado quantitativa e qualitativamente, sendo realizada uma análise comparativa e imanente, mostrando a forma como as categorias presentes na obra *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci, foram utilizadas nos anais do III CBAS de acordo com os critérios da pesquisa. Buscou-se analisar a inter-relação dessas categorias e a checagem da possibilidade de elas reproduzirem adequadamente o pensamento do autor italiano. A análise aqui proposta afirma o compromisso e o respeito com o que de fato foi escrito, com o chão histórico, com o caráter de classe e a forma a qual o próprio autor se expressou.

Esta pesquisa buscou – por meio de uma análise pioneira dos anais do III CBAS – verificar a influência do pensamento gramsciano nos textos deste documento e mostrar o processo de “virada” do Serviço Social no III CBAS

realizado em 1979, apresentando um importante resgate histórico da profissão no período de 1960 a 1980.

2 Contexto socio-histórico do “Congresso da Virada”

2.1 O golpe de 1964: uma síntese

O Brasil do início da década de 1960, segundo Netto (2015, p. 25), era predominantemente rural. A população rural consistia em 53,7% e o principal transporte era o ferroviário, que ocupavam 38.287 km. A força de trabalho agropecuária era de 53,97%, enquanto na indústria, 17,61%, no comércio 6,57%, nas comunicações 4,60%, na administração pública 5,66% e em outros serviços, 10,69%. Entretanto, no final da década de 1970, o Brasil ainda não havia se completado o domínio do capital industrial. Quando João Goulart (Jango) assumiu a presidência, o Brasil adentrava em um estado de industrialização, resultante do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando investiu-se na indústria de base, e do governo de Juscelino Kubitschek (JK), quando acentuaram-se as indústrias de bens de consumo. O sentido da colonização, evidenciado por Caio Prado Júnior (1969), é acompanhado em todo o processo de transformação do capitalismo brasileiro, com o capitalismo industrial brasileiro atrelado ao imperialismo – agora de forma nítida, através de acordos com os EUA para modernização e industrialização do país. Entretanto, como visto, o desenvolvimento do capitalismo não ocorre de forma linear e com a mesma sucessão de etapas em todos os países, sendo um processo que ocorre de formas variadas, dependendo das particularidades de cada país. Sendo assim, os países em desenvolvimento não se encontram em uma etapa há muito superada pelos países centrais e o acordo dos EUA com os países em desenvolvimento, que será visto a seguir, não representou a saída destes países da subalternidade, mas sim o endividamento destes com os norte-americanos. No caso do Brasil, é um país que nasceu explorado pelos interesses dos europeus e, nas décadas de 1960 e 1970, estava sob dominação econômica dos EUA com o Aliança para Progresso.

O governo de JK, no processo de industrialização do Brasil, assinou um acordo com os EUA chamado Aliança para o Progresso, no qual contraiu grandes empréstimos americanos para industrializar e modernizar o país. Com a Aliança para o Progresso os EUA emprestavam dinheiro a países subdesenvolvidos para que estes desenvolvessem o capitalismo e não aderissem ao comunismo – o que os deixavam cada vez mais endividados e dependentes dos EUA. Nas palavras

de Faleiros (1986, p. 21), foi para “dominar melhor” que os EUA “instituíram, por meio de organismos internacionais, certos mecanismos de ajuda e ‘cooperação’, que culminaram com a Aliança para o Progresso” na década de 1960.

Gomes e Ferreira (2014) evidenciam que Jango assumiu o Brasil com uma grande crise econômica. Quando Jango assumiu a presidência do país, o quadro econômico era de inflação e dívida externa alta. O êxodo rural, inflando as cidades, fazia o custo de vida subir. Em 1963 o país se encontrava em uma profunda crise, com 73% de inflação e 1% de crescimento econômico.

O presente tópico busca apresentar os principais objetivos do governo de João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas, assim como apontar como tais objetivos ultrapassavam os interesses dos norte-americanos e da elite agrária do país. Segundo Darcy Ribeiro¹¹ (2010, p. 28), Jango tinha o objetivo de “transformar a realidade social a favor dos mais pobres” e colocar em prática as reformas de base, as quais julgava necessárias para o crescimento do país e saída para a crise. Tais reformas foram anunciadas no Comício da Central – na presença de 35 mil pessoas – e propunham mudanças em várias áreas. Na educação contava com o método Paulo Freire e pretendia expandir universidades e investir no ensino superior. Jango também tinha por objetivo fazer uma reforma eleitoral – que buscava legitimar o voto dos analfabetos – e uma reforma tributária – a fim de taxar as grandes fortunas. Com a reforma fiscal, esperava-se, para não pesar tanto sobre os assalariados, redistribuir as rendas públicas em favor dos estados e, Goulart buscava ainda, segundo Darcy Ribeiro (2010, p. 29), “congelar os aluguéis, reformar a educação, o sistema bancário, a administração pública, a previdência social e o sistema partidário”.

A Lei das Remessas de Lucro¹², segundo Ribeiro (2010, p. 82), “impediria que o capital estrangeiro hostilizasse o capital nacional, tornando nossos empresários cativos das empresas transnacionais”, ou seja, o capital estrangeiro teria limites para crescer em solo brasileiro, e parte dos seus lucros “em vez de criar novas empresas nos países de origem, se aplicariam aqui, podendo remeter divisas para pagar royalties ou o que fosse”. Esta Lei estava em oposição aos interesses dos EUA da América, que, segundo Ribeiro (2010, p. 85), “se expuseram a toda uma guerra como a que tiveram na Coreia e no Vietnã, para

¹¹ Darcy Ribeiro foi reitor da UnB, ministro da Educação no gabinete parlamentarista de Hermes Lima e, posteriormente, chefe da Casa Civil no presidencialismo.

¹² Essa Lei foi aprovada na Câmara dos Deputados, e, posteriormente, regulamentada por um decreto presidencial, cuja primeira versão foi redigida pelo ministro paulista Carvalho Pinto. Segundo Ribeiro (2010, p. 85), a Lei de Remessa de Lucros contava com a oposição do governo dos Estados Unidos da América, o qual estava disposto a fazer uma intervenção no Brasil.

derroga-la”. Salvador Allende e Caio Prado Júnior “disseram que sua aplicação representaria uma revolução na América Latina”, segundo Ribeiro (2010, p. 86), pois “seria nossa liberação do domínio imperialista”.

O Programa do governo Goulart buscava, assim, maior harmonia com o social. A Reforma Agrária, de acordo com Ribeiro (2010, p. 83), era “a reforma mais importante na arcaica estrutura social brasileira, esperada havia mais de um século, era vista com horror pelos latifundiários e todos que a eles se associavam”. A Reforma Agrária foi o ponto determinante para que, a partir deste comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, setores golpistas civis e militares articulassem a deposição de Jango em 20 dias, que levou o Brasil a mais de 20 anos de um regime militar. O Brasil continuava estruturado na grande exploração agrária voltada para o mercado externo. Tentar mudar esta relação significava mexer com a elite agrária brasileira. Segundo Caio Prado Júnior (1987, p. 79), desde o início da nossa história, “o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conservou até hoje”.

Segundo Silva:

Verifica-se, nessa conjuntura, um período de gestação da consciência nacional-popular, com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença das ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros. (Silva, 2009, p. 27).

Para as esquerdas, as propostas de João Goulart foram encaradas como uma vitória para a classe trabalhadora. O Comício da Central significou publicamente que Goulart estava afirmando sua aliança política com as esquerdas. E isso foi intolerável para a direita, que, segundo Ribeiro (2010, p. 41), achava inadmissível qualquer grau de influência da classe trabalhadora. De acordo com Silva:

[...] o governo de João Goulart [...] tenta promover, mediante uma política populista de maior radicalização, o nacionalismo desenvolvimentista, contrapondo-se ao processo de internacionalização da economia brasileira e abrindo espaço para os processos de mobilização e lutas a favor das mudanças de base, no contexto de um processo de ampla luta política. (Silva, 2009, p. 27).

Para Darcy Ribeiro (2010, p. 37), Goulart queria alcançar suas reformas de base pela persuasão, mas elas eram “fortes demais para ser pacificamente admitidas pela velha classe dominante brasileira”. Além das reformas de base,

Goulart, segundo Ribeiro (2010, p. 28), chegou à Presidência “com duas ideias oriundas da Carta-Testamento: colocar controle ao capital estrangeiro e criar a Eletrobrás”. De acordo com Silva, Goulart impôs:

[...] uma série de restrições aos investimentos multinacionais, com severa política de controle de remessas de lucro, de pagamentos de royalties e de transferência de tecnologia; elaboração de legislação antitruste; negociação para nacionalização de grandes corporações estrangeiras; e adoção de uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional. (Silva, 2009, p. 27).

A nacionalização das companhias norte-americanas e o programa de reformas soavam aos americanos como sinais de “comunismo”¹³. Uma semana antes de um encontro de Goulart com o presidente Kennedy¹⁴ em abril de 1962, Brizola desapropriou no Rio Grande do Sul os bens de uma companhia telefônica americana. Os EUA pressionavam o Brasil devido a acordos assinados e dívida externa. A política externa esbarrou nas fronteiras da dependência econômica. A pressão norte-americana levou o ministro San Thiago Dantas a Washington para uma entrevista com Kennedy, onde sob um clima frio, negociaria os limites da dívida brasileira.

Na Organização das Nações Unidas (ONU), Goulart explicou o significado das nacionalizações no Brasil e discursou sobre acordos justos com as empresas estrangeiras, nos quais estas não poderiam obter lucros excessivos, que as enriquecem muito depressa em detrimento do interesse nacional e à custa do empobrecimento do Brasil. Goulart explicou que buscava que as empresas estrangeiras tivessem uma remuneração justa, para que estas gerassem lucros, mas que estes lucros pudessem também trouxessem benefícios ao país.

Goulart sofria pressão interna e externa. O presidente era perseguido pela elite brasileira – apoiada pelos EUA – e acusado de comunismo¹⁵. Silva (2009, p. 26) destaca que neste contexto colocava-se como necessidade “combater o avanço do comunismo na América Latina, em face da efervescência dos movimentos revolucionários nesse continente, principalmente considerando-se a vitória da Revolução Cubana, em 1959”. Entretanto, o governo de João Goulart

¹³ Para Darcy Ribeiro (2010, p. 37), a elite brasileira via Goulart como um “traidor da pátria”. Entretanto, o que Goulart propunha era somente um “capitalismo progressista como o norte-americano”, com reformas similares às que os americanos fizeram para impedir o monopólio de terras e com Leis nacionalistas como eles promulgaram após a Independência. Entretanto, a elite brasileira difere da elite americana, assim como a formação sociohistórica destes dois países, pois “os ancestrais das nossas eram senhores de escravos, viciados em gastar gente aos milhões como carvão humano de seus engenhos e minas”.

¹⁴ Neste encontro Goulart busca renegociar a dívida externa, enquanto para Kennedy o importante era a definição das regras políticas no Brasil.

¹⁵ Goulart não era comunista e sim dono de grandes propriedades de terra e cabeças de gado. Possuía apenas um plano para desenvolver o Brasil e o tirar da crise econômica a qual passava.

nunca foi comunista, mas sim reformista, com o projeto de impor reformas de base, mas dentro dos limites da democracia¹⁶.

Tratava-se de levar à frente a Revolução de 1930, criando um governo nacionalista, capaz de enfrentar o estrangulamento imperialista. Um governo vinculado aos sindicatos, capaz de mobilizá-los para grandes atos de massa. Um governo socialmente responsável ante as populações pobres da cidade e do campo. Um governo orientado para o capitalismo de Estado, capaz de fortalecer as grandes empresas públicas, como a Petrobrás, a Vale, a CSN, o Banco do Brasil e criar novas empresas públicas, como a Eletrobrás e a Embratel. (Ribeiro, 2010, p. 44).

A perspectiva de pequenas mudanças sociais e econômicas em um país de grandes desigualdades acendeu ilusões de boa parte da esquerda, segundo Caio Prado Júnior (1987), mas, ao mesmo tempo, gerou um grande desagrado da elite nacional e dos investidores estrangeiros. As transformações sociais pretendidas pelo governo Goulart eram claramente opostas à elite do país. Segundo Ribeiro (2010, p. 37), “são pouco mais de 20 mil grandes proprietários de terras e de empresas que condenam dezenas de milhões de brasileiros ao desemprego, à fome e à criminalidade, porque a velha classe não abre mão de seus privilégios”.

Militares e empresários se opuseram às propostas de Jango, argumentaram que Goulart queria transformar o país em uma “república sindicalista”. No final dos anos 1950 o empresariado brasileiro investiu em mídia e publicidade para afetar a imagem dos presidentes que não seguissem a linha esperada por eles. A Central Intelligence Agency (CIA), que, no curso da Guerra Fria, acusava governantes democráticos de serem propensos ao comunismo e incitava ditaduras militares em países da América Latina, interveio no Brasil. Foram criados, pela CIA, dois órgãos de subversão, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)¹⁷ e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)¹⁸, com o objetivo de desestruturar a esquerda e o governo de Goulart¹⁹. Estes dois órgãos operavam “para lubrificar

¹⁶ Outra prova de que João Goulart respeitava os limites democráticos foi que quando assumiu a presidência do país preferiu atuar sob meios pacíficos, governando sob um regime parlamentarista e, voltando ao presidencialismo apenas após um plebiscito, em 1963.

¹⁷ Segundo Ribeiro (2010, p. 88), “a embaixada norte-americana, comandada pela CIA, montou uma agência de suborno, o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática –, que com gastos da ordem de 20 milhões de dólares comprou, mediante o financiamento de suas campanhas eleitorais, quase seiscentos deputados estaduais e duzentos parlamentares federais”.

¹⁸ Segundo Ribeiro (2010, p. 88-89), “o patronato brasileiro, acionado e encorajado pela CIA, bem como o estamento gerencial das empresas estrangeiras – que é de fato a classe dominante do Brasil – criou sua própria agência, o IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais –, que, atrás desse nome paracientífico, apanhava dinheiro para subornar qualquer autoridade corruptível e, sobretudo, a imprensa”. Tal suborno, segundo Ribeiro (2010), foi provado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada por José Aparecido de Oliveira, deputado da União Democrática Nacional (UDN).

¹⁹ Os EUA passaram a financiar a desarticulação do governo Goulart, feita por empresários, militares, etc. Para isso, contava com filmes, propagandas, folhetos e palestras, que apontavam Goulart como um perigo comunista para o Brasil. Tais produções eram feitas pelo IPES e pelo IBAD, institutos gerenciados por militares insatisfeitos e anticomunistas.

o bolso de militares e civis na preparação da quartelada”, de acordo com Ribeiro (2010, p. 89), fazendo ponte entre os três governadores golpistas, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, e os comandos das Forças Armadas. O encarregado dessas diligências, segundo Ribeiro (2010, p. 90), foi o coronel Veron Walters, do quadro de dirigentes da CIA.

As tentativas golpistas caminhavam pelo Brasil desde os anos 1950. Carlos Lacerda foi um político carioca da União Democrática Nacional (UDN) e principal opositor ao governo Vargas, que buscava desmoralizar o governo. Em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, deixava claras as suas intenções: “O Sr. Getúlio Vargas senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.” (Lacerda *apud* Melo, 2015, p. 94). Vargas foi eleito, mas a oposição conservadora e as inúmeras crises políticas tiveram como desfecho o seu suicídio, em agosto de 1954, a fim de evitar a tomada do poder pelos militares. Com este ato, Vargas adiou o golpe militar por 10 anos.

Goulart é visto na história brasileira como o herdeiro político de Vargas, pois filiava-se as propostas varguistas e foi seu ministro do Trabalho²⁰, e, assim como Vargas, também denunciava a exploração do capital estrangeiro como sendo um grave problema para o Brasil. Segundo Darcy Ribeiro (2010, p. 29), “todo o ódio que as classes dominantes sempre sentiram de Getúlio Vargas por sua política trabalhista se derramou contra João Goulart como seu sucessor.” A elite brasileira via Goulart como o político que surgira elevando a 100% o salário mínimo e que estava à frente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ou seja, como um traidor da própria classe.

Além dos militares golpistas, dos empresários e da mídia que se articulava para derrubar o presidente, outro ponto importante levantar²¹ brevemente, é como a esquerda estava organizada no momento do golpe de 1964. Os setores progressistas estavam divididos, e os partidos de esquerda, fragmentados nos anos 60. Diante do golpe, as lideranças populares e as organizações de esquerda mostraram-se insuficientes para vencer a luta ideológica. A esquerda da década

²⁰ Como ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, Goulart aumentou o salário mínimo em 100%, o que causou a insatisfação da elite do país, dos coronéis e dos militares. Levantou-se contra Vargas uma oposição, com nomes como General Golbery, que providenciou um manifesto alertando que o Brasil estava caminhando para sua esquerdização. O General Golbery também articulou uma operação udenista que levou Vargas ao suicídio e estava junto à militância que apoiou o golpe ao presidente Goulart, segundo Ribeiro (2010, p. 26).

²¹ Apontamos brevemente a questão da esquerda devido ao fato de parte considerável dos estudantes de Serviço Social deste período serem de esquerda e posteriormente assumirem um compromisso com movimentos sociais, com as classes subalternas e com os trabalhadores na luta contra a ditadura e no processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro.

de 1960 era diversificada e estava em busca de fazer com que diferentes demandas fossem atendidas, como a Frente Parlamentar Nacionalista, a Ação Democrática Parlamentar, a Frente de Mobilização Popular, o Comando Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas, sindicatos, entre outros setores. Goulart se via pressionado a atender as demandas da própria esquerda.²²

As divisões internas no Partido Comunista Brasileiro (PCB), segundo Moraes (1989, p. 55), se acentuaram após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, que denunciou os crimes de Stalin e “colocou o movimento comunista internacional diante de intensas discussões político-ideológicas e de redefinições de objetivos estratégicos e táticos.” O famoso relatório de Krushev apostava na transição revolucionária para o socialismo, sem guerra civil e sem luta armada.

No caso do PCB, a luta interna já se prenunciara em discussões sobre o Manifesto em agosto de 1950, em relação a luta armada – que reconduziu Getúlio Vargas à presidência em 1945, após a revolta comunista de 1935, liderada por Luís Carlos Prestes ser derrotada. Segundo Moraes (1989, p. 56), “o Manifesto era tão sectário que exigia o combate aos sindicatos e a formação de entidades paralelas.” Os militantes mais enraizados nos sindicatos forçaram uma revisão desta orientação, em 1952. Também havia grupos que criticavam a oposição do partido ao Governo Vargas, considerando “traição nacional”.

No PCB²³, até então, não se levava em conta, segundo Simionatto (1995, p. 101), as novas condições estruturais e conjunturais desencadeadas pelo capitalismo: considerava o Brasil como atrasado e não como uma formação econômico-social de tipo “ocidental”.

O PCB, em meio ao golpe militar de 1964, refletia suas atividades político-partidárias e se encontrava dividido. Cabe lembrar que enquanto a esquerda dos anos 1960 estava dividida, ao mesmo tempo estava eufórica com a entrada do presidente João Goulart na presidência. Junta e unida, a esquerda apoiou o presidencialismo, no plebiscito de seis de janeiro de 1963. Para Caio Prado Júnior:

Apesar daquelas circunstâncias altamente favoráveis à maturação do processo revolucionário brasileiro, o que se tem visto, afora agitação superficial, por vezes aparatosa, mas sem nenhuma profundidade ou penetração nos sentimentos e na vida da população, afora isso, o que há de real é a estagnação daquele processo

²² Nesta época se encontravam partidos e movimentos de esquerda que atuavam sem reconhecimento legal, como o Partido Comunista do Brasil, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas, o Partido Operário Revolucionário (POR), etc.

²³ Gomes (2017) aponta que a atuação de Prestes na formação do PCB não estava ligada ao debate teórico, mas em preparar um levante revolucionário contra o governo Vargas. A formação teórica ficou para segundo plano.

revolucionário. Ou pior ainda, a sua generescência para as piores formas de oportunismo demagógico, explorando as aspirações populares por reformas. Foi esse o espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto a primeiro de abril. **Muitos, na verdade quase toda a esquerda brasileira, interpretaram aquele período malfadado como de ascenso e avanço revolucionário.** Mas de fato ele de nada serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças da reação. Isso porque deu a essas forças as justificativas que necessitavam – o alarma provocado pela desordem administrativa e explorada por agitação estéril sem nenhuma penetração no sentimento popular, e estimulada no mais das vezes por interesses subalternos e mesquinhas ambições pessoais. É isso que permitiu à reação encobrir seus verdadeiros propósitos e iludir boa parte da opinião pública, com o pretexto da salvação do país do caos que parecia iminente. E levar essa opinião, senão ao apoio, ao menos à aceitação passiva do golpe. (Prado Jr., 1966, p. 23; grifo nosso).

Segundo Ribeiro (2010, p. 43), os comunistas do PCB cooperavam com o PTB, mas nunca se identificaram com o trabalhismo de João Goulart, alegando que a revolução deles “era outra”. O PTB contava com o apoio da esquerda menos radical e de parte dos intelectuais da época. Para Ribeiro (2010, p. 54), a esquerda tinha dificuldade de definir um projeto que a população brasileira aceite, sendo parte dela “contra o trabalhismo reformista”.

Para Caio Prado Júnior (1987), a esquerda, eufórica com a entrada do presidente Goulart, não conseguiu analisar o golpe que estava prestes a levar. Faltou nesta esquerda, segundo ele, uma maior compreensão e estudo da nossa realidade socio-histórica.

Em suma, resgatamos aqui alguns elementos importantes que levaram ao golpe empresarial-militar de 1964. O governo Goulart buscava Brasil um país menos atrelado aos interesses dos EUA e com condições nacionais para proporcionar melhoria de vida no campo²⁴ e na cidade²⁵, para os trabalhadores e estudantes²⁶, caso as reformas de base fossem efetivadas. O golpe empresarial-militar foi tão profundo que trouxe violência física²⁷, psicológica²⁸ e acabou com a liberdade de expressão, criando barreiras para as artes, culturas e para debates em faculdades, escolas, reuniões de amigos, etc. Criou-se a cultura do medo, que silenciava e não permitia que assuntos fossem comentados e debatidos na sociedade civil. Utilizando a categoria de Estado Ampliado de Gramsci, foi o momento em que o Estado utilizou a coerção, através do medo, da violência e da

²⁴ Com a reforma agrária.

²⁵ Com a reforma urbana.

²⁶ Com a reforma educacional.

²⁷ Crimes de tortura, violência, desaparecimentos, casas de tortura, elevado número de mortos, etc.

²⁸ Agia-se no medo de se relatar algo. Até dentro do ambiente familiar ou entre amigos certos assuntos e debates eram proibidos, pois caso houvesse denúncia, a polícia poderia invadir a casa a qualquer momento e levar os moradores “suspeitos” de atos comunistas. Criminalizar quem fala e quem tem um senso crítico ao apurar os fatos era uma técnica de poder e coerção utilizada pelos militares.

tortura, e o consenso, através de propagandas com conteúdos a favor da ditadura e, anteriormente, através de propagandas que desmoralizavam o governo Goulart.

O sentido da colonização brasileira se mostra evidente neste processo, com a interferência norte-americana apontando os limites das nossas relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas. A partir do momento em que o Brasil contrariou os interesses dos americanos, estes apoiaram setores golpistas e desarticularam o Governo Goulart, que terminou com um golpe militar. Instala-se uma ditadura para se assegurar que a essência da dominação brasileira, com os grandes latifúndios e a burguesia internacional, não se altere.

Por fim, segundo Simionatto (1995, p. 100), o processo de modernização conservadora ganha ênfase em 1964 e se estende a décadas posteriores, com a questão agrária ainda sem resolver, ou seja, o trabalhador rural ainda sem direitos e com a reforma agrária sem ser realizada. Simionatto (1995, p. 100) também acentua a concentração e centralização de renda e a exclusão das forças populares dos processos de decisão social e política. Ou seja, as possibilidades de um país menos desigual e explorado internacionalmente foram negadas com o golpe. Continuamos sob a mesma base de exploração e com a elite agrária e os investidores internacionais ditando os limites, se não pelo consenso, com coerção, na ditadura.

2.2 Modernização conservadora e desenvolvimentismo na ditadura militar

O golpe militar de 1964, segundo Netto (2014, p. 51) foi patrocinado pelo grande empresariado, pelos grandes latifundiários e também contou com o apoio político-militar norte-americano. O golpe “significou à época a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substantivamente a sociedade brasileira” (Netto, 2014, p. 78). Buscou-se manter e ampliar as garantias do capital estrangeiro e reduzir ao mínimo as condições dos trabalhadores, aumentando-se o nível de exploração. O Estado, de acordo com Netto (2014, p. 78) era o “núcleo articulador do grande capital”. A ditadura, em seus procedimentos operativos, serviu aos interesses da burguesia nacional, dos latifundiários e dos imperialistas.

Octavio Ianni (1981, p. 1) compartilha de uma visão similar a Netto (2015). Para este autor, a ditadura militar se instaurou com o golpe de 1964 no Brasil,

entretanto, quem determinava as características do regime ditatorial era a grande burguesia, o grande capital. A instauração de uma ditadura militar buscou evitar conquistas mínimas no campo social, para impedir que o país colocasse limite ao capital estrangeiro, para assegurar os grandes latifúndios e para se garantir que a superexploração da classe trabalhadora pelo grande capital perpetuasse. Já Ribeiro (2010, p. 75) apontou que a inclinação da ditadura militar era “entregar o poder vigente à fazendeirada grosseira e tacanha, aos gerentes multinacionais, que passaram a construir o setor da classe predominante brasileira”. Sendo assim, a elite brasileira, segundo este autor, “não tem vontade própria, são meros paus-mandados de padrões estrangeiros, que os julgam pela capacidade de roubar tudo que podem do Brasil para enriquecer suas matrizes”.

De acordo com Netto (2014, p. 96), o governo Castelo Branco recebeu dos EUA um grande apoio decorrente da nova Lei de Remessas de Lucros, com a qual o fluxo do capital estrangeiro voltou a ser grande no país. Em 1967 o Brasil se tornou o quarto maior receptor mundial da ajuda da United States Agency for International Development (USAID). Além disso, a ditadura militar recebeu empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para pagar a dívida externa.

Havia uma disputa interna entre os militares, sendo estes divididos em duas tendências: de um lado, militares ideólogos das forças armadas, que faziam parte da chamada “Sorbonne” – apelido dado à Escola Superior de Guerra (ESG). De outro, os militares da chamada “linha dura”, que, segundo Netto (2014, p. 87), eram oficiais de visão estreita, pouco intelectualizados, pragmáticos e oportunistas. Ambas as tendências tinham como ponto em comum a Doutrina de Segurança Nacional, para a qual:

[...] a questão central é a garantia da segurança interna, que exige duas condições: a criação de um aparato repressivo, encimado por uma rede de informações que permita detectar o “inimigo interno” (os subversivos), neutraliza-los, eliminá-los, e a implementação de uma política de desenvolvimento econômico eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar do Estado. (Netto, 2014, p. 87).

Sendo assim, implementava-se uma guerra psicológica, onde o inimigo deixava de ser externo. A ditadura militar brasileira deixou muitos mortos, desaparecidos e colocou limites à cultura e à liberdade de expressão – trazendo dificuldade para a entrada do pensamento teórico no Brasil e para debates no campo da esquerda. Com o golpe, todos os movimentos sociais que no governo de João Goulart estavam atuantes foram bloqueados, pois significavam, aos olhos da elite do país e dos investidores estrangeiros, uma ameaça à ordem instituída.

O primeiro presidente militar foi o general Castelo Branco, que assumiu o poder no dia 15 de abril de 1964 e saiu no dia 15 de março de 1967. Castelo Branco realizou uma série de reformas no Estado, a fim de deixá-lo mais eficiente para o grande capital e subordinou a política externa aos interesses norte-americanos. A frase “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (Netto, 2014, p. 91) descreve a política econômica da época. O Brasil rompeu relações com Cuba em maio de 1964 e entre 1965 e 1966 firmou acordos com os EUA – entre eles os chamados acordos MEC-USAID – a partir dos quais a ditadura adequará a estrutura de todo o ensino brasileiro aos americanos²⁹.

Entre os anos de 1964 e 1966, o Programa de Ação Econômica do Governo destinou-se a promover a estabilização financeira e criar condições econômicas propícias, segundo Ianni (1981, p. 7), para o “desenvolvimento das forças de mercado e à predominância da livre empresa no sistema econômico”. Tal projeto tinha em vista também conter a inflação de vigorava entre os anos de 1964 e 1965 e acelerar o desenvolvimento econômico no país.

Para Faleiros (1986, p. 36), “a ideologia desenvolvimentista é uma manifestação, uma outra face da ideologia dominante, que se apresenta com as ideias de modernização, de democratização, de melhoria, de desenvolvimento, de técnica e de planificação”. Ainda de acordo com o autor, “sob esta ideologia desenvolvimentista se encontra determinada visão de mundo, uma representação que se articulou nos órgãos de poder, e que considera o sistema modificável por partes, mas bom para si mesmo” (Faleiros, 1986, p. 39).

De acordo com Ianni (1981, p. 6), a ditadura militar adotou o planejamento como técnica fundamental da retórica e prática dos governantes. Tal planejamento visava promover o “desenvolvimentismo” econômico-social, além de ampliar e reforçar o próprio poder dos militares e, em uma sociedade em que o debate político estava proibido e que a expropriação do campesinato avançava, era preciso “legitimar a ditadura por meio da ideologização da sistemática, coerência, modernização, etc. da política econômica”. Assim, para se evitar que tal planejamento de ações fosse obstado ou influenciado por movimentações políticas ou reivindicações econômicas da população, o governo buscava, com a “sistemática” e “coerência” abafar as vozes contrárias ao regime.

Desde que se instalou a ditadura, os governantes e funcionários do Estado sempre disseram, e repetiram, que o planejamento era uma técnica neutra. Diziam, ao povo calado e disperso, ou de si para si, que não havia o que temer: a ação planejada do Estado era “politicamente neutra”, serviria de “instrumento de aperfeiçoada

²⁹ Como será visto mais adiante, a Reforma Universitária, promovida a partir de 1968, teve base nestes acordos.

política de desenvolvimento”, sem alterar as forças do mercado” nem a “liberdade”. (Ianni, 1981, p. 5).

Este planejamento de ações, com a busca pela “sistemática” e “coerência” ao longo da ditadura, levou “ao arrocho salarial, à intervenção nos sindicatos operários e camponeses, à prisão de líderes operários e camponeses, ao aumento brutal da taxa de exploração dos assalariados da indústria e agricultura” (Ianni, 1981, p.7).

A política econômica mais importante do período da ditadura militar foi a de “arrocho salarial”. Segundo Netto (2014, p. 91), a política econômica do governo do general Castelo Branco se baseou no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que durou de 1964 a 1967 e tinha como objetivo central equacionar a crise econômica. Com a PAEG, houve uma reforma monetária e a criação do Banco Central do Brasil, em dezembro de 1964. Além disso, com a PAEG instaurou-se, principalmente, a política do arrocho salarial³⁰ – que marcou praticamente todo o ciclo ditatorial. O arrocho salarial consistiu em um instrumento de maximização da exploração da força de trabalho, a fim de favorecer a acumulação produtiva. Os capitalistas pagavam salários abaixo do valor da força de trabalho, garantindo-se “a superexploração dos trabalhadores para a multiplicação dos lucros capitalistas” (Netto, 2014, p. 93). A política salarial foi totalmente condicionada às exigências do combate à inflação – com repressão aos meios operários e camponeses em todo o país.

Também no governo de Castelo Branco, foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em setembro de 1966. Com o FGTS a dispensa do trabalhador tornou-se pouco onerosa para a empresa, considerando-se que 8% do salário do próprio trabalhador é depositado em uma conta nominal e o trabalhador recebe como indenização ao ser demitido, o que veio substituir a estabilidade de emprego. A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) também aconteceu no governo de Castelo Branco e não beneficiou as parcelas mais pobres da população. O BNH, criado em 1964 e existente até 1986, funcionou como uma agência a serviço de construtores e empreiteiros privados, beneficiando as camadas médias e altas da população (Netto, 2014, p. 96).

O Ato Institucional (AI) número 1, baixado em 1964, conferiu poderes excepcionais ao presidente da república. Já o AI-2, determinou o fim das eleições diretas para presidência da república. O AI-2 também retirou importantes atribuições do legislativo e as transferiu para o executivo; extinguiu todos os

³⁰ Inaugurada pela Circular nº 10, de 19 de junho de 1964, do Ministério da Fazenda.

partidos; estendeu o poder do Executivo para cassar mandatos e suspender direitos políticos; suspendeu garantias constitucionais e determinou que crimes só poderiam ser julgados pelo Supremo Tribunal de Federal (STF) se não estivessem sob jurisdição direta dos tribunais militares. A Constituição de 1967 tinha como conteúdo estes dois atos institucionais e consagrou constitucionalmente o conceito de Segurança Nacional.

Neste período foram criados dois partidos, que existiram até 1979: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que se identificou como partido da ditadura, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que consistiu no bloco dos opositores ao regime ditatorial brasileiro.

No dia 15 de março de 1967, tomou posse como presidente do Brasil o general Costa e Silva, representando a linha dura dos militares. Foi um período de uma “ditadura terrorista”³¹ (Netto, 2014, p. 106). No plano econômico, o governo Costa e Silva continuou com o arrocho salarial e com tentativas de controlar a inflação. Entretanto, foram feitas alterações na orientação macroeconômica, com a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que teve vigência entre 1968 e 1970. Segundo Netto (2014, p. 107), o PED proporcionou ao Executivo federal absoluto controle das finanças públicas. Cresceu a oferta de créditos ao setor privado e se fomentou o crescimento do setor de bens duráveis.

Na década de 1970 o Brasil era bem diferente do da década de 1960. A população tornara-se predominantemente urbana, com 55,9% dos brasileiros vivendo nas cidades e 44,1% no campo. O total de habitantes, de acordo com o Censo de 1970, era de 93 milhões de habitantes. Netto (2014, p. 145) descreve que nas cidades a população se aglomerava em áreas desprovidas de serviços essenciais, como esgoto e água. Em 1970, apenas 48% das moradias brasileiras tinha energia elétrica, 33% tinha água encanada e 17% tinha saneamento básico. O transporte rodoviário também ganhou espaço em relação ao transporte de pessoas e mercadorias. A rede rodoviária foi ampliada, sendo responsável por 70% das cargas e 94% dos passageiros. Já em relação a força de trabalho, de acordo com Netto (2014, p. 146), 30,21% dos trabalhadores ativos estavam na agropecuária, 16,13% na indústria, 5,86% na indústria de construção, 7,74% no

³¹ A insatisfação com o governo militar vinha dos trabalhadores e de setores significativos das camadas médias urbanas. Em 1967 houve a constituição da Frente Ampla, em busca de se restaurar o regime democrático. Faziam parte dela os opositores do regime militar, como Carlos Lacerda e João Goulart. A Frente Ampla ganhava espaço nos meios televisivos, entretanto, o governo Costa e Silva, através da Portaria 17, do Ministério da Justiça, de 1 de abril, proibiu todas as atividades da Frente Ampla. O Departamento de Polícia Federal (PDF) ficou encarregado de reprimir todas as manifestações deste grupo (Netto, 2014, p. 111).

comércio, 4,18% em transportes e comunicações, 11,70% em serviços, 1,48% em bancos e atividades financeiras e 8,16% em administração pública.

A partir de dados do relatório desenvolvido pelo Departamento de Estudos e Indicadores Sociais da Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1979, p. 21), podemos coletar alguns dados sobre a condição de vida da população de 1970. Segundo este relatório, o crescimento populacional do Brasil apresentava taxas bastante altas, sendo que “em 1970 a população do país era de pouco mais de 93 milhões de pessoas (dados censitários) e estimava-se que ela seria de aproximadamente 106 milhões em 1976” (IBGE, 1979, p. 21).

A imigração internacional, até 1900, contribuiu fortemente para o aumento populacional, mas nota-se a diminuição de sua importância no século XX, tornando-se quase nula a partir da década de 1960. Na década de 1970 o incremento populacional se deveu “às altas taxas de crescimento vegetativo (nascimentos-mortes), que se tornou maior a partir de 1940, quando se intensificou a queda da mortalidade e permaneceram altas as taxas de fecundidade” (IBGE, 1979, p. 22). Sendo assim, entre 1950 e 1960 ocorreu a mais alta taxa de crescimento demográfico, embora a imigração internacional fosse bem menor.

O coeficiente de mortalidade, que no período 1920-40 era de 25,3 óbitos por mil habitantes, vem apresentando redução constante e estima-se que tenha atingido 9,1 óbitos por mil habitantes no período 1970-75. Por outro lado, os níveis de fecundidade também vêm diminuindo, muito embora em ritmo menos acelerado do que o da mortalidade. (IBGE, 1979, p. 22).

Ocorre, então, uma mudança na pirâmide etária brasileira por haver uma acentuada queda de fecundidade, o que causa o estreitamento da base da pirâmide no ano de 1976. Entretanto, nota-se que o número de natalidade ainda seja alto, não devido ao número de filhos por mãe, mas por haver muito mais mães.

Ainda segundo o relatório do IBGE (1979), a distribuição espacial da população é bastante diferenciada, pois o crescimento populacional, embora apresente crescimento, não ocorre de forma uniforme em todas as regiões. Os gráficos mostram que houve uma maior densidade demográfica na região sudeste na década de 1970, com 43,9 habitantes por quilômetro quadrado. O aumento demográfico no Sudeste entre as décadas de 1960 e 1970 foi de 29,1%, enquanto no Norte foi de apenas 0,6%. “Uma explicação para tal fenômeno pode ser buscada na própria evolução histórica do desenvolvimento socio-econômico do

país” (IBGE, 1979, p. 23), sendo este processo acentuado pela expansão industrial, que se desenvolvia intensamente. “Como a industrialização localizada em determinadas áreas gera economias de aglomeração, a consequência última se traduz no fenômeno de metropolização” (IBGE, 1979, p. 23). Considera-se, também, que:

[...] são as migrações internas as grandes responsáveis pelo processo de urbanização. Em 1970, um terço da população do país, ou seja, 30 milhões de pessoas, eram migrantes (residentes em municípios distintos daquele em que nasceu), dois terços das quais se dirigiam para as áreas urbanas – cerca de 21 milhões de pessoas. (IBGE, 1979, p. 23).

Até 1960, as cidades grandes eram as que mais cresciam devido a um intenso processo de industrialização e metropolização – mais de 500 000 habitantes. No entanto, entre 1960 e 1970 podemos observar uma transição, passando a ser as cidades médias as que mais apresentam taxas de crescimento médio anual (8,7%) – 50 001 a 500 000 habitantes. “Este crescimento ocorre pelo crescimento vegetativo da população e também pelas correntes migratórias” (IBGE, 1979, p. 24).

Os dados do IBGE (1979) apontam que as regiões Sudeste e Centro-Oeste tinham ambas, em 1970, cerca de 60% dos migrantes. Na região Sudeste houve um aumento de 21 milhões de pessoas. Já região Nordeste é marcada pela perda populacional e apresenta, a partir de 1960, um saldo migratório negativo – perdendo por volta de 5,5 milhões de pessoas. Este dado, porém, segundo o relatório, é subestimado, pois “a composição etária da população emigrante teria garantido crescimento vegetativo mais alto do que efetivamente observado em relação à população nordestina como um todo” (IBGE, 1979, p. 25).

Dito da importância das migrações internas na distribuição da população e no crescimento urbano das diferentes regiões, cabe ainda lembrar que essa migração é altamente seletiva, tanto em termos de idade (as pessoas de idade mais jovem, entre 20 e 30 anos tendem a migrar mais), quanto em termos de capacidade para o trabalho. Isso vai garantir – pela grande concentração de mulheres em idade fértil – pelo menos nos primeiros anos de chegada, um expressivo aporte de novos nascimentos no local de destino, sobretudo se a migração é de origem rural ou de áreas subdesenvolvidas onde as taxas de fecundidade são as mais altas. (IBGE, 1979, p. 25).

As informações coletadas no relatório e nos gráficos do IBGE (1979, p. 26) apontam, na década de 1970, uma concentração maior distribuição das famílias por situação de domicílio na cidade que no campo. Esta concentração se acentua no ano de 1976 devido ao processo de urbanização. Se em 1970 a proporção de famílias residentes em zona urbana era de 58,8%, em 1976 eleva-se para 67,0%

do total de famílias” (IBGE, 1979, p. 26). Esta mesma distribuição indica que a pobreza maior se encontra no campo. “Entre as famílias que ganhavam até um salário mínimo, como rendimento familiar mensal, em 1970, 65% se encontravam em zonas rurais, enquanto 96% das que ganhavam mais de dez salários mínimos viviam em cidades” (IBGE, 1979, p. 26).

Os gráficos apontam que a pobreza nas cidades também atingiu proporções elevadas na década de 1970. Entre as famílias que ganhavam de um a dois salários mínimos, 63,3% se encontravam em zona urbana em 1970 e 55,1% em 1976. Além disso, segundo o relatório, a maior parte das pessoas que se declararam sem rendimento viviam em cidades, “sendo as famílias sem rendimento um total de 3,6% e 1,0% de famílias em 1970 e 1976, respectivamente” (IBGE, 1979, p. 26; 27).³²

Os dados apontam uma melhoria geral em termo de rendimento familiar no período de 1970 a 1976, com um decréscimo do número de famílias que ganham até um salário mínimo como rendimento mensal familiar (7.721,1 mil famílias em 1970 e 4.705,2 mil famílias em 1976) (IBGE, 1979). Observa-se, também, um aumento das famílias que recebem mais de 10 salários mínimos, que passa de 208,7 a 2.291,2 mil famílias de 1970 a 1976. Entretanto, estes dados não foram suficientes para reverter a concentração de renda.

Há que relacionar, também a melhoria observada neste período ao aumento do número de membros da família que ingressam no mercado de trabalho, configurando assim uma possibilidade de incrementar o rendimento familiar, sem que isso signifique, necessariamente, uma melhoria real em termos de condição de vida. (IBGE, 1979, p. 27).

Nas zonas rurais, entretanto, as famílias são maiores. “Isso parece indicar que, para os setores rurais – sobretudo para os que se dedicam à economia familiar camponesa – mais braços ainda significam maior disponibilidade de mão de obra” (IBGE, 1979, p. 28).

O tamanho da família é definido nos gráficos do IBGE (1979) pelo número de seus componentes. A distribuição para 1976 acusa uma diminuição no tamanho da família, mas o valor modal ainda se mantém nas famílias de 4 a 6 pessoas, que representam 41% do total. Isso indica que o padrão dominante é o da família com 2 a 3 filhos (IBGE, 1979, p. 29). Tomando em conjunto as famílias rurais e urbanas em relação ao tamanho da família, observa-se também que o

³² Deve-se observar que o indicador de rendimento familiar utilizado se refere sobretudo ao rendimento monetário. “O processo de urbanização traz, como consequência, o surgimento de uma economia essencialmente monetarizada, implicando cálculos mais precisos, o mesmo não se dá no campo, onde os rendimentos são frequentemente sub-estimados.” (IBGE, 1979, p. 27).

aumento do tamanho da família está relacionado ao rendimento familiar. Nota-se que as famílias mais numerosas (com sete membros ou mais) se incluem entre os setores com rendimento familiar até cinco salários-mínimos. O aumento nos rendimentos das famílias numerosas ocorre, segundo o relatório, devido “ao crescimento geral da economia e a uma maior participação na ocupação por parte de seus membros” (IBGE, 1979, p. 29). Entretanto, apesar de apontar maior rendimento para as famílias, o relatório afirma que “para a grande maioria destas famílias, as condições de vida são ainda muito precárias, uma vez que o rendimento familiar se apresenta extremamente baixo, quando comparado com seu tamanho” (IBGE, 1979, p. 29).

De acordo com os dados do IBGE (1979), o tamanho da família depende não só de fatores demográficos, mas também de econômicos, sociais e culturais. Além disso, não se trata de algo estático, com o tamanho podendo aumentar ou diminuir ao longo da vida. Um casal, por exemplo, pode ter filhos ou não, podendo haver separação ou não. De acordo com o relatório, o Censo considerava como família pensionistas e empregados, assim como as pessoas sós. Sendo assim, “pode-se notar uma tendência geral, não muito acentuada, porém, de diminuição do tamanho médio da família, de 1970 a 1976 tanto no campo quanto na cidade” (IBGE, 1979, p. 28). As análises entre estes dois anos mostram uma tendência à diminuição do tamanho das famílias, entretanto, os dados não permitem analisar o rendimento médio familiar per capita, apenas realizando um cálculo aproximado.

No caso extremo, de famílias de sete ou mais pessoas, que percebem, como rendimento mensal, até meio salário-mínimo, e que representam, em 1970, 18,8% das famílias que se encontravam nesta faixa de rendimento, a situação é ainda mais grave. Esta proporção cai, em 76, para 7,4%, mas ainda é considerável, se se pensa que significa quase 89 mil famílias, cujo rendimento mensal per capita não alcança mais que 0,06 salário-mínimo. (IBGE, 1979, p. 29).

Em relação a proporção de pessoas ocupadas por família, observamos que a percentagem de famílias sem nenhuma pessoa ocupada diminui de acordo com o tamanho da família.

Para todos os outros tamanhos de família, excetuando as mais numerosas, de 11 pessoas e mais (que aliás representam apenas 3,3% do total em 70, e 2,3% em 76) e as de a 10 pessoas em 76, o valor modal é de apenas uma pessoa ocupada. Assim, por exemplo, em 1976, quase 5 milhões de famílias com 4 a 6 componentes, ganham seu sustento a partir do trabalho de apenas um de seus membros. É só nas famílias mais numerosas que se encontram, em maior proporção, três ou mais pessoas ocupadas. Ainda assim, em 76, são apenas 44,4 % das famílias de 7 a 10 pessoas que se encontram neste caso; esta cifra ascende 70,2% para as famílias de 11 pessoas e mais, mas estas, como se viu, correspondem a uma minoria. Pode-se afirmar, portanto, que a proporção de pessoas ocupadas ainda é relativamente baixa, em relação ao número de membros da família. (IBGE, 1979, p. 30).

Ainda de acordo com o relatório, o conceito censitário de ocupação precisa ser examinado:

[...] ao incluir apenas aqueles que se consideram e se declaram trabalhadores, é possível que deixe de captar certos trabalhos esporádicos, ou trabalhos variados, realizados periodicamente – pelos quais não se percebem rendimentos regulares e/ou monetários – e ainda a produção de bens e serviços realizada dentro do âmbito doméstico, e que, por esta razão, frequentemente não se declaram como ocupação. Os membros da família que exercem tais tarefas frequentemente não aparecem nas pesquisas como trabalhadores remunerados, embora suas contribuições possam ser essenciais para a unidade familiar. (IBGE, 1979, p. 30).

As informações do relatório do IBGE (1979, p. 30) apontam a questão do trabalho feminino, uma vez que as ditas “normas culturais vigentes tendem a desqualificá-lo e considerá-lo apenas como subsidiário, levando as mulheres não se declararem ocupadas.

Esta impossibilidade de captar totalmente o fenômeno da ocupação se deve menos a possíveis deficiências técnicas na utilização do instrumento censitário que imitações inerentes à sua própria natureza: sua abrangência implica uma homogeneização de conceitos que não se adequa nem à heterogeneidade de formas que assume a ocupação, nem à diversidade de representações que a recobrem, permeadas e/ou distorcidas por valores ideológicos. (IBGE, 1979, p. 30).

Ao se relacionar o número de pessoas ocupadas e os níveis de rendimento, podemos observar o aumento da proporção de famílias com maior número de pessoas ocupadas entre 1970 e 1976. (IBGE, 1979, p. 31). Para os grupos mais favorecidos economicamente dentro dos setores de baixa renda e para os setores de renda familiar superior a 5 salários mínimos, há uma incorporação crescente da força de trabalho no mercado. Já em relação aos que se aproximam dos níveis de “pobreza crítica”, nota-se que a ocupação ocorre através de formas esporádicas ou irregulares de trabalho, normalmente extremamente mal remuneradas. Há ainda casos em que é nula a possibilidade de incorporação ao mercado de trabalho. Neste caso, as estratégias de sobrevivência adquirem formas consideradas, segundo o relatório do IBGE (1979, p. 31), como “marginais” – esmola, coleta de lixo, entre outras.

A participação de cada um dos componentes da família na estrutura produtiva e, por sua vez, condicionada diferencialmente pela posição que ocupa na mesma (cf. tabelas 17, 17a, e gráfico 5). Com efeito, a taxa de atividade varia significativamente segundo a situação na família, sendo a mais elevada dos chefes, seguida, em ordem decrescente, pela dos filhos, de outros parentes e dos cônjuges. Tal ordem se mantém idêntica de [19]70 a [19]76, ainda que as intensidades das taxas de ocupação tenham sofrido modificações. A categoria dos membros sem parentesco exibe uma taxa de atividade excepcionalmente elevada (ainda que esta sofra uma queda de [19]70 a [19]76), mas este fato se explica por se incluírem aí os empregados domésticos. A taxa de atividade da categoria cônjuges, ainda que

tenha visto seu valor duplicado de [19]70 a [19]76, ocupa o último lugar. É preciso lembrar aqui que, de acordo com os critérios censitários, cônjuge e, por definição, a mulher casada- uma vez que, existindo o casal, o homem será sempre o chefe. (9) significativo, entretanto, que a taxa de atividade da mulher casada seja tão baixa, apesar do aumento de 110%, experimentado de [19]70 a [19]76. (IBGE, 1979, p. 32).

Diante destes dados do IBGE (1979), fica evidente a inferioridade das taxas de atividade femininas, em comparação com as masculinas, assim como a significativa diferença entre mulheres "cônjuges" e mulheres chefes de família, que varia de acordo com o papel que assumem, já que algumas mulheres assumem a sós a responsabilidade da carga familiar.

Ainda que esta diferença tenha diminuído de [19]70 a [19]76 – pelo incremento da taxa de atividade das mulheres cônjuges, mantendo-se a das chefes quase igual – ainda e da ordem de 114,3%. O número de mulheres chefes representa mais do dobro de homens chefes nas mesmas condições, isto e, como únicos responsáveis pela carga familiar; além disto, esta proporção tende a aumentar: de 65,1% em 1970, as mulheres passam a representar 67,0% dos chefes sós, em 1976. Este fenômeno, predominantemente urbano, pareceria estar vinculado de maneira especial à situação de marginalidade econômica geradas por um processo de desenvolvimento desigual, uma vez que a maior parte das mulheres chefes percebe rendimentos extremamente baixos (sempre inferiores aos dos homens). (IBGE, 1979, p. 33).

Em suma, na década de 1970 a economia brasileira se recuperou da crise do pré-64, entretanto, a população não foi favorecida, tendo a concentração de renda se aprofundado no país. Segundo Netto (2014, p. 146), a parte da renda nacional apropriada pelos 40% mais pobres caiu para 13,3%. Foi no governo de Garrastazu Médici, que durou entre 1969 e 1974, que aconteceu o chamado "milagre econômico". Entretanto, compreendemos que não existem "milagres" na economia, sendo a concretização do "milagre econômico" o resultado de estratégias e planejamento dos militares, que teve como condição política necessária, segundo Netto (2014, p. 160), o terrorismo de Estado – que tentava manter os trabalhadores em silêncio. Com a máquina repressiva funcionando a todo vapor, vigiando, amedrontando e causando a eliminação física dos opositores, a ditadura militar conseguiu condições para impor no país um "modelo econômico" com efeitos perversos para os trabalhadores³³.

O crescimento econômico do governo Médici foi resultado de um planejamento de um Estado militarmente forte, que desde Castelo Branco³⁴ fez várias reformas. O modelo foi articulado por tecnocratas do Ministério do

³³ O Estado terrorista deu suporte ao econômico e contou ainda, em 1970, com o apoio norte-americano em relação à máquina policial, na preparação de agentes e na venda de armas para o Brasil.

³⁴ Como a Reforma Tributária.

Planejamento e da Fazenda, chefiados por João Paulo dos Reis Velloso e Delfim Netto. As estratégias do modelo, segundo Netto (2014, p. 153), consistiam na reorientação do processo de concentração de riqueza e renda, na redução da taxa do salário real básico com respeito à produtividade média do sistema e no fomento da exportação de produtos industriais. Os elementos que compunham este modelo econômico eram: o arrocho salarial; a concentração de riqueza; o financiamento do capital por meio de subsídios; a correção monetária como mecanismo de controle inflacionário; a garantia de altas taxas de lucros para os monopólios; o direcionamento da produção agroindustrial para o mercado externo; e a adoção de uma política governamental que visava atrair as grandes empresas transnacionais.

Sendo assim, o crescimento industrial ocorre principalmente nos anos de 1969 a 1973, do chamado *milagre econômico*. Segundo Silva (2009, 31), o milagre econômico:

[...] decorre de uma decisão política do governo ao liberar o crédito a partir de 1968, após vários anos de recessão, com baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego, custo reduzido de mão-de-obra de pouca qualificação, acrescidos de uma grande propensão ao consumismo por parte das camadas mais elevadas. (Silva, 2009, 31).

Para Silva (2009, p. 31), a ocorrência do milagre econômico só foi possível “mediante a repressão das tensões sociais que permite o estabelecimento de medidas importantes na transformação das relações de trabalho”. O autor destaca uma nova política de arrocho salarial, “a substituição do sistema de estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS” (Silva, 2009, p. 31) e a abolição do direito a greve. A política social se coloca então, segundo Silva (2009, p. 32), como estratégia para se atenuar as sequelas do desenvolvimento do capitalismo monopolista, marcado pela superexploração da força de trabalho e pela forte concentração de renda.

Em 1970 foi elaborado, por uma equipe chefiada pelo ministro do Planejamento de Médici, João Paulo dos Reis Velloso, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PDN), que ficou em vigor até 1974. O I Plano Nacional de Desenvolvimento, segundo Netto (2014, p. 151), orientou os investimentos estatais em áreas como transporte, comunicações e indústrias de base (siderurgia, petroquímica, construção naval e produção de energia elétrica). Além disso, sinalizou para os grupos monopolistas quais intervenções seriam mais rentáveis e seguras. A industrialização e modernização também chegou ao campo, com a introdução de novos avanços tecnológicos e estímulos governamentais, como o

oferecimento de crédito. Foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Segundo Netto (2014, p. 150), a exportação de café, algodão, soja e cana-de-açúcar se intensificava, em detrimento da produção de alimentos para consumo interno. Os pequenos proprietários e a agricultura familiar foram os responsáveis pelo consumo interno do país.

De 1968 a 1973, segundo Netto (2014, p. 151), a taxa anual de inflação se estabilizou em 20%; entre 1969 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* aumentou em 51%; houve crescimento econômico de 1,5% em 1969; 10,4% em 1970; 11,3% em 1971; 12,1% em 1972 e 14,0% em 1973. Entre 1969 e 1974, o valor das exportações subiu para 8 bilhões de dólares. Tais resultados foram impulsionados pela publicidade da ditadura militar, com *slogans* como “ninguém segura este país”.

Entretanto, apesar dos índices altos, o governo Médici não buscou atender as necessidades básicas da população, mas sim fomentar a modernização técnica e o crescimento econômico do país, assim como a produção bélica. O governo investiu em setores como energia, estradas, siderurgia e telecomunicações. Também houve uma desnacionalização da economia e uma maior abertura ao capital estrangeiro. Em 1968, por exemplo, a Lei de Remessa de Lucro, iniciada no governo Castelo Branco, permitiu que o investimento estrangeiro tivesse grande fluxo. Segundo Netto (2014, p. 148), em 1974, das 200 maiores empresas industriais que operavam no país, 41,6% eram estrangeiras, 35,2% estatais e 23,1% nacionais. Sendo assim, os anos do “milagre econômico” atendiam aos interesses dos grandes proprietários e monopolistas, e não a população trabalhadora. Em 1974 e 1975, segundo Netto (2014, 156), um terço da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza absoluta.

Dados obtidos pelo relatório do Departamento de Estudos e Indicadores Sociais da Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos do IBGE (1979, p. 75), apontam que a desaceleração da economia no período 1973-1976 comprometeu as condições do mercado de trabalho de modo geral. Em todas as regiões diminuiu o ritmo de absorção de mão de obra. Os dados obtidos por tal pesquisa também apontam que o número de pessoas ocupadas no setor primário decresceu. No setor secundário, embora tenha se elevado o número absoluto de ocupações em praticamente todas as regiões, decresceu a participação da absorção de mão de obra feminina (19,1% em 1968 para 16,2% em 1976), o que levanta a hipótese da substituição do trabalho feminino pelo masculino, tenha ocorrido em todas as regiões (IBGE, 1979, p. 96).

As informações obtidas pela pesquisa do IBGE (1979, p. 96) mostram que entre os anos 1973-1976 houve uma diminuição das taxas de atividade masculinas e femininas, urbanas e rurais para todos os grupos etários, em todas as Regiões da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o que pode estar associado ao pequeno crescimento da força de trabalho (1,7%). De modo geral, as taxas de atividades femininas apresentaram uma redução mais intensa que as masculinas e as taxas de atividades rurais decresceram mais que as urbanas³⁵.

Como uma das explicações para a diminuição das taxas de atividades, consta no relatório do IBGE a observação de que:

[...] o comportamento das taxas de atividade segundo os diferentes grupos etários, tem-se que a redução maior se deu para o grupo de 10 a 14 anos. Este fato parece estar vinculado, além da própria retração da demanda por força de trabalho (sendo os jovens preteridos aos adultos) à maior frequência do menor a escola(g) que se reforça pelo não pagamento do salário família aos trabalhadores que não comprovem que os filhos com menos de 14 anos estão matriculados na escola e pela oferta de merenda escolar que, em se constituindo na garantia de uma refeição, no caso de muitas famílias de baixa renda serve muitas vezes como elemento fundamental para definir a ida da criança à escola. Haveria que fazer referência ainda a uma certa recuperação do poder de compra dos salários (principalmente se comparados aos de 1973), (1 o) atuando no sentido de diminuir a necessidade do trabalho do menor. (IBGE, 1979, p. 97).

Compreendendo as condições de vida do conjunto de trabalhadores que recebem os níveis mais baixos de remuneração e de cuja prática econômica depende, muitas vezes, a de uma família inteira, o relatório aponta também a ausência de mecanismos compensatórios, como o auxílio – desemprego, que, segundo este documento, “permitam ao trabalhador enfrentar uma situação de desemprego por um período de tempo mais prolongado, a própria condição de desempregado torna-se inviável para uma parcela ponderável da força de trabalho.” (IBGE, 1979, p. 97). Na falta de trabalho e de outras fontes de receita para a execução das despesas domésticas, o desemprego não se apresenta para esses indivíduos como uma possibilidade concreta, pois coloca em risco “suas próprias condições materiais de existência e as de seus dependentes.” (IBGE, 1979, p. 97).

Foi apontado pelo relatório que “no período 1968-1973, caracterizado como de grande expansão da economia (o crescimento médio anual do PIB foi de 11,5%), o crescimento da ocupação foi acompanhado por reduzidas taxas de

³⁵ “Em 1968 a taxa de atividade global para o total das regiões era 60,1 %, passando em 1973 para 54,7% e em 1976 para 50,8%. Em 1968 as taxas de atividade masculina e feminina para o total das regiões eram 87,6% e 34,4%, passando em 1976 a 73,6 % e 28,8%, respectivamente” (IBGE, 1979, p. 96).

desemprego aberto” (IBGE, 1979, p. 95). No que se refere ao período entre 1973-1976, caracterizado como de desaquecimento da economia (a taxa de crescimento médio anual do PIB foi 8,1 %), “era de se esperar, pois, uma elevação nas taxas de desemprego aberto provocada pela retração na demanda de mão de obra. Entretanto os indicadores apontam que diminuiu o nível de desemprego aberto em 1976” (IBGE, 1979, p. 95). Entretanto, o próprio relatório apresenta uma revisão sobre estes dados e observa que “na PNAD 1976 foi reconstituído o conceito de população economicamente ativa utilizado no Censo de 1970, pesquisando-se também as pessoas que trabalharam no ano” (IBGE, 1979, p. 95). Com esta mudança no conceito de força de trabalho, fica acrescida em aproximadamente 519 mil pessoas, com a taxa de desemprego aberto passando de 1,8% para 3,1%.

As reduzidas taxas de desemprego aberto da PNAD apenas podem representar um momento de espera de trabalho- passagem de um trabalho a outro ou a procura de trabalho pela primeira vez- ou seja, o que se tem denominado teoricamente de desemprego friccional. Neste sentido, a análise da taxa de desemprego aberto não permite uma compreensão mais profunda da situação brasileira uma vez que é praticamente impossível para a maior parte da força de trabalho permanecer desempregada, mesmo que seja por um período relativamente curto. Este tipo de realidade levou muitos pesquisadores a refletirem mais profundamente sobre as condições concretas de trabalho da mão de obra. Estas reflexões têm-se materializado em estudos de "subemprego" que, utilizando-se de variáveis tais como renda, produtividade, posição na ocupação, número de horas trabalhadas etc, tentam explicar quantitativamente o fenômeno. (IBGE, 1979, p. 97).

Eram enquadrados como subempregados, os trabalhadores manuais que se situam fora do emprego assalariado: biscateiros, trabalhadores por conta própria, empregadas domésticas. Estes faziam parte do mercado informal de trabalho, na área urbana. Já na zona rural se enquadravam nesta categoria os trabalhadores vinculados ao regime de pequena propriedade familiar (IBGE, 1979, p. 98).

Não se pode negar o fato, por demais evidente, de que muitas dessas pessoas não dispõem se quer do que se poderia chamar de condições mínimas de sobrevivência e que, em inúmeros casos, a possibilidade de trabalhar em horário integral para receber salário-mínimo é valorada positivamente. Cabe lembrar, entretanto, que nem sempre a condição de subempregado pode se aplicar aos trabalhadores por conta própria ou aos membros da família sem remuneração e nem tampouco desaparece pela simples integração de indivíduo ao regime de trabalho assalariado. (IBGE, 1979, p. 98).

De acordo com os dados do IBGE (1979, p. 96), dentre as 38.311 mil pessoas ocupadas no país em 1976, cerca de 33,8% tinham remuneração mensal até um salário mínimo e 12,6% não recebiam nenhuma remuneração. 46,4% das

pessoas tinham remuneração menor ou igual ao mínimo institucionalmente fixado. Das pessoas com remuneração até um salário-mínimo, 60,5% encontravam-se nas regiões III (Sul) e V (Nordeste) (2.093,9 mil e 5.863,7 mil, respectivamente). As Regiões do Rio de Janeiro e São Paulo concentram 19,5% das pessoas com remuneração até um salário-mínimo e apenas 5,8% das pessoas sem remuneração. Por sua vez dentre as pessoas ocupadas que tem remuneração mensal superior a 10 salários-mínimos (1.494 mil), 56% se encontram nas Regiões apenas 28% nas Regiões III e V.

Nas regiões onde o setor agrícola é relativamente mais importante, observa-se que a absorção de maior parte da mão de obra se dá a níveis de remuneração muito baixos, ao passo que naquelas onde se concentra a produção industrial, a mão-de-obra absorvida é melhor remunerada. Entretanto, não se quer dizer que não haja remuneração abaixo do salário mínimo onde predominem atividades industriais – apenas que isso acontecia em menor proporção. Também não se pode generalizar e se afirmar que as pessoas sem remuneração estão ligadas fundamentalmente às pequenas unidades de produção rural, com o trabalho familiar (IBGE, 1979, p. 99).

Por sua vez, a categoria trabalhadores autônomos está associada aos pequenos produtores que, diferentemente dos assalariados, exercem algum controle sobre os meios de produção e que, embora subordinados de certa forma ao sistema capitalista, estão vinculados a outras formas de organização da produção. Na área rural os trabalhadores autônomos seriam os pequenos produtores agrícolas, enquanto que na área urbana eles corresponderiam predominantemente aos "biscateiros". (IBGE, 1979, p. 99).

Pelo conceito da PNAD é considerado empregador qualquer pessoa que tenha pelo menos um empregado, sendo estimado como grande proprietário quem tenha sob seu controle um número elevado de empregados. Além dessas categorias, aparecem no relatório do IBGE, de 1979, os membros da família sem remuneração, que se constituem basicamente na mão-de-obra utilizada pelos pequenos produtores na área rural (IBGE, 1979, p. 99).

De acordo com os indicadores, no Rio de Janeiro e em São Paulo, mais de 80% das pessoas ocupadas são empregados, o que explica a concentração espacial da produção urbana industrial. Já no Sul e no Nordeste, os empregados representam respectivamente 50,1% e 45,0% das pessoas ocupadas – com destaque para as “elevadas participações de membros da família sem remuneração e de trabalhadores autônomos, que estão ligados à presença marcante da pequena propriedade na estrutura agrária destas regiões.” (IBGE, 1979, p. 100).

Enquanto nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília a maior concentração de empregados estão nas classes de mais de 1 a 2 e mais de 2 a 5 salários mínimos, no caso da região Sul a maior concentração está nas classes de mais 1/2 a 1 e mais de 1 a 2 salários mínimos e na região Nordeste a maior concentração está nas classes até 1/2 e mais de 1/2 a 1 salários mínimos. A menor proporção de empregados e de menor remuneração se encontra na Região V e “pode ser explicada, por um lado, pela existência de um setor primário mais mecanizado e, por outro, pelo maior grau de industrialização daquela região.” (IBGE, 1979, p. 100).

Para as demais categorias, o comportamento encontrado é muito semelhante, ou seja, a situação das pessoas ocupadas em termos de rendimentos nas Regiões I, II e VI é razoavelmente melhor que nas demais. No caso das Regiões I e II, isto deve estar associado à predominância de estabelecimentos industriais de maior porte que, pelo fato de serem mais rentáveis que os pequenos, podem melhor remunerar a mão-de-obra, e no caso da Região VI à elevada absorção de mão de obra pelo setor público. (IBGE, 1979, p. 100).

Esta situação mais favorável também vai estar refletida nas proporções de empregados com carteira assinada pelo empregador. Esse indicador vai apontar destaque em regiões onde predominam unidades de produção com maior organização e, conseqüentemente, com maior tendência a cumprir a legislação social.

O setor secundário, em todas as regiões, apresenta as maiores proporções (variando entre 66,9% na Região V e 68,2% na Região II) e o setor primário as menores proporções de empregados com carteira assinada (a maior proporção de empregados com carteira assinada neste setor foi encontrada na Região II - 34,6% - dadas as transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho no campo paulista, onde cada vez mais intensifica-se o assalariamento da mão de obra rural) . Observa-se ainda, conforme já esperado, que são as Regiões I e II (Rio de Janeiro e São Paulo) que possuem as maiores proporções de empregados com carteira assinada em todos os setores. No que concerne ao sexo, a proporção de homens com carteira assinada é em geral mais elevada que a de mulheres, nessas e nas demais regiões. A maior dificuldade das mulheres, dos jovens (menores de 14 anos) e dos velhos (70 anos e mais) de encontrarem trabalho e, principalmente, de obterem os benefícios garantidos pela legislação social, também pode ser verificada nas proporções de mulheres, jovens e velhos que na condição de empregados possuem carteira assinada pelo empregador. (IBGE, 1979, p. 100; 101).

A análise do indicador relacionado ao número de horas trabalhadas verifica, por exemplo, “que 35,6 % dos homens e 22, 1% das mulheres trabalham 49 horas e mais. Além disso, dentre essas pessoas que trabalham mais de 49 horas, cerca de 30% o fazem para conseguir um rendimento de até um salário mínimo e 28% para obter entre 1 a salários mínimos.” (IBGE, 1979, p. 101). Isto significa que para garantir a própria subsistência estas pessoas “têm que trabalhar além da

jornada de trabalho considerada normal (48 horas por semana).” (IBGE, 1979, p. 101). Esta situação é mais intensa no Sul e no Nordeste, que além de concentrarem “mais de 50% da mão-de-obra que trabalha 49 horas e mais (cerca de 6,4 milhões de pessoas), concentram ainda 55,1 % (27,5% no sul e 27,6 % no Nordeste) das pessoas que estão envolvidas nesta super-jornada de trabalho e têm remuneração de até 2 salários-mínimos” (IBGE, 1979, p. 101).

A coleta de dados a partir dos indicadores sociais do ano de 1979, realizada pelo IBGE, não foi concluída até o final do projeto de qualificação. Entretanto, podemos observar até aqui que o crescimento econômico buscado pela ditadura militar não trouxe profundas mudanças qualitativas para grande parte dos trabalhadores, que continuavam empobrecidos e explorados. Lembramos também que a modernização do parque industrial exigia trabalhadores mais qualificados e com maior formação técnica, o que contribuía para os citados níveis de desemprego.

A crise do “milagre econômico” chegou na primeira metade da década de 1970, resultando do desequilíbrio entre a produção de bens de consumo e a produção civil. Segundo Netto (2014, p. 159), entre 1970 e 1973, enquanto a produção de bens duráveis praticamente dobrou, a de bens intermediários aumentou menos da metade. A exportação agrícola fez com que a produção voltada para o mercado interno se mostrasse insuficiente em face da demanda provocada pelo crescimento industrial e o recurso a importações se mostrou ineficaz para solucionar o desequilíbrio interno. Sendo assim, o “modelo” encontrou seu esgotamento, mas não significou o fim do terrorismo de Estado.

Entre 15 de março de 1974 e 15 de março de 1979, Ernesto Geisel governou o país. Nesta época encontramos mudanças políticas e econômicas no cenário mundial. Nos anos 1970, segundo Antunes (2007, p 28), após uma longa fase de acumulação de capitais, ocorreu a crise do fordismo e do keynesianismo, que significou um quadro ainda mais crítico e complexo: o de uma crise estrutural do capitalismo, que não conseguiu se reerguer e voltar ao seu ciclo. Como resposta, um processo de reorganização do capital foi iniciado, sendo um dos contornos mais evidentes o advento do neoliberalismo no cenário mundial. Com a reestruturação produtiva, que visava a recuperação do ciclo produtivo, ocorreram várias transformações no modo de produção capitalista, como a acumulação flexível, *downsizing*, formas de gestão organizacional, avanços tecnológicos e introdução do toyotismo. As consequências destas mudanças no mundo do trabalho foram a desconcentração industrial (isto é, indústrias deslocadas para países subdesenvolvidos), o desemprego estrutural, o aumento da precarização

das condições de trabalho, perda de direitos da classe trabalhadora, terceirização e o trabalhador liberal-flexível. A flexibilização das leis trabalhistas apenas beneficia os empregadores, pois direitos conquistados podem ser alterados, o que significa prejuízo para os trabalhadores.

Não cabe neste trabalho detalhar as implicações desta crise estrutural do capital, mas apenas indicar que foi neste contexto mundial que Geisel tentou gerir o país e lidar com o fim do “milagre” econômico. A escolha do governo Geisel foi a de forçar o crescimento e o desenvolvimento do país, o que tomou forma no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Segundo Netto (2014, p. 188), o II Plano Nacional de Desenvolvimento privilegiava:

[...] a ênfase na produção de bens de capital, na ampliação da base do sistema industrial com forte investimento na produção de insumos por via das empresas estatais [...] e no aumento do grau de inserção da economia brasileira no conjunto da divisão internacional do trabalho.

Em relação a política externa, nos EUA, foi explícita a derrota da violência no Vietnã, que resultou um acordo de paz, firmado em 1973. Já em 1977, foi eleito presidente o político e filantropo Jimmy Carter, que assumiu uma política a favor dos direitos humanos. Segundo Netto (2014, p. 186), o presidente Carter estimulou movimentos em defesa da integridade física das pessoas vítimas de violência em diferentes países. Com isso, houve tensões do governo brasileiro com o norte-americano.

O endividamento externo, devido principalmente aos financiamentos feitos a empresas estatais, cresceu no período da ditadura. Segundo Netto (2014, p. 192), Geisel encontrou uma dívida de US\$ 17,1 bilhões em 1974, que subiu para US\$ 49,9 bilhões em 1979. A inflação também registrou uma curva ascendente, chegando a 53,9% em 1979. Segundo Silva (2009, p. 36), “começa a se explicitar uma crise do Estado que se aprofunda e se estende mesmo com o fim da ditadura” e houve um “aprofundamento da crise econômica, principalmente a partir de 1977, no contexto da crise internacional do petróleo”, com o retorno dos altos índices inflacionários e elevação da dívida externa brasileira.

Em março de 1977, Geisel enviou ao parlamento um projeto de Emenda Constitucional relacionada a reforma do Judiciário³⁶ – a qual foi rejeitada. O ditador, então, determinou recesso no Congresso Nacional e passou a governar por decreto. Segundo Netto (2014, p. 196), no dia 15 de abril de 1977, Geisel reabriu o Congresso Nacional e baixou o “pacote de abril”, com as emendas

³⁶ A reforma do Judiciário retirava os julgamentos de policiais militares dos tribunais civis, passando estes à instância de tribunais especiais constituídos por oficiais da própria polícia.

Constitucionais n. 7 e 8, de 13 e 14 de abril. A primeira reproduziu o texto sobre a reforma do Judiciário e a segunda alterou a legislação eleitoral³⁷, para travar o crescimento da oposição.

No início do mandato de Geisel, segundo Netto (2014, p. 199), empresários denunciaram, através de uma campanha que ganhou espaço na grande imprensa, o “gigantismo do Estado na economia”. O descontentamento do empresariado se dava diante da crise do “milagre” e, ao final do governo Geisel, diante de imensas greves dos trabalhadores, os empresários colocavam em xeque a política do arrocho salarial.

A Emenda Constitucional n. 11, de 13 de outubro de 1978, segundo Netto (2014, p. 205, 206), tinha como ponto central a revogação “do AI-5 e de todos os atos complementares e leis a ele vinculados”. Com isso, restaurava-se o direito a habeas corpus e se reestabeleciam as prerrogativas do Judiciário. Além disso, a Emenda restringiu os poderes do Executivo, que perdeu o poder de fechar o Congresso Nacional e o de cassar mandatos, por exemplo. Esta Emenda também modificou a Lei de Segurança Nacional e extinguiu as penas de morte e de prisão perpétua. Por fim, revogou o banimento aos exilados brasileiros.

Em 15 de março de 1979, toma posse o general João Batista de Oliveira Figueiredo, último presidente militar. Na posse, Figueiredo (*apud* Netto, 2014, p. 211) reiterou: “Juro fazer deste país uma democracia” e, sobre a abertura democrática, disse: “é para abrir mesmo, e quem quiser que não abra eu prendo e arrebento”. Entretanto, quem foi “preso” e “arrebentado” no governo Figueiredo, foi a classe trabalhadora, a qual foi à luta contra o arrocho salarial e pela retomada da democracia no país.

Na década de 1980 encontramos um quadro recessivo, com o segundo choque do petróleo. Além disso, o governo norte-americano elevou as taxas de juros, impactando os países da América Latina, em especial os com dívidas externas contraídas a juros flutuantes – como foi o caso do Brasil. Segundo Netto (2014, p. 213), com o governo Figueiredo e a direção econômica de Delfim Netto, “a dívida externa brasileira saltou de 49,9 bilhões de dólares (1979) para 91 bilhões de dólares (dezembro de 1984)” e “em dezembro de 1982, a ditadura, formalmente, foi obrigada a reconhecer o fracasso do seu “modelo econômico” e da sua gestão”. A inflação estava em alta e, segundo Netto (2014, 213), o índice dos preços ao consumidor aumentou de 91,2% em 1981 para 217,9% em 1985. Já o PIB teve queda: “o produto real cresceu 6,76% em 1979, 9,23% em 1980 e

³⁷ Entre as medidas do “pacote de abril”, encontram-se mudanças nas eleições dos governos estaduais para beneficiar a ARENA e o mandato presidencial seria prolongado para 6 anos.

decaiu para -4,30% em 1981”. Em 1981, quase 30,3% da população estava desempregada e em 1985 41% dos 54 milhões de brasileiros viviam em condições de pobreza. Netto (2014, p. 215) aponta ainda que em São Paulo, em 1984-1985, 25,9% das crianças apresentavam um quadro crônico de desnutrição e que entre 1978 e 1982, “as verbas para o combate à malária diminuíram em 60% e as destinadas ao combate à esquistossomose em 80%”.

Em 30 de outubro de 1979, após imensa luta da classe trabalhadora, o governo Figueiredo redefiniu a política salarial, através da Lei n. 6.708. Tais medidas buscavam reduzir os conflitos no mundo do trabalho e contribuíram para reduzir as greves dos anos 1980. Entretanto, vale destacar que com estas lutas os trabalhadores avançaram na sua força e reconhecimento como classe.

Diante do exposto, observamos que o período da ditadura militar brasileira foi de miséria de uma parcela significativa da população, aumento das expressões da “questão social”, participação da classe trabalhadora nas lutas contra a ditadura, concentração de renda e da propriedade privada. Os fundamentos do regime militar ao serem implantados, segundo Silva (2009, p. 30), “são buscados na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimentismo, vinculada a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e ao pensamento católico de tendência conservadora”. Ou seja, o regime buscava uma atuação acrítica e moderna do Serviço Social, a fim de que este controlasse as expressões da “questão social” para que estas não prejudicassem o capitalismo monopolista que se formava, associado aos interesses estrangeiros. Cabe neste tópico apenas contextualizar o plano econômico da ditadura militar, no qual buscava-se inserir a atuação do Serviço Social conservador ao se tentar consolidar o chamado “desenvolvimentismo”. Com isso, outros desdobramentos importantes do período da ditadura militar não serão levantados aqui³⁸.

2.3 Serviço Social no contexto da ditadura militar

O grande capital e o Estado autocrático burguês, até aqui analisados, é que direcionam a profissão do Serviço Social nas décadas de 1960 e 1970. Analisaremos neste tópico o trabalho de assistentes sociais atrelado aos

³⁸ Como por exemplo a questão que diz respeito aos partidos políticos e o multipartidarismo – resultado da aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Orgânica n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979.

interesses da ditadura militar. Netto (2015, p. 161) mostra que, além da reorganização do Estado burguês, a implantação das médias e grandes empresas (monopolistas e estatais) também influenciou nos rumos da profissão, pois o mercado de trabalho e o modo de vida da população estava em transformação. No regime militar, encontra-se o binômio repressão-assistência como uma forma de se lidar com as expressões da “questão social”. A assistência social, assim, ficou subordinada à Doutrina de Segurança Nacional, funcionando como um mecanismo de reprodução do capital, com as expressões da “questão social” transformadas em problemas de administração – com burocratização e esvaziamento de seus conteúdos.

O Serviço Social é uma profissão que varia de acordo com as mudanças nas sociedades ao longo do tempo. Sendo assim, as atribuições do Serviço Social são sempre revistas no decorrer da história por ser uma profissão que acompanha as demandas e as condições de vida da população usuária dos serviços sociais e políticas públicas. Os fenômenos de pauperização de amplos setores da população e as sequelas do desenvolvimento exigiram um novo padrão para o assistente social. A prática profissional precisou ser revista, para então responder às novas demandas sociais. Um conjunto de procedimentos modernos foi atrelado à profissão e o efeito global destas novas exigências que o contexto histórico trouxe causou a erosão do Serviço Social Tradicional e abriu uma série de questionamentos, até mesmo sobre o próprio rumo da profissão.

O Serviço Social foi uma profissão requisitada para a efetivação do desenvolvimentismo proposto na ditadura militar³⁹. Durante o período do “milagre”, foram criadas medidas políticas para o enfrentamento da “questão social”. Segundo Netto (2014, p. 157, 158), o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), a ser operado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado em 1971, beneficiava os trabalhadores rurais basicamente com os direitos a aposentadoria por velhice (50% do salário mínimo), aposentadoria por invalidez (50% do salário mínimo), pensão (30% do salário mínimo) e auxílio funeral. Também foi criado em setembro de 1970 o Programa de Interação Social (PIS), voltado para trabalhadores de empresas privadas e, em dezembro de 1970, foi criado o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

As políticas sociais passam a se vincular ainda mais ao sistema produtivo, objetivando, segundo Silva (2009, p. 32), “corrigir as distorções entre produção e

³⁹ Sobre Serviço Social e Ditadura, ver: Stampa (2019) e Silva (2021).

consumo, e torna-se medida de impacto para legitimação do novo regime”. Até 1974, quando entra em vigor o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), era atribuída à política social “a função de eliminação dos pontos de estrangulamento do crescimento econômico e de criação de condições para que esse atingisse maiores índices, sendo percebido o desenvolvimento social como consequência automática do crescimento econômico”.

No I PND (1972-1974), segundo Silva (2009, p. 32), “a política social é definida em termos de integração social, significando articulação harmônica entre governo e setor privado; entre União e Estado; entre regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas”. Toda esta articulação se efetivava através de programas como: Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), BNH, Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), Programa de Colonização na Região Transamazônica (PROTERRA) e Programa de Integração Nacional (PIN). Esta política de integração social objetivava criar bases para o mercado de massa, associando assistência a maior eficiência do trabalhador.

Ainda na perspectiva de integração social, segundo Silva (2009, p. 33), são criados projetos privilegiando as áreas da cultura e lazer: o Projeto Rondon e o Projeto Nacional de Centros Sociais Urbanos, em 1975.

A política social do regime militar também teve seu impacto na área da assistência social, em nível nacional assumida pela Legião Brasileira de Assistência e pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e, em nível dos Estados pelas secretarias de Bem-Estar social. A área da previdência ficou a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Já o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) foi a ação econômica e social do governo Geisel, que, segundo Silva (2009, p.36), em sua estratégia de desenvolvimento social “diz não aceitar que o crescimento econômico, por si, resolva o problema de distribuição de renda, levantando a necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas ‘enquanto o bolo cresce’”. Para isso, a estratégia social deste período é representada pela conjugação da política de emprego com a política de salários; pela política de valorização de recursos humanos, programas na área da educação, treinamento profissional, saúde e assistência médica, saneamento e nutrição; pela política de integração social (enquanto mecanismo destinado a suplementar renda); política de habitação, com a ampliação da Previdência Social para atendimento de novas categorias da população, principalmente os mais

pobres; pela progressiva universalização da legislação do trabalho e pela política de defesa ao consumidor, para assegurar preços mais baixos aos produtos de consumo básico.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, segundo Silva (2009, p. 37), “preconiza uma política social que se volte para *beneficiar* especialmente as populações que se situam no nível da “pobreza absoluta”, preconizando a redistribuição de renda”.

O processo de abertura política teve início em 1974, durante os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), terminando em 1988 com a promulgação da nova Constituição. No governo Figueiredo foi protagonizada, sob forte pressão popular, uma ampliação da política de libertação, compreendida como “abertura”. Segundo Silva (2009, p. 37), trata-se de uma “libertação planejada e controlada que praticamente distingue a oposição aceitável da intolerável”.

Para Silva (2009, p. 37), o movimento por anistia é vitorioso ainda em 1979, conquistando uma anistia parcial, mas que representou um passo significativo em relação a pressão social. Com a anistia política, os exilados políticos retornaram ao país, com todos os direitos recuperados.

A partir de 1979, de acordo com Silva (2009, p. 37), acompanhamos o aprofundamento da crise econômica, com a elevação dos índices inflacionários, crescimento da dívida externa e agravamento da condição de vida da população. É então instituído o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-85), que tem como objetivos nacionais prioritários “o acelerado crescimento de renda e do emprego”⁴⁰.

Em suma, acompanhamos assim, entre os anos de 1965 e 1981, um processo de pauperização crescente, apesar da proliferação dos programas assistenciais realizados na ditadura militar, voltados à complementação de baixos salários.

Diante do quadro que situa, de um lado, a ampliação das políticas sociais enquanto mecanismos destinados a atenuar a política econômica de concentração de renda e de arrocho dos salários dos trabalhadores, e de outro lado, a deteriorização das condições de vida da população e o movimento crescente de rearticulação organizada da sociedade civil, coloca as pressões sobre o Serviço Social pelo Estado, que tem exigido a modernização técnica da profissão para assumir, eficazmente, a função de mediadora entre o amplo aparato assistencial e seus benefícios e a função de conquistar o apoio das populações aos programas

⁴⁰ Esta etapa do trabalho consiste em uma breve análise das políticas sociais presentes no período correspondente as décadas de 1965 a 1981, por isso, o III Plano Nacional de Desenvolvimento, que ficou em vigor até a metade da década de 1980, não será analisado com profundidade. Cabe apenas destacar que este preconiza ações que beneficiam diretamente a expansão do campo da educação, cultura, saúde, saneamento, previdência social, habitação popular e desenvolvimento comunitário.

governamentais de desenvolvimento. A pressão dos movimentos sociais populares, nessa conjuntura, coloca, de forma cada vez mais explícita, novas demandas para a prática do Serviço Social na busca de apoio ao seu esforço de organização. (Silva, 2009, p. 39).

Por fim, aponte, brevemente, o trabalho do Serviço Social no período correspondente a 1965 a 1981, quando surgem os primeiros debates sobre o caráter político da prática profissional e a desmistificação de sua suposta neutralidade.

2.4 Renovação conservadora do Serviço Social

Em meio ao contexto da ditadura militar ocorre o processo de renovação do Serviço Social. José Paulo Netto, na obra *Ditadura e Serviço Social* (2015), desenvolve uma abordagem processual do processo de Reconceituação do Serviço Social entendendo-o como um movimento que se articulou, primeiramente, como consequência da crise estrutural gestada desde meados dos anos 1950, e, posteriormente, como alternativa a evidente falência do Serviço Social institucional. Em suma, Netto (2015, p. 182) destaca três elementos da erosão do Serviço Social tradicional: primeiro, as mudanças que a sociedade sofria; segundo, a necessidade de se aperfeiçoar o aparelho conceitual do Serviço Social – elevando o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais –; e por último, a implementação de projetos de desenvolvimento, colocados pela própria autocracia burguesa.

Ou seja, Netto (2015) aponta três direções para este processo de renovação. A primeira direção tem uma perspectiva modernizadora, caracterizada pela busca de adequação do Serviço Social as novas demandas do desenvolvimentismo e dos processos sócio-políticos emergentes no pós-1964. A profissão assumiu uma postura modernizadora em sua prática, movida pela ideologia desenvolvimentista. Essa perspectiva atinge seu auge nos documentos de Araxá e Teresópolis. A segunda direção apontada por Netto (2015) é a de reatualização do conservadorismo. A reatualização é, para o autor, uma volta ao passado, mas com matrizes teóricas mais aprimoradas. Ao contrário da perspectiva modernizadora, essa direção não tem muita repercussão no interior da profissão.

Já a terceira direção analisada por Netto (2015) aponta a intenção de ruptura com o Serviço Social Tradicional, com uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos e metodológicos. Há então uma

oposição ao tradicionalismo do Serviço Social, e passa-se a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco que está no poder.

Segundo Netto (2015, p. 156, 157), na década de 1960 e 1970, havia no discurso governamental um claro componente de validação e reforço do Serviço Social dito como tradicional. Este discurso tinha como objetivos preservar os traços mais subalternos do exercício profissional, evitar projeções profissionais que trouxessem alguma espécie de conflito e manter as modalidades de intervenção que a profissão exercia nos anos 1950. A autocracia burguesa investiu na reiteração de formas tradicionais do Serviço Social, mas o movimento da história conduzia o país a mudanças, e estas apontavam para uma reformulação também no cenário do Serviço Social. Segundo Faleiros (1986, p. 39), um estudo sobre Serviço Social no Brasil, publicado em 1968, chamado *Os Serviços Sociais no Estado*, colocou a solução da problemática do Serviço Social na modernização e no desenvolvimento.

Segundo Silva (2009, p. 15), em meados da década de 1960 e 1970 configura-se no Brasil um esforço de atualização conservadora, via modernização do aparato profissional, a fim de atender às demandas do capitalismo monopolista.

Segue-se um processo de secularização e ampliação do suporte técnico-científico da profissão, com a criação de escolas e faculdades, sob a influência do avanço das Ciências Sociais, nos marcos do pensamento conservador, destacando-se a vertente empiricista norte-americana, com reforço às tendências pragmáticas da profissão, e pautado por uma visão de sociedade como uma entidade funcionalmente articulada, tendo como modelos a família e a corporação. Nessa perspectiva, o Serviço Social passa da influência do pensamento conservador europeu (escola franco-belga) para o da sociologia conservadora norte-americana, tendo como utopia a comunidade e a solidariedade. (Silva, 2009, p. 15).

Nos anos 1950 e 1960, o mercado brasileiro se expande, com uma pesada industrialização, ampliação de grandes empresas monopolistas e estatais, etc. Diante desta mudança, há a reformulação das estruturas onde se inserem as assistentes sociais, com uma reformulação operacional e funcional, segundo Netto (2015, p. 158, 159). Com esta complexificação dos aparatos em que os profissionais do Serviço Social se inserem, uma especialização das atividades da assistente social se fez necessária. Neste período surge, por exemplo, a inserção da assistente social no mundo empresarial, com o Serviço Social de empresa. Tal trabalho tinha como finalidade a vigilância e o controle da classe trabalhadora.

O Serviço Social empresarial, segundo Faleiros (1986, p. 67), “torna-se mais burocrático, administrando serviços, questionários, papéis, números e estatísticas”. Essa concepção neopositivista “serve evidentemente ao processo de dominação e de exploração” (Faleiros, 1986, p. 68).

Além da ampliação do aparato público, as empresas privadas passam a assumir medidas para complementar a ação do governo e como estratégia de salário indireto. Verifica-se:

[...] a institucionalização da assistência social, com a subordinação da remanescente rede privada de assistência e de serviços sociais, passando o Estado a manter verdadeiro controle, através de convênios que disciplinam as ajudas financeiras e a prestação de assistência técnica, tudo condicionado à apresentação de planos e fiscalizações periódicas. (Silva, 2009, p. 34).

Diante de tais mudanças no cenário brasileiro, com, nas palavras de Netto (2015, p. 162) “a racionalidade burocrático-administrativa da modernização conservadora”, uma nova postura das assistentes sociais foi requisitada, a de que se modernizasse a profissão. A nova prática profissional, com base tradicional, buscava na década de 1960 assumir características formais e processuais, que exercessem controle sobre os usuários e respeitassem critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas. Ou seja, integrar um conjunto de procedimentos administrativos modernos. O Serviço Social tradicional, então, transitava com direção a se tornar “técnico-racional” (Netto, 2015, p. 163).

As novas condições colocadas no mundo de trabalho das assistentes sociais “modernos”, pela autocracia burguesa, faziam com que os traços tradicionais da profissão fossem substituídos por procedimentos racionais. Segundo Simionatto (1995, p. 178), com o golpe de 1964, a perspectiva modernizadora foi efetivamente assumida pelo Serviço Social, assim “o projeto de cunho nacional-desenvolvimentista cedeu lugar a uma proposta pragmático-tecnocrática, destinada a responder às necessidades do crescente processo de acumulação capitalista”.

Nas instituições, segundo Faleiros (1986, p. 86), “predominam os modelos tecnocráticos segundo os quais os profissionais devem ser os executantes de uma política determinada por altos escalões administrativos”. Os técnicos apenas aplicam um conjunto de normas preestabelecidas. Uma atuação que se limita a estes condicionamentos “difícilmente poderá renovar, pois não conta com a própria crítica, nem com o referencial capaz de colocar em questão essa atuação” (Faleiros, 1986, p. 87).

Para Silva (2009, p. 29), a expansão do mercado de trabalho do Serviço Social abre debate sobre questões de teoria e método, ainda que “numa visão modernizadora, científica e tecnicista”. A Perspectiva Tecnocrática considera que a técnica seja um instrumento neutro a serviço de qualquer referencial teórico e de qualquer sistema se baseia numa “ideologia da técnica”. No entanto, segundo

Faleiros (1986, p. 50), “as técnicas são construções de produção e do processo de acumulação do capital. Portanto, colocar a técnica como neutra, isolada, consiste em fazer do homem um objeto dessa mesma técnica, um resultado dela”. Para Décio da Silva Barros (apud Faleiros, 1986, p. 50), “o Serviço Social é a arte de orientar as forças dinâmicas da sociedade e coordenar os elementos sinérgicos das formas de cooperação”. Para isso, utilizam a “planificação” e a “administração do Serviço Social”.

O planejador e o administrador teriam a função de coordenar e orientar as forças sociais desde cima ou de fora dessas forças. Isso revela uma separação entre o técnico e a sociedade, esquecendo-se de que o técnico se situa numa correlação das forças sociais. Ao separar-se os dois polos se justifica a separação do saber e do poder por meio de uma neutralidade aparente. (Faleiros, 1986, p. 51).

Nesta perspectiva:

[...] a formação profissional do assistente social passa a ser pautada pela busca da eficiência e da modernização da profissão, sendo que o planejamento, a coordenação e a administração passam a desempenhar um papel fundamental, aliado ao esforço de capacitação profissional para uma atuação em nível macro e para participação em equipes interprofissionais. (Silva, 2009, p. 34).

A sociedade tecnocrática considera o Estado acima da sociedade e as soluções dos problemas sociais como dependentes de uma racionalidade implícita em planos, projetos e programas, segundo Faleiros (1986, p. 51). A perspectiva que considera o ator, esquecendo o objeto, isola o sujeito da realidade de suas relações sociais.

Na divisão da sociedade em classes, a classe dominante apresenta-se como sujeito da história, arrogando-se o direito de ser representante e toda a sociedade ao dominar as classes subalternas. Nesse conflito as classes dominadas aparecem como sujeito, mas em realidade é na luta que ambas se estruturam a partir da situação produtiva no modo de produção. (Faleiros, 1986, p. 51).

O contexto desta época é de grande mobilização, marcado pela pressão dos movimentos sociais, desigualdade de classes, acumulação capitalista e acirramento das expressões da “questão social”. Coloca-se a necessidade de uma nova ação profissional, que acompanhasse as mudanças do capitalismo e se renovasse, entretanto ainda de forma conservadora.

Percebe-se nos países da América Latina, segundo Faleiros (1986, p. 84), uma nova reflexão sobre o Serviço Social, “que se manifesta em congressos, seminários como Araxá, Teresópolis, Caracas, Ambato, Costa Rica e outros, e também na reestruturação permanente dos currículos das Escolas de Serviço Social ou Trabalho Social”. Segundo Silva (2009, p. 35), trata-se de um primeiro

momento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social.⁴¹ O Encontro de Araxá foi realizado em 1967 e o de Teresópolis em 1972 e “marcam o esforço da categoria profissional em torno da sistematização teórico-prática do Serviço Social” (Silva, 2009, p. 35).

Entretanto, a perspectiva modernizadora do Serviço Social, segundo Simionatto (1995, p. 179), foi sistematizada nos Seminários de Teorização do Serviço Social, promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), através dos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Nestes documentos fica clara a preocupação com o aperfeiçoamento do instrumental operativo da profissão, com os procedimentos metodológicos e técnicos – que resultaram numa constante tecnificação do agir profissional, “não distante do processo de burocratização que atingia todo o aparelho do Estado”. Segundo Silva (2009, p. 35), “os documentos produzidos em ambos os encontros, explicitam e reafirmam a diretriz tradicional do Serviço Social em busca da integração social, assumindo a perspectiva de modernização colocada no contexto da sociedade brasileira como um todo”.

A formação profissional da assistente social agora rompia de vez com o paroquismo e o confessionismo que marcavam o ensino do Serviço Social no Brasil, como visto anteriormente, entretanto, reafirmava os fundamentos teóricos, derivados, principalmente, do estrutural-funcionalismo norte-americano. Sendo assim, segundo Simionatto (1995, p. 179), “as formulações do Serviço Social resultantes dos encontros de Araxá e Teresópolis não ultrapassaram os traços conservadores que marcaram historicamente a profissão”, pois “não tiveram como alvo as implicações socio-políticas da profissão, seus valores teóricos e ideológicos, mas reforçaram o projeto profissional comprometido com a política de dominação e controle das classes subalternas, ditadas pelo Estado autoritário”.

Uma das preocupações centrais do Serviço Social neste período, segundo Faleiros (1986, p. 84), é a busca por uma base científica para as suas atividades, “notando-se uma tendência para superar o empirismo e o idealismo”. A preocupação com um aspecto científico, segundo Faleiros (1986, p. 84), “nasceu da própria crise por que passava a profissão frente a constatação de sua ineficácia diante dos problemas e também da mobilização da classe trabalhadora”. Para Faleiros, o Serviço Social passava por um momento crucial na América Latina, em que ou se renovava ou tenderia a ser superado pela própria realidade.

⁴¹ O processo de reconceituação, a partir da perspectiva hegemônica no contexto da América Latina, segundo Silva (2009, p. 72), “impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais”.

Uma profissão, segundo Faleiros (1986, p. 85), “define-se nas relações historicamente estabelecidas pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais entre classes dominantes e dominadas. Em outras palavras a profissão implica saber e poder”. Ciência e técnica não são fenômenos isolados do conjunto da sociedade, do jogo das forças das classes sociais. Segundo Faleiros (1986, p. 85), “os métodos empregados pela ciência e pelo Serviço Social estão em correlação com o desenvolvimento das forças sociais, com o desenvolvimento das ciências e das lutas ideológicas”. Assim, a preocupação com uma tecnologia social está relacionada com a dinâmica da sociedade capitalista – que implica a busca por tecnologia e por maior produtividade.

Segundo Vera Rosa Holz (apud Faleiros, 1986, p. 91), “a profissão Serviço Social nasceu recentemente, quando foi convertida em ramo científico”. Para a autora, “o profissional é aquele que aplica o método científico na sua atuação”. Esta é uma visão, segundo Faleiros (1986, p. 91) de apenas um aspecto da atuação profissional, pois “o caráter científico ou não de uma atuação é também um processo histórico que se relaciona com outros tipos de determinação como o desenvolvimento das políticas no Estado capitalista, e das correlações de forças sociais”. Assim, para Faleiros (1986, p. 91), “a discussão do problema metodológico não se pode isolar das considerações feitas sobre a complexidade social, as relações de poder e a situação dos atores profissionais na instituição”.

No meio acadêmico dos EUA na década de 1960 predominava, segundo Faleiros (1986, p. 22), o funcionalismo. Dando continuidade ao pensamento de Durkheim, os funcionalistas (como Merton e Parsons) “concebem a estrutura social como um conjunto de atores que desempenham certos papéis e têm certos *status*, que conjugam para o funcionalismo do todo, sendo indispensáveis para a conservação dos valores”. Estes modelos norte-americanos não são rompidos, pelo contrário, o que se busca na renovação do Serviço Social brasileiro é como lidar com a “questão social” em meio as novas demandas do capitalismo, mas de forma conservadora e importando a abordagem norte americana. Decorrente da nova realidade política e econômica do país, segundo Simionatto (1995, p. 178), houve uma ampliação no campo de trabalho das assistentes sociais e maior número de profissionais foi convocado para lidar com as novas questões do capitalismo. Netto (2015, p. 165) também descreve um aumento no número de cursos de Serviço Social na década de 1970.

A posição ideológica dos funcionalistas é a “neutralidade” que se manifesta no Serviço Social, por exemplo nos famosos princípios do relacionamento de Biesteck. Esse autor assinala como fundamentais o “não julgamento”, a “discrição”, o “não

envolvimento emocional”, a “individualização do problema”, enfim a “neutralidade”, que quer dizer a aceitação do sistema vigente. (Faleiros, 1986, p. 22).

Segundo Faleiros (1986, p. 22), “o funcionalismo busca a integração do homem ao meio e tem como base o equilíbrio das tensões na unificação social de todos os papéis”. O operário tem que ser um bom operário, e o patrão, um bom patrão. “O funcionalismo mostra sua base conservadora, segundo a qual o homem tem que internalizar os papéis para que a sociedade funcione de forma adequada aos fins propostos pela classe dominante” (Faleiros, 1986, p. 22).

A perspectiva funcionalista de análise mostra como ponto de partida uma concepção ideal do equilíbrio, que consiste na conceituação de uma sociedade perfeita, com a manutenção da ordem interna de seus elementos por meio de processos de controle da própria energia e a partir dos valores sociais. Depois há uma situação de desequilíbrio, com perturbações e tensões nas relações entre os elementos que perturbem ou modifiquem a ordem concebida ou os controles estabelecidos. Por fim, o reequilíbrio consiste na restauração da ordem pelo controle das tensões e das perturbações institucionais. Segundo Faleiros (1986, p. 76), “a ação social concebe-se como uma restauração da ordem ou correção dos desvios, por meios de técnicas e de controle”.

Na perspectiva funcionalista, segundo Faleiros (1986, p. 77), há ainda outra forma de conceber a análise e a ação social. Primeiro com o levantamento e enumeração de distintos problemas tomados isoladamente; depois com a interpretação destes problemas por meio de um esquema classificatório ou de compreensão e; por fim, observa-se as generalizações dessas interpretações por repetições. Generalizações de “soluções”.

De acordo com Faleiros (1986, p. 22), “do ponto de vista ideológico, a neutralidade funcionalista se confunde com o positivismo”. O funcionalismo “não nega de maneira explícita, os conflitos sociais, ele os admite”.

Segundo Faleiros (1986, p. 79), no esquema positivista postula-se a exterioridade radical do sujeito em relação ao objeto. O conhecimento é concebido como uma elaboração do sujeito sobre o objeto e termina se separando da realidade, pretendendo ser exterior ao indivíduo.

Os profissionais, segundo Faleiros (1986, p. 94), “seriam atores desinteressados, altruístas, na perspectiva funcionalista, ou simples executantes numa perspectiva de análise institucional”. Na visão de alguns estudiosos, segundo Faleiros (1986, p. 95), “os atores nada mais seriam do que meros suportes dessa estrutura e os profissionais as criaturas do desenvolvimento das forças produtivas”, sem autonomia.

Para Faleiros (1986, p. 95), deve-se combinar na análise a determinação da estrutura da sociedade e as possibilidades coletivas e individuais, pois “a história se constrói na luta determinada pelas contradições objetivas, mas aprofundadas pelas organizações, pelas mobilizações das forças sociais em suas respectivas estratégias e táticas”.

Por fim, a renovação do Serviço Social não ocorreu de forma instantânea, mas foi resultado de um processo de industrialização no Brasil, que se intensificava no final dos anos 1950. A autocracia burguesa criou os suportes histórico-sociais para a erosão do Serviço Social tradicional. As novas condições do país e do mundo, com a industrialização e as novas demandas para a profissão, desencadearam uma crise no tradicionalismo da profissão – que precisou repensar suas bases a fim de atender a estas novas demandas que surgiam com a modernização da profissão. Para Faleiros (1986, p. 25), a tarefa de reconceituação do Serviço Social é uma práxis que não pode ser isolada da própria transformação do sistema capitalista e da ideologia correspondente, com o compromisso histórico de uma nova sociedade em vista da superação real dos antagonismos existentes.

3 Universidade e lutas operárias no Brasil na década de 1970

3.1 O mundo intelectual na ditadura militar

Este tópico aponta o cenário cultural e acadêmico brasileiro no período da ditadura militar. Uma das primeiras medidas dos militares ao darem o golpe em 1964, segundo Coutinho (2011, p. 29), foi o fechamento dos principais institutos democráticos de organização cultural da época: os Centros Popular de Cultura (CPC), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e o Comando dos Trabalhos Intelectuais (CTI), além de intervenções nas universidades. Com a subida dos militares ao poder, preconceitos antimarxistas ressurgiam e professores e alunos foram perseguidos. Por outro lado, a contestação radical à ordem estabelecida difundia-se dentro e fora dos muros da faculdade: no cinema, no teatro, na música popular, literatura, artes plásticas e através de diversos movimentos sociais. Apesar da censura e violência, segundo Simionatto (1995, p. 100) foi também uma época de efervescência cultural.

Carlos Nelson Coutinho (*apud* Simionatto, 1995, p. 99) destaca dois pontos cruciais que dificultaram ainda mais o debate de ideias no período da Ditadura Militar: a decretação do AI-5 em dezembro de 1968 e a cultura dominante nos ambientes culturais de esquerda brasileiros, que cooptava intelectuais a fim de disseminar os seus ideais.⁴²

No dia 13 de dezembro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), presidido pelo ditador Costa e Silva, editou o Ato Institucional Número 5.

Os poderes atribuídos ao Executivo pelo Ato Institucional n. 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) poder de cassar os mandatos editoriais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos [...]; 4) direito de demitir, remover aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes e suspensão das garantias ao judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de declarar estado de sítio em qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e

⁴² Lembramos aqui que parte dos intelectuais de esquerda eram influenciados neste período pelo marxismo da Terceira Internacional.

finalmente 11) proibição de apreciação pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional n. 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. (Netto, 2014, p. 134).

O AI-5 configurou a vitória da vertente da “linha dura”: estava montado o cenário ideal para os crimes da ditadura⁴³. Ficou em vigor no período de 10 anos e 18 dias e foi usado, segundo Netto (2014, p. 134), para cassar mandatos políticos, punir servidores públicos civis e militares, professores, profissionais liberais e membros do judiciário. A censura no meio acadêmico e no meio artístico aumentou com o AI-5. Foram censurados mais de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros e mais de 500 músicas e as prisões e torturas se intensificaram neste momento político. Criou-se um clima de insegurança na população e no meio artístico. Muitos artistas e professores buscaram o exílio, como foi o caso de Vicente Faleiros e de muitos outros.

Entretanto, como visto anteriormente, o próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil⁴⁴ permitiu criar formas de fortalecimento do trabalho intelectual e alterou a situação dos produtores de cultura, que agora se organizavam, envolvendo a sociedade civil: operários, mulheres, jovens, setores médios, entre outros, todos formavam uma rede contra o regime militar. Após o AI-5, professores universitários, que conseguiram resistir e permanecer no Brasil – apesar da perseguição, violência e humilhação que sofriam – criaram centros de pesquisa, que contavam muitas vezes com recursos de organizações estrangeiras. Estes professores pesquisadores, segundo Netto (2014, p.168), prosseguiram em suas investigações e trabalhos teóricos apesar dos imensos obstáculos colocados pelos militares. A experiência mais conhecida foi a do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), organizado em São Paulo, em 1969, por Cândido Prociópio Ferreira de Camargo. Neste grupo de pesquisa, aglomeravam-se cientistas sociais renomados, como Octavio Ianni, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Como resultado, este grupo de pesquisa produziu materiais críticos sobre a realidade brasileira.

Ao fomentar o desenvolvimento das forças produtivas, ao modernizar o parque industrial e transformar as condições da economia brasileira, a ditadura foi obrigada a estimular a pesquisa em várias áreas científicas e tecnológicas, o que implicou o

⁴³ Em 1968 também foi criada, em São Paulo, a “Operação Bandeirantes”, que na década de 1970 se articulou com o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e com o Departamento de Operações e Informações (DOI). Esta rede, segundo Netto (2014, p. 137), instituiu “a tortura sistemática como norma procedimental”.

⁴⁴ O Brasil passava nos anos 1960 pela formação de monopólios até mesmo na área da cultura. Grande parte dos meios de comunicação de massa eram dominadas por monopólios, como a TV e o cinema. Segundo Coutinho (2011, p. 30), a medida que a resistência democrática se fortalecia, até mesmo estes monopólios foram forçados a abrir espaço para as demandas da sociedade civil.

surgimento de núcleos universitários (inclusive no âmbito das ciências sociais e humanas) que acabaram por se alçar a um padrão de excelência acadêmica – verdadeiras ilhas de qualidade num arquipélago de mediocridade – e nos quais se gestaram e contribuíram para a crítica das políticas científicas e econômico- sociais da própria ditadura. (Netto, 2014, p. 170).

Já os professores que se encontravam exilados, assim como outros intelectuais de diversas vertentes políticas e partidárias, denunciavam os crimes da ditadura contra os direitos humanos no Brasil – informando as vítimas, datas e locais de tortura. Segundo Netto (2014, p. 172), a violência e a violação de direitos humanos entravam, assim, na pauta de organizações internacionais.

No ambiente acadêmico, é importante constatar que o pensamento marxista, livre do dogmatismo stalinista, ganhava espaço na cultura brasileira na década de 1960. Segundo Netto (2014, 119), foram “divulgados autores como G. Lukács, A. Gramsci, L. Goldmann, H. Lefebvre, E. Fisher, R. Garaudy, A. Schaff, L. Althusser e A. Sánchez-Vázquez”. Nesta época também foram editados livros importantes de Leandro Konder (*Marxismo e alienação, Os marxistas e a arte*) e José Arthur Giannotti (*Origens da dialética do trabalho*). A editora Civilização Brasileira, dirigida por Ênio Silveira era um dos mais importantes canais de publicação destas obras e de resistência à ditadura, tendo publicado, inclusive, a primeira versão integral e em português de *O Capital*. Destaco, também, o semanário carioca chamado *O Pasquim*, criado em 1969. A ditadura militar não conseguiu impedir este periódico, que teve tiragens de até 200 mil exemplares e confrontou abertamente a ditadura.

Segundo Netto (2014, p. 117), “é paradoxal o panorama que o Brasil oferece entre 1964 e 1968: sob uma ditadura reacionária, floresce uma cultura predominantemente de esquerda”. Em oposição à violência e à repressão imposta pelo regime militar, é possível notar uma enorme efervescência cultural, com a arte sendo utilizada como instrumento de luta e esperança de transformação cultural.

Em resumo, nos anos de chumbo o clima de contestação e críticas ao regime militar estava presente em várias áreas intelectuais, como no campo da música, do teatro, do cinema e das artes plásticas. Uma das formas de os artistas resistirem à ditadura foi protestando em forma de manifestações artísticas, que eram iniciativas, por exemplo, da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Centro Popular de Cultura (CPC) e de festivais da música popular brasileira.

No campo da música, várias produções contestadoras, chamadas de “canções de protestos” por alguns autores, como Villarino (1999, p. 18), surgiram dentro das universidades, nos anos de 1965 a 1969. Estas músicas eram

apresentadas nos Festivais da Música Popular Brasileira. Tais canções eram de autoria de compositores como Chico Buarque de Holanda, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Paulinho da Viola, entre outros. Em meio ao conflito político, estava em jogo também um conflito ideológico. As letras das músicas somavam na resistência, funcionando como instrumento político de contestação.

No cinema brasileiro, as pornochanchadas, ganharam espaço no cinema nacional na década de 1950 e ocupavam, segundo Netto (2014, p. 167), 85% dos filmes entre 1969 e 1975. Filmes norte-americanos também eram assistidos em grandes quantidades durante o período militar. Todavia, também surgia em meio a ditadura um cinema crítico e que expressava a realidade do país. Era a chegada do chamado Cinema Novo, que tinha como principal nome o cineasta Glauber Rocha. Brotavam pelo país lugares para se debater cinema, como os cineclubes e a formação de CPC da UNE, que tiveram grande importância na consolidação do cinema novo, com, por exemplo, o financiamento do filme *Cinco Vezes Favela*, 1962.

Ligado a UNE⁴⁵, surgiu, em 1961, no Rio de Janeiro, o primeiro CPC. Os CPCs, segundo Carvalho (2002, p. 798), “defendiam a concepção de arte revolucionária como instrumento a serviço da revolução social, abandonando os conceitos de arte pela arte e voltando-se para a opção coletiva e dialética da conscientização das massas.” O contato com as massas, ainda de acordo com Carvalho (2002, p. 798), dava-se pelo trabalho nas portas das fábricas, favelas e sindicatos, o que promovia discussões e questionamentos junto a classe subalterna. Uma série de grupos surgiam do interior do movimento estudantil, com os artistas buscando novas formas de expressão estética e artística. A criatividade dos anos 1960 resultou em um ambiente cultural contestatório, plural e diversificado.

O teatro brasileiro também foi utilizado como uma forma de resistência contra a ditadura militar, com peças questionadoras e que despertavam um senso crítico. Em meio a grande censura da época, os atores lutavam por liberdade de expressão, muitas vezes sofrendo repressão violenta. Nos anos 1960 surgiram muitos grupos teatrais⁴⁶, como o *Arena*, *Opinião* e o *Oficina*, que encenavam

⁴⁵ A UNE é um órgão de representação estudantil, atuante e importante no período da ditadura militar, que discutia diversas questões sobre a realidade nacional, buscavam transformações sociais e a mobilização de diversos segmentos da sociedade.

⁴⁶ Dentre vários grupos teatrais atuantes no período ditatorial, o *Grupo Opinião* foi um grupo de teatro criado por jovens ligados ao CPC da UNE, o qual foi colocado na ilegalidade. O grupo foi criado assim que decretado o golpe militar de 1964, como forma de resistência. Um show, estrelado no dia 11 de dezembro de 1964, dirigido por Augusto Boal e produzido pelo Teatro de Arena e pelo CPC, marca o nascimento do grupo. O elenco contou com Nara Leão e João do Vale, que cantaram músicas referentes às problemáticas do país. O texto foi assinado por Armando Costa, Oduvaldo

peças ligadas a realidade brasileira e também peças internacionais, de autores como J.-P. Sartre e B. Brecht. Tais peças contrapunham o *Teatro Brasileiro de Comédia*, que era aliado aos interesses da burguesia. A peça *Roda Viva*, de Chico Buarque de Holanda com direção de José Celso Martinez Corrêa, tornou-se símbolo de resistência à ditadura durante a montagem da sua segunda temporada⁴⁷, que ocorreu no dia 17 de maio de 1968, no Galpão de Teatro Ruth Escobar, em São Paulo. Esta versão contou com Marília Pêra e Rodrigo Santiago nos papéis principais. A peça foi brutalmente invadida pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), cujos membros quebraram os cenários, espancaram os atores e obrigaram Marília Pêra e Rodrigo Santiago a passarem nus por um corredor polonês na rua. A exibição da peça em Porto Alegre, no dia 3 de outubro de 1968, resultou em mais violência, com a peça tendo fim no primeiro dia, ao, segundo Zuenir Ventura (2013) os atores serem sequestrados e agredidos. Segundo Carvalho (2002, p. 795), *Roda Viva* “demarcou posicionamentos, construiu interpretações diversas, ressignificações e estabeleceu debates acirrados num período de intensas discussões políticas e manifestações sociais.”

Por fim, busquei de forma resumida, apenas apresentar um panorama geral da cultura brasileira que adentrava nas universidades nos tempos de chumbo, apontando a importância cultural no ambiente acadêmico no período da ditadura e compreendendo a arte através de uma análise gramsciana, ou seja, como uma forma de resistência e de se criar alternativas para o momento histórico o qual estava sendo atravessado. De acordo com Coutinho (2011, p. 13), “sem uma organização da cultura, não existe uma sociedade civil no sentido gramsciano.” Gramsci (2009) vê a emergência de uma sociedade civil, e o uso do consenso através dos aparelhos privados de hegemonia, daí a importância de uma cultura que ao mesmo tempo que fosse criada pelas classes subalternas, refletisse suas demandas e lhes permitissem tomar consciência de sua realidade.

Vianna Filho e Paulo Pontes. Um grande sucesso do *Grupo Opinião* foi a peça *Liberdade, Liberdade*, 1965, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, e *Se Correr o Bicho Pega, Se ficar o Bicho Come*, 1966, de Ferreira Gullar e Oduvaldo Vianna Filho. Os grupos teatrais viam a possibilidade, segundo Carvalho (2002, p. 797), de “constituir um “núcleo gerador de cultura” que levaria as classes populares ao entendimento ou esclarecimento da situação da realidade nacional.” Assim, a cultura estava comprometida com o processo de luta de classes, colocando nos palcos diversas questões e reflexões.

⁴⁷ A primeira apresentação do *Roda Viva* aconteceu no dia 17 de janeiro, na Guanabara – Rio de Janeiro. Nos papéis principais estrelavam Marieta Severo, Heleno Pestes e Antônio Pedro. O texto original da peça não apresenta críticas diretas à ditadura, segundo Chico Buarque de Holanda, consistindo em uma peça sobre a vida nos bastidores do teatro.

3.2 Lutas estudantis no período da ditadura militar

Segundo José Paulo Netto (2015), o processo de renovação do Serviço Social foi resultado das novas demandas trazidas pelo contexto histórico da época, o qual, como vimos, passava por um processo de industrialização e modernização conservadora, que exigia mudanças no modo de se fazer a profissão. Simultaneamente a estas mudanças que estavam ocorrendo no interior do Serviço Social, a autocracia burguesa – ao buscar modernizar a profissão – abriu, contrariamente, espaço para que o Serviço Social tomasse outros rumos e se repensasse, com disputas teóricas e ideológicas até então inexistentes. Para esta mudança de paradigma e a construção de um Serviço Social crítico, Netto (2015, p. 170) aponta a relevância do quadro de docentes que se formou nos anos 1970, composto por profissionais que anteriormente participaram das lutas estudantis e que na década de 1970 estavam envolvidos na luta contra a ditadura e no processo de reconceituação da profissão. Vicente de Paula Faleiros, autor de um dos primeiros livros críticos do Serviço Social, *Metodologia e Ideologia do Trabalho social* (1971), era um destes jovens estudantes da década de 1960. Sendo assim, consideramos importante uma retomada ao meio acadêmico no período da ditadura.

As lutas estudantis buscavam defender o sistema universitário contra a reforma universitária, que teve início em 1968, no governo Costa e Silva, e foi feita aos moldes norte-americanos através de acordos do MEC-USAID. Um dos objetivos principais da ditadura, segundo Netto (2014, p. 170), era “higienizar” a universidade e a livrar das “ideologias subversivas”. Para isso, o regime utilizou-se do AI-5 e do Decreto n. 477 para atacar o ensino universitário.

O sistema público de ensino superior passou a ser caracterizado, segundo Netto (2014, p. 108), como “um arquipélago de instituições medíocres”, de natureza empresarial. Caíram as verbas destinadas a educação e saúde. Segundo Ventura (2013), houve corte orçamentário de 7,7% na educação. Vários eventos de encurralamento e violência contra estudantes e professores foram constatados por diferentes autores. Os militares estavam presentes até mesmo dentro das salas de aula, a fim de controlar os conteúdos das disciplinas e casos de desaparecimento de professores e alunos eram recorrentes.

Descontentes com o regime militar, os estudantes realizavam passeatas e eram altamente reprimidos. A UNE⁴⁸ foi neutralizada em 1968. A censura piorou com o AI-5⁴⁹, que tentou destruir de vez o embrião da sociedade civil autônoma que vinha se formando no governo Jango. Ficou claro que o tipo de universidade que se buscava naquele momento era um ensino acadêmico aos moldes do capitalismo e com fortes influências americanas: um ensino superior de péssima qualidade e com a função de controle social e ideológico, segundo Simionatto (1995, p. 109).

O 1968 brasileiro, segundo Antunes e Ridenti (2007, p. 79), teve suas especificidades, com o movimento estudantil seguindo uma dinâmica de luta específica e um calendário político diferente do de maio de 1968 da França. Aqui as manifestações reivindicavam um ensino público, gratuito e de qualidade para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior, maior participação estudantil em tomada de decisões e mais verbas para pesquisas.

Desde 1966, no governo de Castelo Branco, o regime militar reprimia manifestações estudantis, mas as rebeliões e a repressão se acirraram em 1968, com a entrada de Costa e Silva, que representava a chamada “linha dura” do regime. Vários são os eventos de violência do regime militar contra estudantes; entre eles, no dia 28 de março de 1968, estudantes participavam uma manifestação pacífica e almoçavam em um restaurante universitário chamado Calabouço, quando foram interrompidos pela Polícia Militar, que entrou no restaurante fazendo muitos disparos e deixou vários estudantes feridos. Segundo Netto (2014, p. 128), um destes estudantes, chamado Edson Luís de Lima Souto⁵⁰, foi assassinado. O corpo do estudante foi levado para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para ser velado. A partir da morte deste estudante, segundo Antunes e Ridenti (2007, p. 81), gerou-se enorme comoção, passeatas, manifestações e cartazes. Um evento marcante foi a chamada Passeata do Cem Mil, no dia 26 de junho, que ocupou as principais ruas da cidade com estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares. Os teatros pararam suas programações e os meios de comunicação também se uniram, a fim de comentar o ocorrido e o enterro de Edson Luís, o que contribuiu para que a Cinelândia ficasse repleta de gente com cartazes e faixas contra a violência. Uma das frases

⁴⁸ A lei Suplicy de Lacerda tinha como objetivo acabar com o movimento estudantil, tornando suas entidades controladas pelo Estado.

⁴⁹ Em 10 anos, cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de sinopses de capítulos de novelas foram censurados.

⁵⁰ Estudante secundarista que trabalhava no restaurante da faculdade.

impactantes dos cartazes descritos por Ventura (2013), “os velhos no poder, os jovens no caixão”. A comoção também chegou às mães dos estudantes, que carregavam a frase “mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”

Na missa de sétimo dia de Edson Luís houve mais confronto na saída da Igreja da Candelária, com a cavalaria intervindo e cercando com os que participaram, deixando inúmeros feridos e levando mais de 600 pessoas presas. Foi, segundo Ventura (2013), um verdadeiro massacre. Em paralelo a este evento, 120 missas foram realizadas em homenagem ao estudante.

Em Primeiro de Maio de 1968, na Praça da Sé, São Paulo, houve um evento de estudantes permitido pelo governador Abreu Sodré, da ARENA. Este tipo de movimentação e passeatas estavam proibidas pelo regime, mas Abreu Sodré buscava se colocar como uma imagem mais democrática, buscando criar uma frente civilista. Entretanto, este ato de Primeiro de Maio saiu do controle do governador, que teve o palanque destruído e foi apedrejado. Houve confronto com a polícia, 22 pessoas foram presas, postes de ferro foram arrancados no alvoroço das multidões, agências de bancos foram depredadas, etc.

Em julho de 1968 o movimento estudantil atingiu seu ápice em todo país, com greves, passeatas, ocupações de faculdades, etc. No Rio de Janeiro, mais de cem pessoas foram presas após sete horas de enfrentamento no dia 19 de junho e a cena se repetiu no dia 21, com quatro mortos, dezenas de feridos e centenas de presos na chamada “sexta-feira sangrenta”. Dias depois deste episódio, acontecem reivindicações por todo o país, com alta repressão dos militares e deixando mais feridos.

Em agosto de 1968 a repressão intensificou-se, atingindo as lideranças do movimento estudantil. Vladimir Palmeira, principal líder do Rio de Janeiro, foi preso em 3 de agosto de 1968 e a Universidade de Brasília (UNB) foi invadida pela polícia no dia 3 de agosto. A UNB, que tinha como modelo de universidade um projeto criado por nomes como Anísio Teixeira, que buscavam trazer a educação de uma forma a contribuir para a emancipação e a construção de senso crítico nos indivíduos, com integração estudantil e participação popular, sofreu enorme repressão, com invasão das forças policiais e professores e alunos sendo perseguidos e encurralados. Através da Lei Suplicy, de 9 de novembro de 1964, tentou-se impor aos estudantes os moldes da ditadura.

A UNE⁵¹ e outros movimentos organizados, como Centro Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Centrais estudantis, sofreram com a repressão, sendo

⁵¹ A UNE foi fundada no dia 13 de agosto de 1937, com o objetivo de centralizar a representação estudantil através de uma Comissão Executiva.

muitos extintos durante a ditadura militar. A lei Suplicy de Lacerda tinha como objetivo acabar com o movimento estudantil, tornando suas entidades controladas pelo Estado. Tal lei, em seu artigo 14, estabelecia que “é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas a trabalhos escolares” (Brasil, 1964). A UNE teve sua sede na Glória destruída no início do regime militar e entrou para a clandestinidade, contando com o apoio de parte do clero. Já na clandestinidade, a UNE foi atacada em Ibiúna, no interior paulista.

Neutralizar o movimento estudantil e barrar qualquer forma de autonomia era o objetivo dos militares. Antunes e Ridenti (2007, p. 82) relatam que quando os militares descobriram a reunião estudantil em uma chácara e prenderam cerca de 700 universitários, incluindo os líderes estudantis. Marcou-se, então, a derrota do movimento estudantil. Vários dos integrantes passariam agora a atuar na militância política clandestina contra a ditadura. Segundo Vasconcelos (2003, p. 64), alguns setores do movimento estudantil aderiram até mesmo à luta armada.

Na segunda metade dos anos 1970, o governo Geisel, segundo Netto (2005, p. 195), alternava “violência e tolerância” no meio acadêmico. Eventos acadêmicos que pudessem ter conotações críticas eram proibidos, entretanto, foi apenas em 1977 que o movimento estudantil conseguiu se reorganizar. Segundo Vasconcelos (2003, p. 65), ocorreram pelo país manifestações pela liberdade e pela democracia e, ainda na clandestinidade, aconteceu o terceiro Encontro Nacional de Estudantes (ENE), que tinha como objetivo reconstituir a UNE. Este evento ocorreu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e foi reprimido pela invasão da polícia. Em 1979 os estudantes, articulados com outros movimentos, organizaram o Congresso da Reconstrução da UNE, em Salvador, Bahia e nas décadas de 1980 e 1990, segundo Vasconcelos (2003, p. 65), a UNE voltou a ser reconhecida, através da Lei 142 de 1985, como entidade representativa do conjunto dos estudantes universitários. Após a abertura política, os debates no movimento estudantil apresentavam mudanças de orientação e reformulação da base ideológica. A UNE, assim, perdeu as características da década de 1960.

Diante do exposto, notamos que a intervenção da ditadura militar no ambiente acadêmico ocorreu com o intuito de tentar barrar o desenvolvimento intelectual e a perspectiva crítica que se formava. As universidades públicas são espaços de formulação e expansão do conhecimento crítico, locais de disputas hegemônicas e ideológicas. Sem conseguir apoio de estudantes e alunos, a

ditadura militar, buscou meios para silenciar e perseguir os estudantes e professores através da violência e da força, mas encontrou resistência não apenas física, mas também intelectual e cultural.

3.3

A união do movimento operário com os estudantes na luta contra a Ditadura Militar em 1968

Este tópico aponta para a importante articulação dos estudantes e docentes do Serviço Social com o movimento operário. Apontamos, primeiramente, a ligação orgânica da nossa categoria com as lutas operárias, nas quais estavam presentes docentes e discentes do Serviço Social – como foi o caso de Vicente Faleiros, que foi perseguido e se exilou no Chile. Com isso, apontamos que parte dos acadêmicos que lutaram contra a ditadura na década de 1960, estava presente, anos depois, no III CBAS. Esta relação orgânica entre o mundo acadêmico, o Serviço Social e o movimento operário foi determinante para a nossa categoria, que se fortaleceu em seu posicionamento crítico e em seu processo de mudanças.

Como será visto na análise das categorias gramscianas, no último capítulo desta dissertação, a definição de “intelectual” para Gramsci (2009) não apenas define uma pessoa erudita e com alto nível de escolaridade. Ele amplia a definição de intelectual, designando como todo aquele que exerce uma função diretiva, como na esfera cultural ou da política. Gramsci (2009) aponta a relevância da atuação política, através de sindicatos e partidos, para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras na luta pela hegemonia e pela transformação da sociedade. Gramsci (2009, p. 93) afirma em outra categoria, chamada filosofia da práxis, que “todos os homens são filósofos”, ou seja, procura destruir o elitismo de que a atividade intelectual é algo privado a um determinado grupo.

Partindo deste ponto de vista, entendemos a importância dos diferentes intelectuais orgânicos, como as assistentes sociais, os e as artistas e as lideranças dos movimentos operários. Os sindicalistas das décadas de 1960 e 1970 – assim como em outras épocas – tiveram a função de organização e conscientização dos operários.

Segundo Antunes e Ridenti (2007, p. 83), o operário-massa estava presente nas rebeliões mundiais de 1968⁵². O operário-massa foi um claro elemento de ruptura com a ordem estabelecida, questionando os pilares da sociabilidade do capital, principalmente no que se referia ao controle da produção.

Como visto anteriormente, a política de “arrocho salarial” foi a principal medida econômica dos militares e durou por todo o ciclo ditatorial. A política do arrocho salarial estipulava baixos salários aos trabalhadores e alto índice de exploração da força de trabalho. Para conduzir a política do arrocho, era necessário controlar o movimento operário e sindical. A ditadura então agiu com repressão e violência aos movimentos dos trabalhadores, de estudantes e ligas camponesas. Foi criada a Lei de Greve no dia primeiro de junho de 1964, segundo a qual a greve só seria considerada legal pelo governo em dois casos: quando os empregadores atrasassem os salários ou quando não pagassem salários conforme decisão judicial (Netto, 2014, p 94).

De acordo com Netto (2014, p. 130), no final de 1967 a classe operária começou a se mover, criando o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Eram várias as táticas deste movimento, como a fuga do trabalho, greves e ocupações de fábricas.

Os trabalhadores contestavam a divisão hierárquica do trabalho, as propostas de controle auto-gestionárias, o sindicalismo tradicional, a exploração do trabalho – com baixos salários, etc. Estas lutas sociais, segundo Antunes e Ridenti (2007, p. 84), “agregavam um componente explosivo à crise estrutural do sistema capitalista”, pois representavam a resistência oriunda do mundo do trabalho.

No dia 16 de abril de 1968 houve uma greve operária na cidade de Contagem, em Minas Gerais, na qual 1.700 operários da Belgo Mineira, segundo Netto (2014, p. 130), entraram em greve na busca de melhores salários e fizeram de refém a diretoria da empresa. Os operários exigiram um aumento salarial acima do índice oficial. A conquista foi de apenas um abono de 9%, porém, a importância do evento está no fato de a greve pegar de surpresa lideranças da ditadura militar, empresários e sindicatos pelegos. Após este evento, outras indústrias da região aderiram às greves.

⁵² Tal acontecimento, unindo estudantes e operários, não foi isolado do contexto mundial, pois 1968 foi um ano de grande efervescência política e cultural, marcado mundialmente por lutas e eventos diversos, começando com um movimento estudantil na França, com os jovens lutando por reformas no ensino e contestando valores conservadores da sociedade. Esta manifestação acaba incentivando outros acontecimentos pelo mundo, como as lutas por direitos iguais para negros e brancos nos EUA, contra o fim das barbáries na guerra do Vietnã, a favor da autonomia das mulheres, a Primavera de Praga na Tchecoslováquia, entre outros.

Em São Paulo e Minas Gerais, operários premidos pelo arrocho salarial começaram a se articular em 1968. O resultado veio a surgir anos mais tarde com as greves operárias no ABC Paulista e a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Entre os meses de julho e agosto houve a greve dos metalúrgicos da cidade de Osasco, São Paulo, que durou seis dias. Neste evento, seis das 11 principais fábricas da cidade entraram em greve, reivindicando aumento de salário, reajuste de três em três meses e contrato de dois anos. A greve se iniciou, segundo Netto (2014, p. 131), no dia 16 de julho de 1968, na Cobrasma, uma indústria metalúrgica com 3 mil operários, a qual foi invadida pelas forças policiais, que também torturaram e espancaram os trabalhadores. Mais de 100 operários foram detidos. O movimento operário tinha então como uma de suas novas táticas a ocupação de fábricas, por isso, a indústria Cobrasma foi desocupada com bastante violência pela polícia.

As medidas tomadas pelo Governo Castelo Branco (tratamento de choque da economia) apresentaram efeitos repressivos em boa parte das empresas, acarretando redução do quadro de pessoal, atrasos de pagamento e de outras obrigações sociais. Este fato, aliado à alta concentração operária de certas áreas, foi decisivo na deflagração de alguns movimentos operários os que se registraram nas cidades de Contagem e Osasco, em 1968, envolvendo, respectivamente, seis e quinze mil grevistas. (Vasconcelos et al., 1979, p. 110).

O movimento operário de 1968 expressava uma renovação das organizações e métodos de luta. As reivindicações também adotaram um caráter concreto diante da crise, com o enfrentamento e novas táticas de luta, como o caso das ocupações vistas acima. Houve também uma renovação das direções sindicais. Embora a ditadura tenha conseguido êxitos ao tentar desmantelar o movimento operário, há uma continuidade destas lutas operárias, pois a renovação do movimento operário se expressa abertamente a partir de 1978 e nos anos 1980, quando foi criada, por exemplo, a CUT, um movimento independente do stalinismo e do PCB.

De acordo com Antunes e Ridenti (2007, p. 83), as greves operárias no Brasil tinham um claro sentido de confronto à ditadura – que impedia a liberdade e autonomia dos sindicatos – e à política econômica vigente – fundada na superexploração do trabalho. A política de contenção salarial foi a pedra fundamental do modelo “desenvolvimentista” da ditadura e exigia “que os meios de expressão e organização da classe operária sejam desarticulados.” (Vasconcelos et al., 1979, p. 110).

O governo Costa e Silva, que durou entre 1967 e 1969, representou o endurecimento do regime, com o AI-5 sendo decretado em 1968. Costa e Silva justificava manter a ditadura militar e o alto grau de radicalização devido ao grande avanço das oposições. Nesta época a ditadura eliminou qualquer vestígio de liberdade e democracia. Segundo Silva (2009, p. 31), “a ideologia da integração e do desenvolvimento, pautada pela repressão aberta da sociedade brasileira, com a instituição do AI-5, inaugura uma nova conjuntura”. Em 1967, o Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho propõe uma reforma sindical no governo Costa e Silva, indicando uma intervenção estatal dentro dos órgãos de trabalhadores. Nesta época houve então um enfrentamento entre os sindicatos pelegos e os que realmente combatiam a ditadura e defendiam os interesses da classe trabalhadora, que lutavam contra a intervenção estatal pela qual o regime militar buscava colocar a classe operária sob limites e controle rígido do governo. Nesta época também funcionavam os sindicatos pelegos – sindicalistas de confiança cuja função era apoiar o regime. O Ministério do Trabalho, no governo Costa e Silva, procurou realizar uma “renovação sindical”. Segundo Netto (2014, p. 109), investiu-se na criação de sindicatos de carimbo e na cooptação de lideranças. Entre 1967 e 1968, surgiram 854 novos sindicatos de trabalhadores urbanos e 464 de trabalhadores rurais.

Os estudantes e professores se articularam com variados movimentos sociais no período da ditadura, entretanto, a relação com o movimento operário é altamente importante devido a relevância deste movimento ao somar com as lutas estudantis. A articulação dos estudantes com os operários não ocorreu apenas no Brasil, mas teve um caráter mundial em maio de 1968. Hobsbawm (1999) escreveu sobre o movimento operário em maio de 1968 de forma geral:

Massacrar estudantes, que são filhos da respeitável classe média, para não mencionar de ministros, é ainda menos atraente em termos políticos do que matar operários e camponeses. Justamente por serem os estudantes só um punhado de jovens desarmados que não colocavam em risco o regime, o governo não teve outra opção senão recuar perante eles. (Hobsbawm, 1999, p. 308).

Hobsbawm (1999, p. 308) aponta como o movimento estudantil, aparentemente jovens que não apresentavam tanto risco ao regime, tenha se “transformado no mais efetivo detonador da mobilização operária. Tendo-o subestimado e negligenciado, o governo tentou dispersá-lo pela força.”

Diante do exposto, apresentamos a relação das lutas estudantis com os movimentos sociais, tendo como exemplo a experiência dos estudantes com o movimento operário no período da ditadura militar. Mesmo com lógicas distintas,

ambos se articularam e resistiram à rígida censura e à violência do regime. Operários e estudantes, assim, uniram-se em um ponto em comum: a luta contra um regime autocrático que só os reprimia. Inúmeros estudantes, operários e intelectuais foram mortos, principalmente com o endurecimento do regime com o governo Costa e Silva. A articulação entre estudantes e operários pode ser encontrada por exemplo nos casos de Osasco e Contagem, quando, segundo Antunes e Ridenti (2007, p. 88), estudantes ingressaram nas fileiras da vanguarda operária para contribuir com as ações dos trabalhadores.

Já na segunda metade da década de 1970, houve mudanças profundas no contexto político e econômico mundial – como visto anteriormente. Além disso, o governo Geisel também enfrentava o fim do milagre econômico e fraturas no bloco de apoio ao regime. Segundo Netto (2014, p. 179), Geisel traçou sua intervenção em dois planos. O primeiro consistiu em submeter a um forte controle a máquina repressiva, para não haver “excessos”⁵³. O segundo buscou uma legitimação para o regime, através da valorização do seu partido, a ARENA. Geisel também abriu um espaço mínimo para as atividades políticas e pela primeira vez desde dezembro de 1968, a oposição conseguiu denunciar abertamente ao país, através dos meios de comunicação e nos espaços públicos, a política econômica da ditadura: os impactos do arrocho salarial, a concentração de renda e a desnacionalização da economia. Os opositores falavam também, segundo Netto (2014, p. 180), da necessidade de se extinguir o AI-5 e de se estabelecer um Estado Democrático de Direito e com respeito aos direitos humanos.

Na segunda metade da década de 1970, formou-se um novo tipo de proletariado, produto do desenvolvimento e da modernização. Este segmento operário, segundo Netto (2014, p. 200), situa-se nos setores metalmeccânico e petroleiro-petroquímico, por exemplo. Estes tinham consciência corporativista e se associaram ao movimento sindical no enfrentamento da política salarial e trabalhista da ditadura. Os operários da Saab-Scania (em São Bernardo) entraram em uma greve em maio de 1978, que logo se estendeu pelo “cinturão” industrial de São Paulo. De acordo com Netto (2014, p. 201), “entre 12 de maio e 13 de julho, em 9 cidades paulistas, quase 250 mil trabalhadores, de 213 fábricas, cruzaram os braços”.

⁵³ Entretanto, a violência repressiva não parou, sendo bem emblemático o assassinato de Vladimir Herzog, conhecido como “Vlado” – que foi assassinado pelos militares, mas a ditadura apresentou o caso como “suicídio”. Segundo Netto (2014, 182), “o regime viu-se isolado. Ninguém engoliu a teoria do suicídio”. Este crime teve uma imensa repercussão. Os tempos eram outros e a resposta a esta violência foi em massa e quase 10 mil pessoas assistiram o culto ecumênico do sétimo dia da morte de Vlado.

Para Netto (2014, p. 201), “a classe operária se reinseriu na cena política brasileira” e inspirou outras categorias a fazer o mesmo. Nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Brasília, entraram em greve os operários (têxteis, portuários), professores, bancários, médicos, advogados, docentes e agrícolas. Segundo Netto (2014, p. 201), “contou-se um total de 539.037 trabalhadores grevistas”. A burguesia foi obrigada a negociar com os trabalhadores, cedendo aos pedidos de aumento e comprometendo a política do arrocho.

Estas lutas operárias que se iniciaram no último terço do governo Geisel, adentraram os anos de 1979-1980, chegando assim ao governo Figueiredo e contribuindo para dinamizar o rumo da abertura política e o processo de democratização. Segundo Netto (2014, p. 225), a greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, iniciada em 13 de março de 1979, estendeu-se por todo o cinturão industrial de São Paulo, envolvendo 250 mil trabalhadores. As principais reivindicações eram sobre aumento de 70% sobre os salários de 1978. O patronato impediu a ocupação das fábricas, forçando o movimento a acontecer nas ruas. No final do primeiro dia, segundo Netto (2014, p. 225), “havia 90 mil trabalhadores em greve em São Bernardo, 38 mil em Santo André e 25 mil em São Caetano, e logo a paralização envolvia operários do interior (Campinas, São José dos Campos, Caçapava, Jundiaí)”. As propostas do Ministério do Trabalho foram recusadas, mas a repressão governamental forçou o encerramento do movimento.

O movimento dos metalúrgicos do ABC teve um impacto sobre a massa trabalhadora de todo o país. Segundo Netto (2014, p. 226), “em 15 estados da Federação, registraram-se 429 greves, com mais de 3 milhões de trabalhadores cruzando os braços em defesa de seus direitos mais elementares.” Assalariados de diferentes partes do país e de diferentes categorias exigiam seus direitos, contribuindo para a luta de classes no país – e sofriam grande repressão. A greve dos metalúrgicos de São Paulo foi encerrada com violência pelos militares, verificando-se a morte de Santo Dias da Silva, militante da Pastoral Operária. Outros trabalhadores foram mortos pela ditadura nestas repressões às greves.

Dada a repercussão social destas greves, que contou com o apoio da maioria da população, esta exigiu uma resposta do governo Figueiredo que fosse maior que o “prendo” e “arrebento” (Netto, 2014, p. 227). O governo viu-se obrigado a redefinir a política salarial, através da Lei n. 6.708, de 30 de outubro de 1979. Rompeu-se assim com toda a legislação salarial que caracterizou a política econômica do arrocho – imposto pela ditadura em meados dos anos 1960.

Das medidas “aberturistas” no governo Figueiredo, a anistia política foi conquistada em 28 de agosto de 1979, com a Lei n. 6.683, resultado da pressão política. Os exilados puderam retornar ao país. Entretanto, os atos dos militares que trabalharam para os aparelhos repressivos e conduziram o terrorismo de Estado – cometendo assassinatos e torturas de trabalhadores e opositores – foram também anistiados. Não houve responsabilidade criminal.

Diante deste cenário de perseguição e morte aos opositores, o movimento operário agiu de forma revolucionária, mostrando a revolta das classes subalternas, que agiu de forma estratégica e com ações diretas contra a elite dominante – como no caso das greves. A inserção da classe trabalhadora na cena política enriqueceu e tornou mais complexa a dinâmica da luta contra a ditadura. Apesar da violência dos militares, os trabalhadores, as trabalhadoras e acadêmicos agiram de forma a contribuir para a formação de uma contra hegemonia.

Por fim, a união do meio acadêmico com o movimento operário fortaleceu a ação revolucionária, agindo em prol das demandas do proletariado e unindo diversos setores da população contrários a ditadura militar. A articulação com o movimento operário contribuiu para prática política das assistentes sociais neste período, o que nos mostra que a construção desta relação orgânica com os trabalhadores acontecia há mais de uma década antes do III CBAS, em 1979.

3.4

As greves dos metalúrgicos de 1978 e 1979

Sendo os operários de São Paulo os protagonistas do nosso objeto de estudo, o III CBAS, realizado em 1979, buscamos nos tópicos a seguir compreender as motivações sociais, políticas e econômicas das greves metalúrgicas de 1978 e 1979. Entender as greves do final da década de 1970 é importante para se conhecer o contexto histórico o qual aconteceu o III CBAS e também porque compreendemos que a “virada” do Serviço Social neste congresso só foi possível devido a articulação de assistentes sócias com os operários grevistas.

3.4.1 As greves em 1978

O descontentamento dos trabalhadores e trabalhadoras com o arrocho salarial e com a manipulação dos índices desencadeou uma série de reivindicações, proporcionando o reaparecimento do movimento grevista em 1978 e tomando como central a luta contra o arrocho salarial. Segundo Luiz Inácio Lula da Silva (*apud* Antunes, 1988, p. 27), a política salarial vigente nesse período e as fraudes apontadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁵⁴ deixaram o trabalhador e a trabalhadora descontentes.

Há falhas enormes e a própria luta pela reposição salarial da perda sofrida em [19]73, com a manipulação dos dados de inflação, veio demonstrar isso. O trabalhador está cansado de há 13 anos ver seu salário diminuindo mensalmente.

No dia 12 de maio de 1978, aconteceu a greve da Scania, que representou o ressurgimento do proletariado da indústria automobilística na cena social e marcou o início “do maior ciclo grevista do pós-64” (Antunes, 1988, p. 20).

Motivados fundamentalmente pela luta por aumentos salariais, descontentes com o resultado de mais uma campanha salarial desfavorável, os operários da Scania desta vez não aceitaram o ritual imposto pela indústria automobilística que, além de não atender às reivindicações operárias, na época do dissídio, descontava as antecipações salariais feitas anteriormente. (Antunes, 1988, p. 20).

A reivindicação básica da greve iniciada pelos operários da Svenska Aeroplan Aktiebolaget (SAAB)-Scania, segundo Antunes (1988), era de mais de 20% do aumento salarial. Essa reivindicação depois se generalizou para o conjunto de trabalhadores das empresas automobilísticas. Estudando as paralisações das empresas de automóvel nos EUA, o movimento operário brasileiro conheceu a chamada “greve de braços cruzados”. Essa tática norte-americana foi utilizada nas greves de São Bernardo do Campo, em 1978, na montadora de caminhões Scania. “O operário ia trabalhar, marcava o ponto, ia até seu posto, mas não ligava a máquina. Ficava de braços cruzados” (DIEESE, 2015, p. 15).

De acordo com o DIEESE (2015), a “greve de braços cruzados” evitava piquetes às portas das fábricas. Essa tática de greve é contada na entrevista de

⁵⁴ Estudos realizados pelo DIEESE apontaram uma fraude salarial no ano de 1973, que, segundo Antunes (1988, p. 16, 18), “lesou em 34,1% os salários dos trabalhadores”. Tais dados serão analisados no próximo capítulo da dissertação.

Gilson Menezes, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ex-prefeito de Diadema e ex-funcionário da Scania.

No primeiro de maio de 1978, eu tomei posse como diretor do sindicato e no dia 12 de maio a Scania estava parada. Nós organizamos essa greve três dias antes. Saiu uma matéria em uma revista, não sei se na *IstoÉ* ou na *Veja*, dizendo que a Scania tinha tido um lucro extraordinário no ano anterior. Eu tirei umas cópias da matéria e preguei nos banheiros da fábrica, para criar um clima junto aos funcionários. E quando o pessoal estava lendo a matéria, eu falava: “Poxa, a Scania, com todo esse lucro e não dá nem um pouco de aumento para a gente, não melhora o salário.” Criava um clima. E eu falei para os líderes de cada seção, líderes ativistas: “Vamos fazer uma greve, eu acho que tem clima para isso. Não podemos demorar, porque senão eles descobrem e a gente está ferrado”. Com toda modéstia, eu propus a paralisação aqui na minha cabeça. Eu propus e grandes companheiros me ajudaram a organizar, porque é lógico que sozinho é impossível. (Menezes, 2015, p. 256).

Menezes (2015) descreve também o comportamento dos operários e a surpresa dos diretores dos sindicatos quando receberam a informação sobre a paralisação. O líder da greve de 1978 deixa evidente que a greve surgiu de uma decisão espontânea dos trabalhadores, da conscientização da exploração a qual estavam condicionados. Diante deste quadro, a resposta dos operários foi cruzar os braços ao lado das máquinas, como mostra o depoimento de Menezes:

Procurei conversar com todo o pessoal da ferramentaria e eles estavam com vontade de parar. Eu falava com cada líder de seção: “A ferramentaria vai parar, vai cruzar os braços na frente da máquina. Nesse momento vocês saiam avisando rapidamente, coisa de minutos, que a ferramentaria realmente está parada”. Já tinha muita gente avisada, conversada, e o pessoal foi comentando: “A ferramentaria vai parar, vai parar todo mundo. Se eles que ganham bem vão parar.” Criou o clima. Às sete horas da manhã, ninguém ligando a máquina, fora um caso ou outro, mas mesmo estas eram logo desligadas. Para ir de uma seção para outra, às vezes era mesmo um pouco longe, havia umas bicicletas que os líderes pegavam e saíam avisando: “A ferramentaria está parada”. Um pouco antes das sete horas, todo mundo cruzou os braços. Eu nunca vi a chefia da Scania correr tanto. “Tem energia elétrica, está todo mundo calmo, por que ninguém liga as máquinas?” A chefia da fábrica toda perguntava: “O que está acontecendo?” “Greve geral, todo mundo parado”. Não se falava a palavra “greve” porque não podia ser pronunciada, era paralisação por melhores salários (*risos*). Nós ficamos, depois do golpe, sem falar a palavra “greve”, ela não podia ser pronunciada, senão a pessoa era visada e podia sofrer terrivelmente com isso. (Menezes, 2015, p. 256-257).

A espontaneidade da greve da Scania é novamente mencionada por Menezes, assim como a intimidação e ameaça que sofreu dentro da empresa:

Com a greve, o presidente e toda a diretoria da empresa foram para a sala de reuniões. Mandaram me chamar e, quando cheguei, eles já tinham conversado um pouco. Pediram para eu fazer uma reunião com todos os líderes de cada seção, líderes ativistas. Eu falei: “Não tem liderança, o pessoal parou espontaneamente (*risos*). Eu sou o representante do sindicato, eu assumo a greve. Estou aqui para resolver o que vocês quiserem, mas eu não vou trazer liderança nenhuma, porque o movimento foi espontâneo!” Às nove e meia da manhã apareceu na ferramentaria o Guaraci Horta, que tinha um cargo de chefia na Secretaria do Trabalho. E,

coincidentalmente, apareceu outro Guaraci, que era do DOPS. E eles se apresentaram para mim, na ferramentaria, porque a chefia me falou: “Volta para a seção. Se nós soubermos que você está conversando com alguém, a coisa vai ficar feia”. Tudo bem, mas quando eu vinha do banheiro falava: “Rapaz, eles vão vir com pressão, vamos segurar, vamos segurar”. (Menezes, 2015, p. 257).

Segundo Antunes (1988), os operários da Scania mantiveram uma relação crítica com o patronato no ano de 1977, o que resultou em demissões de alguns trabalhadores – acusados de fazer “propaganda do sindicato”. Tais demissões foram a princípio revertidas por uma ação judicial do sindicato, mas, por fim, irreversíveis; e os trabalhadores, demitidos. Sendo assim, o desgaste com os patrões da Scania era recorrente antes da greve de 1978, e os operários estavam “cansados das constantes negativas patronais” (Antunes, 1988, p. 21). Com isso, a paralisação em 1978 representou um momento de resistência, no qual os trabalhadores da Scania não aceitaram mais passivamente o que lhes era imposto pelo patronato. De acordo com Antunes (1988, p. 21), os operários “tinham solicitado ainda, à época do dissídio, que a Scania não descontasse a antecipação de 15%, no que não foram atendidos”.

Apesar do descontentamento dos operários com os patrões, Gilson Menezes (2015, p. 260) afirma que, em comparação com as demais empresas, a Scania “se mostrava um pouco mais democrática com os trabalhadores, permitia algumas coisas, não era tida como uma empresa repressora, tinha um clima melhor”. Com isso, a surpresa da Scania em parar antes das demais empresas vem do fato de que essa empresa “seria uma das últimas contra a qual o trabalhador ia se revoltar, mas aconteceu de ser a primeira” (Menezes, 2015, p. 260). O depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva⁵⁵ (2015, p. 168) está em concordância com o de Menezes (2015), pois também aponta a relação razoável que os empregados tinham com a Scania. Lula também relata o engajamento de alguns trabalhadores aguerridos dessa empresa e a ligação destes com o sindicalismo sueco.

Eu acho que a Scania é que era mais liberal. A Scania tinha uma direção sueca. Eles muitas vezes falavam para mim: “Nós precisamos tomar muito cuidado, porque nós somos socialistas (*risos*) e os militares podem não estar gostando do que a gente está fazendo”. E também porque nós tínhamos uma relação muito forte com o sindicalismo sueco. Eu não me esqueço nunca, era amigo do Gilson um tal de Thorsten, que veio muito ao Brasil. Cada vez que a gente tinha um problema com a Scania, esse cara vinha da Suécia para o Brasil, para conversar conosco. Era uma fábrica a qual a gente tinha uma belíssima relação. Era uma fábrica que pagava um bom salário. Era uma fábrica que, do ponto de vista da humanização do trabalho,

⁵⁵ Nesta dissertação a referência bibliográfica de Luiz Inácio Lula da Silva será feita por Lula, ano e página.

era melhor do que as outras, possivelmente por ser da Suécia. Tinha uma visão diferente. (Lula, 2015, p. 168).

O depoimento de Lula (2015, p. 165), então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, aponta a importância da greve de 1978, mostrando que “a organização dos trabalhadores era muito forte”, mas também assinala que não se sabia, naquele momento, qual seria a reação da polícia e do Ministério do Trabalho em relação aos grevistas.

E por que aconteceu a greve na Scania? Porque os trabalhadores tinham uma expectativa de que a Scania iria dar um determinado reajuste de salário. E a Scania não deu. Nós tínhamos começado a discutir as greves, sobretudo na Mercedes Benz, que estava mais organizada, na ferramentaria da Volkswagen, que estava em um processo de efervescência, na Ford, sobretudo no setor da ferramentaria e da manutenção. E ela aconteceu na Scania, porque a gente tinha mais organização. A gente tinha o Gilson Menezes, que era diretor e que estava lá dentro. A gente tinha um companheiro militante, o Augusto, que tinha uma importância muito grande no debate interno do sindicato. E foi ali que, quando a *peãozada* percebeu que no dia do pagamento não veio aquilo que eles esperavam, eles resolveram parar. Eu diria que a greve foi surpresa para todo mundo que não estava dentro da Scania. (Lula, 2015, p. 165, grifo nosso).

Os relatos presentes neste texto deixam evidente que a greve de 1978 surgiu de um movimento espontâneo, do descontentamento dos trabalhadores da Scania com os patrões, que negaram o reajuste salarial aos trabalhadores.

No dia do pagamento, só veio 39%, que era o decreto na época e ainda por cima foram cortados os 3% que normalmente ela dava aos trabalhadores. Aí o pessoal não teve alternativa, parou e começou, na minha opinião, um dos maiores movimentos feitos na história desse país. Quanto à organização, nós não tínhamos nenhuma experiência de greve, nem eu, nem a minha diretoria tínhamos feito greve na vida, quanto mais liderado uma, quer dizer era um desafio. (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 23).

Menezes aponta algumas características do perfil dos trabalhadores ao relatar que “na Scania não era molecada. Claro que tinha pessoas mais maduras que seguraram firme, mas a grande parte era jovem. E o espírito de luta era muito grande”. Embora aguerridos, Menezes também aponta inexperiência desses trabalhadores em relação a movimentos grevistas. “Eu tinha 27 anos e só tinha participado daquela greve na metalúrgica [...] nada de grande experiência” (Menezes, 2015, p. 258).

Os operários apenas buscaram uma alternativa para a resistência e para que as suas demandas fossem atendidas. A greve, segundo Antunes (1988, p. 22), “tinha sido uma engenhosidade da espontaneidade operária”, sendo a alternativa encontrada pelos metalúrgicos para o alcance de suas reivindicações.

Quatro dias após o início da paralisação na Scania, foi realizada uma assembleia na fábrica, em que se reafirmou a pauta reivindicatória, a qual buscava:

[...] aumento salarial de 20% a partir de primeiro de maio para aqueles que recebessem até 10 salários-mínimos; igualdade salarial para aqueles que realizassem os mesmos trabalhos; pagamentos dos dias em greve e redução do trabalho noturno. (Antunes, 1988, p. 23).

Como mencionado acima, o sindicato foi surpreendido pela greve na Scania; ainda, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do sindicato, era inexperiente em movimentos grevistas e chegou a um acordo verbal com a direção da Scania:

Eu me lembro que fui convidado para uma reunião com a Scania. Eu fui com o Gilson e com o Severino. Ficamos discutindo com um diretor que, se não me falha a memória, se chamava Ladislau, um sueco que trabalhava na Scania. Nós conversamos e depois fizemos um acordo. Eu não me lembro há quantos dias a gente estava em greve, mas nós fizemos uma proposta de acordo. Eu chamei os trabalhadores no pátio para convencer que a proposta era boa. Voltaram a trabalhar. E quando eles voltaram a trabalhar, isso era de manhã, se não me falha a memória, o Sinfavea (Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares) ou a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos automotores), não sei qual deles, chamou a Scania e disse que eles não podiam fazer acordos sozinhos, que eles tinham que fazer acordo junto com toda a indústria automobilística. Os suecos ficaram com medo, retiraram a proposta. Aí ficou um clima muito delicado, porque cheirou traição. A empresa montou um esquema de segurança, em que não permitia que um pavilhão se comunicasse com o outro. A gente tentou retomar a greve, mas não conseguiu. (Lula, 2015, p. 166).

Menezes (2015, p. 259) também menciona a reunião com a direção da Scania em seu depoimento:

Na terça-feira de manhã, a Scania ofereceu o reajuste de 20%, parcelado em três vezes. Inclusive, a história diz que o Lula foi à empresa. A proposta foi votada e o pessoal aceitou. Mas, depois de alguns dias, a Scania voltou atrás, porque houve pressão para que não aceitasse o acordo, e eles tinham que obedecer ao sindicato das montadoras, porque, dependendo do resultado na Scania, as outras fábricas iam querer a mesma coisa. Então, quando eles anunciaram que aquele acordo não valia mais, houve vários movimentos dentro da Scania, várias manifestações. O pessoal ficou revoltado e fez paralisações parciais. Depois, saiu um acordo, que foi estendido para todas as montadoras, mesmo aquelas que não pararam. E aí foi pipocando greve no Brasil todo.

A Scania, pressionada pelo conjunto do setor automobilístico, não cumpriu o acordo verbal feito com o sindicato, e os trabalhadores ficaram descontentes e desconfiados. “Houve muita dúvida dos trabalhadores, se a gente tinha sido honesto ou não. [...] Foi um momento muito difícil, muito difícil. Nós levamos um tempo para recuperar” (Lula, 2015, p. 166). Embora a Scania tenha se utilizado de estratégias para impedir a comunicação entre os setores na empresa e aderido

a inúmeros instrumentos repressores, os operários tentavam uma nova paralisação.

Embora o movimento grevista encontrasse limitações dentro da Scania, neste momento as greves se expandiam para um conjunto significativo de empresas do ABC Paulista. A Ford, por exemplo, iniciou a greve no dia 15 de maio de 1978 e paralisou toda a sua produção por uma semana.

Quinze dias antes da ocorrência da greve da Scania, uma comissão de trabalhadores da Ford havia reivindicado a manutenção do reajuste de 39%, concedido em abril, sem que houvesse os descontos das antecipações. Como não obtiveram nenhuma resposta favorável da direção da empresa, paralisaram o trabalho reivindicando aumento salarial de 20%, melhoria na alimentação e no sistema médico, além de redução no custo do transporte. A recuperação do cotidiano da greve, e em especial o seu desencadear, mostra similitudes com a tendência oferecida pelos metalúrgicos da Scania. (Antunes, 1988, p. 24).

Na Ford, a adesão dos setores à greve ocorreu rapidamente. Essa empresa permaneceu alguns dias sem negociar com os trabalhadores grevistas, mas acabou recorrendo ao sindicato para negociar com os operários. Nesse mesmo período, houve também uma paralisação parcial na Volkswagen, em São Bernardo do Campo, que teve início no dia 16 de maio de 1978 e duração de três dias.

Embora o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) tenha decidido pela ilegalidade das greves, o movimento grevista continuava a se expandir e se generalizava pelo ABC Paulista. “Houve uma diversidade de greve: desde paralisações totais e prolongadas (como a Ford), até paralisações setoriais e parciais (como a Volks), ou um sem-número de paralisações relâmpagos, de curtíssima duração, (como na Gemmer e na Cima)” (Antunes, 1988, p. 25-26). Para Antunes (1988), esse movimento de massas que eclodiu nos meses de maio e junho nas indústrias automobilísticas marcou o ressurgimento da ação reivindicatória grevista no Brasil. Os operários, conscientes da opressão por que passavam, não aceitavam mais o arrocho salarial e a superexploração do trabalho, que intensificou a forma de extração da mais-valia.

O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação. (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 27).

Os depoimentos acompanhados neste capítulo nos mostram que a paralisação foi a única saída encontrada pelos operários para que fossem ouvidos e conseguissem lutar por suas demandas. Esses relatos também deixam evidente

o caráter espontâneo das manifestações, que se iniciavam pela comunicação e organização dos trabalhadores dentro das fábricas. Não havia uma tática previamente definida, com objetivos e metas a serem seguidas. Também não havia um esquema ideológico ou político. Os caminhos a serem seguidos pelos trabalhadores eram definidos aos poucos, com o desenrolar dos acontecimentos. Segundo Lula, entretanto, “do ponto de vista de mobilização dos trabalhadores, as pessoas faziam greves, às vezes, sem saber por que estavam fazendo greve” (Lula, 2015, p. 169). Por meio desse depoimento, conseguimos notar que, apesar do avanço do sindicato de São Bernardo do Campo ao propor debates e cursos, a consciência crítica dos trabalhadores não havia ocorrido. Lula acrescenta que:

[...] era como se fosse uma coisa assim: “eu tenho que fazer, todo mundo está fazendo, eu vou fazer também”. Então, foi uma coisa muito bonita. Foi um ano em que se construíram muitas lideranças. E foi um momento de consagração do sindicato, da sua relação com a base. (Lula, 2015, p. 169).

Valendo-nos desses depoimentos, compreendemos também que a atuação dos sindicatos nas primeiras manifestações intermediou os acordos entre o operariado e a direção fabril. A princípio, de acordo com Antunes (1988, p. 34), [...] a ação da direção sindical foi mais no sentido de representação do movimento grevista nas fábricas, quando solicitada pelos trabalhadores (e em algum caso pelo próprio patronato, com o objetivo de buscar canais de negociação).” Entretanto, com o avanço do movimento grevista, “a direção sindical percebeu que não poderia continuar como mera intermediária, mediadora, e assumiu então o papel de representante dos trabalhadores, desde que por eles solicitada” (Antunes, 1988, p. 34).

Como se tratava de um movimento espontâneo, o movimento grevista de 1978 tinha muito a avançar no plano ideológico e teórico em busca de maior conscientização dos trabalhadores, mas foi de grande importância para o movimento operário, pois representou o reaparecimento do proletariado na cena política em busca por melhores condições de vida.

Enquanto o movimento grevista avançou no segundo semestre de 1978, o patronato, segundo Antunes (1988), iniciou um processo de demissão de trabalhadores. Empresas como Volkswagen, Villares, Scania, Resil, Carfriz e Conforja utilizaram a perseguição e as demissões para tentar conter a organização dos trabalhadores. Na Volkswagen, por exemplo, vários operários foram demitidos apenas por participarem do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Sendo assim, o fim do ano de 1988 foi marcado pela animosidade entre operários e patrões, eclodindo em muitas greves e demissões. Todo esse movimento desencadeou a greve geral metalúrgica em 1979, como será visto no próximo tópico.

3.4.2 A greve geral em 1979

O número de greves no Brasil teve grande expansão no ano de 1979, abrangendo todo o território nacional. Não conseguimos acesso direto ao *Balanço anual – greves – 1979*, produzido pelo DIEESE nesse ano. Entretanto, segundo Oliveira (1985), esse documento aponta que ocorreram 430 greves durante o ano de 1979, envolvendo as mais diversas categorias de trabalhadores, 9% do total de trabalhadores brasileiros. Os movimentos pelo Brasil ocorriam com ou sem a ligação com sindicatos.

Em 1979, os grevistas estavam fortalecidos e organizados em frente às tensas relações com o patronato. Essa organização da classe trabalhadora é evidenciada, por exemplo, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que realizava, de acordo com as resoluções de seu III Congresso, reuniões de operários por empresas, “objetivando suprir uma séria lacuna do movimento sindical brasileiro, ou seja, a ausência dentro das fábricas” (Antunes, 1988, p. 41). Com isso, ao mesmo tempo que as direções das fábricas aumentavam o controle e repressão, a massa operária aumentava a sua participação na vida sindical. Por meio dessa articulação dos trabalhadores dentro das fábricas e em congressos, como o Congresso Estadual dos Metalúrgicos, realizado em Lins⁵⁶, foram surgindo reivindicações que motivaram a campanha salarial de 1979.

Em fins de janeiro, os sindicatos metalúrgicos do Estado estabeleceram, entre outras, suas reivindicações básicas: 34,1% de aumento salarial acima do índice oficial (para repor perdas salariais); piso salarial igual a 3 salários mínimos; vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, de abril até outubro de 1979, para que pudesse coincidir com a data-base dos metalúrgicos da capital, Osasco e Guarulhos; reconhecimento e estabilidade para os delegados sindicais (1 para cada grupo de 500 trabalhadores); redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; reajustes trimestrais. (Antunes, 1988, p. 41).

⁵⁶ Esse congresso visava a “uma campanha salarial unitária com um único índice mínimo de reajuste salarial para toda a categoria metalúrgica e numa única data-base” (Antunes, 1988, p. 42).

As negociações com o patronato logo chegaram a um impasse, pois este não se mostrou favorável a atender às reivindicações dos operários. No dia 8 de março, os patrões apresentaram uma anteproposta:

Os reajustes seriam escalonados de 57% para os que ganhavam até três salários-mínimos, até 44% (que era o índice oficial) para os que ganhavam acima de 10 salários-mínimos. Mas os índices incidiram sobre os salários de abril de 78 (eliminando-se, portanto, os 11% conquistados nas greves de maio) e descontariam os 13,5% concedidos como antecipação. O piso salarial corresponderia a 2 salários-mínimos. Os itens sobre delegado sindical, estabilidade, 40 horas e outros nem foram considerados. (Sader, 1988, p. 305).

Além disso, segundo Sader (1988, p. 305), “depois de elevarem para 63% o índice para a menor faixa salarial, os empresários lograram um acordo com a Federação, rompendo-se assim a campanha unitária dos metalúrgicos do Estado”. Em suma, a proposta do patronato anulava os ganhos do movimento operário em 1978 e não considerava a reivindicação da estabilidade para delegados sindicais nas empresas, que era central para o movimento operário, pois “asseguraria a continuidade da organização operária na base” (Sader, 1988, p. 305).

Com isso, apesar dos avanços do movimento operário, mais uma vez em 1979 não foi possível a realização de uma campanha salarial unitária. Os sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano imediatamente refutaram o acordo. Segundo Antunes (1988), de um lado metalúrgicos do ABC Paulista, especialmente os de São Bernardo, preparavam as massas, por meio de assembleias, para o confronto com o patronato em prol de suas demandas. De outro lado, a Federação dos Metalúrgicos tentava obter procurações dos sindicatos para a realização de acordos válidos para toda a categoria. Por fim, a federação aceitou a proposta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), validando-a para 29 sindicatos do interior. Já os sindicatos do ABC, Santa Bárbara D'Oeste e Santos não assinaram o acordo.

Como as greves de 1978 ocorreram muito menor intensidade no interior – e, portanto, aqueles metalúrgicos não tinham obtido nenhum aumento real que pudesse ser alvo de desconto – estes teriam um índice superior ao oficial, o que não aconteceria com os operários da indústria automobilística do ABC. Depois de percorrer mais de 80 horas de negociações com o patronato, **àquele contingente só restava desencadear um movimento para o qual já vinha se preparado havia algum tempo: a greve geral metalúrgica.** (Antunes, 1988, p. 44, grifo nosso).

Segundo Sader (1995), a campanha salarial do ano de 1979 é diferente da de 1978, pois desta vez o sindicato assumiu claramente a direção do movimento grevista.

A partir do início do ano, os diretores do sindicato começam a realizar reuniões por empresas na sede da entidade. O número de reuniões e de participantes vai num crescendo que transforma a rotina do sindicato. Ao se aproximar a data do dissídio, a sede permanecia ocupada por trabalhadores vindos de diferentes fábricas para realizarem suas reuniões, formularem orientações e princípios de organização para uma greve geral da categoria. No curso dessas reuniões e pelos relatos de seus participantes, o cotidiano da vida fabril é trazido para o sindicato, consolidando assim o papel deste enquanto centro de elaboração das experiências dos metalúrgicos da região. (Sader, 1995, p. 304).

Temendo um novo surto de greves, as direções das empresas intensificaram a precaução. Em uma circular confidencial do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (SIMEP), a proposta era de que as empresas evitassem qualquer negociação direta com os operários. Essas negociações deveriam ser realizadas apenas por intermédio das entidades representativas da categoria. Outra circular “sugeriu o aumento de estoque das empresas, o aumento do controle dos chefes sobre os trabalhadores e a recorrência à guarnição policial para permanecer de prontidão em caso de perigo iminente” (Antunes, 1988, p. 42). Diante dessas medidas, o sindicato de São Bernardo pediu aos operários que não fizessem hora extra, para não aumentarem a produção. Também recomendou que agissem com cautela e cuidado em relação aos chefes, aos supervisores etc.

A greve geral metalúrgica teve início no dia 13 de março de 1979, em meio à transição do governo de Geisel para o de Figueiredo. Ainda nas primeiras horas do dia 13 de março, várias fábricas do ABC Paulista, como a Ford e a Volkswagen, pararam a produção. Ao mesmo tempo, realizou-se no dia 13 uma grande assembleia em São Bernardo, com cerca de 60 mil operários. Segundo Antunes (1988, p. 45), foi o início de “uma prática cotidiana de assembleias plebiscitárias com milhares de operários, onde constantemente eram avaliados e definidos os rumos do movimento”. Embora a greve ocorresse também em algumas cidades do interior de São Paulo, sua maior dimensão ocorreu na região industrial do ABC Paulista.

De acordo com Sader (1995, p. 305), no “dia 15 o Tribunal Regional do Trabalho decreta a ilegalidade do movimento”. Perante essa declaração de que a greve era ilegal, o sindicato desta vez ultrapassou os limites estabelecidos pela legislação. Lula afirmou em uma Assembleia Geral, para cerca de 80 mil trabalhadores: “A greve pode ser considerada ilegal, porém ela é justa e legítima, pois sua ilegalidade é baseada em leis que não foram feitas por nós ou por nossos representantes” (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 46). Em seu discurso, Lula também frisou que a greve era pacífica e recomendou que os operários evitassem piquetes às portas das fábricas.

No quarto dia de greve, cerca de 170 mil operários estavam paralisados no ABC Paulista. O Ministério do Trabalho seguiu com uma investigação de denúncias de infiltração nas greves. Lula respondeu na Assembleia Geral dos trabalhadores: “Nosso movimento é o movimento de 110 mil trabalhadores, sem nenhuma interferência de qualquer grupo, estranho à nossa categoria. Estamos reivindicando melhores salários, melhores condições de vida” (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 46).

A greve geral emergiu politicamente e tinha um alto apoio popular, trazendo questões sociais para o centro e ganhando a atenção da população brasileira. De acordo com Antunes (1988, p. 47), “iniciou-se uma campanha nacional de solidariedade, mediante a coleta de recursos financeiros e alimentos para os trabalhadores paralisados”.

Os temas da liberdade de greve, da autonomia sindical, da política salarial, foram trazidos ao debate político a partir da própria luta dos trabalhadores. As greves haviam se tornado a modalidade principal de expressão dos assalariados. Nos seus primeiros 50 dias de governo, o general Figueiredo se defrontaria com nada menos que 100 greves. Pela sua importância, a greve do ABC se tornaria o polo de toda aquela movimentação social. Foi nessa conjuntura que setores sociais, os mais variados, procuraram se mobilizar para apoiar a greve, vista como manifestação de luta democrática contra o regime militar. O Fundo de Greve constitui a expressão material desse vasto movimento de solidariedade. Assim, independentemente de sua vontade e apesar de insistentes explicações das lideranças metalúrgicas de que seu movimento não era político, o fato é que ele tinha ganho uma irrecusável conotação política. (Sader, 1988, p. 306).

Não se tratava, desta vez, de um movimento espontâneo das massas operárias, o cenário agora era de grandes assembleias plebiscitárias e liderança sindical. Grandes discursos que ocorriam, por exemplo, no Estádio de Vila Euclides, com muita visibilidade. Segundo Sader (1995, p. 305), não foi uma greve de “braços cruzados ante máquinas paradas”, como a de 1978.

Desta vez, como o sindicato previu que haveria medidas contra os grevistas no interior das empresas, a orientação era para que ninguém entrasse nas fábricas. Ressurgiram, também, os piquetes às portas de fábricas e no trajeto dos ônibus, os quais Lula recomendou que os operários evitassem. No sétimo dia de greve, o Ministério do Trabalho propôs o chamado “protocolo de intenções”, que estabelecia “[...] a criação de uma comissão tripartite para estudar no prazo de 45 dias o índice de reajuste, a proibição de demissão aos grevistas e o pagamento das horas paradas a serem posteriormente descontadas em parcelas” (Antunes, 1988, p. 47). Esse protocolo seria levado aos operários, e, caso aprovado, queria o retorno imediato dos operários aos postos de trabalho.

As assembleias plebiscitárias não aprovaram a proposta do patronato. Segundo Antunes (1988, p. 47), 80 mil operários, em uma assembleia no estádio de futebol Vila Euclides, disseram não, “pois sabiam que a contrapartida desta decisão seria a intervenção em seu órgão de classe”. A liderança dos trabalhadores grevistas do ABC Paulista era Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo Sader (1995, p. 307), era um líder carismático, que sabia “captar os sentimentos dos ouvintes na elaboração de discursos que expressavam a disposição de reivindicar seus direitos, ele se projetou como uma expressão da vontade coletiva”. Os discursos de Lula atraíam quase diariamente mais de 50 mil metalúrgicos em greve, que iam ao estádio e se identificavam com o que era dito. Entretanto, Antunes (1988) e Sader (1995) apontam uma intervenção ministerial no sindicato, a qual afastou o principal líder das greves por alguns dias.

Por isso mesmo a intervenção ministerial no sindicato, efetuada na madrugada no dia 23, chegou a provocar certa desarticulação nos primeiros dias. Sem a ligação com o líder, a massa grevista não sabia a quem dirigir-se, revelando com isso também as precariedades da organização pela base. Assim que a diretoria cassada resolveu voltar a assumir o comando do movimento, ficou patente que o “sindicato real” não era aquele que estava funcionando na sede, sob intervenção. Utilizando a Igreja Matriz de São Bernardo, eram as diretorias cassadas de São Bernardo e Santo André e suas respectivas comissões de salários que reuniam os operários em greve para decidir sobre seu movimento. (Sader, 1995, p. 307).

Segundo Antunes (1988, p. 48), a igreja matriz “tornou-se o centro de reuniões dos dirigentes sindicais e da comissão de salários”. Sendo assim, passou a ser o local de reunião dos membros do comando de greve. Na assembleia seguinte, realizada no Paço Municipal, cerca de 25 mil trabalhadores, “ao mesmo tempo que defendiam a continuidade da greve, clamavam pela presença de Lula”. Foi o momento de profunda desorientação das massas, que “evidenciou a ausência total de um comando ou liderança capaz de substituir a figura de Lula” (Antunes, 1988, p. 48). Diante desse quadro, vários líderes sindicalistas impuseram a Lula a necessidade de retornar à liderança do movimento.

Não sabíamos o que fazer (logo após a intervenção do Sindicato) e lá pelas 11 horas fui pra casa do meu sogro em Rudge Ramos. E havia pedido para os companheiros da diretoria comparecerem à assembleia que ia haver no Paço Municipal, mesmo que eles não pudessem falar. Mesmo que fosse pra ficar de longe vendo o que ia acontecer. Foi aí que começou a pauleira, a polícia começou a agredir pra valer. No sábado, houve outra assembleia onde o Djalma pediu para o pessoal ouvir, mas ninguém estava disposto a ouvir. Percebemos que o movimento sem direção ia degradingolar, e muita gente ia tirar proveito disso. De repente os caras de Santo André vieram para São Bernardo tentar liderar a assembleia. Até Agnaldo Timóteo apareceu e quis falar para os trabalhadores. Ainda no sábado à noite recebi a visita de alguns dirigentes sindicais, a Lélia Abramo, o Arnaldo Gonçalves, o Davi de Moraes, que disseram: ‘Lula, a gente não sabe o que vai acontecer, mas você vai ter que voltar e assumir o movimento, pode ser que você assuma hoje e seja preso.

Agora você vai ter que assumir'. No domingo a gente assumiu a greve, assumiu sabendo já por informação dos mais variados setores que a pauleira ia cair em cima dos piquetes. (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 49).

De volta às manifestações na igreja matriz, Lula e Benedito Marcílio assumiram a liderança da greve geral diante de cerca de 20 mil trabalhadores.

Eu e a diretoria do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema assumimos de novo o comando do movimento. Só assim poderemos evitar orientações erradas, de pessoas estranhas. O risco é de começar a aparecer boletins de patrões como se fosse trabalhador. Cada um sabe o que fazer a partir de segunda-feira. Só não pode é aceitar provocação e entrar em confronto com a polícia. O movimento continua pacífico e ordeiro. Se a gente voltar a trabalhar agora, nunca mais vamos levantar a cabeça. (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 50).

No 15º dia de greve, em uma assembleia geral de terça-feira, Lula e o comando levaram um novo acordo provisório com o patronato, a ser aprovado ou não pelos trabalhadores grevistas. Nessa nova proposta, “os trabalhadores dariam uma trégua de 45 dias, período em que, através de novas negociações com o patronato, tentar-se-ia obter um índice salarial mais satisfatório do que aquele alcançado pelos metalúrgicos do interior” (Antunes, 1988, p. 50). Caso essa proposta não fosse aceita, os metalúrgicos voltariam a fazer uma greve geral. Coube a Lula fazer o discurso para os trabalhadores:

Vivemos hoje mais um momento histórico da classe trabalhadora. Vocês sabem perfeitamente que as regras do jogo se inverteram de quinta-feira para cá [...] A coisa se inverteu de tal forma que existem hoje três coisas fundamentais. [...] a primeira delas é a garantia da volta à normalidade do nosso sindicato [...]; existe outra coisa importante que é a reabertura das negociações [...] porque temos 11% em jogo e não vamos abrir mão deles; e há outra coisa a ser feita, que é o pagamento dos dias que estamos em greve. Nós queremos receber nossos dias. É ponto de honra pra gente voltar a trabalhar. [...] Pra não dizerem que nós somos radicais, nós vamos aceitar o pedido do governo: a volta ao trabalho. E se não for cumprido o nosso pedido, nós paramos. E assumo o compromisso com vocês: eu mesmo decreto greve outra vez. (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 51).

Apesar de essa proposta conter pontos de resistência na assembleia e parte dos trabalhadores presentes ser favorável à continuidade da greve, foi aceita, majoritariamente, a proposta de Lula. Isso ocorreu devido à confiança que os trabalhadores depositavam nele. Segundo Lula (2015, p. 175), “era uma proposta que tanto o DIEESE, quanto nós, dirigentes sindicais, os advogados, todos nós achamos razoável. Ou seja, nós ganhamos os dias parados, nós ganhamos 15%. Tinha uma série de conquistas”.

Ao invés de colocar a proposta em votação, eu propus um voto de confiança dos trabalhadores em mim. Eu pedi um voto de confiança. “Eu sei que vocês não estão gostando da proposta, eu vi a reação de vocês, então eu não vou colocar a proposta

em votação para ser derrotado; eu quero que vocês me deem um voto de confiança, para tentar conquistar mais coisas, e quem estiver de acordo comigo levante a mão”. Todo mundo levantou a mão. (Lula, 2015, p. 176).

A decisão da diretoria do sindicato pela não continuidade com a greve pode ser acompanhada no seguinte depoimento:

Na medida em que a polícia começou a agredir violentamente, começou a haver um refluxo no movimento e alguns companheiros se afastaram. Eu usei piquete nessa greve e usei sempre que puder. Agora, quando num primeiro momento você faz uma assembleia com 100 mil pessoas e chega uma hora em que se tem 30 mil, é sinal de que a maioria não está mais participando, e disso é preciso estar consciente. E essa consciência eu tinha. Quando o patrão percebe que os trabalhadores estão voltando ao trabalho, a chance de negociar diminui bastante. Com a proibição de reunião no Paço eu temia que a greve começasse a se esvaziar, porque o trabalhador não vai ficar na rua feito barata tonta tomando cacetada. Foi aí que a diretoria se reuniu e chegou à conclusão de que deveríamos ir para o Estádio de Vila Euclides e lá pedir a volta ao trabalho, dando um prazo para a negociação e ao mesmo tempo preparando a categoria para uma nova greve caso não houvesse acordo. Nós passamos 45 dias preparando os trabalhadores para uma guerra, não foi nem para uma greve, nunca se foi tanto à porta de fábrica como naqueles dias, nunca se distribuiu tanto material. (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 51).

O patronato, entretanto, não esperou um dia para descumprir esse acordo e demitiu em massa os trabalhadores. Após os anúncios das demissões, a direção sindical, centralizada na matriz de São Bernardo, orientou os operários que paralisassem as atividades nas fábricas. Diante desse cenário, os operários acusavam Lula de ter traído a categoria e se vendido aos empresários.

O ano de 1979, depois dessa assembleia, foi o pior ano para quem era diretor do sindicato. A gente chegava e fazia o discurso, a peãozada virava as costas e entrava para trabalhar. O pessoal chamava a gente de traidor mesmo. O pessoal dizia que aguentava 30 dias de greve, 80 dias de greve, 100 dias de greve. O pessoal virou herói. Diziam que aguentavam 100 dias de greve. O Fernando Henrique Cardoso escreveu um artigo na Folha de São Paulo: “Nunca mais haverá greves em São Bernardo, o Lula acabou enquanto dirigente sindical”. (Lula, 2015, p. 177).

Os trabalhadores responderam ao descumprimento das empresas em relação ao acordo com novas greves. Apenas com a realização de um ato no dia 1º de março, o qual contou com a presença de mais de 130 mil trabalhadores, o patronato reavaliou a condução que vinha tomando em relação às negociações. Nesse ato, diante de milhares de trabalhadores, Lula reafirmou a importância da retomada à ação grevista, caso um novo acordo não fosse firmado com os patrões:

Pensaram que iriam acabar com o movimento do ABC intervindo no Sindicato, e se esqueceram de que o Sindicato não é um prédio, mas Sindicato é o trabalhador dentro da fábrica, é o trabalhador na praça. E os trabalhadores metalúrgicos do ABC sabem que nós demos uma trégua até o dia 13. [...] Porque se não vier o nosso

aumento, no dia 14 à zero hora o ABC entra em greve outra vez. (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 53).

No dia 13 de maio, foi aprovado na assembleia plebiscitária o acordo entre a FIESP e o operariado metalúrgico do ABC, e:

Em novembro é decretada uma reforma na legislação salarial, decretando reajustes semestrais com magnitudes diferentes segundo as faixas salariais. Os que recebiam até 3 salários mínimos receberiam 10% a mais do que o índice de preços; entre 3 e 10 salários mínimos receberiam o correspondente ao índice de preços. Anualmente os salários seriam aumentados segundo os índices de produtividade de cada setor. (Sader, 1995, p. 308).

Não foi explicado no acordo como seria medido esse índice de produtividade, mas o que o governo pretendia com essa medida, segundo Sader (1995), era desestimular novas manifestações grevistas⁵⁷. Apesar de esse acordo firmado em 1979 ser mais vantajoso para os trabalhadores do que o anterior, assinado pela federação, era ainda insatisfatório, sendo aprovado apenas pela dificuldade de o operariado conseguir algo mais satisfatório. Segundo Antunes (1988, p. 53), a prioridade com esse novo acordo “passou a ser no sentido da recuperação do Sindicato pelos operários”.

Todo mundo viu, e eu posso garantir para vocês, que não foi um bom acordo. [...] Foi conseguido 6% a mais para 75% da nossa categoria que ganha de três a dez salários-mínimos. [...] Eu não vou pedir para os trabalhadores fazerem greve segunda-feira. Eu vou explicar por quê. Eu gostaria que vocês prestassem atenção numa coisa: de nada adianta a gente falar às vezes até contra aquilo que a gente está pensando. Uma greve amanhã representa uma derrota da classe trabalhadora. [...] nós não vamos mais ter sindicato e não vamos ter mais igreja. Nós vamos fazer uma greve dois dias e depois de dois dias nós voltamos a trabalhar de cabeça baixa. (Lula *apud* Antunes, 1988, p. 54).

Dois dias após o acordo, o sindicato foi devolvido aos trabalhadores.

A vigorosa luta empreendida pela devolução dos organismos sindicais teve também, como resultante o aprendizado político, para as massas, da valorização da sua entidade classista bem como da necessidade de eliminar, radicalmente, quaisquer vínculos de dependência do Sindicato para com o Estado. A luta pelo sindicato plenamente livre, autônomo e democrático ganhou concretude maior. Foi a manifestação de repulsa dos trabalhadores, desde o ato ditatorial da intervenção até a última assembleia da Greve – quando se marcou a data para a reconquista da entidade – que fez com que o Ministério do Trabalho recuasse e anulasse a intervenção. (Antunes, 1988, p. 56).

⁵⁷ A desmobilização do movimento grevista não ocorreu, considerando que, segundo Sader (1995, p. 308), a campanha salarial de 1980 foi ainda mais ampla e que “a categoria alcançava um nível de organização muito maior”.

A greve geral de 1979 apresentou ganhos parciais em relação às reivindicações dos trabalhadores. Não se conseguiu, por exemplo, a figura do delegado sindical e comissões nas fábricas, mas a recuperação do sindicato para os trabalhadores foi uma vitória muito importante, de acordo com Menezes:

Em 1979, nós organizamos uma greve no ABC todo. Depois, afastaram a diretoria do sindicato. Fizemos um acordo e demos uma trégua de 45 dias. Fizeram uma proposta e nós aceitamos. Devolveram o sindicato para nós achando que a gente não ia mais organizar greve nenhuma. E organizamos uma maior, em 1980. Muita gente achou que a gente ia se “apelegar”. Até criticaram muito o Lula e a diretoria do sindicato. Mas nós queríamos dar uma trégua e nos organizarmos melhor, como, de fato, nos organizamos em 1980. Foi aquela greve dos quarenta e poucos dias. Mas cassaram de vez toda a diretoria do sindicato. Eu creio que com isso, os trabalhadores brasileiros sentiram que era possível fazer greve, mesmo sem ter o direito de greve. Existia a Lei n. 4.330 (Lei Antigreve), nós sabíamos disso, mas organizamos a greve. (Menezes, 2015, p. 262-263).

Notamos em 1979, de forma mais atenuada do que em 1978, que, de um lado, se encontrava o grande capital e o Estado e, de outro, a classe trabalhadora lutando contra a superexploração e o arrocho salarial. De acordo com Sader (1995, p. 308), “no ano de 1979 aquela onda grevista atingiria seu auge, estendendo-se pelas mais diversas categorias e por todo o território nacional”, mas, por outro lado, este autor também destaca que, “duramente esse ano, o governo se preparou para contê-la”.

A greve geral de 1979 também reafirmou a resistência dos trabalhadores contra as medidas repressivas, desconsiderando, como visto, a lei restritiva do direito de greve. Segundo Lula (*apud* Antunes, 1988, p. 54), além dos 6% obtidos a mais do que o acordo assinado pela federação, a greve geral metalúrgica possibilitou aos trabalhadores a percepção de que “patrões e governo são uma coisa só, pertencem à mesma classe, que pouco ou quase nada faz em benefício dos trabalhadores”.

Os trabalhadores também ampliaram a sua organização e consciência em relação à greve de 1978, aumentando a intensidade da onda grevista em 1979. De acordo com Antunes (1988, p. 57), foi a “passagem da fase de resistência democrática, que caracteriza todo o período anterior a maio de [19]78, para a fase do movimento de massas propriamente dito”.

Como já mencionado, a motivação da greve geral de 1979 foi idêntica à de 1978: contra o arrocho salarial e contra a superexploração dos trabalhadores. Entretanto, apesar de a motivação econômica ser a mesma, a dimensão política conquistou um espaço importante na greve de 1979. De acordo com Antunes (1988, p. 58), “[...] econômica na sua motivação inicial, política na sua motivação

mais profunda, a paralisação geral metalúrgica de 1979 permaneceu nos marcos de uma greve espontânea, sem a presença explícita de uma direção consciente”.

A singularidade da greve geral de 1979, então, está no fato de que, embora espontânea, contou com a liderança ativa do sindicato de São Bernardo e, em menor dimensão, também com o de Santo André. Notamos ao longo do texto o protagonismo da liderança de Lula no movimento grevista e nas decisões das ações a serem tomadas. Tudo isso nos mostra que, não obstante os marcos de espontaneidade e intuição das massas, também houve uma orientação política.

A presença de Lula como liderança foi, até mesmo, requisitada pelos operários grevistas quando este foi afastado devido a interferência e perseguição sofrida pelo sindicato. Antunes (1988) lembra o fato de Lula ter laços fortes na espontaneidade operária, o que fez com que seus discursos nas assembleias plebiscitárias refletissem as reais demandas dos trabalhadores grevistas. Com o Fundo de Greve, com a comissão de salários, a ação das lideranças dentro das fábricas e com as reuniões do sindicato, as assembleias também são um grande diferencial da greve de 1979. Compreendemos a importância da intuição operária e de seu empenho com a greve, mas também apontamos para a importância do sindicato e da figura de Lula, pois, como notamos ao longo do texto, toda “essa dimensão orgânica foi fortemente abalada quando houve a ausência de Lula” (Antunes, 1988, p. 60).

Sendo assim, reconhecemos que a greve geral de 1979 trouxe ganhos significativos para a consciência dos metalúrgicos, o que abriu caminho para um novo confronto com o Estado e com o patronato, também em 1980. Apontamos, também, que a articulação dos operários grevistas com as assistentes sociais ocorria antes do III CBAS. Como será visto no próximo capítulo, o “Congresso da Virada” contou com a presença do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, além de outros operários, como o Sr. Devanir Ribeiro. As questões trabalhistas, o arrocho salarial e as greves do ABC paulista foram assuntos recorrentes no III CBAS.

4

“Congresso da Virada” e a crítica ao conservadorismo da profissão

4.1

Pluralismo de ideias a partir do processo de reconceituação do Serviço Social

Em plena ditadura militar ocorre o processo de renovação do Serviço Social. Mesmo com a autocracia burguesa investindo na reiteração de formas tradicionais do Serviço Social, as assistentes sociais, movidas pelas emoções do contexto histórico, pelas condições colocadas pela ditadura e pelas novas demandas sociais, apontaram para movimentos que causaram mudanças no cenário da profissão. Sendo assim, Netto (2015) aponta a Renovação do Serviço Social como sendo um fenômeno sociocultural e profissional.

Netto (2015, p. 177) destaca quatro aspectos da renovação do Serviço Social. Primeiramente a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político. Segundo, a crescente diferenciação das concepções profissionais, que rompiam com a homogeneidade de visões e práticas. O terceiro aspecto versa sobre a polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso nas Ciências Sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução polêmica e cultural. O último aspecto destacado por Netto (2015) são a investigação e pesquisa, que agora faziam parte do currículo acadêmico do Serviço Social.

As sequelas do ciclo ditatorial no ambiente acadêmico do Serviço Social foram muitas. A renovação do Serviço Social não ocorreu instantaneamente, foi um longo processo de ruptura e de projetos profissionais em disputa. O corpo docente era dividido entre os profissionais que queriam que o Serviço Social apenas se modernizasse, mas continuasse conservador e, por outro lado, também havia uma massa crítica no meio acadêmico, constituída também pelos jovens que lutaram contra a ditadura na década de 1960 e agora chegavam à docência. Além destes, novos docentes, segundo Netto (2015, p. 166), foram recrutados, tendo estes formação sob o “militar-fascismo”. Ou seja, para este autor havia duas perspectivas no horizonte da profissão, a de “reatualização do conservadorismo” e a “intenção de ruptura com o Serviço Social Tradicional”, que, segundo Simionatto (1995, p. 182), “propõe um corte com a herança teórico metodológica

e com os paradigmas do reformismo conservador, recorrendo à tradição marxista para encaminhar um novo debate no interior da profissão”.

Até meados da década de 1960, havia relativa homogeneidade nas teorias do Serviço Social, que tinha sua base teórica no neotomismo. Ou seja, não havia disputas teóricas e havia uma ausência também na participação político-partidária. Um dos elementos principais do processo de ruptura do Serviço Social foi a laicização, mesmo do Serviço Social sob a autocracia burguesa. Esta laicização tem como consequência a disputa pela hegemonia em várias instâncias do processo profissional.

Nos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), segundo Simionatto (1995, p. 180), “não se evidencia qualquer referência ao pensamento marxista”, isto porque, o grupo de profissionais mais críticos, que questionavam as bases conservadoras do Serviço Social, “viu-se impedido de participar dos eventos da categoria, sendo posto em uma situação marginal”.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, segundo Silva (2009, p. 79) situa-se “nos limites de uma conjuntura, situado especificamente, nas décadas de 1960 e 1970, constituindo-se, portanto, num evento delimitado na história do Serviço Social”. O marco inicial do Movimento de Reconceituação no Brasil, segundo Simionatto (1995, p. 178), pode ser situado em 1965. Ao instaurar condições estruturais para uma renovação do Serviço Social, que a princípio ocorreria de acordo com as necessidades e ambições da autocracia burguesa, ela criou simultaneamente um espaço alternativo para novas práticas e concepções profissionais. O Serviço Social deveria, para a autocracia burguesa, atender as suas demandas, mas, para produzir profissionais adequados ao seu projeto societário. Netto (2015, p. 170) aponta que a autocracia criou condições que possibilitaram um acúmulo profissional que possibilitou a direção da profissão para outro rumo, em defesa da classe trabalhadora. Simionatto (1995, p. 179) também afirma que as ações repressivas que se manifestavam no Serviço Social “se por um lado, dificultaram o encaminhamento de reflexões de natureza ideopolítica, por outro não impediram que se gestassem algumas formas de crítica ao poder constituído e aos aportes teóricos que permeavam o Serviço Social no período”.

Sendo assim, ao a ditadura militar tentar dar uma outra roupagem para o Serviço Social, modernizando-o, gerou-se um espaço onde foi possível a criação de alternativas as práticas e concepções profissionais que eram contra a própria burguesia. As universidades eram amansadas e inseridas no panorama burguês, mas, mesmo assim, dentro delas surgiram espaços de reflexão e uma massa crítica. Nos anos 1970 surgem elaborações teóricas e debates teórico-

metodológicos, com a inserção do profissional no circuito universitário, com pesquisas e investigação.

Para Simionatto (1995, p. 177), o Movimento de Reconceituação “desenvolve um processo de questionamento dos referenciais teóricos e da prática profissional até então subsidiados pelas matrizes norte-americanas”. Denominada de Trabalho Social, a nova proposta de reconceituação, segundo a autora, “busca diferenciar-se do *Social Work* norte-americano, não apenas aos enfoques teóricos, mas, principalmente ao ponto de vista histórico” (Simionatto, 1995, p. 177). Ou seja, compreende-se que a realidade norte-americana difere da dos países da América Latina e que os modelos prontos não são viáveis para nossa realidade.

Segundo Simionatto (1995, p. 178), em 1965, em Porto Alegre, um grupo de profissionais passa a questionar as propostas do Serviço Social Tradicional. Este grupo, segundo a autora, tinha perspectivas diferenciadas, e, por isso, produziu propostas diferenciadas. Alguns tendiam a posições mais conservadoras e outros mais críticas, havendo uma disputa ideológica. Com isso, segundo a professora Lídia M. M. R. Silva (*apud* Simionatto, 1995, p. 178), a princípio “no Brasil, a tendência para uma aceitação da tradição marxista foi efetivamente rejeitada pelos grupos majoritários”.

Entre as vertentes neopositivistas e modernizadoras do Serviço Social, que, segundo Simionatto (1995, p. 178), articulavam-se mais facilmente com os princípios cristãos, a profissão do Serviço Social conseguiu assumir um posicionamento crítico e implementar fundamentos marxistas. Silva (2009, p. 28) aponta o surgimento de um setor da categoria profissional “influenciado pelo novo posicionamento dos cristãos de esquerda”, entre os anos de 1960 e 1964. Estes profissionais partem de uma análise crítica da sociedade, “percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais”. Estas assistentes sociais comprometidas com o posicionamento dos cristãos de esquerda, “engajam-se no MEB, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, voltando-se, inicialmente, para um trabalho de alfabetização, passando depois para a animação popular e para um trabalho de sindicalização” (Silva, 2009, p. 28).

Segundo Silva (2009, p. 72), a construção de uma nova proposta para o Serviço Social supõe todo um processo de discussão e revisão crítica, em nível teórico-metodológico, a fim de fomentar uma ação articulada com as lutas populares e tendo uma perspectiva de transformação social.

O processo de renovação do Serviço Social possibilitou o pluralismo, com a disputa de projetos profissionais, e não mais apenas o projeto com base no

positivismo e no neotomismo, que era o pilar do Serviço Social conservador. O debate teórico-metodológico se esforça pela validação teórica da profissão, que a partir de então está no campo acadêmico. O esforço pela validação teórica da profissão, que conquistou o marxismo como base, conseguiu um espaço na interlocução com os problemas sociais. O Serviço Social começou a assumir uma posição crítica diante dos seus fundamentos e da realidade na qual intervinha. Recorre-se a uma diversidade de fontes teóricas para se basear ao intervir e questionar a realidade. Segundo Netto (2015, p. 175), a própria profissão se coloca como objeto de pesquisa. Colóquios, seminários, encontros e congressos profissionais são organizados, a fim de aprofundar as temáticas tratadas – aumentando-se o nível de problematização. Estes espaços deixam de ser lugares de celebração da profissão e passam a ser ambientes para debates e polêmicas.

Segundo Netto (2015, p. 170), esta mudança nos rumos da profissão foi possível porque o quadro de docentes se compunha também de profissionais que anteriormente participaram das lutas estudantis contra a ditadura e dos influxos teóricos-metodológicos e crítico-analíticos que questionavam as bases da autocracia burguesa. A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, que foi interrompida com o Golpe de 1964, é retomada com maior expressividade nos anos 1970, segundo Simionatto (1995, p. 182). Como exemplo deste Serviço Social crítico que se formava, pautado nos pressupostos marxistas, temos a experiência desenvolvida pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, entre 1972 e 1975, com o chamado “método BH”.

O método BH, segundo Silva (2009, p. 35), “se constituiu na mais significativa proposta crítica do Serviço Social elaborada na época no Brasil, influenciando o setor mais crítico da profissão, sobretudo aqueles que se confrontavam nas universidades”. Este método foi, então, pioneiro no projeto de intenção de ruptura, e, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, juntamente com a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) – hoje é Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), “já se fazia um debate sobre a necessidade de um novo projeto profissional de ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo na profissão, a partir do legado marxiano e da tradição marxista, que culminou com a aprovação do Currículo de 1982.” (Abramides; Cabral, 2019, p. 40).

Na década de 1970, então, a perspectiva marxista é incorporada pelo Serviço Social brasileiro, “inicialmente representada pela vertente do

estruturalismo, com influência principalmente de Althusser”⁵⁸. A análise da literatura do Serviço Social, segundo Ozanira da Silva:

Evidencia que esse Projeto Profissional se qualifica como ruptura pelo deslocamento da base positivista-funcionalista e pela aproximação com a tradição marxista; pela desmistificação da pretensa neutralidade da ação profissional, com clarificação da possibilidade do estabelecimento de vínculo orgânico dos profissionais com os interesses e necessidades das classes populares, enquanto setores majoritários dos usuários dos serviços prestados pelos assistentes sociais; e pela perspectiva de orientar-se por um projeto político, tendo como horizonte a transformação social. (Silva, 2009, p. 14).

A renovação do Serviço Social não ocorreu de forma isolada no Brasil. Na década de 1960, como visto neste capítulo, o mundo ganhou uma nova dinâmica em suas estruturas, o que gerou a mobilização dos estudantes, professores, artistas, operários, etc. Para Simionatto, propunha-se um Serviço Social comprometido com a realidade dos povos latino-americanos.

Esse processo de crítica e ruptura está intimamente vinculado ao cenário sócio-político latino-americano e se “inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora. (Simionatto, 1995, p. 177).

A perspectiva que orienta grande parte dos autores inseridos no Movimento de Reconceituação do Serviço Social, segundo Silva (2009, p. 84), é a de superação do chamado “Serviço Social Tradicional”, marcado pelo paradigma do estrutural-funcionalismo e implica a não neutralidade da ação profissional e a possibilidade de vínculo orgânico dos profissionais com as classes subalternas, na perspectiva de transformação social. A classe subalterna ganhava espaço de lutar por suas demandas e surgiram diversas reivindicações pelo mundo, de negros, mulheres, trabalhadores, jovens, etc. Este cenário foi propício para se contestar as práticas do Serviço Social conservador a nível mundial, e se repensar a profissão. Segundo Netto (2015, p. 187), “esta contestação procede do exterior da profissão, com as camadas que precisam do Serviço Social.” Na América Latina, a reconceituação do Serviço Social data o ano de 1965 e esta é pensada de acordo com o quadro global, com base econômica, social, política e profissional.

Na década de 1960 a América Latina passava pelo momento político em que se buscava superar a subalternidade emprestando dinheiro dos EUA com a Aliança Para o Progresso – que endividou muitos países, como o Brasil, como vimos. Sendo assim, o Brasil e os países da América Latina passavam por um

⁵⁸ A influência de Althusser está presente em muitas obras no processo de reconceituação do Serviço Social, segundo Silva (2009, p. 35). A categoria Aparelhos Ideológicos de Estado é fortemente utilizada na obra de Faleiros (1986).

processo de adequar a profissão às novas demandas trazidas pela industrialização e pela modernização. A princípio, segundo Simionatto (1995, p. 177), esta proposta adentrou principalmente em países como Chile e Uruguai, “onde o quadro sócio-político possibilitava maior liberdade de expressão e avanços significativos do movimento social”. Lembro aqui que tal heterogeneidade na forma a qual o movimento de reconceituação aconteceu na América Latina também ocorreu devido ao fato de os países não estarem em um momento de ditadura ao mesmo tempo. A ditadura brasileira, ao acontecer em 1964, dificultou a perspectiva crítica que circulava com maior liberdade em outros países, que posteriormente também sofreram golpes e ditaduras. Silva (2009, p. 71) aponta que cada país tem as suas peculiaridades de acordo com a realidade social de cada lugar, com isso, o Movimento de Reconceituação não ocorre de forma linear, mas traz as contradições de cada sociedade.

Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação. (Faleiros *apud* Silva, 2009, p. 71).

Deste modo, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social consiste em um esforço para se desenvolver as propostas de ação profissional no interior da profissão, em meio a um amplo questionamento e reflexão crítica.

O processo de reconceituação do Serviço Social, em nível mundial, vai, segundo Netto (2015, p. 193), explicitar a heterogeneidade da elaboração teórica. O Serviço Social passa a ter como base o marxismo, entretanto, Netto (2015, p. 193) apresenta alguns problemas de fundo, como as versões sem qualidade ou deformadas pela contaminação neopositivista, e, “equivocos grosseiros” causados pela diluição do pensamento marxiano no caminho do ecletismo. Esta crítica de José Paulo Netto torna-se essencial para o presente trabalho, que consiste em uma análise qualitativa das categorias de Gramsci, as quais foram inseridas de forma pioneira em algumas obras, como a de Vicente Faleiros.

A partir da segunda metade da década de 1970, autores latino-americanos ainda eram os responsáveis pela maior parte das produções escritas que circulavam em toda a América Latina, com publicações das editoras ECRO e Humanistas, que, segundo Silva (2009, p. 41), eram “adotadas amplamente nos cursos de Serviço Social no Brasil”. Todavia, no contexto de ruptura, que se situa a partir de 1979, nota-se que a literatura latino-americana em circulação até então torna-se insuficiente para subsidiar as novas inquietações. “Coloca-se, então, a necessidade de um espaço para divulgação de um pensamento emergente no

Serviço Social, sendo criada, em 1979, a *Revista Serviço Social & Sociedade*, com contou com o suporte da então Editora Cortez e Moraes.

Em 1979 ocorria a revisão da formação acadêmica, com uma nova proposta de currículo mínimo, e a pós-graduação também se instaurava com cursos de mestrado e doutorado em 1980 (Iamamoto, 2019, p. 14). Em 1981, segundo Silva (2009, p. 41), começa a funcionar a primeira turma do único curso de doutoramento em Serviço Social na América Latina, sediado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), “verificando-se, em 1982, o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)”.

O processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil não é homogêneo e nem linear, tratando-se de um confronto entre forças conservadoras e reacionárias existentes dentro da origem de nossa profissão e na sociedade brasileira em si. Segundo Silva (2009, p. 42), o percurso do Serviço Social no Brasil, no período de 1974 a 1985, repercute em três dimensões constitutivas da profissão, a dimensão político-organizativa, a dimensão acadêmica e a dimensão da intervenção profissional.

No desenvolvimento de uma nova base teórica para o Serviço Social, Silva (2009, p. 74) apresenta algumas das primeiras obras significativas para se pensar a reconceituação do Serviço Social brasileiro, aprofundando um debate questionador sobre a produção. Dentre as principais obras citadas por Silva (2009) até o ano de 1981, encontramos, *Objeto e Especificidade do Serviço Social*, 1979, de Josefa Batista Lopes; *Questões Teórico-Práticas do Serviço Social*, 1979, de Luiza Maria de Souza; *Serviço Social e Sociedade Brasileira*, 1982, de Maria Helena de Almeida Lima; entre outros.

O projeto profissional buscado pelo Serviço Social articula-se cada vez mais com as classes subalternas e suas relações de força com as classes dominantes. É na proposta de Trabalho Social, segundo Silva (2009, p. 88), que este vínculo do Serviço Social com as classes subalternas é explicitado, o que supõe “a superação de uma prática meramente assistencialista, entendida, no bojo do processo de revisão crítica, como reiterante do modelo tradicional-conservador”. A proposição básica do movimento de Reconceituação, segundo a autora, é o de superação e de construção do novo. Essa luta implica a inserção no processo de transformação do sistema capitalista, com a superação dos antagonismos existentes nesta sociedade. Assim, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social afirma um compromisso político com a classe subalterna, o qual, posteriormente, passa a constar no Código de Ética do Serviço Social de 1993.

Entretanto, o que notamos na década de 1970 e princípio da década de 1980 é a compreensão da condição de subalternidade no contexto da estrutura dominante e a busca por mecanismos que busquem a ampliação de direitos desta população, com questionamentos às normas institucionais.

O Movimento de Reconceituação vem, portanto, questionar as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesses das classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, implica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político-econômica em que vivem essas classes. (Silva, 2009, p. 89).

Nesse redirecionamento do trabalho institucional do Serviço Social, com a rejeição da neutralidade da ação, percebe-se que o profissional se encontra em um ambiente de lutas, onde a obediência exigida pela instituição é revisada. O desenvolvimento da problemática social conduz o profissional a buscar novos métodos e outras saídas do que meramente o conjunto de operações tecnicistas, fruto do desenvolvimentismo. Por fim, a partir da década de 1980 pode-se ter uma óptica da Assistência Social em prol da cidadania e do direito.

4.2 Influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro nos anos 1960-1980

Antonio Gramsci foi um intelectual italiano e um dos fundadores do Partido Comunista da Itália e autor, entre outros textos, dos *Cadernos do cárcere*. Os *Cadernos do cárcere* foram escrito por Gramsci durante o período em que foi prisioneiro dos fascistas italianos. Em 1926, segundo Coutinho (1981, p. 61), instalava-se um período totalitário na Itália, no qual o Parlamento foi suprimido, os partidos não-fascistas foram dissolvidos e toda a população enquadrada em uma rede de organizações fascistas. Gramsci foi preso, confinado e condenado a 20 anos, 4 meses e 5 dias de reclusão, padecendo no cárcere e só sendo libertado em 1937, quando já estava gravemente doente e morreu poucos dias após ser solto. Coutinho (1981, p. 61) descreve este evento como uma manobra de Mussolini para evitar que Gramsci morresse como prisioneiro do fascismo. No processo em que o teórico sardo e outros dirigentes comunistas foram condenados, em junho de 1928, o promotor fascista declarou, segundo Coutinho

(1981, p. 62), que “é preciso impedir que esse cérebro funcione durante vinte anos”.

Mesmo em um cárcere fascista, submetido a maus tratos e diagnosticado com tuberculose óssea (doença que veio da infância), Gramsci escreveu 32 cadernos, deixando uma obra com uma grande riqueza de conteúdo. Segundo Coutinho (2011, p. 77), em uma carta de Gramsci à cunhada, Tatiana Schucht, em 19 de março de 1927, o teórico italiano escreveu que gostaria “de ocupar-me [...] intensa e sistematicamente de algum tema que me absorvesse e centralizasse minha vida interior.”

O contexto histórico e político italiano reflete não apenas no conteúdo teórico da obra, como também na forma como foi escrita. Gramsci teve grande dificuldade em obter autorização para estudar e escrever na prisão, conseguindo tal autorização apenas em 1929, praticamente três anos após a sua detenção. O seu distanciamento da práxis política imediata o fez aprofundar-se no campo teórico, tornando-o capaz de responder e incidir sobre uma práxis mais ampla e universal. O pensador italiano escreveu até 1935, quando, devido a suas condições precárias de saúde, não conseguiu mais trabalhar em seus textos. Os escritos deixados por ele neste período consistem em 29 cadernos escolares, organizados a partir de alguns eixos e escritos de forma fragmentada – sem apresentarem uma linearidade nas ideias do autor. Devido principalmente a este fato, há inúmeras divergências interpretativas sobre seu ideário.

Entretanto, é possível, apesar da falta de tempo e condições de Gramsci para uma melhor exposição da obra, compreender o nexos e o encadeamento dialético entre as categorias nos escritos do autor. Segundo Coutinho (1981, p. 63), enquanto Marx parte da mercadoria e de suas determinações para elaborar categorias mais complexas em sua crítica da economia política, é possível notar que Gramsci também parte de um primeiro elemento, que consiste na distinção entre governantes e governados, para explicitar as determinações de sua teoria crítica da política. Assim, identificam-se na obra de Gramsci os desdobramentos sobre classes sociais antagônicas e a superestruturas das sociedades.

Gramsci ampliou alguns dos conceitos básicos das obras de Marx, Engels e Lênin. Para Coutinho (1981, p. 65), não é possível renovar o marxismo sem estabelecer uma relação de continuidade e superação dialética, sem uma renovação dialética permanente, que acompanhe e responda às demandas do próprio real. Para Coutinho (1981, p. 66), Gramsci não entende o leninismo e o marxismo como um conjunto pronto e finalizado de definições, mas como um método aberto, com possibilidades para novas determinações. Ou seja, Gramsci

não apresentou apenas uma relação de continuidade do que foi deixado por Marx e Lênin, mas mantém uma relação dialética de conservação e renovação de tais pensamentos. Da mesma forma que Lênin atualizou e renovou a herança de Marx e Engels, Gramsci também realiza este movimento de superação e conservação. Não há uma linearidade contínua na concretização entre sistemas de categorias de diferentes pensadores, pois, como aponta Coutinho (1981, p. 69), há elementos em Marx que não foram conservados por Lênin, do mesmo modo que Gramsci também deixou de lado elementos dos pensamentos de Marx e Lênin.

Para Coutinho (1981, p. 12), é na elaboração de uma ontologia marxista da práxis política que parece residir a contribuição de Gramsci em relação ao marxismo. O antieconomicismo de Gramsci, que foi um poderoso instrumento na luta contra o positivismo da II Internacional, é conservado nos *Cadernos do cárcere*. Segundo Coutinho (1981, p. 70), Gramsci desenvolveu aspectos propriamente políticos da teoria marxista, que haviam sido tratados superficialmente pelo economicismo da II Internacional e voltariam a sê-lo na época de Stalin.

Em meio ao processo de reconceituação do Serviço Social, como visto, surgiam os primeiros questionamentos às matrizes conservadoras que subsidiavam a prática desta profissão. Dentre a pluralidade que se formava no campo teórico, diferentes tendências no campo do marxismo apareciam, e, entre elas, o pensamento gramsciano foi bastante utilizado para se repensar a profissão. Segundo Simionatto (1995, p. 185), “no final dos anos [19]70, quando se observa um relativo distanciamento do pensamento althusseriano, Gramsci passa a ser um marco significativo nas produções do Serviço Social”. Carlos Nelson Coutinho (2008) também afirma que foi na década de 1970 que o pensamento de Gramsci ganhou maior espaço no Brasil devido à abertura política, que possibilitou um clima de relativa liberdade na vida cultural.

O referencial gramsciano é buscado, inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas. Esse eixo de reflexão, **nem sempre inspirado numa leitura correta da obra gramsciana**, foi muitas vezes utilizado para reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população. No entanto, as ideias de Gramsci passaram progressivamente a ser incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas. (Simionatto, 1995, p. 185, grifo nosso).

De acordo com Simionatto (1995, p. 105), no final da década de 1970 e início da de 1980 chegavam ao Brasil obras de marxistas italianos⁵⁹ com produção teórica no âmbito do eurocomunismo e que tinham como base o pensamento de Gramsci. O PCB passa então a utilizar mais intensamente o suporte teórico gramsciano como guia para lutar contra a ditadura. Para Carlos Nelson Coutinho (2008), a esquerda brasileira adotou neste momento uma perspectiva de autocrítica sobre seus antigos modelos ancorados na Terceira Internacional, que em muitos casos defenderam a luta armada. Gramsci neste período é visto como o maior teórico político marxista, que poderia fornecer fundamentos para a concepção de um país moderno e ocidental. Uma nova política de esquerda foi proposta pelo PCB, com uma ruptura com a doutrinação do partido e a entrada das mais avançadas reflexões sobre o marxismo internacional. O pensamento de Gramsci foi finalmente difundido, manifestando-se na política e na vida social em geral⁶⁰.

O pensamento de Gramsci esteve ligado a partidos fora do PCB também, como por exemplo, na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Gramsci também despertou interesses de liberais, Fernando Henrique Cardoso, segundo Carlos Nelson Coutinho (2008), citou Gramsci várias vezes para justificar sua política de privatização, com o argumento de que o pensador italiano era antiestatista, e, portanto, defensor de uma “revolução liberal”⁶¹. Segundo Silva (2009, p. 39), na década de 1970 se desenvolve um amplo debate sobre o caráter político da prática profissional do Serviço Social e a desmistificação de sua pretensa neutralidade.

Se, num primeiro momento, esse esforço se confunde a ação profissional com uma ação político-partidária, levantando, inclusive, a necessidade de abandonar os espaços institucionais, a partir de 1978, por influência de Gramsci, cuja obra começa a ser divulgada no Brasil, o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes. (Silva, 2009, p. 39).

Em suma, começa-se a se desenvolver um esforço no sentido de articular a prática profissional aos movimentos sociais, como foi visto ao longo do trabalho.

⁵⁹ Entre eles, Lições Sobre o Fascismo (1978) e Socialismo e Democracia (1980), de Palmiro Togliatti; O Partido Comunista Italiano e O Socialismo e a Democracia (1979), de Giorgio Napolitano; Massas e Poder (1980) e Crise e Terceira Via (1981), de Pietro Ingrao; O Conceito de Hegemonia em Gramsci (1978) e O Pensamento de Lênin, de Luciano Gruppi; A Polêmica de Gramsci e Bordiga sobre os Conselhos de Fábrica (1981); Teoria do Partido Político, de Umberto Cerroni (1982); Um Socialismo a Inventar (1982), de Lúcio Lombardo Radice.

⁶⁰ Há controvérsias, pois alguns afirmam que se realizou uma leitura social-democrata do pensamento de Gramsci.

⁶¹ Como Alberto Aggio, Marco Aurélio Nogueira, José Antônio Segatto e Luiz Sérgio Henriques.

As discussões sobre Gramsci nas faculdades brasileiras conseguiram espaço considerável na academia após a revogação do AI-5, em meados dos anos 1970, embora a princípio não na área de Serviço Social. Essa discussão sobre o pensamento de Gramsci era essencialmente acadêmica, uma vez que os partidos de esquerda estavam completamente reprimidos. Os textos de Gramsci mais difundidos neste período, segundo Simionatto (1995, p. 116), são *Maquiavel, a política e o Estado moderno, Os intelectuais e a organização da cultura e Concepção dialética da história*.

A produção gramsciana repercutiu fortemente nos anos 1980 e 1990, e, entre 2000 e 2016, os dados obtivos com a pesquisa de iniciação científica apontam que o pensamento do pensador italiano continua com bastante significância nas pesquisas de pós-graduação em Serviço Social (Araújo; Brandão; Assunção, 2019; Lole et al., 2018).

Carlos Nelson Coutinho (*apud* Simionatto, 1995, p. 99) analisa a difícil recepção da obra de Gramsci no Brasil através de dois pontos: a decretação do AI-5 em dezembro de 1968 e a cultura dominante nos ambientes culturais de esquerda brasileiros, influenciados neste período pelo marxismo da Terceira Internacional.

O PCB não levou em conta, segundo Simionatto (1995, p. 101), as novas condições estruturais e conjunturais desencadeadas pelo capitalismo: considerava o Brasil como atrasado e não como uma formação econômico-social de tipo “ocidental”. Sendo assim, tais propostas de Gramsci eram vistas neste primeiro momento como, nas palavras de Simionatto (1995, p. 102), “expressão de uma tendência conservadora e anacrônica”. Neste primeiro momento, a esquerda colocava Marcuse e Althusser⁶² como os pensadores mais adequados e a luta armada era vista como a única possibilidade para se derrotar a ditadura. Não havia espaço para a introdução de ideias como a “filosofia da práxis”.

O debate sobre Gramsci se espalhava pela Europa no final dos anos 1950 e chegou ao Brasil em meados dos anos 1960, em um momento entre a inserção da ditadura militar em 1964 e a decretação do AI-5, em 1968. Neste período, então, ainda havia uma certa liberdade cultural e filosófica, como vimos no breve contexto histórico, embora ainda fosse um período bem limitado para o desenvolvimento do debate e reflexão crítica, principalmente após 1964, quando as reformas de base de Jango foram suspensas e o país entrou em um regime militar violento. A

⁶² Para Dias (*apud* Simionatto, 1995, p. 110), Althusser “significou a possibilidade de negar a ideia de que tudo se resolve na relação capital x trabalho” e possibilitou fazer uma ponte com o pensamento de Lukács e Gramsci.

tradução de parte da obra de Gramsci é feita no Brasil por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Mário Gazzaneo, a partir de 1966. A primeira fase do pensamento de Gramsci no Brasil foi através da tradução das obras, mas, havia uma série de dificuldades para um aprofundamento devido ao contexto histórico. O pensamento gramsciano foi introduzido no país de forma fragmentada e com pouco debate devido a censura, o que prejudicou a apreensão do conteúdo das obras. Assim, as ideias de Gramsci não adquiriram muita amplitude neste primeiro momento e o sardo era visto mais como um militante e menos como um teórico. Gramsci ainda não é visto como o teórico do Estado ampliado, mas apenas como o “filósofo da práxis”.

No início de 1966, de acordo com Simionatto (1995, p. 98), foram traduzidas por Carlos Nelson Coutinho as obras *Il Materialismo Storico* e *La Filosofia di Benedetto Croce* (que foi intitulada *Concepção Dialética da História* devido a problemas de censura); e *Cartas do cárcere* foi traduzida por Noênio Spínola. Em 1968 foram traduzidos, por Carlos Nelson Coutinho, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura e Literatura e Vida Nacional*. Neste mesmo ano, Luiz Mário Gazzaneo traduziu *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Simionatto (1995, p. 98) aponta ainda que em 1968 as obras *Il Risorgimento* e *Passato e Presente* não foram traduzidas devido à censura decretada pelo AI-5.

Em suma, mesmo na falta de liberdade dos anos 1960, as ideias de Gramsci começam aos poucos a ser discutidas na academia, entretanto, segundo Carlos Nelson Coutinho (2008), Gramsci neste primeiro ciclo foi apresentado por seus primeiros seguidores no Brasil como um crítico literário, com sua posição política tendo um peso secundário. O professor Oliveiros S. Ferreira foi o primeiro intelectual nos anos 1960, segundo Simionatto (1995, p. 111), a usar o pensamento de Gramsci na disciplina *O conceito de hegemonia na Ciência Política*, ministrada no Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP).

De acordo com Aricó (1988, p. 3), desde meados da década de 1970, “o conhecimento da obra de Gramsci progrediu de maneira constante e significativa entre os intelectuais e cientistas sociais não apenas da área de língua espanhola, como também portuguesa”. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 32), a primeira edição brasileira dos Cadernos do Cárcere foi publicada na década de 1960 no Brasil. Em 1962 o Instituto Gramsci enviou ao diretor da Civilização Brasileira, Ênio Silveira, uma carta com o direito de tradução das obras de Gramsci. Em 1964, Silveira respondeu à carta, afirmando ao Instituto Gramsci:

Encontramo-nos, como editores e como cidadãos, engajados no quadro de forças nacionalistas em luta contra o imperialismo americano e seus servidores locais, os membros da oligarquia reacionária que tomaram temporariamente o poder em consequência do golpe militar de primeiro de abril. A publicação das obras de Gramsci em português representa, em nossa opinião, uma contribuição muito importante para a formação de um novo espírito revolucionário nos quadros da esquerda brasileira. (Silveira apud Coutinho, 2008, p. 33).

A importância de se publicar as obras gramscianas em português foi notada pela Civilização Brasileira e por alguns intelectuais, como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Luiz Mario Gazzaneo, que buscavam um fortalecimento teórico-crítico diante da ditadura militar. A primeira edição foi publicada em 1968, entretanto, a radicalização do regime militar, com o AI-5, colaborou para que os primeiros volumes brasileiros dos *Cadernos do cárcere* tivessem poucos números disponíveis e que fossem vendidos em estantes de saldo, a baixos preços. Além disso, segundo Coutinho (1981, p. 37), os títulos finais da versão brasileira de 1968 dos cadernos sofreram alteração para que passassem pela censura da ditadura militar. Foram adotados por Ênio Silveira títulos com nomes menos “subversivos”, o que prejudicou a leitura das obras⁶³. A Civilização Brasileira suprimiu também os prefácios da edição temática, os quais diziam que os critérios de organização não haviam sido estabelecidos pelo próprio Antonio Gramsci. Também foram suprimidos os longos índices da primeira edição italiana. Ou seja, tudo isso contribuiu, segundo Coutinho (1981, p. 38), para que se passasse ao leitor a impressão de que Gramsci escrevera livros sistemáticos e com temas próprios. Entretanto, quando tais volumes foram publicados no Brasil, no final da década de 1960, já era possível encontrar os *Cadernos do cárcere* em espanhol.

Segundo Coutinho (1981, p. 37), somente na segunda metade da década de 1970, diante da atmosfera de abertura política, é que a Civilização Brasileira pôde empreender a reedição dos *Cadernos do cárcere*, o que permitiu que na década de 1980 o autor italiano se tornasse um dos pensadores estrangeiros mais influentes na vida cultural brasileira.

Safira Bezerra Ammann marca sua inserção no debate sobre Gramsci no curso de Mestrado em Sociologia na UNB entre 1973 e 1976. Ammann passou a discutir as obras do pensador italiano porque elas ofereciam algumas respostas às indagações do Serviço Social em relação à superestrutura no processo de transformação social. Gramsci contribuía para superar as posições reducionistas. Ao contrário de tais reducionismos, a proposta gramsciana passa pela relação

⁶³ Os títulos finais das obras publicadas pela Civilização Brasileira entre 1966 e 1968 foram: Concepção dialética da história; Os intelectuais e a organização da cultura; Maquiavel, a política e o Estado moderno; Literatura e vida nacional; Cartas do cárcere (Coutinho, 2011, p. 36).

dialética entre a instância econômica e o domínio político-ideológico. A autora elabora sua tese de livre docência em 1979, intitulada *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*.

Miriam Limoeiro Cardoso, da PUC-Rio, também contribuiu para o debate para o rompimento da herança tradicionalista do Serviço Social recorrendo ao pensamento gramsciano. Em 1972 Cardoso defendeu sua tese de doutorado na USP, cujo tema foi sobre a dominação ideológica, com base em Althusser e com utilização também de Gramsci. Cardoso foi professora do Departamento de Sociologia, mas passou a ser requisitada em diferentes cursos, incluindo o Serviço Social. Em 1978-1979, estudantes de Serviço Social requisitaram a professora Cardoso para os orientar em dissertações. Cardoso foi orientadora de muitos trabalhos no Curso de Mestrado em Serviço Social na PUC-Rio e boa parte destes trabalhos foram publicados em livros e outras produções nos anos 1980, que possibilitaram a introdução da obra de Gramsci no interior da profissão, segundo Negri (2016).

O pensamento de Gramsci entra como elemento teórico para se pensar o Serviço Social, mesmo que o contato inicial com sua teoria tenha sido através de outras áreas, como Filosofia, Ciências Sociais e Educação. O aprofundamento em sua obra pelo Serviço Social aconteceu posteriormente. Em 1979 surge o primeiro trabalho na área de Serviço Social orientado por Miriam Limoeiro Cardoso. Trata-se da dissertação de mestrado de Josefa Batista Lopes, que apresentou um estudo, segundo Simionatto (1995, p. 195), sobre a construção do objeto no Serviço Social. A dissertação de outra orientanda de Cardoso, Maria Gadalupe Silva, surge em 1982 e tem como tema uma análise crítica dos principais estudos latino-americanos do Movimento de Reconceituação.

Merecem destaque também os trabalhos de Maria Helena de Almeida Lima e Rose Mary Souza Serra. A dissertação de Maria Helena de Almeida Lima analisa o movimento de Reconceituação. Já o trabalho de Rose Mary Souza Serra traz para a discussão o espaço do agir profissional e a articulação com movimentos populares. Lima e Serra utilizam as categorias gramscianas de Estado, intelectual orgânico, bloco histórico e hegemonia.

Alba Maria Pinho de Carvalho situa seu contato com a obra gramsciana principalmente a partir de 1979, quando ingressa no Curso de Mestrado da PUC-Rio. Gramsci passa a ser incorporado neste momento como um referencial para se pensar o Serviço Social, como uma possibilidade de situar tal profissão no processo de transformação social. No início dos anos 1980 o desafio e questionamento era se o Serviço Social poderia contribuir no processo de

transformação social. A luta, então, era para se abrir novos debates na profissão a partir do eixo teórico gramsciano.

O pensamento de Gramsci apresentava-se, segundo Carvalho (*apud* Simionatto, 1995, p. 200) como uma alternativa tanto à perspectiva economicista que ainda estava inserida nas interpretações sobre o marxismo dos anos 1970 quanto à fenomenologia, onde o Serviço Social buscava encontrar seu papel como profissão. Entretanto, Carvalho demonstra também que os estudos sobre o pensamento gramsciano na maioria das vezes deturpavam, reduziam e limitavam a perspectiva gramsciana. Nas palavras de Carvalho (*apud* Simionatto, 1995, p. 200), “se, por um lado, ocorreu uma difusão do pensamento gramsciano, ocorreu, por outro, uma certa vulgarização.”

Os recortes gramscianos mais interessantes para o Serviço Social dos anos 1970, segundo Carvalho (*apud* Simionatto, 1995, p. 200), são o conceito de hegemonia, consenso, força, reforma intelectual e moral, formação da vontade coletiva.

No final da década de 1970, um grupo de professoras⁶⁴ desencadeou uma nova discussão teórica que criticava os traços do Serviço Social conservador. Este grupo era constituído por Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel Abreu, Josefa Batista Lopes, Maria Aparecida Fernandes, Edna Brito Ribeiro e Alba Maria Pinho de Carvalho. Tal busca por uma nova proposta teórica também contava com a participação de Miriam Limoeiro Cardoso, da PUC-Rio. É neste momento que se busca em Gramsci a categoria da práxis, pois esta ajudava a repensar a relação teoria e prática. A discussão sobre o pensamento gramsciano estava, então, no âmbito dos projetos de pesquisa e extensão do Departamento e também no processo de formação profissional.

Nos cursos de pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP, as primeiras discussões sobre Gramsci aparecem com as disciplinas ministradas por Dermeval Saviani, Evaldo Amaro Vieira, Octávio Ianni e Nobuco Kameyama. Vieira orientou, em 1978, a primeira dissertação com suporte teórico gramsciano no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. Trata-se do trabalho de Maria da Conceição Menezes Vasconcelos intitulado *As representações sobre a prática escolar do serviço social: um estudo exploratório*.

Grande parte da produção teórica dos anos 1980 esteve fortemente influenciada por Gramsci. Segundo Simionatto (1995), a partir dos anos 1980 e 1990 Gramsci passou a ser uma referência importante no Brasil, com grande

⁶⁴ Do Departamento de Serviço Social da UFMA.

influência na construção da esquerda em nosso país, que tentava fazer uma política de frente democrática em oposição à ditadura militar⁶⁵.

Em 1982, destaca-se a obra *Serviço Social e Sociedade Brasileira*, de Maria Helena de Almeida Lima (*apud* Silva, 2009, p. 76), que constata que a estrutura do Movimento de Reconceituação no Brasil “teve como objetivo principal ocultar o ponto de começo da Reconceituação, ou solo fundador do Movimento em toda a América Latina – a natureza político-social de sua prática”. Esta constatação é referente a vertente tecnocrata e modernizante como expressão inicial desse Movimento. Nessa reflexão, a autora admite que na Reconceituação brasileira “opera um bloqueio da dialética, estruturando, no interior do Serviço Social, o fenômeno da “dialética bloqueada”, conceito construído por Gramsci ao se referir à história italiana”.

Simionatto (1995, p. 186) descreve ainda que no V e VI Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, realizados em 1985 e 1989, “observa-se no temático das conferências e das teses apresentadas um constante recurso ao pensamento gramsciano na análise da realidade sócio-econômica e política do país”; a ênfase, segundo a autora, estava nas questões de Política Social e seus desdobramentos, como saúde, educação, previdência e assistência social, movimentos sociais, etc.

Em 1995 foi publicado no Brasil o livro de Ivete Simionatto que usamos como uma das principais referências na presente dissertação. Tal material é resultado da tese de doutorado de Simionatto e apresenta uma reconstituição sócio-histórica do itinerário de Gramsci no Brasil. Para dar seguimento aos estudos realizados, foi criado, segundo Negri (2016), um projeto de pesquisa intitulado *O pensamento de Gramsci e sua presença no Serviço Social brasileiro – produção do conhecimento e indicações político-interventivas*. Tal projeto está vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP-UFSC), sob a coordenação da professora Dra. Ivete Simionatto.

Desta pesquisa resultou a tese de doutorado de Fabiana Luiza Negri (2016), intitulada *O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro*, defendida em 2016 e tendo como objetivo analisar o pensamento de Antonio Gramsci no período de 2000 a 2012 no Brasil. Esta pesquisa apresenta e analisa a produção teórica do Serviço Social brasileiro, fundamentada no pensamento de Antonio Gramsci no período de 2000 a 2012. A pesquisa abarca

⁶⁵ Para isso, a categorias de Gramsci, como Guerra de Posições, eram de grande utilidade.

as publicações nos seguintes periódicos Revista Katálysis, Serviço Social & Sociedade e Temporalis e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Resultou, também, a dissertação de Sabrina Aparecida da Silva (2017), intitulada *A produção do conhecimento no serviço social brasileiro a partir de Antonio Gramsci: um estudo dos programas de pós-graduação na área do serviço social (2010-2015)*, defendida em 2017, que teve como foco o mapeamento das teses que usaram Gramsci em Serviço Social defendidas entre 2010 e 2015 em Programas de Pós-Graduação com conceitos 5, 6 e 7 na Capes.

A pesquisa de Negri (2016) mapeou 113 artigos publicados (Katálysis – 7; Serviço Social & Sociedade – 14; Temporalis – 10; Anais do ENPESS – 83), e a de Silva (2017) mapeou 73 teses defendidas.

Por fim, notamos, primeiramente, a falta de condições dignas em que Gramsci escreveu os *Cadernos do cárcere* em um período fascista. Ainda assim, o teórico italiano deixou uma obra póstuma com uma imensa riqueza de conteúdo, a qual chegou ao Brasil em meio a ditadura militar. Notamos também que a primeira edição dos *Cadernos do cárcere* sofreu com a censura da ditadura militar brasileira, precisando alterar os títulos dos livros e cortar algumas partes, o que com certeza dificultou a leitura. A Editora Civilização Brasileira ao suprimir das edições publicadas os prefácios, os leitores e as leitoras não tiveram acesso à indicação de que os critérios de organização não foram estabelecidos pelo próprio Gramsci, o que contribui para dificultar a compreensão da obra. Entretanto, mesmo com as dificuldades encontradas para a recepção do pensamento gramsciano no Brasil, notamos que o autor italiano ganhou espaço no curso de Serviço Social, sendo utilizado principalmente na década de 1980, quando a profissão repensava a sua base teórica e assumia a perspectiva crítica.

4.3 Contexto do III CBAS

O Movimento de Reconceituação no Brasil, segundo José Paulo Netto (1981, p. 59), Silva (2009, p. 79) e Simionatto (1995, p. 178), situa-se especificamente nas décadas de 1960 e 1970, aproximadamente de 1965 a 1975. Sendo assim, no contexto da ditadura militar, até mesmo em meio ao período de maior repressão do governo Médici (1969-1974), setores do Serviço Social, embora minoritários, atuaram contra a transformação da profissão em um mero instrumento de aceleração e desenvolvimento capitalista.

As décadas de 1970 e 1980 também marcam um momento importante para o desenvolvimento e mudanças do Serviço Social no Brasil. Tais mudanças estão relacionadas ao enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional. Nesse processo de recusa e crítica ao conservadorismo, estão, segundo Netto (2005, p. 1), “as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominado Projeto Ético-Político”. Ou seja, embora o Projeto Ético Político do Serviço Social date os anos 1990, suas raízes se encontram neste longo processo de crítica ao conservadorismo, sendo resultado de lutas e posicionamentos críticos acumulados pela categoria a partir de organização e alianças com setores progressistas da sociedade. Este período histórico em que o Serviço Social, hegemonicamente, rompe com as bases conservadoras e adere ao comprometimento com as camadas subalternas apresenta processos reflexivos sobre o fazer profissional e repensa o seu arsenal teórico, até então com posturas teóricas conservadoras, presas aos pressupostos filosóficos para manutenção da ordem. O Projeto Ético Político, assim, é a síntese do “Congresso da Virada”.

Na década de 1970, o Serviço Social brasileiro se conjugou com o latino-americano, o que possibilitou um acúmulo de publicações e produções críticas de diversos países. Segundo Silva (2009, p. 15), “somente a partir do final da década de 1970, identifica-se um efetivo esforço de setores da categoria profissional na perspectiva de ruptura com a herança conservadora”.

O rompimento com o conservadorismo consistiu em um processo. Cabe lembrar que nossa profissão até hoje tem projetos em disputa e que o conservadorismo não se extinguiu, apenas perdeu sua força hegemônica. O ensino e prática do Serviço Social no início da década de 1970, de acordo com Sposati (2009, p. 83), ainda “seguiram o modelo tradicional transladado da realidade americana e europeia”, com métodos de ação de trabalho (como caso, grupo e comunidade) seguindo a tradição positivista adotada pela Ação Social da Igreja Católica. Entretanto, emergiu, em meio ao cenário político da época a ênfase na reflexão científica sobre o Serviço Social, produzindo estudos, pesquisas e validando a produção de conhecimento, ao lado de outras áreas das ciências humanas e sociais.⁶⁶

A chamada “reconceituação”, segundo Sposati (2009, p. 83), “trazia uma oposição ao conceito tradicional de Serviço Social”. A autora destaca neste movimento a crítica ao tecnicismo e ao metodologismo do Serviço Social, a aliança

⁶⁶ As primeiras dissertações e teses de doutorado em Serviço Social datam o início dos anos 1970, de acordo com Sposati (2009, p. 83).

com a classe trabalhadora e a revisão teórica. Em suas palavras, “lutar por uma concepção da profissão supõe lutar por um novo e efetivo compromisso ético-político, por uma sociedade justa” (Sposati, 2009, p. 83). As novas discussões e posicionamentos que se formavam, afastavam-se das ideias do II CBAS⁶⁷, realizado em 1961, no Rio de Janeiro, cujo tema foi “O desenvolvimento nacional do bem-estar social”, que centrou os debates no processo de desenvolvimento e nas políticas sociais, resgatando os documentos de Araxá e Teresópolis.

A história do Serviço Social se transformava com a organização e com as lutas coletivas. Na década de 1970 ocorria a reorganização dos movimentos sociais, a redemocratização do país e a retomada da organização sindical das assistentes sociais. Em 1977, na efervescência das lutas, as assistentes sociais reativaram suas entidades – que também ficaram fechadas durante a ditadura – rearticulando, em um primeiro momento, três entidades: o Sindicato de Minas Gerais e a Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) de São Paulo e da Bahia. Estas entidades deram início a um movimento de reorganização sindical, que ocorreu por todo o país. Em 1979, “a categoria já contava com 22 entidades sindicais, pré-sindicais e de oposição sob a coordenação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas). (Abramides; Cabral, 2019, p. 38).

Como visto ao longo do contexto histórico, o caráter político das assistentes sociais esteve presente durante o ciclo ditatorial, com assistentes sociais – incluindo professoras, alunas e profissionais da área – resistindo contra a ditadura. “Muitos foram perseguidos, torturados, presos, exilados e constrangidos, por estarem nas fileiras das mobilizações com os trabalhadores no processo de luta contra o regime antidemocrático” (Silva, 2019, p. 19). Em 1979:

[...] a sociedade civil se organizava em torno de lutas pela abertura democrática, liberdade de expressão, direitos, denunciava a tortura, o autoritarismo, conservadorismo e as formas de opressão e violências; nesses termos, havia um projeto societário em construção. (Silva, 2019, p. 18).

Foi neste contexto de lutas que ocorreu o III CBAS, que sinalizou “a ascensão de um novo projeto profissional ancorado no pensamento crítico marxista, ao rechaçar o conservadorismo da profissão, além do tecnicismo presente nas bases da ditadura” (Silva, 2019, p. 18). Conhecido como “Congresso da Virada”, este congresso marcou o reposicionamento político do Serviço Social,

⁶⁷ O II CBAS foi organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS). Foi um ato preparatório para a XV Conferência Internacional, realizada em Petrópolis, em 1962.

afirmando o posicionamento da categoria contra as desigualdades sociais. Sendo assim, a virada foi um marco importante no processo de formulação de um pensamento crítico no Serviço Social.

Lembramos aqui que o Serviço Social se reconhece como parte da classe trabalhadora, “inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, em sua condição de assalariamento, partícipe do trabalho coletivo, cujo compromisso assumido é com a classe trabalhadora na luta por seus interesses imediatos e históricos” (Abramides; Cabral, 2019, p. 41). Sposati (2009, p. 86) destaca que, no contexto do “Congresso da Virada”, a categoria se organizou “a partir do compromisso ético-profissional, com uma sociedade justa e sem exploração”, com uma orgânica participação na construção de instrumentos de luta. Com o contexto socioeconômico e político não favorável, tal organização foi fundamental para a resistência da categoria. Neste contexto, foi reativada em São Paulo a APAS a qual nucleou profissionais, militantes e alunas de Serviço Social adeptas aos “novos valores” para o Serviço Social na América Latina, assim como diversas outras organizações profissionais articuladas. Entre elas a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), constituída em 1983, após o “Congresso da Virada”.

A organização das (os) assistentes sociais inseria-se no movimento sindical mais geral da classe trabalhadora na luta contra a exploração do capital, por melhores condições de trabalho e salário, contra o desemprego, por salário igual para trabalho igual, pelo direito de greve, por autonomia e liberdade sindical, pela autossustentação financeira, pelo fim do imposto sindical, pelo fim da estrutura sindical vigente de cunho corporativista e pela organização sindical por ramo de atividade econômica, contra os planos e medidas econômicas de arrocho salarial e perdas de direitos emanadas pelos governos ditatoriais, pelo não pagamento da dívida externa, contra o FMI e pela solidariedade internacional com a luta dos trabalhadores, na luta contra a ditadura no horizonte socialista. (Abramides; Cabral, 2019, p. 38).

A organização sindical das assistentes sociais encontrava-se também articulada aos movimentos populares em lutas pelo:

[...] sistema único de saúde, pela reforma sanitária, das mulheres trabalhadoras, de habitação, dos sem-terra, do movimento negro unificado, contra todas as formas de opressão social de classe, raça, gênero, etnia, cujas pautas eram debatidas com as (os) profissionais, mobilizando-as (os) para a luta coletiva. (Abramides; Cabral, 2019, p. 39).

Em relação às lutas específicas da categoria, destacam-se as lutas:

[...] por concursos públicos; pela criação de cargos e carreiras funcionais; pela construção de sindicatos dos trabalhadores em serviço público, onde majoritariamente as (os) assistentes sociais se inseriam [...]; pela democratização

das entidades; por salário, carga horária e condições de 30 horas semanais e 10 salários mínimos, cujo projeto de lei foi aprovado no Congresso Nacional, com 30 horas e seis salários mínimos e meio de piso, a partir da mobilização, pressão da categoria e negociação das entidades sindicais e da Anas, mas foi vetado, em 1986, pelo presidente José Sarney. (Abramides; Cabral, 2019, p. 39).

Até o III CBAS, em 1979, os conselhos profissionais, nacionais e estaduais, vinculados ao Ministério do Trabalho, eram vistos como a expressão do braço ditatorial do Estado ou organismos da ordem. Ou seja, tinham vínculos diretos com o Estado ditatorial. Os Congressos da categoria eram organizados pelo CFAS. Trabalhar nas instituições, segundo Sposati (2009, p. 87), “era reproduzir a ordem e a subalternidade, e não a emancipação”. A saída, de acordo com a autora, “supunha caminhar com “um pé dentro e um pé fora da instituição”. Era preciso encontrar estratégias para se confrontar o poder autoritário”. O horizonte seria então a organização popular, ou seja, “a população era organizada na luta para se contrapor ao Estado, ganhando espaço e voz para que pudesse falar de suas necessidades”. Há então uma sincronia histórica do Serviço Social com os movimentos sociais.

Vicente de Paula Faleiros, recém-chegado ao Brasil em 1979, estava presente no “Congresso da Virada”. Em sua fala no *Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada*, realizado em 2009, Faleiros relembra o significado das lutas do passado e a força dos trabalhadores:

Hoje é um dia de desencavar, de abrir fendas da memória, para reencontrar o grito, a luta, a pressão e a força de um povo, de uma classe que nunca foi subalterna, que disse não aos invasores, ao dominante, que muitas vezes se fez sedutor, com missangas de um outro mundo, para saquear este mundo mais próximo. Um povo que, muitas vezes, teve que baixar o tronco para que não lhe decepassem a cabeça, resultando que a Colônia foi descolonizada, o Império implodido, a falsa República desmontada, a Ditadura de Vargas e a Ditadura Militar de 64 derrubadas, mas não caíram por si mesmos. Perderam, na crítica e oposição da sociedade e por seus fracassos, seus laivos de legitimidade, de um discurso pacífico, sob uma realidade sangrenta, perderam o engodo do apregoamento da democracia para fora, desmascarada e abatida nas próprias entranhas das urnas dos partidos estabelecidos pela Ditadura. Perderam a razão no arbítrio da tortura, perderam sua fonte de sustentação nas greves. As greves do ABC feriram o coração das multinacionais e mostraram que os/as trabalhadores têm incidência nos processos de trabalho e na organização política. O capitalismo só tem limite, quando a classe trabalhadora lhe impõe um freio. Hoje, comemoramos os sonhos que não morreram. Por nossos/as companheiros/as, celebramos um encontro com o presente, com as lições do passado, lições que aprendemos na rua, juntando os fios da história e das lutas. (Faleiros, 2009, p. 49).

Segundo Faleiros (1986, p. 60), “a sociedade constrói-se na luta de classes e é nessa luta que se constituem os valores sociais sob a forma de distintas ideologias”. A libertação, para Faleiros (1986, p. 61), “é um processo histórico, inserido e dependente das lutas sociais das classes subordinadas”. Estas lutas

pela transformação da sociedade dependem da organização e mobilização das classes dominadas. Este momento de organização dos movimentos sociais, através da militância de assistentes sociais, busca, de acordo com Sposati (2009, p. 87), “incluir o depoimento de lideranças populares como um espaço para que pudessem falar e serem ouvidas”⁶⁸. Sobre o “Congresso da Virada”, Faleiros relata que:

Naquele momento, ampliou-se nossa aprendizagem coletiva, aprendemos a fazer nossa a voz dos/as oprimidos/as, aprofundar as particularidades na relação com a totalidade, a unir cidadania com emancipação, a juntar democracia com participação, a buscar direitos com efetivação, aprendemos com a crítica ao opressor, a entender a complexidade na complicação, a diversidade na equidade, a diferença na igualdade. (Faleiros, 2009, p. 49).

As lutas sociais e as crises internacionais levaram os oprimidos a levantar sua voz e manifestar sua força. Segundo Faleiros (1986, p. 31), os mecanismos de manipulação e sujeição não foram suficientes para aniquilar as forças populares das classes dominadas. “As lutas prosseguiram em todos os aparelhos. Ela não se situa em aparelhos específicos. Na empresa como na escola há luta ideológica, no terreno da disputa por uma nova relação do indivíduo com suas condições reais de existência e pela formação de um novo bloco histórico”.

As classes dominadas, segundo Faleiros (1986, p. 32), “também interpelam os indivíduos como revolucionários na formação de uma nova hegemonia”. A ideologia só pode ser entendida na luta de classes e o Serviço Social é permeado pela luta ideológica. Nesta perspectiva, segundo Faleiros (1986, p. 54), situa-se o “novo trabalho social”, “fazendo-se participante da transformação social junto com os protagonistas dessa transformação: as classes subalternas”. É necessário que o Serviço Social “participe das lutas dos homens dominados na criação de projetos alternativos de sociedade”, com estratégias e táticas da transformação social e da atuação profissional. Segundo Silva (2009, p. 16), foi a possibilidade de “segmentos profissionais posicionarem-se no horizonte dos interesses das classes subalternas, colocado novas perspectivas no espaço profissional”. Isso significa “o passar do profissional da coerção, do consenso e da socialização para o profissional da mobilização e da organização, orientado pela perspectiva da transformação social” (Silva, 2009, p. 16).

O “Congresso da Virada”, segundo Sposati (2009, p. 87), significa “o momento da demarcação pública e coletiva do novo Serviço Social no Brasil, bem

⁶⁸ Um espaço para vozes subalternas se encontra, por exemplo, na *Revista Serviço Social & Sociedade*, que tentava romper com a interpretação das assistentes sociais sobre as demandas populares, apresentando, diretamente, a presença das vozes das lideranças populares.

como seus princípios ético-políticos”. Este importante momento histórico para a nossa categoria fortalece o “início do novo currículo de formação profissional e a superação de outros tantos elementos da ideologia conservadora, sendo que com ela vem o metodologismo”.

Nos anais do III CBAS encontramos debates sobre o novo currículo do serviço social. Cornely (apud CFAS, 1979, p. 285) apontou que houve uma renovação na diretoria da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social e que esta associação preparou uma proposta curricular, mas que não foi satisfatória para a maioria das escolas. Foi apontada também a dificuldade encontrada para incluir o marxismo como uma fonte teórica do serviço social devido a censura. “Em relação a isso, dificilmente nós incluímos seriamente o estudo do materialismo histórico, porque isto significa marxismo, comunismo, subversão, pode cheirar mal e pode nos criar problemas” (Cornely apud CFAS, 1979, p. 286).

Para Faleiros (1986, p. 61), “existe uma luta de classes no plano teórico que se manifesta no que chamamos de lógica da dominação e lógica da libertação”. É importante ver estas relações de poder de forma dialética.

Por outro lado, eu espero que venhamos a ter um curriculum de acordo com a nossa realidade, e é por isso que vejo com muita esperança a nova ABESS. Nesse sentido, caberia um desafio a todos nós para que nós nos engajemos na construção de um curriculum. Não é trabalho fácil, especialmente num país em que o Ministério da Educação intervém nas escolas e fixa curriculum mínimo, dá nomes às disciplinas, condiciona os professores e aprova o aluno através de uma matéria mínima pesada. É, portanto, extremamente importante, que dentro desta perspectiva todos nós nos conscientizemos da importância da renovação curricular. (Cornely apud CFAS, 1979, p. 286).

O impacto na formação profissional e na formação de um novo currículo, também foi reflexo de uma forte pressão do movimento estudantil, que exigia um currículo colado com as novas exigências da realidade brasileira. O resultado, segundo Silva (2009, p. 41), foi um currículo mínimo, instituído pela ABESS na Convenção Nacional, em Natal/RN, e aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), em 1982, quando se torna obrigatório para todos os cursos de Serviço Social. Posteriormente, nas diretrizes curriculares de 1996. Segundo Simionatto (1995, p. 183), “é a partir da Universidade que se gestará o espaço da pesquisa e da investigação, com propostas que visam ultrapassar os limites impostos pela ordem burguesa”.

Aldaíza Sposati compôs a comissão de organização do III CBAS e foi uma das fundadoras da *Revista Serviço Social & Sociedade*. Sposati (2009, p. 91) relata que, nas discussões para a organização do III CBAS, levantava-se a

importância de que aquele deveria ser um momento não só de conferência, mas de proporcionar aos participantes um convívio com novas práticas do Serviço Social. Os debates e reflexões eram voltados a uma nova prática social.

A realização do III CBAS, segundo Sposati (2009, p. 92), foi antecedida pelo III Encontro das Organizações da categoria, nos dias 21 a 23 de setembro de 1979 e que contou com representantes de 15 Estados, três sindicatos e 12 associações profissionais. Neste contexto foi criada a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistência Social (CENEAS), que apresentou duas grandes questões durante o III CBAS: primeiro, a presença de representantes da ditadura militar na Comissão de Honra do Congresso e na mesa de abertura e, segundo, a ausência de consulta aos órgãos sindicais da categoria quanto à organização do III CBAS⁶⁹. O fato é que a instalação do III CBAS, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, seguia o modelo tradicional, organizado pelos CFAS-CRAS⁷⁰, o que representava a ordem da ditadura.

A análise da organização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) evidencia um caráter nitidamente conservador e autoritário, na medida em que as Direções do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e sua projeção regional em São Paulo (CRAS), hoje CRESS, que eram responsáveis pela organização do CBAS, tomaram decisões sem nenhuma consulta à categoria, o que vai se refletir: em um número restrito de participantes, na condução fragmentária das temáticas, no alto custo do congresso, no convite e homenagem a figuras políticas alinhadas com a ditadura militar, tais como o governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf e a sua esposa, Sílvia Maluf, o prefeito biônico de São Paulo, Reinaldo de Barros, o secretário municipal de Assistência Social, Antônio Salim Curiat, e os ministros da ditadura: Jair Soares, da Previdência Social, e Murilo Macedo, do Trabalho, que havia decretado intervenção em vários sindicatos de trabalhadores; desconhecendo que o momento da sociedade brasileira era o da retomada das lutas sociais, sindicais e populares, nas quais a organização político-sindical da categoria se inseria e parcela significativa da categoria já se engajara. (Abramides; Cabral, 2019, p. 42).

As então entidades pré-sindicais articuladas pelas CENAES, contrapunham-se ao CFAS-CRAS e chamaram os participantes para uma Assembleia paralela, em um dos auditórios do Anhembi, conjuntamente com a Comissão Organizadora do Congresso. Por fim, em um ato simbólico, segundo Sposati (2009, p. 93), houve a “cassação da Comissão de Honra e a eleição de uma nova Comissão. Agora

⁶⁹ A partir de então, deliberou-se que seriam as entidades sindicais que organizariam os congressos da categoria.

⁷⁰ A partir de 1979, com o fortalecimento do movimento sindical das assistentes sociais, com a criação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e com a criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) em 1983, foi iniciado um processo de politização das entidades de nossa categoria – incluindo nos conselhos. “Tais espaços, antes caracterizados por um perfil conservador, corporativo e burocrático, já por nós criticado, passaram a ser alvo de disputa política e eleitoral por atores oriundos do movimento sindical.” (CFESS-CRESS, 1996 apud Abramides; Cabral, 2019, p. 45).

eram “todos os trabalhadores que morreram e lutaram pelas liberdades democráticas”, os honrados pelo Congresso da Virada”. A direção do Congresso CFAS-CRAS se afastou e a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) levou o III CBAS à finalização, com uma Assembleia Permanente.

Dias antes do III CBAS, as 22 entidades sindicais, pré-sindicais (APAS), oposições sindicais e Ceneas se reuniram e deliberaram a atuação organizada no III CBAS, em oposição ao caráter conservador e antidemocrático que os CBAS tinham até então, caminhando na contramão das lutas sociais. Nota-se em curso uma “disputa de projetos profissionais entre o polo crítico, combativo, de ruptura, e o setor conservador e tecnocrático ainda presente nas entidades do exercício profissional” (Abramides; Cabral, 2019, p. 41).

Segundo Silva (2009, p. 40), o “ano da virada”, como ficou conhecido 1979, é marcado por “um movimento de oposição à direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo”, com “a rearticulação da Associação Profissional de Assistentes Sociais, também de São Paulo, com vitória da chapa de oposição, na busca do fortalecimento do movimento sindical no interior da categoria”. Silva (2009, p. 40) também destaca a articulação das assistentes sociais com movimentos sindicais⁷¹ e que tais iniciativas repercutem em nível nacional, registrando-se o esforço de articulação dos movimentos sociais do Serviço Social com a reativação de alguns sindicatos.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado no Parque Anhembi, em São Paulo, em setembro de 1979, é um marco simbólico da luta pela hegemonia no Serviço Social brasileiro contra o fio conservador que perpassa sua institucionalização e desenvolvimento. Ele é também a primeira manifestação pública de assistentes sociais contra a ditadura empresarial-militar (1964-1985) e sua política de “segurança e desenvolvimento. (Iamamoto, 2019, p. 13).

O Serviço Social se organizou e se apresentou – mesmo sob vigilância da ditadura militar – colocando-se abertamente em aliança com movimentos organizados na luta contra a ditadura.

A Ceneas e as entidades sindicais, pré-sindicais e oposições sindicais da categoria chegaram, portanto, ao CBAS, de forma organizada, com um documento de denúncia do caráter conservador do Congresso, que passou a ser lido em todas as sessões temáticas, com adesão dos participantes – profissionais e estudantes. (Abramides; Cabral, 2019, p. 42).

⁷¹ O que permite a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), em 1983.

A manifestação de repúdio à ditadura militar neste evento culminou na destituição da comissão organizadora do Congresso e na homenagem às representações dos movimentos sociais e trabalhadores contrários a ditadura militar.

Compõem a mesa de encerramento do III CBAS: Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; José Pedro da Silva, pela Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco; Maria Aparecida Perdigão Teixeira, pelo Movimento de Luta Contra a Carestia; Gilberto Tannos Natalini e Daniel Kotzel, pelo Movimento Popular de Saúde da Zona Leste; Maria Augusta Capistrano, pelo Comitê Brasileiro de Anistia, e Luiza Erundina de Sousa, presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP) e membro da Coordenação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Cemeas). (Abramides; Cabral, 2019, p. 42-43).

Luiza Erundina de Sousa, em sua fala no III CBAS, reforça o compromisso público e coletivo das assistentes sociais ao afirmar que “o que se fez aqui foi o compromisso da categoria como povo, que está expressando hoje, por seu próprio interesse, através das camadas mais exploradas da população” (CFAS, 1979, p. 194). “São os trabalhadores que estão nos dando inúmeras lições contra o medo, com determinação da unidade e da organização” (Abramides; Cabral, 2019, p. 44).

Como já mencionado, “não foi tudo que começou ali, mas considero que ali ocorreu uma marca pública da força do compromisso ético da categoria com a classe trabalhadora”, explica Sposati (2009, p. 94). A autora também descreve que o III CBAS “foi a possibilidade histórica de o sujeito coletivo, a categoria assistentes sociais brasileiros, vir a público e dizer de si e para si” (Sposati, 2009, p. 94).

A “virada” do Serviço Social ocorreu em meio a um período no qual a sociedade organizada reagia às políticas de arrocho salarial, controle de sindicatos, repressão, tortura, censura, regressão aos direitos civis e políticos, etc. Neste contexto, ocorriam manifestações públicas de diversos segmentos, como trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, jornalistas, artistas, etc. Diante deste quadro, o Serviço Social se repensava e, no III CBAS, colocou-se contra “à naturalização da exploração, à brutalidade da repressão, ao Estado Ditatorial e seus representantes, aos limites impostos à organização dos trabalhadores, aos direitos civis e políticos” (Iamamoto, 2019, p. 14).

O III CBAS – também conhecido como “Congresso da Virada” –, assim, estabeleceu uma nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com os trabalhadores. “O Congresso da Virada foi (e é) uma construção histórica que o movimento da categoria, estrategicamente, construiu pela sua força de luta” (Sposati, 2009, p. 95). Foi, então, o momento em que o Serviço Social rompeu

com o conservadorismo e passou a adotar a perspectiva crítica. O Serviço Social se abriu a novas possibilidades de análise da vida social e também da própria profissão. Assim, as assistentes sociais se inserem nas lutas coletivas da classe trabalhadora.

As transformações no interior do Serviço Social são identificadas, segundo Silva (2009, p. 40) “quando a sociedade civil brasileira intensifica seu processo de rearticulação política, referenciado pelo movimento grevista sindical a partir de 1978, principalmente pelas greves do ABC paulista”, que têm influência em relação aos posicionamentos da categoria das assistentes sociais. Percebe-se assim a organização política das assistentes sociais, o que repercutiu no processo de preparação e realização do III CBAS.

Considerando o protagonismo dos operários de São Paulo no III CBAS, de 1979, é importante apontar que crise econômica da década de 1970 atingia diretamente a classe trabalhadora, que resistia contra o arrocho salarial e contra a superexploração da força de trabalho. Quanto ao salário-mínimo, segundo Oliveira (1985), em dezembro de 1964 foram extintas as *Comissões de Salário-Mínimo* e este passou a ser fixado exclusivamente pelo Poder Executivo. O pós-1964 aponta uma queda no poder aquisitivo dos trabalhadores, que ficou abaixo do poder aquisitivo de 1940, ocasião em que foi decretado o primeiro salário-mínimo no país.

Com esse pano de fundo, como visto, duas greves heroicas, de Contagem e Osasco, foram acompanhadas pela maioria dos trabalhadores. Em Contagem, a polícia cercou o sindicato, e o então ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, participou da assembleia dos trabalhadores “fazendo ameaças e dizendo que estava disposto a usar até armas, mas que não queria fazer uma ‘fábrica de cadáveres’” (DIEESE, 2015, p. 14). Os trabalhadores conseguiram um abono de 10%, que depois foi estendido para todos os trabalhadores do Brasil. Já na greve de Osasco, não houve negociação, e todos os grevistas foram detidos e, mesmo após a triagem, alguns permaneceram presos e processados.

No que toca as transformações na estrutura ocupacional, o maior domínio do mercado por grandes empresas vai corresponder a uma demanda ocupacional por trabalhadores mais qualificados (processo de produção mais concentrado em capital constante, com alta tecnologia) e por pessoal administrativo de nível médio e superior (maior complexidade organizativa). Por outro lado, a deterioração do poder de compra da força de trabalho vai levar ao crescimento de ocupações de baixa posição na hierarquia ocupacional, devido à baixa qualificação do novo contingente de trabalhadores que se vê obrigado a entrar no mercado de trabalho, notadamente no setor prestação de serviços e na construção civil. (IBGE, 1979, p. 150).

Segundo os indicadores do IBGE (1979), 33,6% das pessoas que estavam no mercado de trabalho entre 1965 e 1973 estavam em ocupações manuais urbanas de menor qualificação e remuneração baixa. Os índices apontam também para maior inserção do contingente feminino no mercado de trabalho, o que mostra que “o impacto de política salarial adotada a partir de 1965 tenha aumentado a necessidade de participação da mulher no sustento da família, assim como levado a uma maior participação dos menores” (IBGE, 1979, p. 151).

A resistência da classe trabalhadora contra o arrocho salarial e a superexploração do trabalho era marcada pela criatividade e espontaneidade da classe operária e implicava ações como:

[...] a diminuição do ritmo da produção (operação tartaruga), a sabotagem ou fabricação de uma mercadoria propositalmente defeituosa (operação boicote), esquecimento dos crachás identificadores para ingresso na fábrica (operação amnésia), não realização de trabalhos não previstos pela profissão (operação quebra-galho), etc., uma gama de recursos que denotavam o descontentamento e a rebeldia operária (Antunes, 1988, p. 14).

A pauta de reivindicações dessas greves foi potencializada pelas perdas salariais no ano de 1973, sendo esta a bandeira de muitas paralisações na década de 1970. A campanha salarial de 1973, segundo Antunes (1988, p. 16, 18), “reivindicou 38% de reajuste salarial, índice que se baseava em estudos do DIEESE”. Tal estudo apontava uma fraude salarial no ano de 1973, que, segundo Antunes, “lesou em 34,1% os salários dos trabalhadores”. Esse percentual é lembrado por Lula (2015, p. 164) em uma entrevista ao DIEESE no dia 22 de junho de 2011 e confirmado pelo DIEESE (2015, p. 164) em uma nota de rodapé na entrevista de Lula:

Este era o percentual de reajuste necessário para repor as perdas salariais decorrentes da manipulação do índice oficial de inflação de 1973, que era utilizado para a definição dos reajustes salariais. O expurgo já havia sido detectado pelo DIEESE, através de seu índice do Custo de Vida, mas, devido à censura à imprensa, não tinha tido maior repercussão.

Em 1977, o jornal *Folha de S. Paulo* trouxe uma reportagem especial apresentando um estudo do Banco Mundial sobre a economia brasileira, e uma nota de rodapé continha a informação de que:

Para o ano de 1973, o Banco Mundial não tinha usado o dado oficial da inflação brasileira, mas uma estimativa da própria instituição. Segundo as estatísticas do governo, a inflação de 1973 havia sido de 13%, mas o índice de custo de vida, calculado pelo DIEESE, era de 26%. A reportagem foi publicada em um domingo; na segunda-feira seguinte, o DIEESE recebeu telefonemas dos Sindicatos dos Bancários de São Paulo e dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, questionando quanto os trabalhadores tinham perdido com a manipulação dos

índices de 1973. Feitos os cálculos, foi possível informar o prejuízo que tinha havido nos salários. A maioria dos sindicatos fez o mesmo pedido e, assim, conheceram o percentual que faltava nas suas remunerações. (DIEESE, 2007, p. 16).

Destacamos que, no momento em que a manipulação dos índices de 1973 foi divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 1977, o movimento operário encontrava-se organizado e com os sindicatos fortes.

A campanha salarial iniciada pelo Sindicato, visando a reposição dos índices de 1973, teve múltipla significação: primeiro, trouxe maior ímpeto para que se desse continuidade ao trabalho de mobilização junto às bases operárias, intensificando a campanha de denúncia da precariedade salarial; segundo, permitiu a parcelas significativas do operariado metalúrgico a apreensão, ao nível da consciência contingente, da superexploração do trabalho, dada pela depressão salarial obtida pela manipulação dos índices; e, terceiro, possibilitou, de maneira transparente, mostrar a inviabilidade de uma opção que privilegiasse, em sua ação, os caminhos das negociações com o governo e o empresariado, mostrando os limites dessa trajetória; tanto o patronato quanto o Estado não estavam dispostos a realizar a correção salarial. (Antunes, 1988, p. 18).

A manipulação dos índices de 1973 e as reivindicações do movimento operário também foram apontadas na primeira edição da Revista *Serviço Social & Sociedade*, de 1979.

Neste período o movimento de maior expressividade foi o dos trabalhadores metalúrgicos no Estado de São Paulo, que surgiu a partir da revelação por fontes governamentais da subestimação nos índices de inflação de 1973, o que conseqüentemente ocasionou perda nos reajustes salariais e colocou em suspeita a validade e legitimidade da política salarial vigente. (Vasconcelos et al., 1979, p. 111).

Abaixo uma imagem sobre a greve dos metalúrgicos do ABC paulista:

Imagem 1:
Governo intervém na greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em 4 de março de 1979



Fonte: CFESS, 2009, p. 26.

Em meio a este cenário caótico para os trabalhadores, ocorreu o III CBAS, no qual se discutiu o rumo para o Serviço Social no Brasil. Como visto, algumas assistentes sociais presentes neste evento eram favoráveis ao regime, sendo a Mesa de abertura uma homenagem a militares.

O primeiro Painel do evento, apresentado no dia 24 de setembro de 1979, teve como tema “Política governamental e assistência social”. As apresentações deste dia foram de profissionais ligados ao governo, que participaram do evento a fim de fazer propaganda da atuação governamental. Foram falas que partiram da ideologia dominante, com elogios aos feitos ao governo federal na área da assistência. A fala de Dra. Léa Leal, presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e ex-aluna da primeira turma de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), homenageou a ditadura militar:

A satisfação de poder apresentar-me a vocês como Presidente da Legião Brasileira de Assistência, a grande e tradicional Casa de Assistência Social do Brasil. E isso não é por vaidade pessoal ou exibição desnecessária de méritos que não julgo possuir. Mas sim porque vejo em minha posição, à frente da LBA, uma homenagem do Governo à profissão de assistente social. Guardo, com carinho, o Decreto em que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, nomeia “para exercer a Presidência Nacional da LBA a Assistente social Léa Leal. Para mim, portanto, é uma honra poder colaborar e participar nesta homenagem do Presidente da República. (Leal apud CFAS, 1979, p. 26).

A resposta de parte dos participantes do congresso aos palestrantes foi crítica.

Assim como a primeira palestrante, trata-se de mais um representante do governo, o qual também fez uma propaganda governamental sem reflexões críticas. Filho (1979, p. 31) também apontou a parceria entre o setor público e privado nas diretrizes da Pasta do Governo Maluf, sendo a primeira delas: “Formulação e execução da política de Promoção Social do Estado, visando conjugar esforços dos setores governamental e privado, no processo de desenvolvimento social”. (Participante apud CFAS, 1979, p. 37).

Notamos que embora parte das assistentes sociais fosse favorável ao governo, a maior parte se mostrava crítica e contestava o governo, sendo diversas questões levadas para o debate, como o arrocho salarial, exploração da força de trabalho, alto índice de desemprego, alto índice de analfabetismo, migrantes, menores abandonados, meio ambiente, garimpo em terras indígenas, ampliação e consolidação de um parque industrial, criação de um sistema financeiro monopólico, agropecuária voltada para a exportação, crescimento urbano caótico, concentração da renda, entre outros.⁷²

⁷² Observamos, entretanto, que a questão racial e feminista/mulher não foram pautas neste Congresso.

Com isso, o pensamento crítico estava presente por todo o III CBAS, com muitas assistentes sociais ancoradas pelas ideias marxistas, mesmo que de forma pouco aprofundada. Quando a fala era favorável a ditadura, havia contestação e comentários como o abaixo, dirigido a Cássio Carvalho da Costa Filho após sua fala sobre o governo de São Paulo:

A expectativa ao entrar neste Plenário era ouvir algo sobre a assistência social no âmbito nacional. Espantoso foi se deter grande tempo com assunto tão particular sobre a Secretaria de Promoção Social em São Paulo. Se a intenção foi somente divulgar tal serviço, sem visão crítica, isso foi realizado. (Participante, 1979, p. 44).

A seguir uma foto que marca um desses momentos de contestação das assistentes sociais no III CBAS:

Imagem 2:

Reprodução da fotografia apensa à matéria “O início de fato do III CBAS”, com a seguinte legenda: as assistentes sociais protestam e reivindicam



Fonte: CFESS, 2009, p. 15.

Dentre os temas do III CBAS, três foram diretamente ligados ao mundo do trabalho e as questões das greves do ABC eram vistas de forma positiva por todos os expositores que comentaram sobre elas. Houve também a exibição do filme “Greve”, de João Batista de Andrade. O metalúrgico Sr. Devanir Ribeiro, presente no III CBAS, destacou a oportunidade de se dar visibilidade, através do filme, às injustiças que os trabalhadores estavam passando:

Não assisti ao filme; o João fez uma bela exposição, e ele colocou a política que mudou, mas que não mudou nada até agora; estamos tentando arrebentar, porque ela serviu governos supostamente democratas, serviu a ditadores, serviu à ditadura que está aqui agora, serviu aos mais variados possíveis, mas no que diz à estrutura sindical não mudou nada, e, se não mudar, não vai parar por aqui, e vocês vão ter a oportunidade de ver outros filmes de outras greves, porque vai acontecer greve. É o único jeito, é a única arma que o trabalhador tem e, para isso, trabalhamos; é o

papel que o dirigente sindical tem que fazer – não é incitar a greve, não, mas é mostrar a realidade para ele, para o trabalhador. (Palmas.) Então, se a gente mostrar a realidade para ele, e ele entender como tem entendido até agora, haverá grandes movimentos, e espero que, nesta dita abertura em que se está falando, haja também uma abertura para os trabalhadores, para o movimento sindical, para os assistentes sociais, para os sociólogos, para todos porque, para mim, são todos trabalhadores, embora uns de um lado, e outros, de outro, cada um exercendo o seu papel, a sua função.

Temos o papel de produzir; então, nós, hoje, sentimos que somos uns dos mais explorados. porque estamos ligados diretamente à produção. Vocês são explorados de outra forma. Hoje de manhã, ouvia no rádio que parece que oitenta por cento a sessenta por cento dos assistentes sociais trabalham para o Estado, então, se o Estado é que abriga a maioria dos assistentes sociais. imagino como deve estar o serviço social no Brasil! (Ribeiro apud CFAS, 1979, p. 241).

Compreendo que além do filme, o III CBAS também foi um espaço de grande visibilidade para as questões relacionadas ao mundo do trabalho e também para as greves operárias. Neste evento houve uma troca: de um lado as assistentes sociais escutavam as demandas e as críticas dos operários. De outro lado, os operários encontravam um espaço para expor as suas questões e serem ouvidos por estudiosos da área do serviço social. Este entendimento entre os dois lados enriqueceu o conhecimento tanto as lutas operárias quanto a categoria de assistentes sociais.

A relação das assistentes sociais com o movimento operário aumentava ao longo que a profissão se tornava mais crítica e que o movimento operário ganhava maior significação política com as greves de 1978 e 1979⁷³. Além disso, a prática política das assistentes sociais, desenvolvida a partir do vínculo com os operários ao longo dos anos, contribuiu para que estas pensassem a importância de se estar ao lado destes trabalhadores em suas lutas.

O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido político anti-ditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população. (Netto, 2009, p. 25).

Em determinado momento do Congresso, as assistentes sociais repudiaram a Mesa de honra a representantes da ditadura militar e assumiu um compromisso político com os trabalhadores, convidando líderes sindicais para o evento. Esta “virada” do Serviço Social será acompanhada no próximo capítulo desta dissertação, em meio a uma reflexão sobre intelectual orgânico e filosofia da práxis. Em uma nota dos Sindicatos e Associações de Assistentes Sociais:

Vemos que este momento, de profundas alterações no panorama conjuntural brasileiro, onde os trabalhadores vêm assumindo sua luta por melhores condições

⁷³ Sobre as greves de 1978 e 1979, ver capítulo 2 desta dissertação.

de vida e trabalho, pela liberdade de manifestação, expressão e organização, traz elementos para uma maior reorientação da prática profissional, onde a responsabilidade de assumir posições concretas frente a seu público implica num compromisso real do Assistente Social com a classe trabalhadora. (CFAS, 1979, p. 428).

Acreditamos que o protagonismo dos operários no III CBAS contribuiu para a possibilidade da “virada” do Serviço Social. As assistentes sociais e o meio acadêmico, como apontamos nos capítulos anteriores, nunca estiveram ausentes da cena política, mas a articulação com os sindicalistas proporcionou elementos para a profissão avançar no processo de ruptura com o conservadorismo. Os dirigentes sindicais que participaram do III CBAS perceberam a insatisfação das assistentes sociais e o repúdio da categoria frente às homenagens aos representantes da ditadura, “que barbaramente reprimiu, torturou e matou operários, estudantes e trabalhadores em geral, cerceou o direito à livre organização e expressão, instaurando no país o obscurantismo” (Faleiros, 2009, p. 65). Esses elementos foram determinantes para as assistentes sociais assumirem um posicionamento crítico e estar ao lado da luta mais geral da população.

Em uma assembleia realizada no dia 25 de setembro, com a participação de cerca de 1.800 congressistas e das comissões técnicas e executivas, foram propostas mudanças na dinâmica do evento. As entidades representativas da categoria (Associação e Sindicatos), perceberam o clima de insatisfação generalizada por parte significativa das assistentes sociais presentes neste encontro. Os motivos para o descontentamento destes congressistas eram vários, dentre os quais destacamos a falta de aprofundamento e visão crítica do tema principal do evento (políticas sociais) e o “autoritarismo presente na condução dos trabalhos” (CFAS, 1979, p. 252).

As propostas elaboradas durante a assembleia mostravam a insatisfação das assistentes sociais em relação a organização do evento. Dentre as proposições tiradas na assembleia, a de número 6 apontava para a “necessidade de participação de elementos das comunidades e lideranças sindicais em todas as mesas e painéis do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais” (CFAS, 1979, p. 253). A participação verdadeira dos operários no congresso foi reivindicada, mostrando que uma significativa parcela dos congressistas não era favorável que o congresso fosse uma propaganda governamental. Pelo contrário, reivindicavam que as assistentes sociais assumissem uma posição ao lado dos subalternos em luta por melhores condições de vida.

A proposição de número 1 repudiou a forma antidemocrática a qual o congresso foi organizado e reivindicou que os próximos congressos do Serviço Social fossem elaborados pelas entidades que realmente representassem a categoria:

Considerando o caráter discriminatório deste III CBAS onde, na comissão executiva de liberou sobre todos os procedimentos, sem um amplo debate com a categoria interessada, nós, assistentes sociais, repudiamos esta forma anti-democrática de organização e reivindicamos que: o próximo congresso de assistentes sociais seja assumido pelas entidades realmente representativas da categoria, ou seja, nossas associações de classe e sindicatos. (CFAS, 1979, p. 253).

Dentre os variados motivos encontrados nas notas, proposições e moções para a insatisfação do público do evento, apontamos o descontentamento também em relação à forma a qual foram definidos os temas do evento, como mostra a seguinte nota de Sindicatos e Associações de Assistentes Sociais ao III CBAS:

DEFINIÇÃO DO TEMA, na medida em que a categoria não participou da sua escolha e conteúdo não podendo se assegurar as linhas, diretrizes e nem os posicionamentos que na verdade viriam a contribuir realmente para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico. Finalmente, face às tentativas, hoje, dos trabalhadores se organizaram em torno de suas reivindicações, repudiamos o convite de honra a representantes oficiais do Governo, principalmente ao Ministro do Trabalho Murilo Macedo (responsável pela abertura do III CBAS) que assume hoje atitudes patronais e repressivas, na medida em que determine a intervenção governamental e a retroação da emancipação da classe trabalhadora. Tais medidas, junto a outras punições, têm atingido duplamente líderes sindicais em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes de toda política governamental que reprime manifestações populares. (CFAS, 1979, p. 429).

Houve insatisfação também dos estudantes, que embora importantes naquele determinado momento histórico, não puderam comparecer ao III CBAS devido ao alto custo do evento. Segue abaixo uma moção dos estudantes de Serviço Social:

MOÇÃO DE REPÚDIO À PARTICIPAÇÃO RESTRITA DOS ESTUDANTES AO CONGRESSO

Nós, estudantes de Serviço Social, reunidos na IIIª Reunião Preparatória do II ENESS repudiamos o caráter antidemocrático de participação dos estudantes de Serviço Social, nesse Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, promovido pelo CRAS-9a. Região e CFAS Desejamos firmar aqui o nosso desejo de uma maior intervenção do estudante. Dessa forma, vimos repudiar o fato de ter sido barrada a participação do estudante como um todo, sendo esta submetida à indicação da direção das escolas, além da restrição quanto ao número (apenas dois estudantes por escola).

Não obstante, vimos desejar que os trabalhos se desenvolvam da melhor maneira possível contribuindo para uma atuação profissional mais consequente, voltada para os interesses da classe oprimida.

Assinada pelas entidades estudantis representantes das seguintes escolas de Serviço Social: Universidade de Brasília, Universidade Católica da Bahia - Salvador;

Universidade Estadual de Londrina; Universidade Federal do Pará - Belém; Universidade Católica de Minas Gerais - Belo Horizonte; Universidade Federal do Piauí - Teresina, Função Universitária do Nordeste - Campina Grande - Universidade Católica de Goiânia; Universidade Federal do Espírito Santo - Vitória; Faculdade Católica do Mato Grosso do Sul - Campo Grande, Faculdade de Serviço Social de Santos - São Paulo; Faculdade de São Luís - Maranhão, Universidade Federal Fluminense - Campos - Rio de Janeiro; Pontifícia Universidade Católica - São Paulo Faculdade Paulista de Serviço Social São Paulo e Faculdade de Serviço Social de Lins - Faculdade de Serviço Social de Santo Amaro - OSEC-São Paulo. (CFAS, 1979, p.430-431).

Diante do repúdio de parte das assistentes sociais presentes no evento, a Mesa em homenagens a ditadura foi desfeita e os homenageados passaram a ser os representantes da classe trabalhadora e líderes sindicais. Notamos, também, a conduta assumida pela Comissão Organizadora do III CBAS, que agiu com flexibilidade em relação as reivindicações e mudanças propostas pela categoria. A moção a seguir aponta para a transformação do III CBAS, com os trabalhadores passando a ser os homenageados do evento. Tal “virada” do III CBAS e a contribuição do pensamento gramsciano para que ela acontecesse, será acompanhada ao longo do próximo capítulo.

Nós Assistentes Sociais participantes do III CBAS, considerando que, embora dispensando o devido respeito aos trabalhadores brasileiros, ajusta homenagem que merecem, não ficou aqui caracterizado como tal, uma vez que a mesma se apresentou com atitude circunstancial, está na substitutiva de um grupo contra as autoridades constituídas. Assim, propomos que, não apenas os trabalhadores sejam homenageados, mas toda população brasileira, produtiva ou não, pois é com essa população que assumimos o nosso compromisso profissional. Um grupo de colegas. (CFAS, 1979, p. 432).

Compreendemos que os anais do III CBAS e os documentos complementares, como relatos dos participantes sobre o evento, apontam para a forma pela qual ocorreu a “virada” do Serviço Social neste Congresso. O III CBAS começou como um evento tradicional, conservador e com homenagens a representantes da ditadura militar, mas as assistentes sociais conseguiram se mobilizar e se organizar, rompendo hegemonicamente com o conservadorismo deste congresso e apoiando os trabalhadores. Este fato foi possível devido a articulação das assistentes sociais com os trabalhadores, que já acontecia há mais de uma década – como mostrado no capítulo anterior. Esta relação entre assistentes sociais e operários contribuiu para o amadurecimento político de assistentes sociais em meio a um processo em que o Serviço Social repensava suas bases.

Este tópico, relacionado ao contexto do III CBAS, apreende que este evento apenas foi possível devido a articulação orgânica de assistentes sociais com os

subalternos. Além disso, o pensamento de autores marxistas é refletido ao longo dos anais deste congresso e também em outras obras deste período, o que aponta para que os posicionamentos assumidos por assistentes sociais críticos, que contribuíram para a “virada” neste congresso, foram resultado do arcabouço teórico destes intelectuais, os quais recorreram também ao pensamento gramsciano. Tal influência do pensamento gramsciano ocorria antes do evento, como apontamos neste capítulo, o que contribuiu para o amadurecimento crítico de parte da categoria até a realização do III CBAS. As atitudes tomadas pela ala crítica deste evento refletem este acúmulo teórico o qual assistentes sociais estavam formando na década de 1970, com a inspiração do pensamento gramsciano ocorrendo desde 1972, com a criação dos Cursos de Mestrado em Serviço Social na PUC-Rio e na PUC-SP.

Tais atitudes revolucionárias de assistentes sociais no III CBAS e a articulação com os subalternos, que se encontravam em luta contra a classe dominante, só foi possível, dentre outros motivos, devido a aproximação com teoria crítica e, aqui destacamos o pensamento gramsciano.

São imensas as contribuições do III CBAS para o processo de mudanças que ocorria em nossa profissão, acreditamos que este Congresso foi importante para o contexto latinoamericano. Este encontro marca uma nova forma de pensar o trabalho das assistentes sociais, o compromisso com os subalternos, a ética profissional, as mudanças no currículo acadêmico, a relação orgânica com movimentos sociais e o posicionamento político das profissionais em oposição a ditadura militar.

O Serviço Social que temos hoje no Brasil é resultado deste processo de mudanças e de lutas das assistentes sociais no passado, tendo no III CBAS um marco importante para essa “virada” de posicionamento. O contexto atual brasileiro é marcado por retrocessos estruturantes aos direitos sociais e às políticas públicas. Acompanhamos diariamente a busca desenfreada pela exploração da força de trabalho com a finalidade da retomada das taxas de lucro, através de contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária. A alienação em que nos encontramos atinge todas as formas de consciência vigentes entre nós, sendo o objetivo das classes dominantes impedir que as classes e camadas da população excluídas do exercício do poder tomem consciência de suas potencialidades políticas, criem uma cultura que reflita as suas reais demandas e almejem a participação do controle social.

Está em curso uma radical mudança nas formas de conhecer o mundo, assim como na de pensar, subsidiada por ideologias conservadoras e moralistas, que estimulam

o preconceito, a subalternidade, a criminalização dos pobres, negros, indígenas, etc. Alimenta-se preconceitos, estigmas, violências, ódios e processos de irracionalidade. (Silva, 2019, p. 23).

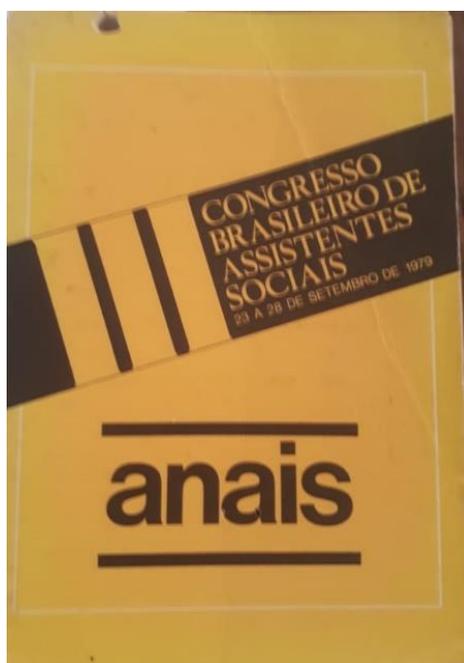
Diante deste quadro, compreendemos a importância do legado do “Congresso da Virada” e seus desdobramentos, com ganhos históricos e políticos na defesa do que se construiu e consolidou coletivamente – e vem contruindo e consolidando –, como a aliança entre os trabalhadores na luta pelos seus direitos. Assim, é importante resgatar o significado do “Congresso da Virada” na conjuntura atual, para reafirmar – diante dos retrocessos – “que os desafios permanecem de ruptura da continuidade neoconservadora, a fim de romper suas teias e (re)alavancar as lutas em prol da democracia, liberdade e sobrevivência de direitos” (Silva, 2019, p. 24).

5 A presença do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada”: uma análise dos anais do III CBAS

5.1 Leitura dos anais: o processo de “Virada”

Ao resgatarmos os anais do III CBAS (imagem da capa abaixo) buscamos apontar a importância deste registro histórico para o Serviço Social, sendo este um marco para nossa categoria e uma ferramenta para se reafirmar os compromissos das assistentes sociais com a classe trabalhadora – assim como com as lutas pela democracia, liberdade e direitos sociais. Com isso, consideramos os anais do “Congresso da Virada” uma forte ferramenta de luta e resistência diante da conjuntura atual, a qual está impregnada de retrocessos e desafios para os que buscam romper com os encadeamentos do conservadorismo e do neoliberalismo.

Imagem 3:
Capa dos Anais do III CBAS, realizado entre os dias 23 e 28 de setembro de 1979



Fonte: Fotografia da autora (2023)

O contexto histórico no qual o III CBAS está ancorado em todo um processo de lutas das assistentes sociais com os demais trabalhadores organizados. Sendo

um momento em que as assistentes sociais atuaram de forma ousada e corajosa, fazendo críticas ao Serviço Social tradicional e alcançando um maior amadurecimento teórico, construindo de forma coletiva um novo projeto profissional.

Este momento histórico marca, então, o embrião do Projeto Ético-Político profissional, que se consolida na década de 1980 – sobretudo, com a aprovação do Código de Ética Profissional de 1986 – e sinaliza o compromisso das assistentes sociais com os subalternos. Ao analisarmos os processos de ruptura com o conservadorismo no “Congresso da Virada”, buscamos reunir forças diante da atual conjuntura, na qual o conservadorismo avança até mesmo no Serviço Social e mostrar que a matriz do Projeto Ético-Político do Serviço Social continua como fio condutor no enfrentamento contemporâneo da crise do capital financeiro e sua lógica conservadora (Silva, 2019, p. 25).

A necessidade permanente de recuperar a história e a memória constitui um ato revolucionário de resistência e oportuno, em um momento difícil de recrudescimento do conservadorismo na sociedade brasileira, com ruptura de valores libertários e democráticos no falseamento da realidade social, com distorção de fatos e retrocesso das políticas sociais, dos direitos, com inversão dos valores construídos nas lutas da classe trabalhadora no Brasil. (Silva, 2019, p. 26).

Sendo assim, fica evidente a necessidade de reafirmação dos compromissos das assistentes sociais assumidos no “Congresso da Virada”, assim como o fortalecimento da base teórica marxiana e marxista, a qual traz imensas contribuições desde que passou ter mais espaço no Serviço Social em meio ao processo de reconceituação. Além dos anais do congresso ocorrido em 1979, também foi utilizada nesta pesquisa, como fonte secundária o livro *Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada* (Cf. CFESS, 2012), que reúne depoimentos de assistentes sociais que estiveram ligados à organização do “Congresso da Virada” em 1979. Esta obra reúne artigos e falas proferidas em mesas de debate do Seminário de Comemoração dos 30 Anos do “Congresso da Virada”, realizado pelo CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, nos dias 16 e 17 de novembro de 2009.

Dentre as fontes secundárias, buscadas por esta pesquisa, estão as três edições da *Revista Serviço Social & Sociedade*, editada pela Editora Cortez, edições números 1 (1979), 100 (2009) e 136 (2019), que estão relacionadas ao “Congresso da Virada”. Esta revista é um importante registro para o Serviço Social, pois desde a sua criação, em 1979, desenvolve um pensamento crítico sobre a nossa profissão e sobre a sociedade brasileira. Sua criação foi resultado

tanto do movimento de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, tanto da luta contra a ditadura militar.

[...] o evento foi palco de histórias, emoções, manifestações, fortalecimento das lutas sociais e reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social. O cenário foi exatamente o mesmo em que aconteceu aquele histórico III CBAS, há 30 anos: um Anhembi lotado e fervoroso. Há três décadas, neste mesmo espaço, o Serviço Social brasileiro se somava às lutas dos movimentos sociais, combativos e aguerridos, para dizerem um não ao conservadorismo e construir uma história de resistências às variadas formas de exploração e opressão do nosso país. (CFESS, 2009, p. 8).

Desta forma, o evento comemorativo de 30 anos do “Congresso da Virada”, em 2009, foi constituído de forma a rememorar os compromissos e as lutas do Serviço Social em todo o país, lembrando que o Projeto Ético-Político continua em permanente constituição até os dias atuais. O evento contou com movimentos sociais ligados às lutas da classe trabalhadora, assim como com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Marcha de Mulheres, do grupo Tortura Nunca Mais, da Central Sindical e Popular Conlutas, da Intersindical, do Andes-SN e da Central de Movimentos Populares.

A mesa “A Chama em meu peito ainda queima, saiba! Nada foi em vão” reuniu assistentes sociais que, de alguma maneira, estiveram ligados/as à organização e à Virada do Congresso, em 1979. As falas foram marcadas por um clima de reencontro e emoção, que se expressaram nos relatos dos diversos fatos que aconteceram na época: o contexto político social de 1979, a organização e a mobilização da categoria antes do III CBAS e os detalhes da grande Virada, que desmanchou a mesa oficial com representantes do governo militar e a substituiu pela mesa com representantes da classe trabalhadora. (CFESS, 2009, p. 8).

Outra mesa do primeiro dia do Seminário debateu o traçado histórico do Projeto Ético-Político do Serviço Social, de 1979 a 2009, assim como a importância da teoria crítica de Marx para Serviço Social. No segundo dia de evento, houve um debate sobre os desafios para o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. O encerramento contou com uma apresentação das entidades da categoria, CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO. “Ficou o sentimento geral de que o Seminário de Comemoração dos 30 anos do Congresso da Virada, mais do que um belíssimo resgate histórico da profissão, foi um momento para a categoria reafirmar seu compromisso na luta contra a desigualdade” (CFESS, 2009, p.8).

Durante o evento, foi lançado o livro *30 Anos do Congresso da Virada*, organizado pelo CFESS e co-organizado pela ABEPSS, ENESSO e CRESS-SP (Cf. CFESS, 2009). Este livro comemorativo é parte de nossa análise, compreendendo que este é dividido em duas partes: em uma podemos encontrar

as falas proferidas pelos palestrantes, que participaram do evento de 1979 e agora relembram o ocorrido; em outra parte estão contidas fotografias e outros documentos referentes ao III CBAS. A obra completa reúne artigos, entrevistas e manifestos acerca do evento que aconteceu em 1979 e contribui para suprir a lacuna existente em relação aos documentos do “Congresso da Virada”. Entretanto, a busca por parte dos documentos originais contidos neste livro foi realizada.

Outra fonte importante em nossa análise consiste na revista *Serviço Social & Sociedade*. Criada em 1979, em um contexto, como visto, de grande efervescência social e política, essa revista estava inserida neste processo de mudanças no Serviço Social, sendo diretamente ligada ao desenvolvimento histórico de nossa categoria. Lembramos que no mesmo ano em que a revista foi criada, a profissão de Serviço Social se repensava e sediava o III CBAS, vinculando-se às lutas dos trabalhadores e colocando-se no rumo da construção de um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo.

Nesse contexto, em setembro de 1979, antes mesmo da realização do “Congresso da Virada”, é publicado o primeiro número da revista *Serviço Social & Sociedade*, cuja trajetória caminhou em consonância com a história da profissão e com a profissão na história, suas lutas e avanços, preservando e difundindo sua memória, sua cultura e seu projeto profissional. (Raichelis et al., 2019, p. 499).

Esta revista nasceu do diálogo entre a Cortez Editora e um grupo de assistentes sociais, professoras e professores da PUC-SP, conduzidos pela profa. Myriam Veras Baptista. A Editora Cortez foi criada em 1968, quando a PUC-SP cedeu um espaço a dois estudantes que buscavam meios para custear os estudos, a Livraria Cortez & Moraes começou a publicar os primeiros títulos do *Serviço Social* a partir de 1975 (Cortez, 2019, p. 10). De acordo com Cortez (2019, p. 11), “[...] o ano de 1979 se tornou referência para o Serviço Social ‘na’ Cortez Editora e para a Cortez ‘no’ Serviço Social brasileiro”. Este ano marcou a primeira edição da revista *Serviço Social & Sociedade*.

Até a criação da Editora Cortez, o editorial brasileiro na área de Serviço Social era pequeno, impregnado por publicações de textos e traduções norte-americanas. Era um contexto em que publicar livros e revistas na área do Serviço Social configurava-se um grande desafio político. A partir da década de 1980 o Serviço Social brasileiro foi amadurecendo seu projeto profissional de ruptura e expressando o mais abertamente as suas críticas ao conservadorismo – o que foi ganhando mais aprofundamento nas pautas na revista –, que acompanhou o amadurecimento intelectual desta profissão. Tais produções do Serviço Social na

revista *Serviço Social & Sociedade* foram impulsionadas, ainda, pela criação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, que estimularam intelectuais dedicados ao ensino e à pesquisa em diferentes lugares do país.

Ao escolher a revista *Serviço Social & Sociedade* como uma das fontes deste trabalho, compreendemos o marco que ela significa para o Serviço Social brasileiro, assim como a contribuição da Editora Cortez em direção aos avanços das conquistas históricas das assistentes sociais e do comprometimento com o Projeto Ético-Político da categoria. A editora e a revista, assim, acompanham e marcam momentos significativos na trajetória do Serviço Social brasileiro.

Tomando por referência a primeira década da revista, de 1979 a 1989, podemos afirmar que foram anos de maturação, de consolidação de um espaço crítico, reflexivo, articulador da produção teórica de assistentes sociais e de profissionais e pesquisadores de áreas correlatas. Foi, também, uma década da maior importância para o Serviço Social brasileiro, quando assume o marxismo como referência analítica, tornando hegemônica a abordagem da profissão como componente da prática social coletiva, inserida na dinâmica das relações sociais e participando do processo contraditório de reprodução dessas relações. (Raichelis et al., 2019, p. 507).

Sendo assim, desde que foi fundada a revista expressa sua permanente interlocução com a história, expressando a conjuntura econômica, política e cultural e contribuindo para o pensamento crítico por meio de pesquisadoras, pesquisadores e analistas – além de abrir espaço para estudantes, lideranças populares e entidades representativas.

Em relação aos dados estatísticos desta pesquisa mestrado foram coletadas informações referentes a década de 1970 através de uma visita in loco ao DIEESE, como também por meio do site do IBGE.

O DIEESE é uma “entidade produtora de conhecimento, criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro para desenvolver atividades de pesquisa, assessoria e educação” (DIEESE, 2007, p. 9). Esta instituição nasce, oficialmente, em 22 de dezembro de 1955, quando 21 dirigentes sindicais de São Paulo decidem construir um organismo próprio dos trabalhadores, com o objetivo de produzir informações que embasassem suas negociações com os patrões. O DIEESE realiza estudos e pesquisas, difundindo conhecimento e informação sobre o trabalho em diferentes contextos históricos.

A partir da década de 1970, o DIEESE torna-se uma entidade nacional e hoje está formalmente instalado em dezesseis unidades da federação e em trinta grandes entidades sindicais, por meio de suas subseções. Possui em seu quadro de sócios em torno de 500 entidades sindicais e as seguintes Centrais Sindicais: Central Única dos Trabalhadores – CUT, Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, União Geral do Trabalhadores – UGT, Nova Central Sindical dos

Trabalhadores - NCST e Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas. (DIEESE, 2007, p. 8).

O corpo técnico do DIEESE é constituído por 110 profissionais economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, pedagogos, engenheiros de produção, engenheiros agrônomos, matemáticos, cientistas da computação, historiadores e geógrafos. Aproximadamente a metade destes profissionais são mestres e/ou doutores em suas áreas de conhecimento. Lembramos aqui, que a Sra. Annez Andrade, uma das palestrantes do III CBAS, trabalhava no DIEESE na ocasião do evento.

As razões que motivaram a fundação do DIEESE se mantêm, mas seu objeto de estudo e trabalho ganhou novas dimensões acompanhando as mudanças sociais e econômicas que ocorreram no Brasil nos últimos 50 anos. No início, o principal objetivo da instituição era a produção de um índice que permitisse avaliar o comportamento dos preços, para se contrapor a dados oficiais apresentados pelos empresários nas negociações coletivas. Ao longo do tempo, essa atividade se diversificou. Hoje, o emprego e o trabalho, o processo de trabalho e a organização da produção, renda, salários, rendimentos e distribuição da renda, acordos e convenções coletivas, greves, qualificação social e profissional, políticas públicas, desenvolvimento são os principais temas que mobilizam as áreas de pesquisa, assessoria e educação do DIEESE. (DIEESE, 2007, p. 10).

Os sindicatos fundadores do DIEESE, em 1955, pretendiam que este fosse o primeiro departamento de uma Universidade do Trabalhador a ser construída pelo movimento sindical brasileiro. Desde o início o DIEESE se aliou a produção de conhecimento a atividades de educação para dirigentes sindicais. O conhecimento produzido por esta instituição visa a transformação da realidade concreta.

Considerando que as pesquisas realizadas por esta instituição no período da ditadura foram de extrema importância para o movimento operário do final da década de 1970, realizamos uma visita presencial ao DIEESE. Os dados coletados no DIEESE foram de imensa importância para a nossa pesquisa, entretanto, contatamos a inexistência de um acervo com as pesquisas realizadas outrora. Acompanhamos ao longo deste trabalho, que uma das pesquisas realizadas pela DIEESE confrontava os dados oficiais do IBGE, apontando que estes foram fraudados pelos ditadores⁷⁴. Esta pesquisa não foi localizada pela instituição quando a solicitamos. O desaparecimento de dados significa a ausência de uma ferramenta de comprovação dos fatos ocorridos no período da

⁷⁴ Ao ser provado que os índices do IBGE relacionados a economia brasileira e mundo do trabalho não condiziam com a realidade brasileira, os dados das pesquisas realizadas pela DIEESE naquele determinado momento histórico ganharam prioridade e foram introduzidos ao IBGE, que precisou rever seus dados.

Ditadura Militar no país, como também aponta para o quanto esse período da história criava meios de censurar e/ou manipular dados para que não houvesse questionamentos ao regime. O que, de certa forma, acaba contribuindo para o enfraquecimento das lutas da classe trabalhadora

Dentre os resultados encontrados na busca por dados estatísticos, o principal consiste em um relatório e gráficos resultantes de uma pesquisa desenvolvida pela equipe do Departamento de Estudos e Indicadores Sociais da Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos do IBGE.

Os Indicadores Sociais, no âmbito do IBGE, eram recentes no ano de 1979. Sendo assim, o tratamento e uso destes como objeto de pesquisa também era algo novo – o que não impedia, entretanto, “um volume de trabalhos considerável sobre o tema” (IBGE, 1979, p. 3). Os primeiros anos da década de 1970 marcariam a difusão dos “Indicadores Sociais” em grande número de países ocidentais. Entretanto, por ser um instrumento recente naquele período, os Indicadores Sociais passavam por críticas e questionamentos, sendo, por vezes, revistos e repensados. Na introdução do relatório consta que:

[...] ainda de forma sumária, se procura num primeiro momento reconstituir o itinerário percorrido pela noção de Indicadores Sociais, pondo em relevo as críticas e reformulações que lhe foram feitas. Em seguida, se procura mostrar o reflexo destas críticas sobre a própria concepção de Indicadores Sociais que prevalece ao Departamento e a maneira pela qual tal concepção se concretiza nos trabalhos que por ele vem sendo elaborados. (IBGE, 1979, p. 3).

As primeiras observações presentes no relatório (IBGE, 1979), mostram que os primeiros anos da década de 1970 marcariam a difusão dos “Indicadores Sociais” em grande número de países ocidentais. Em 1971, publicavam-se na Inglaterra o primeiro volume de *Social Trends*; em 1973, *Donnêes Sociales*, na França; *Social Indicators*, nos E.U.A.; *White Paper on National Life* no Japão, e *Gesellschaftliche Daten*, na Alemanha. Segundo os dados obtidos, cerca de 25 países desenvolviam na década de 1970 trabalhos na área de Indicadores Sociais (IBGE, 1979, p. 5).

Em uma pequena síntese, no início dos Indicadores Sociais o “social” era visto de forma separada do “econômico”.

A leitura de alguns trabalhos sugere que a representação do “social” passava necessariamente por considerações em torno do que se identificava como “problema social”. A tarefa dos Indicadores Sociais foi vista, primordialmente, como a de equacionar e evidenciar problemas, iluminando a escolha do planejamento na seleção de metas e programas prioritários. (IBGE, 1979, p. 7).

Sendo assim, eram privilegiados os aspectos mais mensuráveis, negligenciando-se aqueles não suscetíveis de quantificação. Destacamos, então, três pontos sobre o início dos Indicadores sociais: a separação entre o social, o econômico e o político; a representação do social enquanto “problema”, passível de ser solucionado mediante a intervenção do Estado; e o recorte operacional do problema social, privilegiando questões consideradas mensuráveis. Sendo assim, “o conjunto destas proposições foi objeto de crítica e reformulação” (IBGE, 1979, p. 8). Cabe observar ainda que “ao ser criado na Fundação IBGE em 1973, o Grupo Projeto de Indicadores Sociais já se beneficiava deste processo de discussão em torno do significado e abrangência dos Indicadores Sociais” (IBGE, 1979, p. 12).

O relatório do IBGE (1979, p. 5) aponta para a “ligação básica entre a construção de Indicadores Sociais e a esfera política do planejamento”, o que nos remete ao fato da importância que a técnica e o planejamento tinham para o regime militar brasileiro. Lembramos que de acordo com Ianni (1981, p. 6), a ditadura militar adotou o planejamento como técnica fundamental da retórica e prática dos governantes. Tal planejamento visava promover o “desenvolvimentismo” econômico-social, além de ampliar e reforçar o próprio poder dos militares e, em uma sociedade em que o debate político estava proibido e que a expropriação do campesinato avançava, era preciso “legitimar a ditadura por meio da ideologização da sistemática, coerência, modernização, etc. da política econômica” (Ianni, 1981, p. 6). Assim, para se evitar que tal planejamento de ações fosse obstado ou influenciado por movimentações políticas ou reivindicações econômicas da população, o governo buscava, com a “sistemática” e “coerência” abafar as vozes contrárias ao regime⁷⁵.

Desde que se instalou a ditadura, os governantes e funcionários do Estado sempre disseram, e repetiram, que o planejamento era uma técnica neutra. Diziam, ao povo calado e disperso, ou de si para si, que não havia o que temer: a ação planejada do Estado era “politicamente neutra”, serviria de “instrumento de aperfeiçoada política de desenvolvimento”, sem alterar as forças do mercado” nem a “liberdade”. (Ianni, 1981, p. 5).

Tais dados obtidos pelos indicadores sociais, eram, então, importantes instrumentos para a ditadura militar, assim como para cientistas sociais e para o meio acadêmico em geral, que reunia dados e buscava analisar o período o qual

⁷⁵ Fica claro, assim que “planejamento” era algo priorizado pelos ditadores e que este planejamento de ações levou, segundo Ianni (1981, p.7), “ao arrocho salarial, à intervenção nos sindicatos operários e camponeses, à prisão de líderes operários e camponeses, ao aumento brutal da taxa de exploração dos assalariados da indústria e agricultura”.

estavam atravessando. Os Indicadores Sociais contribuem, assim, nas tomadas de decisões políticas de ambos os lados.

Dentre os dados obtidos através do relatório e dos gráficos do IBGE, destacamos a importância que eles apresentam para nossa pesquisa, pois nos possibilitam uma noção de diversos aspectos da vida da população na década de 1970, como o social, o econômico e o político.

Por fim, a abordagem metodológica da presente pesquisa consiste em uma rigorosa análise bibliográfica e documental, sendo analisada a influência gramsciana nos anais do “Congresso da Virada”. Entretanto, além do documento principal de nossa análise, também são importantes registros que contribuam para a compreensão da década de 1970 e para o processo o qual o Serviço Social se encontrava.

Os anais do III CBAS é um documento raro e de difícil acesso às assistentes sociais brasileiras. Trata-se de um documento que marca um registro da virada do posicionamento do Serviço Social e assume um compromisso com os trabalhadores. Nesse cenário de lutas, as assistentes sociais “repudiam o conservadorismo da profissão e tornam público seu compromisso com a classe trabalhadora, com a renovação e com a democracia na perspectiva da socialização do poder político, da riqueza e da cultura” (Raichelis et al., 2019, p. 499).

O documento deste congresso de 1979, então, consistem em um registro deste marco de recusa ao conservadorismo e de uma manifestação do Serviço Social brasileiro contra a ditadura militar, ao lado de sindicatos, organizações de trabalhadores e movimentos sociais. Assim, a categoria se coloca abertamente em defesa de um projeto societário condizente com os objetivos dos subalternos, em resistência ao grande capital e a favor da democracia. “Configurou-se assim a possibilidade histórica da categoria de assistentes sociais assumir-se enquanto sujeito coletivo na cena política brasileira, em aliança com os demais protagonistas da “virada democrática” no país” (Raichelis et al., 2019, p. 499). As teorias críticas que eram incorporadas, apesar das dificuldades de censura, no meio acadêmico e a parceria das assistentes sociais com os trabalhadores grevistas, como visto ao longo deste trabalho, foram pontos importantes para a “virada” no congresso de 1979.

Após uma exausta busca por este documento, um exemplar original deste material foi encontrado, em 2021, com a professora Dra. Marina Maciel Abreu, em São Luís – Maranhão. Trata-se de um material raro, pouco conhecido e pouco

analisado pelo Serviço Social brasileiro.⁷⁶ Com isso, esta dissertação torna-se pioneira por chegar a esta fonte, colaborando, assim, para a história do Serviço Social brasileiro.

Diante da importância histórica deste documento e considerando que exemplar o qual tivemos acesso havia sofrido desgaste físico ao longo dos anos, nosso primeiro desafio foi como manuseá-lo sem o danificar ainda mais. As páginas se encontram frágeis, com perigo de soltar ou rasgar. Além disso, algumas folhas estão com buracos feitos por traças, o que dificultou a leitura de algumas palavras. Devido ao estado do exemplar dos anais, demoramos um tempo pensando em como realizar a leitura de uma forma segura, sem danificar o material.

Cabe um parêntese: em minha leitura, fui muito cuidadosa com o material. Primeiramente li todo o texto dos anais e realizei um fichamento no caderno, apontando pontos que nos levassem a compreensão de como ele ocorreu, temas relevantes, como foi a presença do movimento operário, como aconteceu a “virada” e todas as categorias gramscianas encontradas. Após este fichamento no caderno, passei para o computador as partes que considere mais importantes. Por mais que a minha vontade fosse incluir na dissertação todas as páginas que continham influência do pensamento de Gramsci, precisei selecionar alguns pontos devido ao número de páginas deste trabalho.

O III CBAS contou com a presença de mais de 3 mil participantes. Em um primeiro momento o evento teve o comparecimento de profissionais de diferentes áreas, como cineastas, assistentes sociais, docentes e representantes da ditadura militar. Entretanto, houve críticas de parte dos congressistas, notas de repúdio de universidades e sindicatos, relacionadas a ausência dos estudantes devido ao alto preço do congresso⁷⁷ e a ausência dos operários, líderes sindicais e movimentos sociais no evento. Houve também repúdio a presença de membros e apoiadores da ditadura militar. Devido a estes acontecimentos, em um segundo momento a comissão organizadora desfez a Mesa de abertura, que passou a honrar os trabalhadores brasileiros. O evento ao final contou com a presença de movimentos sociais, líderes sindicais e dos demais congressistas.

⁷⁶ Acreditamos que por ser um material impresso, e com pouca tiragem, dificulta o acesso das pesquisadoras. Contudo, cabe registrar que o Projeto Interinstitucional “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”, coordenado pelas professoras Ana Lole (PUC-Rio), Carla Almeida (UERJ) e Rita Freitas (UFF), está digitalizando todos os anais dos CBAS e ENPESS para disponibilizar as pesquisadoras do Serviço Social e áreas afins.

⁷⁷ Cabe deixar registrado que o CBAS, assim como o ENPESS, continua tendo o valor da inscrição alto.

Os anais do III CBAS registram que o evento contou com sete mesas no dia 24 de setembro, sete mesas no dia 25 de setembro, uma mesa no dia 26 de setembro, oito mesas no dia 27 de setembro e duas mesas no dia 28 de setembro. Foram realizados cinco painéis no dia 24 de setembro, um no dia 25 de setembro, um no dia 26 de setembro e sete no dia 27 de setembro. Foram exibidos no dia 25 de setembro de 1979 os filmes “Migrantes”, “Ritos”, “Ausência” e “Greve”. No dia 27 de setembro foi realizada uma exposição. A assembleia com os congressistas a qual contribuiu para mudar a organização do III CBAS foi realizada no dia 25 de setembro. Por fim, no dia 28 de setembro houve uma Sessão Plenária e uma Sessão de Encerramento. Segue abaixo a programação do evento:

A Abertura de Trabalhos do III CBAS ocorreu no dia 24 de setembro de 1979, com a fala de Maria Cecília Ziliotto, presidente do CRAS 9ª região. Junto com ela, na mesa diretora estavam presentes Luiz Henrique Pedreira (presidente CFAS), Mario da Costa Barbosa, (presidente da comissão técnica) e Sérgio Fuhrmann (presidente da comissão executiva).

A primeira conferência do III CBAS foi realizada no dia 24 de setembro, com o tema “Serviço social e política social”. O conferencista foi José Pinheiro Cortez e a presidente da mesa foi Nadir Gouveia Kfoury.

O primeiro painel realizado no dia 24 de setembro teve como tema “Política governamental e educação”. Os expositores foram Antônio Severino e Pedro Demo. O segundo painel desta mesma data teve como tema “Política governamental e a habitação”. Os expositores foram Gustavo Alberto Trombowsky Heck, Mário Trinidade e Maria Teresinha Godinho. O terceiro painel deste dia teve como tema “Política governamental e o menor”. Os expositores foram Ecléia Gwazelli, Antonio Machado, João B. A. Marques, Alyrio Cavalieri e Yolanda H. de Souza.

O penúltimo painel do dia 24 de setembro teve como tema “Política governamental e previdência social”. Os expositores foram Maria H. Motta Carneiro e Vicente de Paula Faleiros. O último painel desta data teve como tema “Política governamental e saúde”. Os expositores foram Madel Terezinha Luz, Fernando V. Theóphilo e José S. Guedes.

No dia 25 de setembro foi realizado um cine-fórum com o tema “Realidade e direitos sociais e a assistência social”. Os filmes exibidos foram “Migrantes” e “restos”. Os expositores foram Pedro Waldemar F. do Amaral e Safira Bezerra Ammann. O segundo cine-fórum desta data teve como tema “Realidade e direitos sociais e o menor”. A expositora foi Maria Helena Souza Patto e o filme exibido foi “Escola de 40 mil ruas”. O terceiro cine-forum deste dia teve como tema

“Realidade e direitos sociais e a previdência social”. O expositor foi Evaldo Vieira e o filme exibido foi “Ambulantes”. O último cine-fórum teve como tema “Realidades e direitos sociais na saúde”. Os expositores foram Herval Pina Ribeiro e Owsvaldo Campos. O filme exibido foi “Desafio permanente”.

No dia 25 de setembro foi realizado um painel, com o tema “Realidade e direitos sociais e a educação”. A expositora foi Inêz Assis Rezende. Também foi realizado no dia 25 de setembro um fórum com o tema “Realidade, direitos sociais e a habitação”. Os expositores foram Luiz Carlos Vitti, Francisco Espíndola e José Alvaro Moisés.

No dia 25 de setembro também aconteceu uma exposição, com o tema “Realidade, direitos sociais e o trabalho”. Os expositores foram João Batista de Andrade e Annes Andraus. Por fim, nesta data foi realizada uma conferência com o tema “Posicionamento do assistente social frente à política social”. Os conferencistas foram Seno Antônio Cornely e Luiza Erundina de Sousa.

A exposição “O assistente social da Amazônia frente à política social regional” aconteceu no dia 27 de setembro, com a exposição de Maria Tereza Couceiro Simões.

No dia 27 de setembro foram realizados vários painéis. Um deles tinha como tema “Temas livres habitação”. Os expositores deste evento foram Maria Gradvoht, Elaine Bonir e Abigail de Souza. Outro painel realizado neste dia tinha como tema “Temas livres educação”. Os expositores foram Marlene Quintas de Andrade e Maria do Carmo Brajoni.

Outro painel realizado no dia 27 de setembro tinha como tema “Tema livre saúde”. As expositoras foram Odete Gebara, Neusa Gait e outros. O painel com tema “Temas livres trabalho” teve como expositoras Leticia Carreiro, Argemita Clodovil Rocha e Rute Oliveira.

No dia 27 de setembro foi realizado, também, o painel “Síntese dos temas livres”, com os expositores Leticia Freitas, José Vieira, entre outros. Também aconteceu o painel com o tema “O profissional na política social”, com a presença de José Lucena Dantas, Joaquina Barata Teixeira, entre outros.

No dia 28 de setembro ocorreram duas sessões. A primeira, “Sessão plenária de encaminhamento de moções”, com a presidente da mesa Maria Cecília Zibiotto. A segunda, e última sessão do evento, “Sessão de encerramento”, com o convidado Luiz Ignácio Lula da Silva.

É notável a diferença da organização no início do III CBAS e no final do evento. Por exemplo, no dia 24 de setembro de 1979 foi realizado um Painel às 15h da tarde, com o tema “Política governamental e a assistência social”. Na mesa

diretora estavam presentes Juvanete Santos de Souza (presidente), Maria Lúcia Carvalho da Silva (moderadora), Léa Leal (expositora e presidente da Legião Brasileira de Assistência) e Cássio da Costa Carvalho Filho (expositor e coordenador da Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário, da Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo. Ambos os expositores do referido Painel eram favoráveis a ditadura militar.

Por outro lado, a Sessão de Encerramento, realizada no dia 28 de setembro de 1979, mostrou um cenário bem diferente do da abertura do evento, com a presença de um líder sindical e representantes de movimentos sociais compondo a Mesa final do evento. A Mesa Diretora foi formada por Luiz Henrique Pedreira - Presidente do CFAS; Mário da Costa Barbosa - Presidente da Comissão Técnica; Sérgio Fhurmann - Presidente da Comissão Executiva; Maria Cecília Ziliotto - Presidente do CRAS-92 Região; Terezinha Membros Marchi Presidente do CRAS 13 Região (representando os demais) e Luiza Erundina de Sousa - Presidente da APAS-SP.

Além deles, a Mesa contava também com os convidados Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD; Maria Aparecida Serapião Teixeira - Representando o Movimento de Luta contra a Carestia; Gilberto Tanus Natalini - Associação Popular de Saúde; Daniel Klotzel - Associação Popular de Saúde - Zona Leste; Maria Augusta Capistrano Comitê Brasileiro de Anistia; Carlos Roberto Schilazzi - Presidente da Associação Brasileira de Odontologia; e José Pedro da Silva - Representando a Oposição Sindical dos Metalúrgicos de Osasco.

A Comissão Técnica foi formada por Heliton Betetto; Mariangela Belfiore; Maria Lúcia Martinelli; Myrian Veras Baptista; Suzana Aparecida da Rocha Medeiros. Comissão Executiva - Aldaiza de Oliveira Sposati; José Luiz Gaeta Paixão e Maria Cecília Pimentel Bortoletto.

A mudança do final do evento, marcada por representantes da classe trabalhadora, foi recebida com muitas palmas, como pode ser acompanhada no trecho a seguir, os membros da mesa diretora ao serem apresentados pelo presidente Henrique Pedreira:

Para proceder a solenidade de encerramento do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, aqui está a Mesa composta dos seguinte membros: Conselheiro Mário da Costa Barbosa, Presidente da Comissão Técnica; Sérgio Furhman, Presidente da Comissão Técnica: (PALMAS) Maria Cecília Ziliotto, Presidente do Conselho Regional da 99 Região (PALMAS PROLONGADAS), conselho sede deste Congresso e co-promotor do evento; a colega conselheira regional, Presidente do Conselho Regional da 1ª Região, e representando nesta mesa os demais colegas, Terezinha Marchi, (PALMAS); o ilustre Presidente do

Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, Luiz Inácio Lula da Silva. (PALMAS PROLONGADAS) Dna. Maria Aparecida Serapião Teixeira, pelo Movimento de Luta contra a carestia. (PALMAS) Gilberto Tanus Natalini, pela Associação Popular de Saúde (PALMAS); Daniel Klotzel, pela Associação Popular de Saúde, Zona Leste; (PALMAS) Os componentes da Comissão Técnica, os ilustres e dedicados colegas assistentes sociais Maira Lucia Martinelli (PALMAS) Helington Beбето (PALMAS) Mariangela Belchiori (PALMAS) Myriam Veras Baptista e Suzana Medeiros (PALMAS). Pela Comissão Executiva, a colega conselheira federal, que nesta Mesa representa, por isso, os demais conselheiros integrantes do Conselho Federal de Assistentes Sociais, Maria Cecília Pimentel Bortoleto (PALMAS); Aldaiza Sposatti; (PALMAS) e José Luiz Paixão. (PALMAS) Maria Augusta Capistrano, pelo Comitê Brasileiro de Anistia (PALMAS PROLONGADAS); Luíza Erundina de Sousa, pela a APASSP (O PLENÁRIO DE PÉ, APLAUDE DEMORADAMENTE), Dr. Carlos Roberto Schilazzi, Presidente da Associação Brasileira de Odontologia (PALMAS) José Pedro de Sieva, representante da oposição sindical dos metalúrgicos de Osasco. (PALMAS) e o representante da Frente Nacional do Trabalho, a quem pedimos que compareça à Mesa. (PALMAS). (Pedreira apud CFAS, 1979, p. 451).

Os anais do III CBAS possuem 480 páginas, dentre as quais, 342 páginas sofreram influência gramsciana de acordo com a nossa análise, como veremos a seguir.

5.2

As categorias de Gramsci na obra *Cadernos do cárcere* e nos anais do III CBAS

A seleção das categorias gramscianas foi feita através a partir da constatação de que ela estaria relacionada ao pensamento de Gramsci. Por vezes notamos que a categoria pode ter sido usada através do pensamento de mais de um autor, o que também foi considerado em nossa seleção. A categoria mais utilizada nos anais do III CBAS foi a “dominantes e dominados”, que apareceu em 138 páginas. A categoria “filosofia da práxis” foi a segunda mais utilizada, em 102 páginas dos anais. Entretanto, como será visto de forma mais detalhada no tópico destinada à sua análise, encontramos esta categoria através das palavras chaves “Práxis”, “organização”, “consciência”, “mudança” e “transformação”. Estas palavras foram utilizadas em muitas citações com o mesmo sentido gramsciano de “filosofia da práxis”.

A terceira categoria mais utilizada no documento foi “ideologia”, em 29 páginas. A quarta categoria mais recorrente nos anais foi “Estado”, aparecendo em 22 páginas. Entretanto, esta categoria apareceu de forma misturada com o pensamento de Marx e Althusser. A quinta categoria mais usada foi “Estrutura”, presente em 18 páginas. Esta categoria também apareceu de forma misturada ao pensamento de Althusser.

As categorias que apareceram menos vezes de forma direta nos anais foram “hegemonia” (10 páginas), “intelectuais” (9 páginas), “sociedade civil” (6 páginas), “dirigentes e dirigidos” (5 páginas) e “subalternos” (3 páginas). As categorias “aparelhos privados de hegemonia” e “sociedade política” não foram utilizadas de forma direta nos anais, embora seja possível notar a influência indireta destas categorias no documento.

Os expositores que mais utilizaram as categorias gramscianas ao longo do evento, com citações das categorias gramscianas em mais de 7 páginas, foram Seno Cornely (em 25 páginas), Luiza Erundina de Sousa (em 13 páginas), José Cortez (em 13 páginas), Antônio Severino (em 10 páginas), Assumpção de Andrade (em 9 páginas), Walter Uzzo (em 8 páginas), Maria Abramides (em 8 páginas), Vicente Faleiros (em 7 páginas), Safira Bezerra Ammann (em 7 páginas) e Maria Cabral (em 7 páginas).

A Mesa do III CBAS que mais utilizou o pensamento de Gramsci, com menos interferência de outros pensadores, foi a mesa “Realidade e direitos sociais e assistência social”, realizada no dia 25 de setembro de 1979, com as expositoras Assumpção Hernandes de Andrade e Safira Bezerra Ammann. Estas palestrantes utilizaram as categorias gramscianas “dominantes e dominados”, “dirigente”, “intelectual” e “filosofia da práxis” ao apontarem um novo sentido para a atuação das assistentes sociais, que é visto como um intelectual orgânico dos subalternos.

O critério para seleção das categorias de Gramsci, presentes na obra *Cadernos do cárcere*, consiste em pontos em que o pensamento gramsciano foi importante para se repensar a atuação das assistentes sociais no Congresso, assim como para a formação política das assistentes sociais e para a perspectiva revolucionária que se formava em meio ao Congresso. Buscamos, assim pontos em que as categorias de Gramsci colaboraram para a que o Serviço Social repensasse e se organizasse, firmando um compromisso ético com os trabalhadores em luta.

As categorias gramscianas aparecem nos anais do III CBAS de forma interligada. Apesar de nem todas serem citadas de forma direta, a ideia de Gramsci permeia todo este documento. “Estado”, “Superestrutura”, “Intelectual”, “Sociedade Civil”, “Dominantes e Dominados” e “Hegemonia” são categorias referidas de forma direta nos textos dos anais, entretanto, não se pode afirmar com exatidão quais autores recorreram apenas ao pensamento de Gramsci, considerando que na década de 1970 outros autores marxistas também escreveram sobre estes temas.

A categoria “Filosofia da práxis”, embora de forma indireta, é a segunda categoria que mais aparece nos textos dos anais do III CBAS. A ideia de Gramsci de organização e conscientização da classe trabalhadora transita por todo o documento, sendo central para os posicionamentos tomados pelas assistentes sociais neste evento e também para a luta dos trabalhadores.

5.2.1 Estrutura e superestrutura

Ao analisar a relação entre estrutura e superestrutura, Gramsci (2009) afirma que a superestrutura é condicionada, em última instância, pela base material. Para o autor italiano, “deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em ‘última análise’ é o motor da história” (Gramsci, 2009, p. 49). Gramsci (2009, p. 50), também, cita o “prefácio à Crítica da economia política, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias”.

Os fenômenos sociais estão articulados enquanto uma totalidade. É preciso entender a base material para compreender o tipo de sociedade possível em um determinado momento histórico. Em Gramsci (2009), a base material de uma sociedade está ligada ao tipo de superestrutura que é possível se desenvolver, apontando assim que o político e o ideológico estão no interior de determinações econômico-objetivas, em ligação orgânica com a estrutura da sociedade.

Gramsci, então, não rompe com as concepções teóricas desenvolvidas por Marx, apenas as complementa ao reinterpretar as novas configurações apresentadas pelo capitalismo no período histórico em que viveu. Não se trata de superar ou mudar o pensamento deixado por Marx, mas sim de ampliá-lo, tendo em vista as novas configurações do capitalismo.

Segundo Gramsci (2009, p. 53), “é necessário combater o economicismo não só na teoria da historiografia, mas também e sobretudo na teoria e na prática políticas”. Gramsci (2009) combate concepções deterministas e vulgares do marxismo e compreende o nexo entre base econômica e superestrutura como dialético, sendo o modo de vida capitalista da classe dominante fortemente influente na superestrutura da sociedade, por esta ser dona dos meios de produção, o que faz com que sua ideologia seja a dominante, ou seja, que suas ideias se tornem universais. Mas Gramsci também valoriza e leva em conta a ação

e a subjetividade dos homens, que não são movidas automaticamente pela determinação da economia.

A questão da estrutura e da superestrutura aparece de forma significativa nos anais do III CBAS, são 18 falas que utilizam esta categoria, sendo José Cortez (2), Safira Bezerra Ammann (2), Walter Uzzo (2) e Francisco Espíndola (2) os que mais utilizaram estas categorias. Dentre as citações, foram levantadas a questão da desigualdade no Brasil como estrutural, a relação dialética entre a base material com a superestrutura da sociedade e a ideia de que os subalternos, através da organização e consciência, poderiam mudar a estrutura e constituir um novo tipo de sociedade.

Quadro 1:
Categorias gramscianas “Estrutura e Superestrutura” presentes nos anais do III CBAS, de 1979

Participante	Página(s)
Ana Lúcia	193
Annez Andraus	238
Francisco Espíndola	190, 191
José Pinheiro Cortez	15, 17
Maria E. P. Pessoa	323
Maria H. M. Carneiro	126
Maria L. C. Silva	25
Nadir G. Kfourri	16, 20
Oswaldo Campos	227
Participante	174, 176
Safira Bezerra Ammann	172, 173
Vicente de Paula Faleiros	120
Vicentina Velasco	184
Walter Uzzo	149, 157

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No primeiro parágrafo encontramos a seguinte citação, de Luis Henrique Pedreira, presidente do CFAS:

[...] a concepção de que medidas de desenvolvimento econômico produziram por si só o desenvolvimento social tende a ser abandonada, já que se tem demonstrado que, ao contrário, o aceleração econômica não só não produz necessariamente o desenvolvimento social como pode agravar problemas sociais existentes ou fazer eclodir outros igualmente sérios. (Pedreira apud CFAS, 1979, p. 7).

Não podemos afirmar que a citação acima tenha sido inspirada no pensamento gramsciano. Entretanto, notamos que, logo na fala de abertura do III CBAS, o expositor desconsiderou a visão reducionista de que a superestrutura é puro reflexo da estrutura ou um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. Podemos notar, assim, uma relação dialética entre o social e o econômico.

A problemática econômica e social permeia parte das falas dos anais, sendo esta questão primeiramente levantada no III CBAS pelo primeiro conferencista do evento, professor José Pinheiro Cortez⁷⁸. De acordo com Cortez (apud CFAS, 1979, p. 11), é falsa a ideia de que “a economia se distancia de um certo modo do social”. “Falaremos de política como um todo, envolvendo tanto o social como o econômico” (Cortez apud CFAS, 1979, p. 11). Além disso, denuncia alguns autores marxistas, que não entendem a relação de estrutura e superestrutura como dialética:

Por outro lado, quando governos nascidos de processos revolucionários, como no caso da revolução marxista que empolgou o poder na Rússia, quando esses grupos chegaram ao poder, começou a se iniciar também a ideia de que era principalmente, se não exclusivamente, no plano econômico que residiam os grandes problemas da humanidade, e marxistas e capitalistas consideraram que o aspecto econômico era o aspecto predominante na problemática humana. (Cortez apud CFAS, 1979, p. 11).

Com esta afirmação, Cortez se mostra contrário a leituras puramente economicistas das obras marxianas, que contribuem com esta compreensão reducionista das obras de Marx e Engels (2007). Leituras essas que não compreendem o princípio da economia em Marx e Engels (2007) e são apontadas como “economicistas”. O pensamento de Marx não é economicista e nem pautado no determinismo econômico. O materialismo histórico não define que a economia explica tudo, mas sim que os fenômenos sociais devem ser compreendidos enquanto uma totalidade e que o fundamento histórico concreto desta totalidade são as relações materiais de produção. Engels e Marx (2007) jamais afirmaram que a economia explica tudo, mas sim que as relações materiais de produção determinam, em última instância, todos os fenômenos da sociedade.

Sendo assim, o materialismo histórico não é economicista e os autores que fazem esta crítica destoam do que está presente nas obras de Marx, Engels e de autores marxistas, como Gramsci. A citação de Cortez se encontra em concordância com o pensamento de Gramsci e de outros autores marxistas que rompem com a visão “estagnada e mecânica” de que a superestrutura é puro reflexo da estrutura. Como visto, Gramsci (2009) é um opositor ao marxismo-leninismo – presente na II e III Internacional Comunista – que reduz o marxismo ao economicismo.

A superestrutura, de acordo com Gramsci (2009) é determinada em última instância pela base, mas há uma ação de retorno da superestrutura sobre a base.

⁷⁸ Cortez, no momento do Congresso da Virada, em 1979, era professor de Serviço Social na PUC-SP e na Faculdade Paulista de Ribeirão Preto, em Santos e em Santo André. Também atuava como assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Embora a definição de Cortez (apud CFAS, 1979) da categoria Superestrutura esteja coerente com a definição presente nos *Cadernos do cárcere*, vol. 3, cabe lembrar que Gramsci (2009) não é citado, assim como outros autores marxistas também não são citados de forma direta. Com isso, não se pode afirmar que Cortez (apud CFAS, 1979) tenha utilizado as fontes gramscianas. Lembramos que, assim como o de Gramsci, os pensamentos de Althusser e Poulantzas eram referências teóricas importantes na década de 1970, tendo estes autores contribuições importantes em relação à problemática da superestrutura, e contrários a uma visão mecânica e reducionista desta categoria.

Observamos a questão econômica e social, atrelada ao trabalho profissional da assistente social, novamente presente na exposição de Dr. Pedro Demo⁷⁹, assessor do Ministério da Educação e professor de sociologia na UnB:

Eu costumo dizer que o erro do economista que considera a área social residual consequência automática não problemática de um crescimento econômico, nós podemos responder com o mesmo erro contrário, ou seja, o de fazer política social sem noção econômica. Eu acho que esse é um grande defeito nosso. (Demo apud CFAS, 1979, p. 58).

Sobre a questão das superestruturas, apontamos que os expositores utilizaram o pensamento marxista para superar a visão mecânica da problemática da superestrutura, entretanto, não revelaram as suas fontes, podendo ter recorrido a autores como Gramsci, Althusser e Poulantzas. Como exposto ao longo dos capítulos anteriores, lembramos também a importância de se compreender o contexto histórico, político e intelectual em que o Serviço Social se encontrava no Brasil – e de forma geral na América Latina – a fim de se considerar as dificuldades e limitações encontradas na utilização das categorias de Gramsci diante do contexto histórico em que o III CBAS foi realizado.

O pensamento de Gramsci se mistura à de outros autores nas falas do III CBAS, aparecendo por vezes de forma secundária, lembramos da censura que as obras deste autor italiano sofriam em meio a ditadura militar e também a limitação com que chegaram as obras de Gramsci ao Brasil na década de 1970. Entretanto, apesar dos desafios encontrados para a utilização do pensamento de Gramsci, as categorias estrutura e superestrutura se tornam importante no III

⁷⁹ Pedro Demo falou sobre o II PND, de estratégias e iniciativas para se lidar com a pobreza e reconheceu que “o Plano reconhece que o Brasil, apesar de seus avanços econômicos e técnicos, continua um país pobre” (Demo apud CFAS, 1979, p. 54). Defensor das políticas governamentais, afirmou também que “para criar novos e melhores postos de trabalhos, é necessária uma política econômica voltada para esta finalidade. Se nós analisarmos, ainda que brevemente, a estrutura dos setores econômicos, nós veremos que o Brasil apresenta ainda, apesar dos visíveis avanços dos últimos anos, uma estrutura econômica muito desequilibrada (Demo apud CFAS, 1979, p. 54).

CBAS, compreendendo que estas categorias envolvem, além da dimensão econômica, a dimensão política, sendo a sociedade civil um espaço de lutas pela hegemonia. Com este conhecimento, parte das assistentes sociais a refletirem sobre a transformação da estrutura, em busca de um novo tipo de sociedade.

5.2.2 Estado

A compreensão do Estado burguês demanda um estudo sobre a superestrutura da sociedade e a sua relação dialética com a base material. A noção de Estado aparece no pensamento de Marx e Engels (1977) tanto relacionado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista quanto à formação econômico-social capitalista do período em que viveu. Marx e Engels (1977) analisaram o Estado moderno no período pós-Revolução Francesa, que se caracterizou pelas reduzidas possibilidades de participação política do proletariado nascente. Estes autores lançaram as bases para se pensar e analisar a sociedade contemporânea, mas viveu em outra situação histórica, em que não existiam grandes partidos políticos de massa e nem sindicatos. A situação do ocidente na época de Gramsci era diferente da de Marx. O período histórico em que viveu o filósofo italiano era o de surgimento de novas relações sociais, com grandes partidos políticos de massa e sindicatos fortes. Segundo Simionatto (1995, p. 64), “o ponto de chegada para Marx no *Manifesto Comunista* é o ponto de partida para Gramsci”. Como mencionado em trabalhos anteriores (Araújo, 2018; Lole, Araújo, 2022), Gramsci adere à ideia de Marx e de Lênin de que todo Estado é de classe, entretanto, eleva esta ideia essencial a outro patamar, para a determinação sobre os modos pelos quais a sociedade classista se explicita em sociedades complexas do mundo ocidental. De acordo com Coutinho (1981, p. 89), o Estado, em Marx, só existe com a divisão da sociedade em classes. A função do Estado é reproduzir esta divisão, garantindo que os interesses de uma classe se imponham como sendo o interesse geral da sociedade.

Gramsci amplia a categoria de Estado de Karl Marx, a qual está relacionada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e “à formação econômico-social capitalista do período em que viveu” (Simionatto, 1995, p. 63). Gramsci não rompe com as concepções teóricas desenvolvidas por Marx sobre o Estado, mas busca, através de um exercício dialético de superação e renovação, reinterpretar as novas configurações do capitalismo à luz de seu período histórico. No Estado

capitalista moderno, o interesse de uma classe se torna o interesse geral, ou seja, o Estado contribui para o fortalecimento de um pensamento único, hegemônico. Em Gramsci (2009, p. 254-255), “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. “Na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (Gramsci, 2009, p. 244).

Separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se, etc. (Gramsci, 2009, p. 262-263).

A ampliação do Estado em Gramsci comporta, então, novas determinações e duas esferas principais: a sociedade política e a sociedade civil, com um equilíbrio entre elas.

A divisão dos poderes e toda a discussão havida para sua efetivação e a dogmática jurídica derivada de seu advento constituem o resultado da luta entre a sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico, com certo equilíbrio instável entre as classes, determinado pelo fato de que certas categorias de intelectuais (a serviço direto do Estado, especialmente burocracia civil e militar) ainda estão muito ligadas às velhas classes dominantes. (Gramsci, 2009, p. 235).

Existe uma relação dialética entre sociedade política (aparelho repressivo do Estado) e sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia), com o Estado podendo agir pela força ou pelo consenso. Nas palavras de Gramsci (2009, p. 331), “o Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”. No Estado capitalista moderno o interesse de uma classe se torna o interesse geral. O Estado pode, assim, assegurar a ordem pela força ou através dos aparelhos privados de hegemonia, presentes na sociedade civil, para obter consenso.

Segundo Simionatto (1995, p. 70), em Gramsci, “sociedade econômica se refere a tudo que em Marx aparece como estrutura. Já ‘sociedade civil’ e ‘sociedade política’ formam a superestrutura”. Se Marx buscou apontar o caráter de classe do Estado, Gramsci buscou desvendar as mediações que esclarecem esta dominação. Em qualquer forma de Estado moderno podem ser apontadas a hegemonia e dominação, ou coerção e consenso.

A questão do Estado foi bastante debatida no III CBAS. Em alguns pontos o Estado era visto, por assistentes sociais com falas acríicas e favoráveis ao governo, como Fernando Vasconcelos Theóphilo, na página 137, com uma perspectiva conservadora e utilizando as políticas sociais com uma forma de reformismo e controle social.

Já em outros casos, que nos interessam mais de perto, o Estado foi visto dentro de uma perspectiva de autores marxistas e em concordância com o pensamento marxiano. Foram encontradas 22 falas sobre o Estado que foram inspiradas pelo pensamento marxista. Maria S. R. Cabral e Seno Cornely utilizam esta categoria em 5 páginas cada um. José Cortez e Antônio Severino em 3 cada. Vicente Faleiros, Luiza Erundina de Sousa e Evaldo Vieira em 2 páginas cada e Joaquina Barata Teixeira em uma.

Segue abaixo a lista dos palestrantes que utilizaram esta categoria e a página a qual o pensamento se encontra:

Quadro 2:
Categoria gramsciana “Estado” presente nos anais do III CBAS, de 1979

Palestrante	Página(s)
Antônio Joaquim Severino	60, 61, 62
Evaldo A. Vieira	224, 225
Joaquina BarataTeixeira	312
José Pinheiro Cortez	12, 13, 15
Luiza Erundina de Sousa	276, 282
Maria S.R.Cabral	324, 325, 326
Participante	174
Seno Cornely	270, 271, 272, 273, 281
Vicente de Paula Faleiros	121, 122

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Parte dos expositores apontou o Estado como o espaço ao qual a burguesia exerce o poder, sendo esta defensora dos privilégios da classe burguesa. Tal afirmação é condizente com o pensamento de Marx e Engels (1977, p. 268), segundo o qual, a sociedade burguesa é “compreendida sob a forma de Estado”. Na conferência do dia 26 de setembro, realizada às 9 horas da manhã e intitulada “Posicionamento do assistente social frente à política social”, o expositor Dr. Seno Cornely⁸⁰ afirma que:

⁸⁰ Dr. Seno Cornely é assistente social pós-graduado em Planejamento Urbano e Regional, Doutor em Serviço Social e, no momento em que foi realizado o III CBAS, docente da disciplina Desenvolvimento de Comunidade desde 1962, realizada na PUC do Rio Grande do Sul. Também foi diretor da Sociedade Internacional de Planejamento Urbano e Regional, presidente da

Atualmente um número cada vez maior de pessoas descobrem que o poder formal, isto é, o Estado Constituído, realmente atende interesse de uma espécie de poder de informar no qual ele é sustentado. Atende interesses de um grupo que domina em determinada sociedade. E no nosso caso, os grupos dominantes são, evidentemente, grupos detentores dos meios de produção, os grupos capitalistas. Dentro desta linha, como espécie de resultante, é cada vez mais dos interesses dos grupos dominantes, pois o Estado é constituído, portanto, para garantir a necessária paz social para que possam produzir as relações de classes. (Cornely apud CFAS, 1979, p. 271).

Cornely (apud CFAS, 1979, p. 271) aponta ainda que “o Estado seria literalmente o defensor dos interesses capitalistas”, e que:

[...] haveria uma relação linear absoluta entre os interesses dos grupos dominantes e o Estado. Sendo assim, o Estado estaria exclusiva e diretamente a serviço apenas da classe dominante. Esta visão, embora basicamente corresponda à realidade, não seria bastante realista a meu ver, porque é obvio que para garantir acumulação de capital é necessário que o Estado faça algumas concessões às classes populares. Há momentos em que o Estado é obrigado a atender alguns interesses, mesmo que seja para evitar a proposta de alternativas radicais de governos, ou seja, para evitar a proposta de alternativas de governos socialistas ou comunistas etc. (Cornely, apud CFAS, 1979, p. 271).

Cornely (apud CFAS, 1979, p. 271) também utiliza o pensamento marxiano ao se referir à exploração da força de trabalho pelos capitalistas, apontando para a acumulação capitalista. Ressalta também o uso da força pelo Estado, tendo este um papel, segundo o expositor, “disciplinador e repressor”.

O Estado tem a função de garantir a coesão de capitalistas individuais; ou seja, normalmente num sistema capitalista dentro da própria regra interna do capitalismo, cada capitalista trataria de explorar ao máximo e conseguir o máximo de lucro e, para isso, esgotar a força de trabalho, explorando-a até a morte ou até a inanição. Esta seria a técnica do capitalista individual, que trataria de aumentar a produção de uma maneira que chegaria a matar a força de trabalho. Entretanto, isto prejudicaria obviamente o sistema capitalista como tal, que necessita evidentemente da força de trabalho para garantir a acumulação de capital. Cabe, então, ao Estado garantir a coesão dos capitalistas e um certo disciplinamento dos capitalistas individuais, justamente para garantir a subsistência do sistema. O Estado tem, assim, um papel de disciplinador e repressor, às vezes elegante, que usa a lei, mesmo que esta seja imoral, mas não interessa porque está usando a lei para reprimir as aspirações populares. (Cornely apud CFAS, 1979, p. 271).

Podemos constatar, ainda, que as exposições referentes ao Estado, contidas nos anais do III CBAS, apontaram para a ideia de um Estado mais amplo, que se utiliza da coerção e do consenso. Sendo assim, embora com forte influência do pensamento de Althusser, notamos que a influência do pensamento gramsciano se faz também presente. Lembramos aqui que o período histórico

Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAESS) e autor de uma série de trabalhos científicos publicados no Brasil e no exterior.

desta pesquisa é o da ditadura militar brasileira, sendo transparente nas falas a forma violenta e repressora de atuação do Estado.

No momento em que se realçassem os interesses essenciais, aí sim o Estado perderia a esportiva e apelaria pelo golpe e pela repressão, prendendo líderes sindicais, torturando estudantes, exilando políticos que não concordassem com a situação e posteriormente estaria num regime de alguns anos de escuridão política, porque a margem de tolerância foi atingida. Então, de tantos em tantos anos há um golpe de Estado nos países da América Latina, e principalmente neste, em que vivemos e amamos. Depois do golpe, há um período de certa abertura política. (Cornely apud CFAS, 1979, p. 272).

O Estado, assim, segundo Cornely (apud CFAS, 1979, p. 272), “deixa de ser uma entidade que regula os interesses da classe dominante para oprimir as classes dominadas”. Em outro ponto dos anais do III CBAS, destacamos a fala de Joaquim Severino (apud CFAS, 1979, p. 60), a qual também aponta para o Estado como um órgão de repressão e violência.

Simplificando e resumindo as coisas, pode-se afirmar que o Estado é uma forma organizada de violência, de dominação de homens sobre outros homens, de classe sobre classe; é a questão da distribuição do poder e da estrutura de suas relações. (Severino apud CFAS, 1979, p. 60).

Em outra parte, Severino aponta o Estado como um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, ancorada em uma violência considerada legítima:

Mas um conceito de política tem um conteúdo menos aparente. Com ele, entendemos igualmente uma relação social, que caracteriza a estrutura do próprio Estado. O que está agora em jogo é a distribuição do poder. O Estado é a estruturação formal da sociedade, de acordo com um critério que traduziria na divisão, na conservação e na transferência do poder. O Estado consiste numa relação de dominação de homens sobre homens fundada no instrumento da violência legítima, da violência considerada legítima. Quando se fala aqui de relação, está-se visando uma possível explicação sociológica da realidade estrutural constitutiva do Estado. Essa estruturação e suas justificativas não são conscientemente explicitadas e assumidas pelos seres humanos que formam o Estado. (Severino apud CFAS, 1979, p. 60).

Em mais uma citação, Severino afirma que a legitimada violência de Estado marcou o período da ditadura militar. Compreendemos a coragem dos expositores ao exporem, diante de representantes da ditadura militar presentes no evento, a violência a qual estavam passando.

O que está agora em jogo é a distribuição do poder. O Estado é a estruturação formal da sociedade, de acordo com um critério que traduziria na divisão, na conservação e na transferência do poder. O Estado consiste numa relação de dominação de homens sobre homens fundada no instrumento da violência legítima, da violência considerada legítima. Quando se fala aqui de relação, está-se visando

uma possível explicação sociológica da realidade estrutural constitutiva do Estado. Essa estruturação e suas justificativas não são conscientemente explicitadas e assumidas pelos seres humanos que formam o Estado. (Severino apud CFAS, 1979, p. 60).

A categoria de Estado foi utilizada no III CBAS, por grande parte dos expositores, de forma a mostrar que a classe dominante busca impor a sua ideologia e, para isso, utiliza-se da posse do Estado, dos principais aparelhos privados de hegemonia e do uso da violência. Entretanto, o fato de tal compreensão do Estado e da classe dominante ser debatida e exposta em um congresso de assistentes sociais, mostra que o pensamento crítico é uma forma de resistência.

Além disso, o Serviço Social é uma profissão atrelada ao Estado e aos interesses da classe dominante, o que fica claro ao a mesa de abertura ser tradicional, conservadora e homenagear a ditadura. Entretanto, as assistentes sociais destituíram esta mesa do início do evento e reivindicaram a presença de operários e líderes sindicais, mostram a mudança de postura em relação ao Estado. Com esta atitude o Serviço Social mostrou que não mais seguiria os interesses dominantes, mas sim o dos subalternos e se colocou ao lado de trabalhadores que não se adequavam aos moldes do Estado e aos interesses da classe dominante.

Sendo assim, compreendemos que além das falas do evento, as categorias gramscianas se refletem também nas atitudes das assistentes sociais no III CBAS.

5.2.2.1 **Sociedade civil e hegemonia**

A sociedade civil é considerada por Marx como o conjunto das relações materiais dos indivíduos em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, “o conjunto da estrutura econômica e social de um determinado período histórico” (Simionatto, 1995, p. 66). Em Gramsci, encontramos a ampliação desta interpretação de Marx, pois o autor italiano retira a sociedade civil do campo da estrutura e a coloca na superestrutura da sociedade. A sociedade civil mantém a sua relação orgânica com o Estado, mas agora não mais com as mesmas referências marxianas. Sendo assim, Gramsci (2009, p. 244) ampliou a noção de Estado elaborada por Marx ao defender que nela entram elementos que são comuns à sociedade civil, por isso pode-se dizer que “Estado = sociedade política + sociedade civil”.

No pensamento gramsciano, a sociedade civil é um espaço privilegiado para as lutas por hegemonia. A disputa ocorre no campo da subjetividade, em um embate ideológico. A ideologia dominante entra em disputa com as classes dirigentes, que tentam formar uma nova ideologia. A hegemonia, segundo Gramsci (2009, p. 48), não é apenas ético-política, mas também econômica, pois tem “seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”. A hegemonia é a capacidade de um grupo social exercer seu poder e projeto político sobre outro bloco não hegemônico – mas que continua a lutar, cotidianamente, pela conquista de posições, com um projeto contra-hegemônico. A luta pela hegemonia, conforme Eduardo Granja Coutinho (2008, p. 44), é a luta pela criação e difusão de uma concepção de mundo, com o objetivo de conservar ou transformar a estrutura socioeconômica.

Sendo assim, a sociedade civil em Gramsci (2009) é o terreno da luta de classes e a classe que está no poder pode não ser ideologicamente hegemônica, pois uma classe pode estar no poder e perder a hegemonia ideológica para a classe dirigida – que pode vir a conquistar o poder. Segundo Gramsci (2009, p. 287):

No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.

Em Gramsci (2009, p. 47), então, um grupo subalterno tem a possibilidade de “se tornar dominante, de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa a fim de alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e de tornar-se dominante no Estado”. A luta dos subalternos pode e deve ser conduzida ao se desenvolver o conceito de hegemonia.

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. (Gramsci, 2009, p. 184).

Em Gramsci (2009, p. 184), a categoria Hegemonia significa em primeiro lugar a conquista do consenso das classes dominadas pela capacidade de direção das classes dominantes. Significa também a capacidade que a classe operária tem de conquistar as consciências de seus aliados na formação de um novo bloco histórico.

A categoria sociedade civil aparece em seis páginas dos anais do III CBAS. A maior parte das citações foi feita por Vicente Faleiros.

Quadro 3:
Categoria gramsciana “Sociedade Civil” presente nos anais do III CBAS, de 1979

Palestrante	Página(s)
Annez Andraus	250
Antônio Joaquim Severino	62
Luiza Erundina de Sousa	282
Seno Cornely	284
Vicente de Paula Faleiros	121, 122

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Embora o pensamento de Gramsci apareça de forma secundária em relação à categoria de Estado, sendo este pensado pelos expositores principalmente a partir de Marx e Althusser, acompanhamos que em Gramsci (2009) ocorre uma disputa pela hegemonia na sociedade civil, que é permeada por lutas de classe. Com isso, apontamos o protagonismo e importância, neste congresso, de frentes de movimentos sociais, que tiveram protagonismo nas greves de 1978 e 1979 e, de acordo com as condições concretas, lutaram pela hegemonia. A presença de sindicalistas no III CBAS nos mostra que, para além dos discursos neste evento, a luta pela hegemonia estava acontecendo.

Sendo assim, consideramos as greves operárias e a atuação das assistentes sociais com os trabalhadores no III CBAS como condizentes com o pensamento de Gramsci (2009) sendo que o próprio Congresso se somou à luta pela hegemonia que ocorria na sociedade civil brasileira.

Na luta pela hegemonia, a classe dominante precisa encontrar meios para impedir a conscientização da classe dominada em relação a realidade, conformando-a a um determinado modo de vida. De acordo com Gramsci (2009, p. 96), no terreno do senso comum as classes subalternas incorporam as ideologias das classes dominantes. O senso comum é utilizado pelos dominantes a fim de buscar a passividade popular e bloquear a autonomia histórica dos subalternos, com o intuito de que estes não alcancem uma filosofia superior e não assimilem uma nova concepção de mundo.

De acordo com o quadro a seguir, a categoria hegemonia aparece dez vezes ao longo dos anais, sendo citada duas vezes por Seno Cornely.

Quadro 4:
Categoria gramsciana “Hegemonia” presente nos anais do III CBAS, de 1979

Palestrante	Página(s)
Antônio Joaquim Severino	61
Joaquina Barata Teixeira	313
Madel T. Luz	130, 142
Nadir G. Kfourri	19
Núbia N. Marques	316
Seno Cornely	273, 282
Vicente de Paula Faleiros	111
Walter Uzzo	146

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Para Cortez (apud CFAS, 1979, p. 12), a tomada de consciência da população, em relação as suas reais necessidades, seria possível através das orientações provenientes das áreas públicas ou privadas. Para este autor, o Estado “deve ter nessa atividade uma função puramente coordenadora [...]”. Coordenar, na ótica que eu proponho como termo de discussão para esse Congresso, é constatar, compatibilizar as diferentes tendências que emergem nos diversos segmentos num objetivo comum” (Cortez apud CFAS, 1979, p. 12). Ainda para este autor, a população deve ter maior participação na estrutura, pois é por ela temida e um ponto fundamental “para romper estas barreiras, é a clara consciência de sua existência” (Cortez apud CFAS, 1979, p. 16).

De acordo com a presidente da mesa, Nadir G. Kfourri (apud CFAS, 1979, p. 19), “se o governo, definidas suas políticas, quer seja econômica, ou social, o faz como mostra a realidade, de uma forma bem subordinada aos grupos economicamente hegemônicos”. Com isso, para Cortez (apud CFAS, 1979), é importante a resistência e consciência da classe trabalhadora, que entra em conflito direto com a classe dominante:

Um fato histórico como a greve dos metalúrgicos do ABC mostra que uma população consciente dos seus direitos, dos seus valores, pode contestar e reduzir a própria ação dos grupos econômicos. Lembrem-se de quem estes operários sindicalizados que formaram uma greve, que levaram dirigentes sindicais a uma posição de marginalização oficial, mas de presença operante, esses grupos trabalhavam para grandes e poderosas empresas econômicas. (Cortez apud CFAS, 1979, p. 19-20).

Não foi possível colocarmos toda a fala de Cortez na citação acima, pois a página dos anais III CBAS estava danificada devido ao tempo. Contudo, é importante mostrar que Cortez (apud CFAS, 1979, p. 20) aponta para a “clara consciência” da população do ABC em relação aos seus direitos e à luta de classes no âmbito da sociedade civil.

Em outra parte dos anais do III CBAS, encontramos a fala do operário Devanir Ribeiro, a qual serviu para conscientizar e mobilizar parte dos assistentes presentes.

Quero que vocês me desculpem porque, às vezes nós, como dirigente sindical, como trabalhador sindical, somos agressivos com determinadas pessoas, em determinados lugares, mas não tenho eu esse intuito de agredir o assistente social, para que ele se defina aqui ou ali. Quero que vocês se reorganizem, e se vocês estão fazendo este Congresso, parece-me que a meta é esta, e se engajem na nossa luta, que as lutas são iguais; pode ser de metalúrgico, de assistente social ou de qualquer outra classe, ela é válida e vai nos ajudar talvez a transformar alguma coisa pela qual estamos tentando lutar e brigar, mas, por enquanto só tem uma parcela lutando. Vamos todos, na medida do possível, levar essa luta para frente, porque tem muito chão ainda para se caminhar e o Brasil espera de todos nós, não só dos trabalhadores metalúrgicos, mas espera muito de vocês, assistentes sociais. Muito obrigado. (Palmas). (Ribeiro apud CFAS, 1979, p. 250).

Segundo uma participante do evento chamada Annez Andraus (apud CFAS, 1979, p. 250), “depois de tantos anos de escuridão, sempre que vemos um Encontro de mobilização da sociedade civil é algo que emociona muito, sensibiliza muito e vemos que é bom viver”.

A categoria hegemonia também foi usada pelo palestrante Seno Cornely, na conferência “Posicionamento do assistente social frente à política social”, que fez um contraponto em relação a utilização das políticas governamentais como forma de controle da população. Segundo Cornely (apud CFAS, 1979, p. 273), “é interessante, ainda no campo da política social, estender mais um minuto dizendo que nem todas as políticas sociais são de interesse do Estado ou do grupo ou do núcleo hegemônico que o mantém”. Para este expositor, a proteção de amparo ao idoso não é algo rentável dentro da mentalidade capitalista, sendo algumas políticas públicas, como a do idoso, resultado de mobilização e luta dos trabalhadores.

Dois significados de hegemonia são encontrados nos anais: o primeiro com o sentido de conquista de consenso das classes dominadas pela capacidade de direção das classes dominantes. O segundo relacionado a capacidade que a classe operária tem de conquistar as consciências de seus aliados na formação de uma nova sociedade.

Compreendendo a sociedade civil no pensamento gramsciano como o terreno da luta de classes, no qual a os grupos dirigidos podem se tornar dirigentes, o uso mais importante das categorias sociedade civil e hegemonia nos anais do III CBAS está ligado a luta de classes na superestrutura da sociedade, em busca da formação de um novo bloco histórico. Os expositores e participantes compreendem este movimento na superestrutura, apontando as lutas operárias

da década de 1970 como ações importantes naquele momento, pois mostravam a resistência dos trabalhadores. E processo de disputa hegemônica e organização da sociedade civil foi mostrado ao longo do trabalho, sendo o III CBAS o momento em que as assistentes sociais reafirmam o seu papel ao lado dos trabalhadores em luta e assumem também o posicionamento contra a ditadura militar.

5.2.2.2

Aparelhos privados de hegemonia e sociedade política

A classe dominante consegue impor a sua ideologia, argumenta Simionatto (1995), porque possui o poder econômico que representa uma grande força no seio da sociedade civil e porque detém a posse do Estado e dos principais aparelhos privados de hegemonia. Desta forma:

As ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo, e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (Marx; Engels, 2007, p. 48).

Gramsci (2009) supera, entretanto, esta visão de Marx, pois uma classe pode ser hegemônica enquanto a outra ainda é dominante. Isso ocorre, por exemplo, no campo cultural, no qual a ideologia da classe subalterna pode se tornar dominante enquanto a classe dominante ainda está no poder. Segundo Gramsci (2009, p. 96), “a filosofia marxista é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’, que contrapõe ao senso comum”. Ou seja, ao se fazer a crítica ao senso comum e às ideias dominantes, nota-se a possibilidade de uma nova consciência vinda das classes subalternas, a qual se encontra em uma disputa ideológica por hegemonia com a classe dominante.

O “Estado Ampliado” busca o consentimento das massas através do consenso – que surge como poder ideológico. A sociedade civil, em Gramsci (2009), é formada pelos aparelhos privados de hegemonia, que são um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, como escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, a organização material da cultura (como jornais, revistas e outros meios de comunicação de massa), etc.

Para Gramsci:

É preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado) do sentido que lhe dão os católicos, para os quais a sociedade civil, ao contrário, é a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja. (Gramsci, 2009, p. 225).

Enquanto a sociedade política tem suas próprias instâncias coercitivas do Estado, na sociedade civil atuam os aparelhos privados de hegemonia, organismos relativamente autônomos em face do Estado, que anseiam somar consensos e consentimentos em torno de suas conjecturas. Eles são indispensáveis na busca pela hegemonia de um país moderno e ocidental, pois são os portadores materiais das ideologias que buscam consolidar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contrariar seus pressupostos. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2008), aparelhos privados de hegemonia são organismos sociais “privados”, o que significa adesão voluntária e não coercitiva da população, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito. Dentre os aparelhos privados de hegemonia que aparecem nos Cadernos do Cárcere, encontram-se escolas, faculdades e a igreja, que, segundo Gramsci⁸¹ (2009, p. 286), “não está orientada para dar a hegemonia à nova classe, mas, ao contrário, para impedir que esta classe a conquiste”.

O Estado torna-se palco da guerra de posições de acordo com Gramsci (2009), ou seja, na sociedade civil as classes buscam ganhar aliados e conquistas progressivas de espaços por meio do consenso e utilizando os aparelhos privados de hegemonia. Não é como em uma ditadura, quando a dominação se faz mediante a coerção.

Os intelectuais, que atuam em aparelhos privados de hegemonia, como escolas, universidades e meios de comunicação, podem pensar a sociedade em prol da classe que está no poder ou de forma contrária a ela.

Nos anais do III CBAS notamos a presença da ideia desenvolvida por Gramsci em relação as categorias de aparelhos privados de hegemonia e sociedade política, entretanto, estas categorias não aparecem de forma direta neste documento. Por outro lado, encontramos cinco páginas dos anais com citações diretas das categorias althusserianas aparelhos ideológicos de Estado e aparelhos repressivo de Estado. Na página 61 Antônio Severino utiliza as categorias aparelho repressivo e aparelho ideológico; na página 122 Vicente

⁸¹ Nesta parte da obra de Gramsci (2009, p. 286), “igreja” aparece dentro de um determinado contexto o qual não pretendo explorar no presente trabalho. Apenas cabe a utilizar como um exemplo de aparelho privado de hegemonia.

Faleiros fala de sobre aparelho de Estado; na página 176, um participante utiliza “mecanismos repressores do Estado” ao fazer uma pergunta e na página 276 foi utilizado por Luiza Erundina de Sousa o termo “aparato ideológico institucional”. Compreendemos, assim, que a influência de Althusser foi maior do que a de Gramsci em relação a esta questão, como se comprova nas citações a seguir.

Na fala de Severino (apud CFAS, 1979), notamos que, ao este expositor se referir ao Estado como um órgão de repressão, o principal referencial teórico utilizado não foi o gramsciano, mas sim o althusseriano, sendo utilizadas as categorias Aparelhos Ideológicos e Aparelhos Repressivos. Segundo Severino (apud CFAS, 1979, p. 60), “não é sem razão que as agências da educação sejam consideradas como verdadeiros aparelhos ideológicos do Estado”.

O Estado brasileiro de pós-1964 constituiu-se num Estado autoritário, o chamado Estado de exceção; enquanto tal, afetou significativamente suas relações com a sociedade como um todo; ampliou a intervenção do Estado sobre a economia, assegurando uma capitalização intensiva; reorganizou política e ideologicamente a classe dominante, em vista da crise que ameaçava o seu poder; ampliou a autonomia de seus **aparelhos repressivos**, em detrimento da autonomia de **seus aparelhos ideológicos**. (Severino apud CFAS, 1979, p. 61; grifo nosso).

Cabe apontar que as categorias Aparelhos Repressivos e Aparelhos Ideológicos não têm o significado exato de Aparelhos Privados de Hegemonia e Sociedade Política, de Gramsci. Entretanto, na década de 1970, a perspectiva marxista foi incorporada pelo Serviço Social brasileiro “inicialmente representada pela vertente do estruturalismo, com influência principalmente de Althusser”⁸² (Silva, 2009, p. 35). Dentre a pluralidade que se formava no campo teórico, diferentes tendências no campo do marxismo apareciam, sendo o pensamento gramsciano introduzido ao Serviço Social brasileiro por meio do pensamento de Althusser. Com isso, notamos a importância do pensamento althusseriano para a difusão das ideias gramscianas no serviço social brasileiro.

Contudo, apesar de notarmos a forte presença do pensamento althusseriano nos anais do III CBAS, segundo Simionatto (1995, p. 185), “no final dos anos 1970, quando se observa um relativo distanciamento do pensamento althusseriano, Gramsci passa a ser um marco significativo nas produções do Serviço Social”. Carlos Nelson Coutinho (2008) também afirma que foi na década de 1970 que o pensamento de Gramsci ganhou maior espaço no Brasil devido à abertura política, que possibilitou um clima de relativa liberdade na vida cultural.

⁸² A influência de Althusser está presente em muitas obras no processo de reconceitualização do Serviço Social, segundo Silva (2009).

A ideologia burguesa, utilizada pelo Estado no período da ditadura militar, justificava o uso da violência.

[...] essa política econômica se respalda numa ideologia política destinada especificamente a justificá-la e a garanti-la contra possíveis ameaças de segmentos da sociedade civil, sobretudo das classes dominadas que porventura se sentissem atingidas. O Governo elabora, então, um projeto político, fundado na ideologia do desenvolvimento com segurança, versão moderna do processo com ordem. (Severino apud CFAS, 1979, p. 62).

Apesar do Estado no período da ditadura militar utilizar principalmente a força, o uso do consenso também foi utilizado a serviço da ideologia burguesa.

Esta referência ao inconsciente nos leva a um terceiro significado do conceito de política, no qual esbarraremos, inevitavelmente, quando nos propomos discutir uma determinada sociedade. Chama-se de política a posição ideológica a respeito dos fins do Estado, ou seja, o Estado acaba definindo e impondo certas normas e valores, em função dos quais pretende justificar a sua ação concreta. O governante, o príncipe apresenta aos governados um discurso no qual são definidas as diretrizes de ação e sistematizadas suas justificativas. (Severino apud CFAS, 1979, p. 60).

Acompanhamos que os aparelhos privados de hegemonia aparecem em Gramsci como parte da superestrutura da sociedade. Em Gramsci a sociedade civil é o espaço onde se organizam os interesses em confronto. É o lugar onde se tornam conscientes conflitos e contradições. A sociedade civil é formada pelos aparelhos privados de hegemonia, que são um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, como escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, a organização material da cultura (como jornais, revistas e outros meios de comunicação de massa), etc. Nos anais do III CBAS, acompanhamos a utilização do trabalho das assistentes sociais pelos dominantes, como através de políticas públicas e da formação profissional nas universidades. Segundo Luiza Erundina de Sousa (apud CFAS, 1979, p. 276):

O papel que assumimos, nas nossas instituições, conferidos e legitimados pelo Estado, é aquele papel que interessa ao Estado e vimos quem é o Estado na sociedade capitalista – é aquele que polariza os interesses da classe dominante e que garante esses interesses a todos os níveis através do seu aparato repressivo, associado ao aparato ideológico, do contexto institucional.

Como visto, em Gramsci a sociedade civil é formada pela sociedade política e pelos aparelhos privados de hegemonia, responsáveis para difusão de ideologias, assim como para o consenso. Quando a ideologia dominante não consegue ser transmitida através do consenso, o Estado utiliza o uso da força.

Dentro destes aparelhos privados de hegemonia se encontram instituições de ensino, sendo a educação um instrumento utilizado pela ditadura militar, que,

segundo Severino (apud CFAS, 1979, p. 61), “pusera à sua disposição não só planejadores e executores tecnocratas, mas igualmente ideólogos capazes de prender e de justificar cientificamente todo o processo”.

Não é sem razão que as agências da educação sejam consideradas como verdadeiros **aparelhos ideológicos do Estado**. A função educadora dos Estados modernos é função inerente à sua essência e é vital para sua sobrevivência. O Estado moderno não pode sobreviver sem esta função educadora. (Severino apud CFAS, 1979, p. 60, grifo nosso).

Na citação acima, acompanhamos novamente a categoria Aparelhos Ideológicos de Estado, o que nos mostra que a ideia central do pensamento do referido expositor é permeada pelas ideias de Althusser.

A atual política educacional configura a intervenção direta do Governo na educação e sua utilização para legitimar os interesses hegemônicos, ou seja, os interesses daqueles que conquistam o poder, buscando nessa educação o consenso geral da sociedade em torno do poder dominante, substituindo por este processo consensual o processo de dominação pela força. (Severino apud CFAS, 1979, p. 61).

Segundo Severino, a educação no período da ditadura militar brasileira, principalmente a partir de 1968, foi entendida e tratada como fator de desenvolvimento. Para este expositor, “o Estado vê a educação como preparação, para que ele amplie os espaços” e objetivos são “camuflados ideologicamente” (Severino apud CFAS, 1979, p. 61).

A utilização da educação, nessa perspectiva, não é exclusiva deste período, mas, no Brasil, nunca fora tão sistematicamente explorada. Pela primeira vez, esta utilização é baseada numa planificação altamente racional, isto porque o Estado pusera à sua disposição não só planejadores e executores tecnocratas, mas igualmente ideólogos capazes de prender e de justificar cientificamente todo o processo. (Severino apud CFAS, 1979, p. 61).

Quando os objetivos da ditadura militar não eram alcançados pelo consenso, por meio da educação, de cursos profissionalizantes e políticas públicas, recorria-se ao uso da violência, da censura e da repressão. Severino (apud CFAS, 1979, p. 62) aponta, ainda, que a ditadura militar tinha o objetivo de “transformar a Universidade em fundação” e afirma que já estava “praticamente decidido; eu, inclusive, tenho cópia do projeto”. Para ele, “[...] a educação é considerada prioritária, mas só em função dos pressupostos ideológicos, políticos e econômicos do Governo. A valorização da educação por outras razões, que não estas, soa falso e não tem consistência.” (Severino apud CFAS, 1979, p. 62).

Ainda de acordo com Severino (apud CFAS, 1979, p. 61), neste período a expansão do ensino superior atendia às pressões da demanda social, embora

dentro dos limites de uma contenção econômica e de forma a não pôr em risco a concentração de propriedade, de capital, de renda e de mercado. O ensino médio também passou por uma profunda reforma, forçando a profissionalização a nível médio e o impedimento de que estes futuros trabalhadores alcançassem uma consciência crítica. Recebiam um aprendizado apenas para reproduzirem acriticamente as engrenagens para se manter em funcionamento o sistema capitalista.

Primeiro, a política educacional desenvolvida revela-se análise sociológica e filosófica, como intimamente dependente da política econômica do Governo, política essa extremamente concentradora, de acordo com o modelo não capitalista. Mesmo as medidas aparentemente libertadoras, postas em prática na educação, camuflam essa exigência do Governo. (Severino apud CFAS, 1979, p. 62).

A fala de Severino deixa evidente que a educação no período da ditadura militar foi considerada prioritária para a função dos pressupostos ideológicos, políticos e econômicos do Governo.

Para esse projeto, o Estado precisa do consenso da sociedade civil; para obter este consenso, serve-se da educação. Quando esta ameaça fracassar, enquanto via de persuasão, o Estado passa a servir-se do aparelho de repressão, exercendo a violência física, impondo pela força seus projetos, eliminando toda forma de contestação. A política educacional não pode ser deixada a uma inspiração, nem mesmo liberal. Desse ponto de vista, a educação brasileira não é mais nem inocente nem neutra. (Severino apud CFAS, 1979, p. 62).

Além da educação, as políticas públicas e o trabalho do Serviço Social também são observados em falas dos anais do III CBAS como instrumentos utilizados pelo governo para o consenso da população:

Diz um autor francês, Poulantzas, que as políticas sociais são concessões puramente econômicas, para que a burguesia conserve o poder político. É uma tese com a qual não estou muito de acordo. Dependendo das pressões, a classe dominante pode também fazer concessões políticas e ideológicas... Essas concessões não são em termos do que as classes trabalhadoras querem. Por exemplo, na época do Getúlio houve o seguro, mas houve o controle... Os trabalhadores tiveram os seguros, mas eram controlados pelos organismos técnicos da Previdência, que eram reincluir entre seus objetivos também a forma de distribuir os benefícios da Previdência, para que haja mais participação dos trabalhadores. A CLT e a Previdência foram mecanismos implantados juntos, para o controle dos trabalhadores. Então, é importante que nos conscientizemos da ligação que existe entre os controles dos trabalhadores pela CLT e o controle pela Previdência. (Faleiros apud CFAS, 1979, p. 120).

Segundo Faleiros (apud CFAS, 1979, p. 121) há uma vinculação entre os seguros privados, o seguro estatal, a sociedade civil e o Estado. A política social vincula toda a sociedade, sendo um só aparelho do Estado. As contribuições vêm de dois lados, de empregadores e empregados. É importante lembrar que Faleiros

foi pioneiro ao introduzir o pensamento gramsciano no serviço social brasileiro, com a obra *Trabajo social, ideologia y método* (1972)⁸³.

Em outra parte dos anais, um participante do evento, chamado Sr. Evaldo Amaro Vieira, discorda de uma exposição favorável ao governo e aponta que a burocracia:

[...] sem dúvida, cria interesses próprios, deforma. Mas tem algumas vantagens: permitir ao Estado um maior controle da sua política, política essa que pode ter as mais variadas intenções, dependendo do grupo que está no poder. Então, a raiz está na própria forma do poder e no próprio grupo que se encontra no poder. Nesse ponto, acho que a planificação brasileira atingiu seus objetivos. A educação foi massificada, a saúde foi desmobilizada, a habitação funcionou como fonte de acumulação de capitais bastante importante, e seus incentivos são disputados. Ontem mesmo eu lia num jornal sobre a intervenção de alguns grupos econômicos disputando as verbas para habitação. Então, não sei até que ponto é válido pensar apenas no mal da burocracia. (Vieira apud CFAS, 1979, p. 225).

Para Seno Cornely (apud CFAS, 1979, p. 273), “é interessante, ainda no campo da política salarial, estender mais um minuto dizendo que nem todas as políticas sociais são de interesse do Estado ou do grupo ou núcleo hegemônico que o mantém”. De acordo com este expositor, embora esta seja uma mentalidade puramente capitalista, “há uma série de movimentos populares dentro de um povo sentimental como o nosso, que exige que o Estado preste alguma atenção para o idoso” (Cornely apud CFAS, 1979, p. 273). Isso aponta que, apesar de as políticas públicas serem de interesse do Estado, elas também são fruto de pressões populares.

A Sra. Luiza Erundina de Sousa aponta para o posicionamento das assistentes sociais dentro das universidades e frente à política social:

[...] queríamos lembrar que a profissionalização do assistente social começa nas universidades, ou seja, instituições inseridas no contexto do Estado e da sociedade civil, que têm contribuído sensivelmente para alienar os setores intelectuais, uma vez que o seu objetivo final é qualificar a mão-de-obra para o mercado de trabalho e, portanto, oferece um ensino coerente com esse objetivo. (Sousa apud CFAS, 1979, p. 282).

⁸³ Por Aparelhos de Estado ou Aparelhos Privados de Hegemonia, Faleiros (1986, p. 103) entende “não só as instituições próprias do poder político, mas também as instituições privadas, o que poderia ser melhor denominado aparelhos de hegemonia”. A ideia de consenso, segundo Faleiros (1986, p. 103) “principalmente desenvolvida por Gramsci, leva a considerar uma nova estratégia nas sociedades ocidentais em que os aparelhos de Estado tentam ou buscam obter a legitimação das classes dominantes, de seu poder, pelo convencimento”. Dessa forma, o conceito de hegemonia mostra “principalmente o que se pode chamar de consenso, persuasão, por oposição à coação, violência, força, imposição”. As formas de se obter o consenso, segundo Faleiros (1986, p. 103), “caracterizam-se nos meios de comunicação de massa e nos outros diversos aparelhos de hegemonia”.

Sousa discorre também acerca dos estudantes estagiários nos campos da prática profissional, apontando que:

[...] se essa prática, realmente, for uma prática bem orientada e bem consequente, a presença deles nos bancos de escolas, dentro dessa estrutura de ensino, vai sofrer rupturas e quebras, por uma presença crítica, que eles levam, não à base de concepções teóricas distanciadas do concreto, mas levam toda uma consciência crítica a toda uma realidade concreta para dentro das salas de aula, que terminam gerando tal nível de conflito, de contradições e de antagonismos, que daqui a algum tempo, se essa for uma posição orientada e determinada, ocorrerão mudanças dentro dessa estrutura de ensino. (Sousa apud CFAS, 1979, p. 283).

Para Cornely, a visão crítica e denúncia no meio acadêmico e nas instituições da prática profissional permitem ocupar um espaço no conceito da sociedade civil.

O risco que haveria e que houve em algumas escolas, na América Latina, no momento da reconceituação, foi praticamente abandonar a metodologia. O aluno saía, depois de 4 anos, cheio de ideologia, mas não tinha nenhum instrumental de intervenção na realidade, não sabia usar os métodos, não tinha técnicas de trabalho e, portanto, como profissional, ele estava vazio. (Cornely apud CFAS, 1979, p. 284).

A fala de Cornely acima deixa clara a importância clara de as assistentes sociais se capacitarem, politicamente, através da organização profissional e da organização partidária, ou da organização em outros grupos populares, que são personagens neste momento histórico brasileiro. Tal aprofundamento será feito através da análise das categorias Intelectual e Filosofia da Práxis.

As ambiguidades de intenções são as seguintes: a educação que se expressa como um dos instrumentos de remontagem da ordem social de dominação e a educação como um dos instrumentos de libertação como busca de um processo social alternativo. Há uma coexistência não pacífica que postula, também, a crítica da ambiguidade que a inovação carrega consigo. Ela não consegue apagar as marcas dos contextos na qual foi gerada, ao mesmo tempo que ela é sinal da superação do que foi considerado anacrônico. (Velasco apud CFAS, 1979, p. 315).

No entanto, segundo a fala de Valentina Velasco (apud CFAS, 1979, p. 316) no painel “O profissional na política social”, realizado no dia 27 de setembro, às 9 horas da manhã, a sociedade na qual vivemos existem homens exploradores e explorados e “a escola tem sido, ao longo dos anos, o veículo de ordenação da cultura a serviço da difusão de uma ideologia altamente discricionária” e não transformadora, sendo a tônica das instituições de ensino “um acervo de leis, diretrizes e regulamentos, à disposição das avaliações de controle”.

Em outro ponto dos anais do III CBAS, Maria Beatriz Abramides (apud CFAS, 1979, p. 319) aponta a questão da habitação vinculada ao modo de produção capitalista. Para a autora, “nós não podemos desvincular a intenção das

classes dominantes quando elas colocam um programa na linha de habitação” (Abramides apud CFAS, 1979, p. 319). Aponta também que o cooperativismo também serve essa ideologia ao afirmar que “o cooperativismo, nada mais nada menos, é uma última instância, uma farsa de participação democrática para capitalizar de fato as lutas dos trabalhadores no sentido de mobilizar uma organização realmente popular” (Abramides apud CFAS, 1979, p. 319).

Diante do exposto, apontamos como as políticas públicas são utilizadas como aparelhos privados de hegemonia, que se aproximam em parte dos aparelhos ideológicos de Estado, de Althusser. O regime ditatorial, segundo Abramides (apud CFAS, 1979, p. 325), “segue uma política de ‘exclusão controlada’ dos trabalhadores da nova coalisão dominante no âmbito do Estado.” A questão da política previdenciária é novamente levantada por esta autora, sendo, segundo ela, “tomada como parte de uma tentativa geral de reestruturar as relações entre Estado e a classe operária e, com isso, afirmar o domínio e controle “antipolítico”, administrativo, tecnocrático” (Abramides apud CFAS, 1979, p. 325).

Outro aspecto importante a ser considerado nessa análise sobre a Previdência diz respeito ao seu significado para os diferentes setores sociais que dela participam. Do ponto de vista das classes trabalhadoras, notadamente para certos setores do proletariado, ela se constitui na necessidade básica de consumo de um mínimo de serviços assistenciais e de proteção em situações de risco social ou doença. O benefício previdenciário para estes setores assume a forma de substituição dos salários, quando este deixa de ser recebido através da empresa. Enquanto para o empresariado a Previdência representa a garantia do estabelecimento de condições mínimas de reprodução da força de trabalho de um lado, e de outro a possibilidade da manutenção de um mercado consumidor. E finalmente o Estado, que vem exercendo as funções de mediador nas relações entre os compradores de força de trabalho e as classes assalariadas, disciplinando e regulamentando medidas de proteção ao trabalhador, sempre ajustadas às necessidades do capital. (Cabral apud CFAS, 1979, p. 326).

Apontamos que apesar dos mecanismos de controle do Estado, que são exercitados pela coesão e do consenso, ocorre a coesão, união e organização de grupos minoritários, como índios, menores, moradores de rua, mulheres, operários, etc. Estes grupos “têm a clara visão de que existe a repressão em cima deles, quanto maior a repressão, maior a união interna dos grupos” (Oliveira apud CFAS, 1979, p. 378).

Por fim, embora as categorias aparelhos privados de hegemonia e sociedade política não apareçam de forma direta no texto, compreendemos que a influência gramsciana está presente ao os expositores se referirem ao uso da força e do consenso, assim como pensarem o serviço social como uma instituição atrelada aos interesses do Estado para difundir as ideologias e atender os

interesses da classe dominante. O Serviço Social se tornar mais consciente e se organizar, mostrou que mesmo sob vigilância da ditadura militar, ele estava se posicionando abertamente em aliança com movimentos organizados na luta contra a ditadura e que atenderia aos interesses dos dominados a partir daquele evento. Este posicionamento ousado da categoria foi possível, como visto até aqui, a partir de um longo vínculo com o movimento operário, que contribuiu para a postura política das assistentes sociais.

5.2.3 Intelectuais

Como visto até aqui, a tese emancipatória gramsciana está diretamente ligada ao que este autor italiano compreende por hegemonia, que aparece como direção moral e política de uma classe sobre as outras. Nessa direção, Gramsci discute o papel dos intelectuais. Ao contrário da perspectiva do idealismo alemão, Gramsci (2001, p. 16) aponta que todas as camadas sociais têm seus intelectuais, sendo os intelectuais “orgânicos” criação e elaboração de cada nova classe. Estes intelectuais orgânicos podem proporcionar uma visão de mundo unitária e homogênea ou agir de forma contra-hegemônica, com a classe em oposição.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). (Gramsci, 2001, p. 15).

A definição gramsciana amplia a categoria de intelectual, não apenas sendo referida a uma pessoa erudita e estudiosa, mas quem exerce uma função diretiva no universo da cultura e da política, tendo função mediadora de formação moral e intelectual. Assim, os intelectuais têm uma função orgânica importante no processo da reprodução social, pois ocupam espaços sociais de decisões teóricas e práticas. Todo aquele que disputa o conhecimento das pessoas está agindo como intelectual. São intelectuais, como por exemplo, lideranças políticas, líderes

sindicais, independentemente do nível de escolaridade que tenham. O que os torna intelectuais, segundo o pensamento gramsciano, é o fato de que eles organizam aquela localidade.

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (Gramsci, 2001, p. 18).

Intelectual, então, é todo aquele que exerce função diretiva, não estando relacionada à posse de um tipo específico de saber. Além dos intelectuais em Gramsci, existem também os tradicionais. Segundo este autor, as “várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante” (Gramsci; 2001, p. 17). Sendo assim, por intelectuais tradicionais compreendemos aqueles que têm uma importância histórica atemporal e que já tiveram uma participação orgânica na sociedade. De acordo com Gramsci (2001, p. 17), este grupo de intelectuais “não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político” e que estes intelectuais “acreditam ser ‘independentes’, autônomos, dotados de características próprias, etc.”. Gramsci (2001) aponta alguns exemplos de intelectuais tradicionais, como o papa e a alta hierarquia da Igreja.

Intelectuais orgânicos estão vinculados a uma determinada época histórica, sendo orgânicos a um determinado tempo. Os intelectuais orgânicos nascem em um determinado tempo histórico e são influentes na sociedade. Podem estar vinculados às mídias, indústrias, partidos, etc. Podem não estar necessariamente ligados a uma classe progressiva ou militante, podendo assumir algum cargo de liderança, como gerentes ou administradores – com objetivos opostos à classe trabalhadora.

[...] o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política [...] Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura;

contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual. (Gramsci, 2001, p. 24-25).

As ideias dos intelectuais orgânicos tendem a conseguir grande penetração da sociedade, podendo ser ideias dominantes, ou agirem contra ideias dominantes da ideologia burguesa dentro da sociedade. O intelectual orgânico está ligado a um determinado tempo, a uma determinada época. Estes intelectuais são fundamentais para a legitimidade política, pois eles fazem com que as ideias circulem e com que as pessoas tenham contato com estas ideias. A partir disso, a opinião pública se forma. As pessoas aderem a determinadas ideias, produzidas pelos intelectuais orgânicos.

A principal função dos intelectuais orgânicos ligados à classe subalterna se encontra na formação de uma nova cultura, entendida como uma contra-hegemonia, contribuindo com a organização de lutas a fim de mudar a realidade estabelecida. As categorias gramscianas são interligadas. Com isso, a categoria de intelectuais orgânicos está ligada à de hegemonia, filosofia da práxis, ideologia, entre outras.

Ao nos referirmos anteriormente ao uso da educação pela ditadura militar, compreendemos que estes são espaços nos quais o intelectual pode agir de forma transformadora ou de forma a dar continuidade à ideologia dominante. Sendo assim, lembramos que a questão da educação é um importante objeto no pensamento gramsciano, por ser um aparelho privado de hegemonia que pode, assim, estar ao lado de formas organizativas da sociedade civil. Apontamos, ao longo desta dissertação, algumas formas de movimento estudantil, de organização de professores e trabalhadores, que agiam de forma a contribuir para a emancipação, tendo também a universidade como um espaço de formação de uma ideologia contra-hegemônica.

O enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que emergiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Isso resulta das instituições escolares de graus diversos, até os organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica. (A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis). (Gramsci, 2001, p. 19).

Embora a década de 1970 seja um tempo diferente de quando os *Cadernos do cárcere* foram escritos, compreendemos que os escritos de Gramsci trazem

elementos de análise importantes para aquela realidade histórica do contexto brasileiro, tendo muitos intelectuais do período recorrendo ao seu pensamento em suas análises. Isso ficou evidente nos anais do III CBAS, que trouxe a questão dos intelectuais com nítidas referências às categorias gramscianas.

A palavra intelectual aparece em sete páginas dos anais, sendo a categoria intelectual orgânico citada três vezes de forma direta nas páginas 179, 282 e 113. A ideia de intelectual orgânico é utilizada ao longo de praticamente todo o documento, mesmo que muitas vezes de forma indireta, sendo utilizada tanto para se pensar a atuação das assistentes sociais, quanto para compreender os líderes sindicais como intelectuais ligados aos subalternos.

Para a análise quantitativa foram selecionadas apenas as partes em que a palavra “intelectual” aparece de forma direta no texto dos anais do III CBAS. Seguem, no quadro abaixo, as nove falas que utilizaram esta categoria:

Quadro 5:
Categoria gramsciana “Intelectuais” presente nos anais do III CBAS, de 1979

Palestrante	Página(s)
Assumpção Andrade	179
Devanir Ribeiro	242
João B. Andrade	338
Joaquina Barata Teixeira	313
José Pinheiro Cortez	15
Luíza Erundina de Sousa	282
Marina P. Pessoto	332
Participante	175
Pina Ribeiro	233

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Notamos, deste a primeira fala do III CBAS, o questionamento sobre o papel das assistentes sociais e a ideia de intelectual orgânico. Os objetivos deste evento são expostos através da fala de Maria Cecília Ziliotto, presidente do CRAS-9ª Região:

Aqui viemos saber qual é a proposta, o que o Serviço Social se propõe a fazer, com quem o Serviço Social está comprometido, e com quem ele deve se comprometer. O 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, e a comissão organizadora, tem algumas propostas aos colegas: que esse Congresso não se traduza em meras formulações teóricas para o Serviço Social, mas que ele represente um comprometimento do profissional com a realidade. Que neste Congresso, os profissionais não venham para ouvir posicionamentos de colegas, que já tenham pensado e representado teoricamente o Serviço Social, mas que nós, em conjunto, assumamos perante a nossa profissão, e para que essa profissão mereça a legitimação da sociedade civil brasileira, para que ela tenha esse reconhecimento, que nós assumamos um compromisso histórico. O nosso compromisso, até hoje, tem sido alienado da realidade, nós temos nos transformado em instrumento de atuação, nós somos mediadores da intervenção técnica no Serviço Social, nós

usamos o nosso saber teórico para levar à população com quem nós trabalhamos soluções prontas, e não é isso que o povo brasileiro hoje almeja, e que a sociedade brasileira hoje respeita. (Ziliotto apud CFAS, 1979, p. 9).

Nesta primeira fala do congresso, também, é explicitada a preocupação com a imagem das assistentes sociais, que por vezes são “colocados como instrumento de ação” e pede-se, neste o início do evento, “para que os órgãos de representação profissional e da fiscalização do exercício profissional recorram da imagem que a sociedade civil tem do profissional” (Ziliotto apud CFAS, 1979, p. 9). Ziliotto aponta a necessidade de mudar esta imagem e de assumir um compromisso com uma atuação nova para o Serviço Social. Com isso, apesar do começo do III CBAS ser marcado por expositores representantes do governo federal, desde o início havia uma consciência crítica por parte dos profissionais presentes no evento. Ao abrir o evento, Ziliotto apontou para a transformação do Serviço Social, buscando repensar as bases teóricas e a atuação profissional:

[...] Nós temos que trabalhar, temos que estar conscientes no processo Histórico do Brasil, e somente através disso que o Serviço Social conseguirá o reconhecimento, mas não é o reconhecimento de uma categoria profissional dos Assistentes Sociais, mas é o reconhecimento das lutas que se travam na sociedade brasileira, e é só no momento que o profissional do Serviço Social estiver junto com essas lutas, que ele fará o seu reconhecimento. (Ziliotto apud CFAS, 1979, p. 10).

O primeiro conferencista foi o Professor José Pinheiro Cortez, que no momento do “Congresso da Virada”, em 1979, era professor de Serviço Social na PUC-SP e na Faculdade Paulista de Ribeirão Preto, em Santos e em Santo André. Também atuava como assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo.

No III CBAS, Cortez (apud CFAS, 1979, p. 10) defendeu a ideia de que “a nossa posição de agentes atuem na realidade, e que atuem na realidade não simplesmente para mantê-la, mas para transformá-la”, o que está de acordo com o pensamento marxiano nas *Teses sobre Feuerbach*, de que “até agora os filósofos se preocuparam em interpretar o mundo de várias formas. O que importa é transformá-la”.

Já a fala de Cortez aponta para o protagonismo do movimento sindical, sendo a organização dos operários importante para mudar a realidade. Este expositor não faz referência direta a Gramsci, mas compreende a importância da consciência e organização dos trabalhadores.

Quando um grupo sindical, privado de suas lideranças autênticas continua a usar as suas autênticas lideranças para evidenciar um protesto, fato histórico que todos conhecem, particularmente aqueles que vivenciaram, que vivem ou atuam na área do Grande ABC –, sentimos que essa população sindical assume autenticamente a liderança de seus próprios destinos. (Cortez apud CFAS, 1979, p. 12).

A proposta de Cortez (apud CFAS, 1979, p. 13) é a de que o Serviço Social deve “traduzir e operacionalizar os anseios, nascido das necessidades não atendidas, e das aspirações frustradas do povo”, assim como criar canais de comunicação entre a população-alvo e a estrutura na qual estão inseridos. Para ele, “se existem condicionantes, elementos negativos que estão bloqueando as possibilidades históricas do homem brasileiro, o nosso papel é auxiliá-lo a libertar-se desses condicionantes” (Cortez apud CFAS, 1979, p. 14). Cortez explica que “é como se nós fôssemos portadores de uma mensagem. E essa mensagem não é a mensagem que emana do governo para o povo, mas é a mensagem, o retorno daquilo que vem do povo para o governo” (Cortez apud CFAS, 1979, p. 14).

Cortez aponta que a luta da classe trabalhadora e que a decisão fundamental do povo deve ser respeitada pelo Estado. Segundo Cortez (apud CFAS, 1979, p. 15), a assistente social é uma profissional que deve atuar a favor dos trabalhadores e “será sempre um profissional incômodo aos que pretendem decidir a respeito do homem”.

A participação das assistentes sociais com a base popular, segundo Cortez (apud CFAS, 1979, p. 16), “será não somente uma forma de nossa realização profissional, mas também uma forma de dar à população elementos que talvez não tenham”. Na medida em que o Serviço Social se coloca “à disposição do homem para que ele conheça a realidade, para que ele desenvolva a sua consciência crítica atuante do mundo em que vive”, está, neste sentido, “contestando a estrutura vigente alienadora. Porque realmente, a alienação se dá, ou por pressão dos poderosos, ou por apatia dos exploradores” (Cortez apud CFAS, 1979, p. 16).

A participante Nair (apud CFAS, 1979, p. 16) utiliza a palavra práxis ao falar da atuação das assistentes sociais, e argumenta que, ao se distanciar das bases, os profissionais podem quebrar o vínculo de compromisso com elas. Nair (apud CFAS, 1979) também argumenta que as políticas públicas reformam a posição de opressores e oprimidos, amenizando crises econômicas. Entretanto, Cortez (apud CFAS, 1979, p. 18) aponta para a autonomia do usuário, sendo aquele que “não somente participa da instituição como cliente, mas aquele que toma decisões a respeito de suas próprias diretrizes”.

Uma assistente social chamada Maria José de Oliveira (apud CFAS, 1979, p. 18) pergunta como as assistentes sociais, ao assumirem um pleno compromisso com os homens, podem atuar dentro das instituições, sendo essas

mecanismos de controle e reprodução da sociedade. Cortez responde, apontando para a autonomia relativa das assistentes sociais:

Nós, Assistentes Sociais, estamos exatamente nesta situação. Somos profissionais, e como profissionais somos contratados. Quando a constituição nos contrata, ela aceita, direta ou indiretamente –, e se ela não contrata, devemos fazer com que ela aceite –, as injunções da profissão. (Cortez apud CFAS, 1979, p. 18).

Cortez (apud CFAS, 1979, p. 19) aponta que as assistentes sociais também devem fazer a denúncia da organização que dispensar o funcionário por ele recorrer à Justiça Trabalhista. Afirma que “nós viemos para mudar, ou para ajudar o homem a mudar” e finaliza a fala no congresso apontando que “uma ação prática, uma ação nascida da práxis não é um milagre que se realiza num determinado momento, é algo difícil, penoso, mas único caminho para chegar a um objetivo concreto” (Cortez apud CFAS, 1979, p. 23).

Várias críticas foram feitas pelos congressistas a atuação das assistentes sociais por agirem a favor dos interesses da classe dominante, até mesmo por assistentes sociais ligados ao governo. Maria Terezinha Godinho, assessora técnica da Coordenadoria Geral de Planejamento do Município de São Paulo, participou como expositora no painel realizado no dia 24 de setembro, com o tema “Política Governamental e Habitação”. Embora uma representante do governo, Godinho (apud CFAS, 1979, p. 77) apontou que “o povo, as forças sociais, interessados na real solução do problema social, nunca foram chamados a participar nos destinos desses recursos”. E se não se penetrar aí, não se pode falar em participação.

A categoria de intelectuais orgânicos permeia, de forma indireta, todo os anais do III CBAS, apontando para a organização e conscientização da população. A ideia central é repensar a atuação das assistentes sociais a fim desses intelectuais se somarem à luta dos subalternos por um novo tipo de sociedade. O pensamento gramsciano aparece de forma nítida, principalmente, nas exposições de Assumpção Hernandes de Andrade e Safira Bezerra Amman⁸⁴ no cine-fórum realizado no dia 25 de setembro. Com o tema “Realidade, Direitos Sociais e Assistência Social”.

⁸⁴ Foram exibidos dois filmes e, na sequência, houve as exposições de Assumpção Hernandes de Andrade, que no momento do III CBAS era Assistente Social do Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS) de São Paulo, Assessora Técnica da Coordenadoria do Bem-Estar Social do Município e fazia parte de um grupo de documentaristas sobre problemas sociais e urbanos, além de ser socióloga, pela Universidade de São Paulo (USP). A outra expositora foi Safira Bezerra Ammann, Assistente Social em Brasília, com mestrado em Sociologia, autora dos livros “Participação Social” e “Ideologia do Desenvolvimento de Comunidades no Brasil”. Ammann é referência nos estudos gramscianos, como apontado nesta dissertação anteriormente.

Como Assistente Social, eu me posiciono da seguinte maneira: eu penso que não existem categorias, mas existem classes centrais na sociedade, que são a classe dominante e a classe dominada. E o intelectual não é uma classe a par, mas ele está a serviço da classe dominante e da classe dominada. No caso do Assistente Social, nós trabalhamos com a classe dominada; isto é, com a pobreza, com a miséria, enfim, com a camada que está vinculada à pauperização. Então, não é fato que trabalhar com certa classe estaríamos a favor dela. Nós podemos muito bem trabalhar com a classe dominante e estar a favor da classe dominada, ou vice-versa. (Ammann apud CFAS, 1979, p. 173).

A citação nos mostra que as assistentes sociais são intelectuais com uma escolha relativa, podendo atuar a favor dos objetivos da classe dominante ou a favor da classe dominada. Safira Bezerra Ammann (apud CFAS, 1979, p. 173) também aponta que “as mudanças estruturais competem às classes fundamentais da sociedade” e que cabe as assistentes sociais estarem e agirem a favor dos dominados.

Para Andrade (apud CFAS, 1979, p. 173), “o que convence mais a classe dos dirigentes é a pressão dos dirigidos.” Ao fazer esta afirmação a plateia respondeu com muitas palmas, o que nos mostra que estavam de acordo com as falas das expositoras em relação às diretrizes da nova atuação profissional.

Agora, eu coloco também que a verdade – como disse Safira – pode ter duas colocações: a da classe dominante e a da classe dominada. A tentativa de visualizar o problema da desnutrição, desemprego, falta de habitação e outros problemas sociais que a nossa população vive hoje, é uma tentativa de clarificar, não só para a população, mas também para possibilitar uma opção aos próprios técnicos profissionais para que desenvolvam uma ação, escolhendo o seu lado. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 173).

De acordo com um comentário dirigido à mesa por um participante do evento, “a proposta atual do Serviço Social à luz de uma teoria marxista é que ele precisa atuar através de uma prática revolucionária” (Participante apud CFAS, 1979, p. 173). Entretanto, Ammann (apud CFAS, 1979) apontou que esta não é uma posição única do Serviço Social. Em suas palavras, “eu acho que várias são as propostas do Serviço Social, e algumas fundamentadas na teoria marxista, e outras do Serviço Social, reconceitualizadas, que não se inspiram diretamente na teoria marxista” (Ammann apud CFAS, 1979, p. 174). Entretanto, para além das dificuldades da utilização do marxismo neste momento histórico, que por vezes não consistia em uma leitura correta, a expositora aponta que teve inspiração marxista e que o principal ponto em sua fala consiste em as assistentes sociais se colocarem “ao dispor real dessa opção da classe dominada, porque são elas que vão encontrar o modo de atuar politicamente para alcançar essas mudanças” (Ammann apud CFAS, 1979, p. 174).

A meu ver, o nosso passo inicial é aquele que eu já coloquei, de uma opção política, no sentido de ver definido que a sociedade é formada de classes antagônicas e que, portanto, os objetivos não podem ser comuns, consensuais, eu sou professora dessa disciplina e por isso dou exemplo dela, como postula o desenvolvimento de comunidade tradicional, em que a comunidade é abordada como se fosse harmônica, como se fosse monolítica e como se ela possuísse interesses objetivos e problemas comuns. (Ammann apud CFAS, 1979, p. 174).

A crítica da professora Ammann (apud CFAS, 1979) em relação a sua experiência empírica com a disciplina de desenvolvimento de comunidade mostra que este ponto de vista conservador da profissão conduz a uma ação completamente deturpada das assistentes sociais, que, como visto ao longo deste trabalho, utilizavam modelos prontos, vindos de uma realidade diferente da brasileira. Com isso, mostra-se a importância de um arcabouço teórico que contemple de fato a atuação do Serviço Social no Brasil e que contribua também para o pensamento crítico que estava se desenvolvendo.

Daí a visão teórica, de um fundamento teórico, seguro, de sociedade é importante. Em seguida é uma opção. Vendo que existem duas classes antagônicas, nós teremos que optar por uma delas. Em seguida, a nossa disposição, nossa reflexão e ação, com as diversas frações da classe dominada, já que ela, historicamente, tem disso e o objeto e o sujeito do serviço social. Só essas frações de classe vão descobrir o modo de agir, e elas estão descobrindo, dentro desse contexto sócio-econômico-político atual. (Ammann apud CFAS, 1979, p. 174).

Várias questões referentes à atuação das assistentes sociais foram dirigidas às expositoras, que evidenciaram que “estão eclodindo as ações políticas das frações da classe dominada – sem o conselho nosso, graças a Deus” (Ammann apud CFAS, 1979, p. 174). Tal comentário foi recebido com palmas da plateia. Dentre outras questões levantadas pelo público, se encontravam as contradições básicas entre as classes dominante e dominada, sendo as assistentes sociais trabalhando em meio a estas duas e, por vezes, reproduzindo “a ideologia da classe dominante, no seio, no interior da classe dominada” (Andrade apud CFAS, 1979, p. 180). Um dos questionamentos se referia às possibilidades e dificuldades de romper o vínculo com a classe dominante, sendo que, segundo Andrade (apud CFAS, 1979, p. 180), “o serviço social só se sustenta porque está a serviço da classe dominante”. Para este assistente social presente no evento, “é muito mais uma questão de estratégia, aproveitando as célebres brechas e os célebres espaços, que nos são concedidos” (Andrade apud CFAS, 1979, p. 180).

Eu já sustentei, há algum tempo, uma posição, que depois reformulei, porque de fato eu dizia que tínhamos que romper, não aceitando frontalmente, nos recusando a qualquer trabalho que fosse a serviço da classe dominante. Depois eu vi que de fato isso é impossível, porque simplesmente o serviço social seria fechado, como

estão sendo fechadas as outras situações, que não interessam ao poder. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 180).

Em meio a muitos questionamentos e debates, foi apontado por um participante do evento que “historicamente o serviço social está vinculado, em termos de ação, à classe dominada, mas a sua postura profissional é hierarquizada em relação à clientela”. Com isso se estabelecia “um tipo de relação igual a dominantes e dominados” (Andrade apud CFAS, 1979, p. 181).

O assistente social é um trabalhador assalariado, que atua na relação capital x trabalho e, como apontam Iamamoto e Carvalho (2009, p. 87), um intelectual que pode atuar a favor do capital ou das camadas subalternas – contribuindo “[...] na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade”. O questionamento de alguns assistentes sociais era sobre como colocar em prática uma ação voltada para as classes dominadas, mas sem entrar em choque com a classe dominante. Entretanto, na fala de Andrade (apud CFAS, 1979, p. 180), a expositora se mostrou favorável a entrar em choque com a classe dominante, afirmando que “senão a gente não fará mais um trabalho em prol das classes dominadas. Tem que entrar em choque com a classe dominante”.

Essa pergunta, eu estou entendendo que quem pergunta diz que o assistente social reproduz, na sua ação, com a classe dominada, as expectativas da classe dominada e isso é o que a classe dominante espera dos seus funcionários, espera dos seus profissionais liberais. Daí a necessidade da crítica, da autocrítica, em termos de profissional, para conseguir somar, ao lado da classe dominada, que é o cliente do assistente social. (Ammann apud CFAS, 1979, p. 181).

Na conferência⁸⁵ realizada às 9 horas do dia 26 de setembro, com o tema “Posicionamento do Assistente Social frente à Política Social”, o comentário de Seno Cornely (apud CFAS, 1979, p. 272) evidencia a importância de eventos da categoria do Serviço Social para a organização, conscientização e reflexão crítica dos profissionais: “Este segmento bastante poderoso ainda, de milhares e milhares de técnicos no País, começa a tomar consciência política neste evento aqui, ou em centenas de outros eventos que o Serviço Social realiza por esse Brasil afora”. Sendo assim, como parte da classe trabalhadora, cabe ao Serviço Social encontrar meios para agir junto a ela.

Em outros termos, não somos profissionais liberais, somos trabalhadores assalariados, estamos identificados com as classes trabalhadoras, somos espoliados no nosso salário, diariamente, como qualquer trabalhador brasileiro, de forma menos cruel, mas somos também espoliados. (Cornely apud CFAS, 1979, p. 273).

⁸⁵ Os conferencistas desta conferência foram Seno Antônio Cornely e Luiza Erundina de Sousa.

Segundo Sousa (apud CFAS, 1979), o contexto institucional, em que a prática profissional das assistentes sociais está inserida, está em constante movimento e reproduz as contradições do sistema capitalista. A formação profissional, segundo Sousa, ainda estava calcada nesta demanda institucional, sendo as assistentes sociais treinadas e formadas para atender a demanda das instituições ligadas ao governo. Ou seja, atuar de acordo com os propósitos e no jogo dos grupos dominantes.

A falsa neutralidade da prática proporcional, segundo Sousa (apud CFAS, 1979, p. 276), “serve no jogo do poder, dentro das instituições”, sendo que quem tem mais poder são os grupos dominantes, legitimados pelo Estado. A forma de sair do âmbito fechado da ideologia dominante das instituições, de acordo com Sousa (apud CFAS, 1979), é se unir e reforçar as mobilizações populares, como os movimentos grevistas dos operários.

Precisamos sair do âmbito fechado da categoria dos nossos organismos de classe, para reforçarmos a mobilização popular. Estão abertos à nossa participação os movimentos populares sobre custo de vida, anistia, os movimentos grevistas dos trabalhadores, que precisam de apoio. E só nesses movimentos sociais mais gerais é que a gente aprende a prática política. Não se aprende política nos livros. Cada vez que a gente vive uma circunstância mais complexa de uma prática política é que a gente se dá conta de quanto a gente está destreinado. (Sousa apud CFAS, 1979, p. 277).

Sendo assim, fica evidente a importância da união das assistentes sociais com os trabalhadores grevistas e movimentos sociais, sendo estas experiências importantes para se pensar a nova forma de agir do serviço social, que agora firmava um compromisso ético e político com os trabalhadores. Para Daher (apud CFAS, 1979, p. 313), a relação orgânica da assistente social com as massas contribui para a criação de uma nova hegemonia e um novo modo de ser, assim como contribui para um novo intelectual, “que consiste em mesclar-se ativamente com vida prática, enquanto construtor, o organizador e persuasor permanente”.

Dentro da perspectiva de organização profissional acreditamos, também, que existiriam duas vertentes que poderiam ser exploradas: uma, a organização profissional propriamente dita e a segunda seria a congruência de determinados interesses e reivindicações desenvolvidas pela organização profissional e pela organização dos setores populares de uma maneira geral. Dentro de uma perspectiva da política educativa acreditamos que uma estratégia defendida e desenvolvida conjuntamente entre as organizações profissionais e as organizações dos setores populares, permitem [...] uma série de alternativas potenciadoras que poderiam, perfeitamente, [página danificada] pelos organismos da categoria profissional como são, por exemplo, as atividades de capacitação e de assessoria às organizações da classe trabalhadora ou à organização de setores populares. Acreditamos, inclusive, que essa é uma possível alternativa para a superação de uma visão fragmentária de um processo de luta reivindicatória dentro do quadro profissional dos Assistentes Sociais, e que poderia perfeitamente se abrir e se

articular a um projeto alternativo mais amplo de organização dos setores populares possibilitando, inclusive, a superação dessa visão fragmentária e talvez expresse, inclusive, nesse painel o que se costuma chamar de política social educativa. (Santos apud CFAS, 1979, p. 314-315).

Em um debate, na página 179 a seguinte citação de Andrade apresenta o vínculo orgânico das assistentes sociais com a classe subalterna:

[...] vocês estão aí falando muito de causas, de problemas, vocês estão aí teoricamente dizendo que nós devemos ter vínculo orgânico com as classes trabalhadas, mas, como fazer isso, como descer até uma prática, que tenha caráter político? Eu acho, repetindo um pouco o que eu já disse aqui algumas vezes, que isso deve ser buscado não por nós, num salão de conferências. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 179).

Andrade também apresenta uma estratégia utilizada em um estágio de assistentes sociais em Brasília, a fim de os estagiários não apenas reproduzirem as encomendas colocadas pela classe dirigente através de modelos prontos. A experiência buscava uma forma de atuação consciente e condizente com as reais necessidades dos subalternos.

[...] tentarei falar de uma experiência, um grupo de alunos e professores estamos realizando em Brasília, uma prática de estágio, fora das instituições, porque como algumas perguntas demonstraram, estamos comprometidos, recebemos uma encomenda da classe dirigente, somos pagos por essa classe dirigente para determinadas tarefas, que devem ser cumpridas. Se nós temos esse grande condicionamento, que muitas vezes nos bloqueia e nos impossibilita uma ação de conscientização e de reflexos com a classe dominada, nós tentamos fazer um estágio fora de instituição e estamos atuando junto a empregadas domésticas e junto a faxineiros, aqueles faxineiros que são contratados pelas empresas de prestação de serviços que não têm caráter permanente. Pois bem, estamos atuando com eles nesse sentido, de experimentar uma ação, uma reflexão que não leve modelos, que não tenha uma encomenda já pronta, que não tenha um objetivo pré-determinado, mas que seja uma reflexão, com categorias definidas, em torno dos seus problemas de trabalho e vida - não se podem separar. Então a gente se reúne duas vezes por semana com os faxineiros e tenta refletir com eles, sem levar planos de reunião, sentando na grama com eles, para pensar como é o seu trabalho, como é a sua jornada de trabalho, quantas horas trabalham – e aí vem o diálogo e a reflexão em torno disso. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 179).

Encontramos na análise desta categoria elementos contributivos para uma reflexão crítica da atuação das assistentes sociais neste Congresso, onde assumiram um compromisso ético-político com os trabalhadores, adotando um posicionamento em meio ao contexto histórico em que viviam. Este posicionamento é repensado pela categoria ao longo do congresso e também cobrado pelos próprios usuários, como mostra a fala do operário Sr. Devanir Ribeiro (apud CFAS, 1979, p. 242), “tem um papel importante no meio dos trabalhadores o intelectual também, mas desde que o intelectual se posicione no lugar dele. Ele pode servir como orientador em certas questões.”

A categoria de intelectual orgânico aparece de forma direta na fala de Luiza Erundina de Sousa, que também utiliza as categorias Estado e sociedade civil. Sousa (apud CFAS, 1979, p. 282) faz uma grave denúncia, segundo a qual a ditadura militar teria o objetivo de transformar as universidades públicas em instituições. Segundo a lógica dominante e mercantilista do ensino, as universidades treinariam os alunos para reproduzirem acriticamente funções. Sendo assim, o objetivo da ditadura militar em relação a formação profissional da assistente social almejava que este reproduzisse funções e servisse ao sistema dominante.

Quando você falou, mais especificamente, sobre o posicionamento do assistente social, frente à política social, queríamos lembrar que a profissionalização do assistente social começa nas universidades, ou seja, instituições inseridas no contexto do Estado e da sociedade civil, que têm contribuído sensivelmente para alienar os setores intelectuais, uma vez que o seu objetivo final é qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho e, portanto, oferece um ensino coerente com esse objetivo. Tudo isso, para denunciar, aqui, neste Congresso que existe já em tramitação, a nível do Poder Executivo da União, um projeto de transformação das universidades em autarquias especiais, ou sejam, fundações, que visam a obter recursos próprios, através do ensino pago e dos convênios com as multinacionais, o que em suma virá a elitizar mais o ensino superior e transformar as universidades em instituições diretamente vinculadas ao poder privado. Isso significa que o intelectual orgânico, o assistente social, no nosso caso, será treinado, cada vez mais, para servir ao sistema. (Sousa apud CFAS, 1979, p. 282).

A noção de “intelectual” é utilizada nos anais do III CBAS para se pensar o Serviço Social em seu processo de ruptura com o conservadorismo e na elaboração de um novo agir profissional. Fica evidente pelos expositores a intenção de ruptura com o Serviço Social conservador. Joaquina Barata Teixeira (apud CFAS, 1979, p. 313) aponta que o vínculo das assistentes sociais com a massa os insere “na composição do quadro orgânico de uma nova hegemonia” e em um modo de ser de um novo intelectual.

É claro, que esta é uma questão muito geral que envolve não só o Assistente Social, mas como todos os profissionais entretanto - cabe considerar especificamente que o Assistente Social que queira converter-se num intelectual orgânico das classes oprimidas, ele precisa se libertar da conotação social subordinada, e a partir para repensar a sua prática e a sua teoria no confronto com o estudo da sociedade brasileira em sua heterogeneidade dada pelas relações espaciais da dominação e subordinação dentro do mundo e do próprio espaço nacional. (PALMAS). (Teixeira apud CFAS, 1979, p. 313).

Esta aliança entre as assistentes sociais e os grupos subalternos buscava uma atuação profissional que fosse coerente com os grupos subalternos, o que exigia um compromisso com as classes dominadas nesse processo de luta por transformação na sociedade brasileira. Este posicionamento de parte das

assistentes sociais presentes no congresso causou uma repulsa a ala conservadora, a qual reproduziu os objetivos da classe dominante ao dar voz a assistentes sociais favoráveis ao governo e homenagear nomes da ditadura militar. A ausência dos movimentos sociais, dos operários e de estudantes também foi notado pela parte crítica presente no evento, a qual emitiu a organização do evento notas de repulsa e moções. Esta autocrítica das assistentes sociais em relação ao evento da própria categoria colaborou para que estes se colocassem como intelectuais orgânicos e compreendessem também o protagonismo dos sindicalistas naquele momento histórico, sendo as lideranças convidadas a participarem do final do evento.

Segundo a moção 5, subscrita pelas entidades presentes no III CBAS (CFAS, 1979; p. 428), o momento do congresso foi marcado por profundas alterações no panorama conjuntural brasileiro, no qual os trabalhadores assumiam a luta “por melhores condições de vida e trabalho, pela liberdade de manifestação, expressão e organização”. Esta luta dos trabalhadores trazia “elementos para uma maior reorientação da prática profissional, onde a responsabilidade de assumir posições concretas frente a seu público implica num compromisso real do Assistente Social com a classe trabalhadora” (CFAS, 1979, p. 428).

Nesta análise da categoria de intelectuais orgânicos, apontamos não só o protagonismo das assistentes sociais neste congresso, como também o dos próprios operários grevistas, sendo as lideranças destes movimentos convidadas a comparecer ao III CBAS após a categoria do Serviço Social repudiar o convite de honra a representantes oficiais da ditadura militar e homenagear os trabalhadores, com quem de fato estão comprometidos. Isso nos mostra que, para além das falas do congresso, a ação das assistentes sociais neste evento foi de grande significado para a história de nossa profissão. De acordo com uma nota enviada pelo III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais:

Finalmente, face às tentativas, hoje, dos trabalhadores de se organizarem em torno de suas reivindicações, repudiamos o convite de honra a representantes oficiais do Governo, principalmente ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, (responsável pela abertura do III CBAS) que assume hoje atitudes patronais e repressivas, na medida em que determina a intervenção governamental e a retroação da emancipação da classe trabalhadora (Andrade apud CFAS, 1979, p. 429).

Apesar de estarem presentes assistentes sociais a favor da ditadura militar e das políticas governamentais, a posição hegemônica da categoria foi contra os ditadores e a favor dos trabalhadores. Em uma fala, Andrade (apud CFAS, 1979, p. 435) deixa a seguinte provocação: “Estamos aqui dentro, 3.000 assistentes

sociais e só queria saber se alguém é a favor desse Governo de ditadura. Se não há ninguém a favor, nós estamos unidos numa frente comum”. Outra fala dizia: “Não querem que a gente fale o que a gente quer falar, porque se falarmos vamos despertar a classe trabalhadora para a sua organização e para o movimento que já está deflagrado” (Andrade apud CFAS, 1979, p. 435).

Diante do exposto, a assistente social passa a ser pensada enquanto intelectual orgânica no III CBAS, marcando seu compromisso com as classes subalternas. Estas assistentes sociais tiveram uma atitude revolucionária ao se mobilizarem e se organizarem em meio ao evento, assumindo um posicionamento de ruptura com a ditadura militar. Sendo assim, compreendemos que as categorias gramscianas contribuíram para que esta perspectiva revolucionária estivesse não apenas nas falas do evento, mas também nas ações e medidas tomadas por estas assistentes sociais. As categorias nos mostram que o processo de realização do III CBAS foi marcado por decisões e atitudes inspiradas no pensamento de Gramsci. Encontramos um exemplo disso não apenas pela forma a qual as categorias aparecem nos anais, mas também pela forma a qual as assistentes sociais atuaram no evento – como intelectuais orgânicas.

5.2.4 Dominantes, dominados, dirigentes e dirigidos

No pensamento gramsciano encontramos o fato inegável de que “existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos” (Gramsci, 2009, p. 324). Diante deste fato, os dirigentes tentam encontrar a maneira mais eficaz para se dirigir, a fim de impedir chances de resistência dos dirigidos. Gramsci aponta para a separação e desconfiança entre os dirigentes e os dirigidos:

Desconfiança recíproca: o dirigente acredita que o “dirigido” o engana, exagerando os dados positivos e favoráveis à ação e, por isso, em seus cálculos, deve levar em conta esta incógnita que complica a equação. O “dirigido” duvida da energia e do espírito de decisão do dirigente e, por isso, é levado, até mesmo inconscientemente, a exagerar os dados positivos e a esconder ou diminuir os dados negativos. Há um engano recíproco, origem de novas hesitações, de desconfianças, de questões pessoais, etc. (Gramsci, 2009, p. 205-206).

A burguesia e o proletariado são as classes fundamentais da sociedade capitalista e perfazem uma relação de exploração e dominação. Entretanto, em torno destas classes, encontra-se uma correlação de forças. Dentro desse processo, está em jogo a formação de um bloco histórico no qual as forças

materiais e as ideologias interagem. A classe dominante, em busca de se manter hegemônica, utiliza “controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc.”, assim, as posições hegemônicas do grupo dominante tentam se reforçar (Gramsci, 2009, p. 255). Há um nexos entre dirigidos e dirigentes construído por parte dos dirigentes, que tentam manter uma relação pedagógica com a massa, assim como cooptar intelectuais.

No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente. (Gramsci, 2009, p. 287).

O objetivo das classes dominantes é impedir que as classes e camadas da população excluídas do exercício do poder tomem consciência de suas potencialidades políticas, criem uma cultura que reflita as suas reais demandas e almejem a participação do controle social.

O uso da categoria hegemonia está ligado a capacidade de direção das classes dominantes, mas também a capacidade que a classe operária tem de conquistar as consciências de seus aliados na formação de um novo bloco histórico. Com isso, as categorias de dominantes e dominados em Gramsci apontam para duas classes em constante movimento, buscando conservar ou conquistar a hegemonia. Em Gramsci (2009) a sociedade civil é um campo privilegiado da luta destas duas classes. Através de um embate ideológico, a ideologia dos dirigentes entra em disputa com os dirigidos, que tentam formar uma nova ideologia.⁸⁶ Partindo desta compreensão, a luta pela hegemonia é a luta pela difusão de uma concepção de mundo, que pode ter o objetivo de conservar a estrutura socioeconômica ou a transformar.

Assim, os dominados podem lutar pela hegemonia, ao mesmo tempo que os dominantes buscam a manter. Gramsci (2009, p. 184) aponta que quando ocorre a chamada “crise de autoridade”, as classes dominantes não têm mais o consenso da sociedade, sendo dominante apenas pelo uso da força. Para Gramsci (2009, p. 184), a “crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”.

No período da ditadura se buscou a alienação das pessoas e o aumento das taxas de lucro da elite dominante através superexploração da força de trabalho. O III CBAS representou, na época, um avanço em termos de construção teórica do

⁸⁶ A categoria gramsciana Ideologia será trabalhada no próximo tópico.

chamado *Trabalho Social*, apontando uma proposta na qual o trabalhador social já tinha uma posição no processo de transformação da sociedade. A partir da fundamentação marxista, os palestrantes com um pensamento crítico pensavam em alternativas em busca de se criar um novo fazer profissional, construído a partir de uma base teórica que contemple as classes subalternas e não mais as classes dominantes.

Nos anais do III CBAS foram encontradas 135 citações referentes a “dominantes e dominados”, o que mostra que esta foi uma categoria importante para se pensar os temas do evento. Esta categoria foi utilizada de forma interligada com as demais categorias gramscianas encontradas nos anais, como ideologia, Estado e hegemonia. As palestrantes que mais utilizaram esta categoria foram Assumpção de Andrade (3) e Safira Bezerra Ammann (3). Seguidas por Maria Cabral (2), Madel Luz (2), Walter Uzzo (2), Maria Abramides (2) e Antônio Severino (2).

Quadro 6:
Categorias gramscianas “Dominantes e Dominados” presentes nos anais do III CBAS, de 1979

Palestrante	Página(s)
Antônio Joaquim Severino	60, 61
Assumpção Andrade	173, 179, 180
Joaquina Barata Teixeira	312
José Pinheiro Cortez	19
Leila Santos	315
Luiza Erundina de Sousa	276
Madel T. Luz	128, 130
Maria Abramides	319, 320
Maria H. S. Patto	205
Maria S. R. Cabral	324, 325
Maria Teresa C. Simões	415
Nadir G. Kfourri	21
Participante	123, 124, 175, 176, 266, 433
Participante Ester	243
Safira Bezerra Ammann	173, 174, 181
Seno Cornely	272, 281
Vicente de Paula Faleiros	120, 122
Walter Uzzo	146, 148

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Também foram encontradas cinco citações referentes a “dirigentes e dirigidos”, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 7:
Categorias gramscianas “Dirigentes e Dirigidos” presentes nos anais do III CBAS, de 1979

Palestrante	Página(s)
Assumpção de Andrade	179
Fernando Vasconcelos Theóphilo	144
Lucili Grangeiro	219
Participante	175
Safira Bezerra Ammann	174

Fonte: Elaboração própria, 2023.

As categorias dominantes, dominados, dirigentes e dirigidos são encontradas nos anais do III CBAS interligada com outras categorias, como Estado, ideologia e hegemonia. A questão da dominação de uma classe e as estratégias as quais os dirigentes utilizam para obter o consenso dos dominados aparece em várias partes dos anais, como na fala de Antônio Severino sobre o Estado:

O Estado é a estruturação formal da sociedade, de acordo com um critério que se traduziria na divisão, na conservação e na transferência do poder. O Estado consiste numa relação de dominação de homens sobre homens fundada no instrumento da violência legítima, da violência considerada legítima. Quando se fala aqui de relação, está-se visando uma possível explicação sociológica da realidade estrutural constitutiva do Estado. Essa estruturação e suas justificativas não são conscientemente explicitadas e assumidas pelos seres humanos que formam materialmente o Estado. [...] O Estado acaba definindo e impondo certas normas e valores, em função dos quais pretende justificar a sua ação concreta. O governante, o príncipe apresenta aos governados um discurso no qual são definidas as diretrizes de ação e sistematizadas suas justificativas. (Severino apud CFAS, 1979, p. 60).

Algumas reflexões encontradas estão relacionadas a forma a qual a classe dominante tenta perpetuar no poder, utilizando várias estratégias para conter as classes dominadas, como fraudar o direito de greve:

Pois bem: a Constituição de 1946 garante o direito de greve. Acontece que, meses antes da Constituição de [19]46 ser promulgada, foi editada a Lei 9070 sobre greve, reconhecendo o direito de greve, mas limitando o direito desse, limitando o exercício desse direito a tal ordem que tornava impossível a realização desse direito. Então, vejam vocês como as classes dominantes, manobradas pelo empresariado, conseguiram, de certa forma, fraudar o direito de greve. (Uzzo apud CFAS, 1979, p. 148).

Nos anais do III CBAS as categorias dominantes e dominados foram determinantes para a reflexão sobre a atuação das assistentes sociais. Parte dos questionamentos das assistentes sociais no evento se referia ao fato do serviço social ser uma profissão que atua dentro dos direcionamentos colocados pela classe dominante. Sendo as assistentes sociais trabalhadoras assalariadas,

possuem uma autonomia relativa em relação ao trabalho que desenvolve. Sendo assim, uma das questões do debate foi como o Serviço Social poderia agir de uma forma mais consciente dentro de um campo de atuação limitado pela elite dominante.

A resposta para esta questão foi encontrada na fala de parte dos expositores, apontando para a necessidade de vínculos do Serviço Social para além das instituições de trabalho, formando assim um vínculo com movimentos sociais, movimento operário, etc. Como constatado na fala de Safira Bezerra Ammann (apud CFAS, 1979, p. 173), os problemas sociais, são, em sua maioria estruturais e mudanças estruturais estão fora do alcance do Serviço Social dentro das instituições. Neste aspecto, o papel das assistentes sociais, para Ammann (apud CFAS, 1979, p. 173), seria o de atuar, de forma consciente, junto a movimentos sociais e demais trabalhadores organizados.

Como Assistente Social, eu me posiciono da seguinte maneira: Eu penso que não existem categorias, mas existem classes centrais na sociedade, que são as classes dominante e a classe dominada. E o intelectual não é uma classe a par, mas ele está a serviço da classe dominante e da classe dominada. No caso do Assistente Social, nós trabalhamos com a classe dominada; isto é, com a pobreza, com a miséria, enfim, com a camada que está vinculada à pauperização. Então, não é fato que trabalhar com certa classe, estaríamos a favor da mesma. Nós podemos muito bem trabalhar com a classe dominante e estar a favor da classe dominada, ou vice-versa. (Ammann apud CFAS, 1979, p. 173).

Para se pensar esta nova atuação profissional das assistentes sociais e a articulação com os subalternos, é preciso transformar as práticas do Serviço Social, optando por um novo direcionamento teórico-prático. O Serviço Social, ao escolher ser o instrumento de libertação das classes subalternas e oprimidas, necessita repensar suas próprias práticas profissionais, a fim de as colocar em colaboração com as lutas sociais.

Posso dizer que eu não tenho respostas prontas, mas a única coisa, que posso afirmar, é que eu, como pessoa não como assistente social – acho que devemos, primeiro, descobrir e nos colocarmos ao dispor real dessa opção da classe dominada, porque são elas que vão encontrar o modo de atuar politicamente para alcançar essas mudanças. (Ammann apud CFAS, 1979, p. 174).

Existem dois pontos de vista, o da classe dominante e a da classe dominada e a assistente social, de acordo com as páginas selecionadas, apontam para o compromisso das assistentes sociais com os subalternos. De acordo com a assistente social Assumpção de Andrade (apud CFAS, 1979, p. 179), “eu acho, repetindo um pouco o que eu já disse aqui algumas vezes, que isso deve ser

buscado não por nós, num salão de conferências, como a Assumpção acabou de falar, mas com eles.”

Por fim, os anais do III CBAS apontam a necessidade das assistentes sociais se vincularem às lutas e aos interesses das classes subalternas, assumindo um posicionamento de luta contra a classe dominante. Esta aliança entre as assistentes sociais e os grupos subalternos buscava uma atuação profissional que fosse coerente com os grupos subalternos e exigia um compromisso com as classes dominadas nesse processo transformação social.

5.2.5 Ideologia, filosofia da práxis e subalternos

A categoria Ideologia é uma das concepções fundamentais nos *Cadernos do cárcere*. Segundo Simionatto (1995, p. 73), embora o legado deixado por Gramsci esteja na teoria política, “vamos encontrar nas inúmeras análises que compõem os *Cadernos*, momentos fundamentais que expressam a sua preocupação pelo desvendamento da historicidade das ideologias e a relação destas com o conhecimento científico”. Conforme mencionado em trabalhos anteriores (Araújo, 2018; Lole, Araújo, 2022), o filósofo alemão Karl Marx, em *A ideologia alemã*, define a produção de ideias como consequência da produção material. Em suas próprias palavras, “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” (Marx; Engels, 2007, p. 93). Sendo assim, a subjetividade dos indivíduos é produzida a partir da sua realidade concreta e da estrutura política e social, estando, assim, conectada com a produção. Os homens são então produtores de suas próprias representações e ideias, mas estas estão relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx (2007) faz uma crítica aos neo-hegelianos e à filosofia alemã, pois estes caíram no idealismo e buscaram refúgio em uma concepção exterior ou subjetivista, tentando explicar o mundo através da naturalização e da vontade. Segundo Marx (2007, p.94), o pensamento filosófico alemão “desce do céu à terra”, ou seja, parte daquilo que os homens imaginam e não da realidade dos indivíduos. Para Marx, entretanto, não basta a consciência ou o conhecimento, pois a conquista da liberdade real dos homens só é possível pelo emprego de meios reais presentes na realidade.

Para Marx e Engels (1977, p. 25), “os homens produzem ideias que, como quaisquer outras manifestações humanas, são resultado da atividade de homens reais, não têm existência autônoma, são a expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades”. Antonio Gramsci é, nesse ponto, adepto das teorias de Marx. Portanto, também parte da noção de que “a tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias não é de caráter psicológico ou moralista, mas sim de caráter orgânico gnosiológico” (Gramsci, 2009, p. 52).

Gramsci (2009) aponta que as ideologias se expressam através das relações sociais e derivam, em última instância, dos movimentos da estrutura da sociedade, pois a estrutura econômica da sociedade determina uma superestrutura e as possíveis formas de consciência social. Recuperando a fonte, Gramsci (2009) retoma o prefácio à *Crítica da economia política*, segundo o qual:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social... Ao chegar a uma determinada fase do desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolvem até aqui. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela... Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no ceio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. (Marx *apud* Gramsci, 2009, p. 157).

Ideologia pode ser entendida em Marx como conscientização para enfrentamento dos conflitos sociais, uma orientação para a atuação prática em um mundo dividido em classes. Em Gramsci (2009, p. 237) encontramos a distinção de dois tipos de ideologias, as “ideologias arbitrárias, cerebrinas, voluntaristas” e as “ideologias historicamente orgânicas”.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são arbitrárias, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (Gramsci, 2009, p. 236-237).

As ideologias historicamente orgânicas apresentam-se como uma concepção de mundo e se manifestam na superestrutura da sociedade, através de todas as manifestações da vida individual e coletiva. Quando historicamente necessárias, segundo Simionatto (1995, p. 75), as ideologias orgânicas podem organizar as massas e fornece-lhes consciência da sua posição, induzindo-as à luta. Ainda de acordo com Simionatto (1995, p. 73), a categoria Ideologia na concepção gramsciana “tem um peso decisivo na organização da vida social e se torna força material quando ganha consciência das massas”.

Na ideologia orgânica encontramos a “filosofia da práxis”, ou seja, o marxismo – que é uma ideologia justamente porque conscientiza para a luta de classes e para a transformação da sociedade (Simionatto, 1995, p. 76). Semeraro pontua que Gramsci é quem “explicita, amplia e atualiza de maneira original as virtualidades da filosofia da práxis, mostrando-a como expressão revolucionária das classes subalternas, que se organizam politicamente para romper com a submissão e se tornarem dirigentes” (Semeraro, 2014, p. 131).

Segundo Simionatto (1995, p. 77), a filosofia da práxis se engendra no processo histórico “como expressão necessária de uma determinada ação histórica”. Essa expressão não é propriamente de Marx, mas criada por estudiosos da produção desse autor. Entretanto, na I Tese sobre Feuerbach, Marx (2007, p. 99) define práxis como “atividade humana sensível”, especificando que ela consiste na junção da atividade “prático-política” e que é “revolucionária”. Esta nova maneira de conceber a filosofia está presente também na XI tese de Feuerbach, a qual diz que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, trata-se agora de transformá-lo” (Marx, 2007, p. 118). De acordo com Semeraro (2014, p. 132), em Marx “a solução não podia ser encontrada apenas em uma filosofia que se limitava a fazer a crítica das ideias, mas na ‘práxis revolucionária’”. A revolução é vista aqui como força motriz da história e se torna possível aos trabalhadores se tornarem cientes das contradições da realidade e da condição de exploração em que vivem – podendo estes transformar a própria estrutura da realidade.

O sentido revolucionário da Filosofia da práxis, inaugurado por Karl Marx, foi aprofundado e ampliado por Gramsci, sendo, de acordo com Simionatto (1995, p. 73), uma das concepções fundamentais nos *Cadernos do cárcere*. Gramsci seguiu o pensamento de Marx de que filosofia não é apenas uma produção de ideias, mas ação prática e atividade concreta. Segundo Semeraro (2014, p. 137), as reflexões desenvolvidas por Gramsci em relação à filosofia da práxis visam

“resgatar o marxismo na sua integralidade e originalidade, protegendo-o das distorções teóricas”.

Para Gramsci, “a filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (2009, p. 388), uma vez que as classes subalternas abrem caminho para se organizarem e se emanciparem – unindo conhecimento e ação. A filosofia da práxis “é uma concepção de massa, uma cultura de massa, que opera para construir uma nova civilização” (Semeraro, 2014, p. 134).

O marxismo em Gramsci não é visto apenas como método, mas como uma filosofia que, dialeticamente, relaciona o conhecimento com o agir prático. Conforme Semeraro (2014, p. 131), Gramsci é quem “explicita, amplia e atualiza de maneira original as virtualidades da filosofia da práxis, mostrando-a como expressão revolucionária das classes subalternas, que se organizam politicamente para romper com a submissão e se tornarem dirigentes”.

De acordo com Gramsci (2009, p. 96), no terreno do senso comum⁸⁷ as classes subalternas incorporam as ideologias das classes dominantes. O senso comum é utilizado pelos dominantes a fim de buscar a passividade popular e bloquear a autonomia histórica dos subalternos, com o intuito de que estes não alcancem uma filosofia superior e não assimilem uma nova concepção de mundo. A classe dominante consegue impor a sua ideologia, segundo Simionatto (1995, p. 79), porque tem o poder econômico que representa uma grande força no seio da sociedade civil e porque detém a posse do Estado e dos principais aparelhos privados de hegemonia. Segundo este pensamento de Marx em *A Ideologia Alemã*:

As ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo, e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (Marx; Engels, 1986, p. 72).

Gramsci, entretanto, supera esta visão de Marx, pois, como foi analisado anteriormente nesta dissertação, uma classe pode ser hegemônica enquanto a outra ainda é dominante. Isso ocorre, por exemplo, no campo cultural, no qual a ideologia da classe subalterna pode se tornar dominante enquanto a classe

⁸⁷ Segundo Simionatto (1995, p. 81), Gramsci não propõe a destruição do senso comum, mas a substituição deste por uma nova concepção mais coerente que esteja em conexão com a luta política de uma classe. Parte-se do cotidiano para esclarecer e revolucionar o próprio cotidiano e mais além.

dominante ainda está no poder. Segundo Gramsci (2009, p. 96), “a filosofia marxista é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’, que contrapõe ao senso comum”. Ou seja, ao se fazer a crítica ao senso comum e às ideias dominantes, nota-se a possibilidade de uma nova consciência vinda das classes subalternas, que se encontra em disputa ideológica por hegemonia com a classe dominante. Sendo assim, a filosofia da práxis:

Não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (possíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. (Gramsci, 2009, p. 388).

Para Simionatto (1995, p. 85), no pensamento de Gramsci encontramos a necessidade da criação de novas ideias, nova cultura e uma nova visão de mundo, que venha das classes subalternas, que seja crítica, coerente e que se enraíze na sociedade com a mesma intensidade que as crenças tradicionais. Torna-se necessário realizar uma crítica à condição imposta pelas classes dominantes às classes subalternas, a fim de que os subalternos construam uma nova concepção e percepção do mundo. Trata-se da passagem do modo de pensar desorganizado e folclórico para um pensar crítico e histórico – que interfira nas lutas concretas e nos problemas práticos vividos pelas classes subalternas. Segundo Simionatto (1995, p. 80), “o conceito de ideologia assume, assim, um novo sentido na medida em que uma determinada relação de hegemonia pode ser rompida em favor de uma nova, ou seja, de um novo bloco histórico”.

Ao reconhecer que “todos os homens são filósofos”, Gramsci (2009, p. 93) procura “destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”. Semerano (2014, p. 138) destaca que, com esta frase, Gramsci quebra o monopólio dos “filósofos profissionais”. Após esta reflexão, Gramsci (2009, p. 93) passa a um segundo momento, o da “crítica e da consciência”, ou seja, o do não meramente “participa” de uma concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente”. Gramsci (2009) propõe, então, uma concepção de mundo coerente, crítica e que que emana das classes subalternas. A ideia central da filosofia da práxis em Gramsci é a de que os subalternos são os verdadeiros agentes transformadores

de sua própria história e que são partes ativas e integrantes na luta pela construção de uma nova sociedade.⁸⁸

Gramsci também utiliza ao longo dos *Cadernos do cárcere* as categorias “grupos subalternos” e “subalternidade”. O termo subalternidade, apesar de citado por Gramsci na obra *Cadernos do cárcere, Vol. 3*, raramente aparece definido de modo sistemático. Na nota 48, intitulada “Passado e Presente. Espontaneidade e direção consciente”, Gramsci (2009, p. 194) apresenta que as classes subalternas têm como característica a “espontaneidade”⁸⁹ e que, com isso, os elementos de “direção consciente” são impossíveis de controlar. Segundo o autor italiano:

Pode-se dizer, por isso, que o elemento espontaneidade é característico da “história das classes subalternas”, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe “para si” e que, por isso, sequer suspeitam de que sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais dela. (Gramsci, 2009, p. 194).

O uso dos termos “subalterno”, “subalternidade” e “classes subalternas” aparece com significativa regularidade nos trabalhos acadêmicos do Serviço Social brasileiro. Gramsci (2009) busca a superação da subalternidade, de modo a direcionar de forma consciente os movimentos ditos espontâneos e elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política. Negligenciar ou desprezar os movimentos ditos “espontâneos” e não lhes dar uma direção consciente, segundo Gramsci (2009, p. 197), “pode ter frequentemente consequências muito sérias e graves”, pois, “ocorre quase sempre que um movimento espontâneo das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante”.

Nos anais do III CBAS, a questão da ideologia é pensada, sendo o Serviço Social uma profissão que pode agir a favor da classe dominante ou da classe dominada. Diante das falas deste evento, é possível notar que algumas colaboravam com a ideologia dominante, através de elogios à ditadura militar e propagandas governamentais. O que mostra que parte dos expositores, presentes no começo do congresso, agiu como produto da classe dominante. A categoria “ideologia” foi utilizada nos anais 29 vezes. O palestrante que mais utilizou esta categoria foi Seno Cornely (4), seguido por Antônio Severino (3), Maria Abramides (2) e Joaquina Barata Teixeira (2), conforme podemos observar no quadro abaixo:

⁸⁸ Em Gramsci (2009, p. 24), o conceito de bloco histórico consiste na “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura)”.

⁸⁹ O termo “espontaneidade” é usado por Gramsci (2009, p. 196) não no sentido de “uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente”, mas sim “através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’”.

Quadro 8:
Categoria gramsciana “Ideologia” presente nos anais do III CBAS, de 1979

Palestrante	Página(s)
Antônio Joaquim Severino	60, 61, 62
Assumpção Andrade	180
Evaldo A. Vieira	216
Joaquina Barata Teixeira	311, 312
Luiza Erundina de Sousa	276
Maria Abramides	319
Maria H. Patto	205
Maria L. C. Silva	25
Maria P. Sabóia	303
Maria S. Cabral	323
Maria Y. Gomes	183
Marina Pessoto	332
Moção	434
Myriam Baptista	452
Participante	123, 201
Participante Ester	243
Proposição CBASSP	449
Regina Campos	344
Seno Cornely	270, 280, 284, 286
Valdemar Angerani	391
Vera L. Soraya	335
Vicente de Paula Faleiros	122

Fonte: Elaboração própria, 2023.

As categorias gramscianas contribuem para a análise da realidade, em especial a brasileira, apontando o caminho da organização e conscientização da classe subalterna, a fim de que esta constitua uma cultura própria, que sirva de resistência e luta diante das mudanças do mundo do trabalho. O pensamento gramsciano relacionado aos subalternos é refletido ao longo dos anais do III CBAS, mas esta categoria aparece apenas três vezes ao longo do documento, através das falas de Maria Helena Souza Patto, nas páginas 203 e 204 e Seno Cornely, na página 271. A categoria Práxis aparece no texto nos anais nas páginas 22 (por José Cortez), 205 (Maria Helena S. Patto) e 369 (Thaís M. Burnier).

O sentido revolucionário da filosofia da práxis no pensamento de Gramsci compreende o marxismo como uma filosofia capaz de organizar uma nova racionalidade. Desta forma, as reflexões gramscianas são relevantes para se contrapor às ideologias da classe dominante e para se pensar em formas de resistências para a classe e grupos subalternos. Os anais do III CBAS está em concordância com este pensamento, sendo um registro da união das assistentes sociais com os subalternos em luta. Este documento aponta para a intenção de construção de um novo tipo de sociedade, que atenda as reais necessidades dos subalternos. Sendo assim, traz uma perspectiva revolucionária, que os permitem

pensar estratégias com as classes e grupos subalternos a fim de que unam forças para transformar a sociedade.

De acordo com a moção número 5, subscrita pelas entidades presentes no III CBAS:

Vemos que este momento, de profundas alterações no panorama conjuntural brasileiro, onde os trabalhadores vêm assumindo sua luta por melhores condições de vida e trabalho, pela liberdade de manifestação, expressão e organização, traz elementos para uma maior reorientação da prática profissional, onde a responsabilidade de assumir posições concretas frente a seu público implica num compromisso real do Assistente Social com a classe trabalhadora. (CFAS, 1979, p. 428).

A categoria filosofia da práxis não aparece de forma direta nos anais do III CBAS, mas encontramos, desde o início do material, falas que expressavam a ideia de transformação, mudança, organização e conscientização das massas, para que estas tenham o poder de transformar a sociedade. Ao longo dos anais acompanhamos um processo de mudança do evento, com a profissão do Serviço Social rompendo com os representantes da ditadura e se colocando ao lado dos sindicalistas e movimentos sociais organizados.

Com isso, para a seleção deste material, buscamos as partes do texto em que as palavras “consciência”, “organização”, “mudança” e “transformação” tenham o sentido foram usadas com o sentido gramsciano de organização e conscientização dos subalternos, de forma que estes mudem a realidade. Não foram selecionadas partes que estas palavras aparecem com o sentido de reformismo e dentro de interesses governamentais. Foram acrescentadas, também, as partes do texto em que foram encontradas a palavra “páxis”.

Dentro deste critério, foram encontradas citações em 102 páginas, o que mostra a imensa contribuição desta categoria para os anais, assim como para a nova atuação profissional e no compromisso firmado com os trabalhadores. Quem mais utilizou palavras, de forma que mais se aproximaram a ideia de filosofia da práxis de Gramsci, foi Luiza Erundina de Sousa em 8 páginas. Em seguida, Seno Cornely (7), Letícia Carneiro (6), José Cortez (6) e Maria Abramides (4).

Quadro 9:
Categoria gramsciana “Filosofia da práxis” presente nos anais do III CBAS, de 1979

Palestrante	Página(s)
Abigail Souza	423
Ana Lúcia	193
Anney Andraus	246
Argemira Rocha	399
Assumpção Andrade	177, 178, 179, 180, 435
Devanir Ribeiro	242, 246, 250
Ecléa Guazelli	105
Evaldo Vieira	216, 220, 221, 222
Herval Ribeiro	227, 234,
Isolde Venturelli	382
João Andrade	236, 238
Joaquina Barata Teixeira	312
José Dantas	311
José Moisés	199
José Oliveira	420, 421
José Pinheiro Cortez	10, 12, 13, 16, 19, 20
José Vieira	381
Leila Bugalha	329, 330
Leila Santos	314, 315
Letícia Carneiro	395, 397, 402, 403, 418, 419
Lucili Grangeiro	219
Luiz I. L. Silva	455, 456, 457
Luiza Erundina de Sousa	275, 277, 278, 279, 283, 285, 304, 454
Madel T. Luz	128
Maria Abramides	319, 320
Maria E. Pessoa	323
Maria Godinho	77, 78
Maria H. Patto	205, 209
Maria Simões	415
Maria Teixeira	453
Moção	428, 432, 433, 441
Myrian Natalini	452
Ornélia Motta	224
Participante	143, 175, 176, 194, 212, 223, 255, 263, 283, 334, 401
Participante Bia	197
Participante Hélio Augusto	184
Regina Campos	343
Safira Bezerra Ammann	172, 174
Seno Cornely	270, 272, 273, 274, 282, 284, 285
Vicente de Paula Faleiros	109, 113, 118, 120
Vicentina Velasco	316, 317
Walter Uzzo	149, 157, 159
Yolanda Souza	208

Fonte: Elaboração própria, 2023.

As exposições da mesa “Realidade e diretrizes sociais e assistência social”, do dia 25 de setembro de 1979, apontam para a direção de luta e resistência da classe trabalhadora. Neste dia o debate teve como ponto de partida um cine-fórum após a exibição dos filmes “Migrante” e “Restos”, de 1972.

Dentre as falas lidas pelo moderador, referentes ao debate sobre os filmes, participantes apontavam a necessidade da “reformulação das estruturas” e de conscientização da categoria, para assim conseguirem estar ao lado dos trabalhadores e movimentos sociais em suas lutas pela democracia e por melhores condições de vida.

[...] que nós nos coloquemos ao lado da população, não como mentores intelectuais, mas como aqueles que somam com a população e que têm algo de específico, enquanto formação de profissionais voltados para as humanidades, ou seja, voltados para o ser humano. Não é tão complicado. É só começar. E vamos começar do começo, vamos começar a lutar. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 176).

De acordo com Andrade (apud CFAS, 1979, p. 177), as ações paliativas realizadas pelo governo não resolvem questões estruturais da sociedade brasileira, não levam à transformação e, com isso, não são válidas: “É preciso haver uma concentração numa ação que leve à transformação, que leve à mudança da própria sociedade e às causas, que criam esses problemas”.

Claro que não cabe ao assistente social sozinho, D. Quixote, fazer essa transformação, mas cabe, dentro do conjunto geral, no caso de profissionais liberais, juntamente com os médicos, com os engenheiros, com os arquitetos, forçar que se trace uma política em que os recursos existentes sejam prioritariamente ou exclusivamente empregados numa ação de transformação, [não] numa ação de manutenção, que simplesmente permita que o que está aqui, esses problemas existem hoje, se perpetuem, ou que não criem crises, que venham a obrigar a uma transformação dos problemas existentes. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 177).

Segundo Andrade (apud CFAS, 1979, p. 177), estamos comprometidos com a classe dirigente, e somos pagos para determinadas tarefas, que devem ser cumpridas. Entretanto, o fazer profissional deve ser “uma ação de conscientização e de reflexos com a classe dominada”.

Busca-se, assim, a consciência da população a fim de se encontrar meios para modificar a realidade da época, marcada pela ditadura militar, e se compreende o Serviço Social como uma profissão inscrita na superestrutura da sociedade, sendo uma profissão permeada por lutas ideológicas e que pode contribuir para a formação de uma nova hegemonia, ao lado das classes dominadas. Andrade aponta para a importância de escutar os mais diversos trabalhadores e refletir com eles sobre alternativas diante da realidade.

Pois bem, estamos atuando com eles nesse sentido, de experimentar uma ação, uma reflexão que não leve modelos, que não tenha uma encomenda já pronta, que não tenha um objetivo pré-determinado, mas que seja uma reflexão, com categorias definidas, em torno dos seus problemas de trabalho e vida – não se podem separar. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 179).

A importância de se escutar e aprender com a população organizada transparece no III CBAS e no cine-fórum realizado às 9 horas do dia 25 de setembro, com o tema “Realidade e direitos sociais e habitação”, que trouxe falas de líderes de moradores de favelas, como a do Sr. Francisco Espíndola.

Outra coisa que considero importante é a participação do pessoal de bairros aqui, cuja consciência política me deixou realmente impressionado. Acho que foi colocada uma série de questões, desde a relação de capital, questões de multinacionais e também de como o Estado assume as suas funções, etc. Agora, pela palavra dos dois líderes dos moradores em favela, surgiu uma questão fundamental, que é a capacidade de organização que tem a população. Se observarmos essa capacidade de organização existente hoje, em que há também uma conquista de espaço e de participação por baixo, essa possibilidade de organização vai-se ampliando e deveríamos ter em mente que essas possibilidades de solução dos diversos problemas não está na possibilidade de organização do setor A ou do setor B, isoladamente, mas na possibilidade dos diversos setores cruzarem as suas informações, na possibilidade de eventualmente organizações de moradores começarem a unificar as suas reivindicações com as daqueles que estão lutando nas fábricas e outros setores da sociedade. (Moisés apud CFAS, 1979, p. 199).

De acordo com Moisés (apud CFAS, 1979, p. 199), um primeiro passo frente à ideologia dominante seria a organização de congressos como o III CBAS, que são importantes para a finalidade de, entre outros assuntos, conscientizar os profissionais das causas geradoras da pobreza. Como segundo passo, para este expositor, “é preciso começar a construir uma práxis libertadora em nossas áreas de atuação. Paulo Freire já se encarregou de definir os objetivos e a metodologia de uma pedagogia libertadora” Diante desta fala, acompanhamos que, além de Althusser e Mao-Tsé-Tung, Paulo Freire também foi citado de forma direta pelos anais do congresso. Apesar de Gramsci não ter o nome citado nos anais, suas categorias e ideias aparecem por todo o material, sendo estes pensadores importantes para a formação do pensamento crítico do Serviço Social.

Isso é mais dentro da posição educativa do Serviço Social, em formar uma consciência crítica, porque nosso pessoal, se não tiver essa visão, realmente será levado por qualquer maré... Aceito que como classe, como categoria social, nós temos nossos mecanismos legais e devemos lutar por nossos direitos, com relação à nossa profissão. Com relação ao movimento político, só poderemos fazer alguma coisa de estável no momento em que o povo tenha a consciência crítica, para poder decidir, e não ser levado por impulsos de alas esquerdas ou direitas, ou de qualquer movimento que apareça, sem saber realmente que está acontecendo... As pessoas podem ser levadas a pensar, raciocinar e decidir-se, mas não devemos passar-lhes nossas próprias ideias. (Grangeiro apud CFAS, 1979, p. 219).

Evaldo Amaro Vieira trouxe para o debate a questão de que certas profissões, como o serviço social, teria a função de levantar a consciência crítica das pessoas. Vieira (apud CFAS, 1979, p. 220) questiona o que é consciência

crítica e aponta que “criar consciência crítica, injetar, é coisa de vanguardismo, que entende que temos condições de desalienar o povo brasileiro”.

A questão da consciência crítica não se coloca, primeiro, no sentido de dizer que a consciência crítica tem sido injetada como papel do Assistente Social. É uma posição muito elitista entender que nós, onipotentemente, temos a função de sair por aí tirando a ingenuidade das pessoas e dando a elas uma visão crítica da sociedade. Inúmeros exemplos históricos existem de que a visão crítica decorre da própria experiência – experiência que qualquer homem comum pode ter. No entanto, nossa função em um País onde 3,4% chegam à Universidade é apenas de encaminhar criticamente soluções, e não criar essa consciência. Exemplo: de repente, em meio a uma situação política inteiramente fechada, aparece uma série de greves altamente organizadas e muito além daquilo que os famosos teóricos pensavam que podiam fazer ou sugerir. (Vieira apud CFAS, 1979, p. 221).

A greve dos operários de 1978 e 1979 foi lembrada em muitas falas do evento, servindo de exemplo de mobilização, organização, conscientização e luta para as assistentes sociais. Uma das participantes do evento apontou que “a mobilização existe quando se conquista o espaço. Exemplo concreto disso é que, com lei de greve, greve proibida e essas coisas todas, ela estourou no ABC”. (Participante apud CFAS, 1979, p. 240). Na Exposição realizada no dia 25 de setembro, como tema “Realidade e direitos sociais e o trabalho”, que apresentou o filme “Greve”, de João Batista de Andrade (apud CFAS, 1979, p. 241), a comissão organizadora do evento foi cobrada em uma pergunta dirigida à mesa: “Chegou-se a convidar o Lula para vir participar desta palestra? Se não foi, por quê?”.

O debate após a exibição do filme “Greve” contou com a presença de alguns metalúrgicos que apoiaram e participaram do filme, que enfatizou e deu visibilidade aos objetivos da greve dos trabalhadores. Um dos grevistas presentes no evento, o dirigente sindical Sr. Devanir Ribeiro (apud CFAS, 1979, p. 241), afirmou: “Vou dizer quanto ao setor metalúrgico: os assistentes, mais precisamente na empresa onde eu trabalho, ficaram do lado do patrão, ficaram do lado de lá!”. Dentre várias perguntas relacionadas às greves, que foram direcionadas ao Sr. Devanir Ribeiro, uma questionava qual papel o Assistente Social deveria desempenhar no Sindicato brasileiro.

Acho que ele deve caminhar junto com o movimento sindical, mas primeiro, ele deve estar ao lado do trabalhador, não ao lado dos patrões (Palmas.) É preciso uma definição; foi por isso que fiz a pergunta a todos. O assistente social tem que se definir. Ou ele está de um lado, ou ele está do outro. Acho que o assistente social tem e deverá ter um relevante papel nos movimentos de classe e de grande interesse para os trabalhadores, porque o assistente social é que pode orientar, mas orientar daquela forma em que ele não pende nem de um lado, nem para outro; ele tem que ser um profissional, e não com aquelas respostas que talvez dão ao trabalhador, que são mais tendenciosas; elas pendem mais para um lado e,

infelizmente, estão pendendo para o lado maior, e a balança está sempre caída do lado de lá! (Ribeiro apud CFAS, 1979, p. 242).

Ao longo do congresso, ficou cada vez mais nítida a importância do movimento operário para aquele momento histórico do final da década de 1970, e era criticada pelos participantes a ausência destes trabalhadores no III CBAS. A prática política e a transformação da sociedade tinham como protagonistas os metalúrgicos grevistas, sendo estes trabalhadores requisitados no congresso.

Quando o poder não vem do povo, não é poder, é um falso poder. Mas não é menos poder, porque ele tem poder, inclusive de reprimir o povo, de deixar que o povo chegue ao ponto de considerar que ele não pode conquistar o poder. E é o que faz de pior para o povo – é quando se tira dele a consciência da sua própria capacidade. (Sousa apud CFAS, 1979, p. 278).

Segundo Sousa (apud CFAS, 1979; p. 278), os “assistentes sociais, se é que estamos comprometidos realmente com a mudança, não temos que ter medo de pensar nessa instância de poder, que é o aparato político-partidário”. Dentre as mudanças propostas para o serviço social, se encontrava uma prática institucional crítica e coerente, sustentada por uma análise conjuntural estrutural. Tudo isso em articulação com os subalternos. “Existe um desafio enorme pela frente. Temos que nos organizar nas nossas bases” (Sousa apud CFAS, 1979, p. 278).

A meu ver, a gente teria que se associar, efetivamente, e quando eu digo efetivamente não só é através de discursos e moções, é também através de uma prática concreta associar-se aos movimentos sociais mais gerais, que debate custo de vida, anistia e, inclusive, se integrar, enquanto organismo de classe, no Movimento de Unidade Sindical. Acho que na medida em que tivermos uma presença concreta, legitimamente reconhecida pela categoria, nesses organismos, que estão representando os interesses populares, estaremos dando uma contribuição efetiva ao processo de mudança e ao processo de redemocratização do País. (Sousa apud CFAS, 1979, p. 285).

Apesar da importância de se refletir a nova atuação das assistentes sociais no III CBAS, aponto também para o significado prático deste evento, sendo o momento em que a categoria realizou uma autocrítica e assumiu um laço de comprometimento com os trabalhadores. No dia 25 de setembro foi realizada uma assembleia no Palácio de Convenções do Anhembi, São Paulo. Dentre as proposições elaboradas nesta assembleia, constava a “necessidade de participação de elementos das comunidades e lideranças sindicais em todas as mesas e painéis do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais” (Andrade apud CFAS, 1979, p. 254).

Ao final das atividades do III CBAS, em decorrência das críticas feitas à Comissão Organizadora, destituiu-se a mesa de honra, na qual continha

representantes da ditadura militar. Os homenageados, como visto, passaram a ser os trabalhadores. Segue abaixo parte de uma das notas de repúdio recebida pela comissão organizadora, enviada pelo III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais:⁹⁰

Finalmente, face às tentativas, hoje, dos trabalhadores se organizaram em torno de suas reivindicações, repudiamos o convite de honra a representantes oficiais do Governo, principalmente ao Ministro do Trabalho Murilo Macedo (responsável pela abertura do III CBAS) que assume hoje atitudes patronais e repressivas, na medida em que determine a intervenção governamental e a retroação da emancipação da classe trabalhadora. Tais medidas, junto a outras punições, têm atingido duplamente líderes sindicais em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes de toda política governamental que reprime manifestações populares. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 429).

A destituição da mesa de honra à ditadura militar e a substituição por sindicalistas aponta para a nova postura do serviço social, que possibilitou a livre manifestação de todos os participantes do III CBAS e permitiu que se firmasse um processo democrático. O Congresso também permitiu uma ampla reflexão sobre os diferentes posicionamentos ideológicos que permeiam a prática profissional. Nesse sentido deve ser destacada a coerência do compromisso assumido pelas assistentes sociais diante do contexto histórico que eles estavam atravessando e também em relação aos debates desenvolvidos ao longo do congresso no que se refere à atuação das assistentes sociais. A mesa final do III CBAS, realizada no dia 29 de setembro, no Grande Plenário do Palácio das Convenções do Parque Anhembi, São Paulo, contou com a presença do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

Para nós, trabalhadores, é motivo de muita honra sermos convidados, num momento em que, numa demonstração soberana de democracia, vocês conseguem repudiar uma Mesa de honra, de autoridades presentes, que não fizeram outra coisa neste País, senão massacrar todo um povo. (Lula apud CFAS, 1979, p. 455).

Lula (apud CFAS, 1979, p. 455) expôs a violência da ditadura militar e afirmou que “não é com atos de repressão, não é com ditadura, não é matando o trabalhador, que vamos encontrar soluções para os problemas do povo brasileiro”. Lula defendeu a democracia e a importância da organização das assistentes sociais:

⁹⁰ Nota de repúdio elaborada pelo Sindicato de Assistentes Sociais do Estado de Minas Gerais; Sindicato de Assistentes Sociais do Estado do Ceará; Sindicato de Assistentes Sociais de Porto Alegre (RS); Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo; Associação Profissional dos Assistentes Sociais da Bahia; Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Distrito Federal; Associação Nacional dos Assistentes Sociais do Pará, entre outros.

É praticando a democracia, que vamos encontrar soluções para os problemas do povo brasileiro. É praticando a democracia, que vocês aqui praticaram. É discutindo os problemas de vocês, como vocês discutiram, que encontraremos o caminho digno para esse povo brasileiro. (Lula apud CFAS, 1979, p. 455).

Em sua fala, Lula (apud CFAS, 1979; p. 455) também afirmou que as assistentes sociais “têm um compromisso muito grande com a classe trabalhadora” e com o futuro do povo.

[...] saio daqui satisfeito, por ver o alto nível da discussão. Por ver que a preocupação de vocês não é apenas por mais um simples emprego, onde poderiam receber uma boa oneração, mas é pelos problemas sociais que enfrenta o povo brasileiro, hoje. Em todo esse processo de abertura, em todo esse processo de anistia que a sociedade conseguiu, é lamentável que a gente perceba que alguns companheiros voltam e outros vão para o cala- bouço. E me preocupa muito, me preocupa, porque aqui no Brasil, historicamente, as aberturas foram feitas para as elites, e para o povo a cadeia, para o povo a fome, para o povo a ignorância! [...] os assistentes sociais têm de ter um compromisso com a sociedade brasileira, porque o papel mais importante do assistente social já foi dito aqui por uma companheira, que me antecedeu, não é o de ser submisso ao poder econômico, não é o de ser submisso ao Estado, mas é de ser submisso à sociedade, à coletividade como um todo (PALMAS). (Lula apud CFAS, 1979, p. 456).

Através da fala de Lula podemos notar a relevância que o compromisso das assistentes sociais com a classe trabalhadora tem para os operários grevistas, assim como o ponto de vista destes trabalhadores sobre o III CBAS. Embora o Serviço Social tenha recebido críticas em meio ao congresso, inclusive por um metalúrgico, devido a sua atuação em favor das classes dominantes, a profissão conseguiu se repensar e compreender o seu papel ao lado dos trabalhadores.

Haverá o dia em que todos nós, juntos, trabalhadores braçais, assistentes sociais e intelectuais, políticos e todos aqueles comprometidos com o interesse do povo, estaremos numa praça dando a mesma demonstração que deram os estudantes de São Luiz do Maranhão, dando a mesma demonstração que deram os metalúrgicos de São Bernardo, os motoristas de Pernambuco, os trabalhadores da lavoura de cana de Mato Grosso, os trabalhadores rurais do Estado de Pernambuco, os professores de Pernambuco, os lixeiros de São Paulo, os coveiros de São Paulo e do Rio de Janeiro, os metalúrgicos do Rio de Janeiro; haverá o dia em que todos nós nos levantaremos sem um pinga de medo, também sem um pinga de ódio, mas haverá o dia em que todos nós nos levantaremos, chegaremos à praça pública e gritaremos, em alto e bom som: povo sofredor, seca a vossa lágrima! Escravos, levantai-vos da vossa prostração! Muito obrigado. (Lula apud CFAS, 1979, p. 547).

Após a fala de Lula (apud CFAS, 1979, p. 547), o plenário do III CBAS o aplaudiu demoradamente e gritou o slogan “o povo unido jamais será vencido”, o que apenas demonstrou o compromisso assumido pelas assistentes sociais naquele momento. O III CBAS estabeleceu uma nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com os trabalhadores, com o Serviço Social se colocando abertamente em aliança com movimentos organizados na luta contra a

ditadura, “uma marca pública da força do compromisso ético da categoria com a classe trabalhadora”, explica Sposati (2009, p. 94).

Como visto ao longo da exposição das ideias centrais do III CBAS, este evento aponta para a intenção de construção de um novo tipo de sociedade, que atenda as reais necessidades dos subalternos. Sendo assim, este material traz uma perspectiva revolucionária, na qual as assistentes sociais e grupos subalternos, através da organização e da conscientização, unem forças a fim de transformar a sociedade e construir um novo bloco histórico. Esta perspectiva revolucionária foi gerada na luta de classes, implicando a assistente social optar por uma concepção de mundo vinculada aos interesses das classes dominadas ou subalternas. Compreendemos que a categoria de filosofia da práxis permeia a ação destas assistentes sociais, que não apenas questionaram e refutaram a ideologia dominante impregnada no congresso, como agiram na prática em favor da classe trabalhadora.

Cabe observar que o pensamento de Gramsci aparece na ideia central dos anais do III CBAS, sendo utilizado para se pensar a problemática da ideologia, conscientização, organização e luta dos subalternos. Entretanto, as ideias de Gramsci tiveram pouco aprofundamento teórico.⁹¹ As categorias gramscianas aparecem por todo os anais, mas de forma geral e secundária pela maioria dos expositores. Embora o pensamento de Gramsci seja nítido na reflexão sobre a conscientização, organização e luta dos trabalhadores, suas ideias são apenas pinceladas, sendo Paulo Freire o principal autor utilizado para a análise desta questão.

Por fim, fica evidente que para se pensar esta nova atuação profissional das assistentes sociais e a articulação com os subalternos, é preciso transformar as práticas do Serviço Social, optando por um novo direcionamento teórico-prático. O Serviço Social, ao escolher ser o instrumento de libertação das classes subalternas, necessitou repensar suas próprias práticas profissionais, a fim de as colocar em colaboração com as lutas sociais.

⁹¹ Acreditamos que este fato seja pela conjuntura repressiva da época e, também, pela dificuldade de circulação das traduções feitas pelo Carlos Nelson Coutinho, conforme relatado anteriormente. Nas décadas de 1960 e 1970 não havia um vasto campo editorial como temos hoje, essa ampliação se deu juntamente com a ampliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil.

6 Conclusão

A presente dissertação foi escrita a luz das teorias de Antonio Gramsci, autor que está entre os mais lidos e debatidos nas últimas décadas no Brasil. Como apontado por esta dissertação, Gramsci tem influência e relevância no Serviço Social brasileiro desde a década de 1970, iluminando as reflexões de nossa profissão quando esta repensava as suas bases teóricas. Os conceitos gramscianos se mostram como importantes para a compreensão e análise da realidade concreta, repercutindo no processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro – momento no qual as assistentes sociais tiveram o seu primeiro contato com o pensamento marxista, que trouxe contribuições para o debate em busca de uma orientação teórico-prática para a profissão.

A dissertação buscou refletir sobre a aproximação e o aprimoramento dos vínculos do Serviço Social com os trabalhadores e demais grupos subalternos, em prol de suas demandas, sendo um importante resgate histórico diante do cenário que estamos presenciando na atualidade, no qual se torna preciso defender a democracia diante da ascensão da extrema direita e das tentativas de golpe nos últimos anos. Assim, buscamos elementos do passado que possam somar na construção de novas táticas e estratégias para lidar com questões do presente, como os ataques neoliberais, neoconservadores, antidemocráticos e golpismo.

O resgate histórico realizado ao longo deste trabalho nos possibilita fazer algumas considerações finais. Primeiramente, ao longo do primeiro capítulo, *Contexto socio-histórico do “Congresso da Virada”*, evidenciamos que desde a colonização a sociedade brasileira é marcada por violência, superexploração da força de trabalho, grandes latifúndios, desigualdade social, entre outros. A ocupação portuguesa do território brasileiro não ocorreu com o objetivo de se constituir uma nova sociedade com interesses nacionais, mas sim a fim de a metrópole explorar o nosso território e garantir os lucros. Caio Prado Júnior (1969) nos faz ver que o Brasil é estruturalmente submisso à Europa. Este sentido da nossa colonização, com a economia voltada a atender aos interesses do mercado externo em detrimento do interno, percorre por toda a nossa história.

O processo de industrialização na Era Vargas é um ponto fundamental para a compreensão do capitalismo brasileiro, que passava por um processo de modernização na década de 1930, mas cujas raízes estavam presas a nossa

formação histórica – ocorrendo de forma a não se chocar com a velha ordem agroexportadora. No período de Vargas acompanhamos também o abandono, por parte da burguesia, de suas tarefas históricas e sua submissão à burguesia dos países centrais. A modernização do país também não deixou de atender aos interesses da elite agrária. Houve a criação de empresas nacionais – que são a base nacional do país e sofrem com a privatização até os dias atuais – e avanços nos direitos trabalhistas, mas a superexploração da força de trabalho continuou, apenas com um novo formato. Vargas modernizou o país, que até então era agrário e com poucas indústrias, mas o velho modelo econômico continuou. Neste período surgem profissões, como o Serviço Social em 1936. Nossa profissão foi criada com o intuito de garantir estabilidade do Estado e manter a força de trabalho apta ao trabalho e às mudanças ocorridas do capitalismo. O Serviço Social teve uma origem conservadora e sob os dogmas da Igreja Católica, com base no neotomismo. Também teve influência da Europa e dos EUA.

Compreender este processo histórico de nosso país é de extrema importância para se entender o que se passava no período militar brasileiro. O processo de modernização conservadora ganha ênfase em 1964 e se estende a décadas posteriores. Neste momento, a profissão do Serviço Social foi levada a se repensar, a fim de atender às novas demandas do capitalismo. Mesmo com a autocracia burguesa investindo na reiteração de formas tradicionais do Serviço Social, as assistentes sociais, movidos pelas necessidades do contexto histórico, pelas condições colocadas pela ditadura e pelas novas demandas sociais, apontaram para movimentos que causaram mudanças no cenário da profissão. Sendo assim, José Paulo Netto (2015) aponta a Renovação do Serviço Social como sendo um fenômeno sociocultural e profissional. A fim de acompanhar as mudanças da industrialização e da modernização, gerou-se um espaço onde foi possível a criação de alternativas às práticas e concepções profissionais.

Como visto, o golpe militar de 1964 é marcado pela censura e pela violência, com perseguição a estudantes e trabalhadores. As universidades sob vigilância e havia perseguição a professoras. As entidades sindicais foram fechadas. O projeto era permitir somente atividades assistenciais nos sindicatos, como atendimento médico e ontológico. Eram proibidas aglomerações, com isso, não havia assembleias dos trabalhadores. O capítulo sobre os sindicatos, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), autorizava desde a destituição de dirigentes até a nomeação de interventores – que eram quase sempre policiais (DIEESE, 2015).

Este foi o cenário das décadas de 1960 e 1970, o qual foi palco para o Serviço Social repensar suas bases teórico-práticas. Foi neste contexto socio-

histórico que a profissão realizou, no final dos anos 1970, o III CBAS e deu concretude a ruptura com as bases conservadoras. Iniciando assim o processo de “Virada” da profissão.

No segundo capítulo, *Universidade e lutas operárias no Brasil na década de 1970*, destacamos o importante vínculo das discentes e docentes do Serviço Social com os operários em meio a ditadura militar. Esta relação orgânica, que se firmou na década de 1960, fornece elementos para as assistentes sociais repensarem a sua atuação e assumirem um compromisso ético-político com estes trabalhadores, posteriormente, no III CBAS. Sendo assim, dois pontos deste capítulo são de suma importância e podem ser compreendidos de forma conjunta: a transformação que ocorria no interior do Serviço Social e a articulação orgânica das assistentes sociais com os trabalhadores e grupos subalternos na década de 1970.

Em 1979, ano do III CBAS, o contexto histórico foi marcado por greves operárias, que protestavam, entre outros motivos, contra a precarização das condições de trabalho e o arrocho salarial. Além disso, a pauta de reivindicações das greves foi potencializada pelas perdas salariais no ano de 1973. As greves dos metalúrgicos eram reprimidas com violência pelos militares, com agressões e morte de trabalhadores.

Com este pano de fundo, foi realizado o III CBAS, em 1979, que mais uma vez proporcionou a união dos operários, do Serviço Social e do mundo acadêmico. As lutas de estudantes e operários, as greves da década de 1970 e o “Congresso da Virada”, de 1979 são, assim, importantes no processo de luta e resistência no período da ditadura militar.

Compreendemos que a “virada” do Serviço Social só foi possível com esta relação orgânica com os trabalhadores, que contribuía para a formação política das assistentes sociais e potencializava as mudanças desta profissão. A perspectiva revolucionária do Serviço Social foi alimentada pela prática política junto a estes operários. Sendo assim, eles foram de grande importância e protagonismo para o Serviço Social conseguir romper com o conservadorismo e apontar novos rumos para a profissão a partir do III CBAS.

Apesar das transformações do Serviço Social brasileiro já ocorrem anteriormente ao longo do processo de reconceituação, o III CBAS é um marco importante para a história da nossa categoria, sendo o ponto de mudança de sentido da nossa profissão, que assumiu um compromisso com os subalternos e uma perspectiva de emancipação. Esta perspectiva revolucionária do Serviço Social só se materializa a partir do “Congresso da Virada”.

No terceiro capítulo, *“Congresso da Virada” e a crítica ao conservadorismo da profissão*, apontamos como o III CBAS estabeleceu uma nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com os trabalhadores, com o Serviço Social se colocando abertamente em aliança com movimentos organizados na luta contra a ditadura, “uma marca pública da força do compromisso ético da categoria com a classe trabalhadora” (Sposati, 2009, p. 94). O III CBAS foi, assim, o momento no qual o Serviço Social construiu alicerces para o Projeto Ético-Político de nossa categoria.

Neste capítulo também abordamos a aproximação do Serviço Social com o marxismo, sobretudo, a influência do pensamento de Gramsci para a profissão nos anos 1960-1980. Ressaltamos que o filósofo sardo, ainda, é um pensador marxista bem presente nas produções do Serviço Social como exposto neste capítulo (Cf. Araújo; Brandão; Assunção, 2019; Lole et al. 2018; Negri, 2016; Silva, 2017). Gramsci terá um papel importante para o processo de “virada” do Serviço Social como demonstra a leitura dos anais do III CBAS.

No quarto e último capítulo, *A presença do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada”: uma análise dos anais do III CBAS*, foi realizada uma análise de como as categorias gramscianas foram utilizadas nos anais deste evento. Como apontamos no decorrer desta dissertação a difusão do pensamento de Gramsci no período da ditadura militar brasileira encontrou diversos obstáculos, como os títulos das obras *Cadernos do cárcere* que tiveram que ser modificados, o que foi um dificultador para que as assistentes sociais pudessem se debruçar com profundidade em suas análises. Com isso, embora o pensamento de Gramsci esteja presente ao longo dos textos dos anais do III CBAS, as suas categorias aparecem de forma misturada com outros autores, sendo priorizado o pensamento de Paulo Freire, Althusser e Marx.

Compreendemos, então, que, devido a limitações do contexto histórico, as assistentes sociais do III CBAS utilizaram as obras de Gramsci para formular seu próprio pensamento da forma que foi possível diante da censura da ditadura militar – apesar das obras de Gramsci ainda não terem uma ampla divulgação no Brasil. Com isso, não se pode afirmar com exatidão quais expositores do III CBAS recorreram somente ao pensamento de Gramsci.

Entretanto, mesmo em meio a censura de uma ditadura e com imensos desafios, o pensamento gramsciano foi incorporado pelas assistentes sociais brasileiras em meio ao processo pela ruptura do Serviço Social Tradicional. As categorias presentes nos anais do III CBAS nos mostram que o Serviço Social pensava novas formas de atuação com forte influência do pensamento

gramsciano. Isso se transparece, por exemplo, quando observamos a forma pela qual a assistente social se coloca como intelectual orgânica ao lado dos subalternos.

Sendo assim, é importante compreendermos a inspiração gramsciana presente nas relações entre assistentes sociais e operários, assim como apreender o processo de formação do III CBAS, o qual foi marcado por atitudes de assistentes sociais que estão relacionadas com as categorias gramscianas apontadas no último capítulo da dissertação. Entendemos que a teoria marxista é a que melhor fornece base para analisar as relações complexas e contraditórias que se estabelecem na sociedade, no âmbito dos conflitos e da luta de classes, assim como na relação capital versus trabalho – com a produção e reprodução do capitalismo.

As categorias gramscianas estrutura, superestrutura, Estado, sociedade civil, sociedade política, aparelhos privados de hegemonia, hegemonia, intelectuais, dominantes, dominados, dirigentes, dirigidos, ideologia, subalternos e filosofia da práxis aparecem nos anais do III CBAS de forma interligada. Nem todas estas categorias são citadas de forma direta, mas a ideia central do pensamento gramsciano permeia todo este documento.

Lembramos que no momento em que o Serviço Social se aproximava do marxismo, este ainda trazia equívocos da II Internacional, a qual possui um viés economicista e sem uma aproximação com as obras originais de Karl Marx. Gramsci (2009, p. 53) rompe com a visão mecânica de que “a superestrutura é um puro reflexo da estrutura” e aponta que as ideologias se expressam através das relações sociais e derivam, em última instância, dos movimentos da estrutura da sociedade – pois a estrutura econômica da sociedade determina uma superestrutura e as possíveis formas de consciência social (Gramsci, 2009, p. 157).

Este é um ponto importante na obra de Gramsci e as exposições do III CBAS se motraram em concordância com este pensamento, pois Gramsci não é visto pelos expositores do evento como economicista e nem pautado no determinismo econômico. As falas dos expositores do III CBAS mostraram a relação entre a estrutura e a superestrutura como dialética, podendo estes palestrantes terem utilizado o pensamento de Gramsci ou de outros autores marxistas que também contestam o economicismo, como Althusser.

Como visto, Gramsci não rompeu com as concepções teóricas desenvolvidas por Marx, apenas as complementou de acordo com as novas configurações do capitalismo no período histórico em que viveu. Com isso,

afirmamos que a obra gramsciana não se refere a superar e nem mudar o pensamento deixado por Marx, mas sim o ampliar. O Estado em Gramsci (2009, p. 24) se torna palco da guerra de posições, o que dialoga com o momento histórico analisado, no qual os operários não aceitaram ser enquadrados dentro desta lógica dominante e buscavam formas de reagir e lutar contra as opressões da ditadura. Como os subalternos não se dobraram às diretrizes da elite dominante, o Estado agiu com repressão e violência, o que corresponde a sociedade política em Gramsci (2009).

A sociedade civil, em Gramsci (2009), é formada pelos aparelhos privados de hegemonia. Os intelectuais, que atuam nestes espaços podem pensar a sociedade a favor da classe que está no poder ou de forma contrária a ela. O Serviço Social e as universidades organizações responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, sendo o Serviço Social tradicional útil para Estado e para as classes dominantes. Entretanto, no III CBAS as assistentes sociais se mostram contrárias a esta lógica conservadora da profissão, com esta reflexão vindo de um processo de amadurecimento teórico e articulação com movimentos sociais e operários. A insatisfação da maioria das assistentes sociais com a organização conservadora do congresso nos mostra que a profissão estava consciente do caminho para mudança, que foi possível através da articulação com o movimento operário. A presença destes trabalhadores no evento significou que o Serviço Social, assim como os operários, não queria ser enquadrado aos moldes do Estado e da elite dominante. Significou também que a nossa profissão rompia, hegemonicamente, com a ditadura militar, colocando-se como oposição a ela.

Assim, a inserção do pensamento de Gramsci contribuiu, de uma forma geral, para se pensar o novo Serviço Social que se formava naquele período, o qual firmava um compromisso ético e político com as classes subalternas. Como visto, em Gramsci (2009, p. 47), um grupo subalterno tem a possibilidade de “se tornar dominante, de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa a fim de alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e de tornar-se dominante no Estado”. As assistentes sociais, como visto ao longo da dissertação, são intelectuais orgânicas e se inseriram na luta dos subalternos, a fim de lutarem pela formação de uma nova hegemonia, de um tipo de sociedade que atenda os interesses das classes dominadas.

A análise dos anais do “Congresso da Virada” mostrou que o Serviço Social conseguiu assumir um posicionamento crítico, rompendo com os ditames da ditadura militar e com o conservadorismo, ao mesmo tempo que assumiu um compromisso ético-político com as classes subalternas. Como visto, as conquistas

históricas da nossa categoria foram alcançadas ao lado das classes subalternas, sendo o III CBAS imerso a um processo de intenção de ruptura com o conservadorismo, podendo se observar a organização, conscientização e luta dos trabalhadores neste espaço. Com isso, as categorias gramscianas, de acordo com nossa análise, são as que melhores se adequam na análise deste processo.

Dentre as imensas contribuições gramscianas no III CBAS destacamos as categorias dominantes, dominados e filosofia da práxis, as que foram utilizadas em mais de 200 páginas dos anais. Como visto, a filosofia da práxis se engendra no processo histórico “como expressão necessária de uma determinada ação histórica” (Simionatto, 1995, p. 77). Esta nova maneira de conceber a filosofia está presente na XI Tese de Feuebarch, segundo a qual “os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, trata-se agora de transformá-lo”. Gramsci ampliou e aprofundou o pensamento de Karl Marx, ao mesmo tempo que buscou resgatar o marxismo na sua integralidade e o proteger de distorções teóricas.

De acordo com Gramsci (2011, p. 388), “a filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir”, uma vez que as classes subalternas abrem caminho para se organizarem e se emanciparem – unindo conhecimento e ação. O marxismo em Gramsci não é visto apenas como método, mas como uma filosofia que, dialeticamente, relaciona o conhecimento com o agir prático. Assim, a “filosofia da práxis”, que, para Gramsci (2009, p. 388), consiste em grupos subalternos tomamando consciência e abrindo caminho para se organizarem e se emanciparem. Há a união de conhecimento e ação em busca da superação da subalternidade (Gramsci, 2009). Sendo assim, a classe dominada se encontra em movimento, na luta pela hegemonia.

Compreendemos que a categoria filosofia da práxis aparece na obra de Gramsci com grande centralidade e é a categoria que melhor define a expressão revolucionária das classes subalternas na década de 1970, apontando para a possibilidade de conscientização, organização e emancipação dos trabalhadores – e assim a chance de construir uma nova cultura. A filosofia da práxis aponta para a intenção de construção de um novo tipo de sociedade, que atenda às reais necessidades dos subalternos. Sendo assim, esta pesquisa de mestrado traz uma perspectiva nos permite pensar estratégias para que as classes e grupos subalternos unam forças a fim de transformar a sociedade. Dentro desse

processo, as forças materiais e as ideologias interagem, buscando a manutenção ou a formação de um novo bloco histórico.

Neste sentido, recuperamos no presente trabalho a perspectiva revolucionária que inspirou as assistentes sociais no passado e compreendemos que as transformações do Serviço Social tiveram inspiração das obras Gramsci (2009) e de outros autores marxistas. O novo arcabouço teórico que se formava, contribuiu para que a nossa profissão buscasse caminhos para se repensar e também para transformar a sociedade.

Reconhecemos, então, que embora as ideias de Gramsci tenham sido introduzidas nos anais do III CBAS com limitações e em meio a autores, por vezes, contraditórios, as categorias gramscianas foram utilizadas pelos congressistas, sendo o pensamento gramsciano de grande importância neste evento, assim como no processo de mudanças do Serviço Social e na articulação com os grupos subalternos. O pensamento gramsciano contribuiu para que o Serviço Social repensasse as suas bases e também na organização dos subalternos e em sua luta ideológica – a fim de se construir um novo bloco histórico. As categorias de Gramsci foram, assim, de grande contribuição para se pensar em uma proposta de um novo pensar e agir sobre o Serviço Social, com a ideia de *trabalho social*. Além disso, o III CBAS se movimenta junto com o processo de reconceituação do Serviço Social, acompanhando as mudanças históricas que ocorriam na América Latina nessa área. Os anais deste evento se somam às demais produções brasileiras no processo de reconceituação da década de 1970 e se faz importante para se repensar a profissão nesta década.

Diante do exposto, entendemos a importância do legado do “Congresso da Virada” e seus desdobramentos, com ganhos históricos e políticos na defesa do que se construiu e se consolidou coletivamente, como a aliança entre os trabalhadores na luta pelos seus direitos. Assim, é importante resgatar o significado do “Congresso da Virada” na conjuntura atual, para reafirmar – diante dos retrocessos – “que os desafios permanecem de ruptura da continuidade neoconservadora, a fim de romper suas teias e (re)alavancar as lutas em prol da democracia, liberdade e sobrevivência de direitos” (Silva, 2019, p. 24).

Por fim, a recuperação da memória e da história – e a luz do pensamento gramsciano – nos permite pensar estratégias para que as classes e grupos subalternos unam forças a fim de transformar a sociedade no presente. Esta pesquisa de mestrado buscou recuperar uma perspectiva revolucionária, que nos permite pensar – através das lutas das assistentes sociais no passado e do pensamento gramsciano – caminhos para a superação do estado de barbárie em

que nos encontramos, a fim de transformar a sociedade e buscar a formação de um novo bloco histórico. A análise do pensamento crítico presente no III CBAS se faz importante para se reafirmar o compromisso ético-profissional com os trabalhadores, lembrar as lutas do passado, assim como para se buscar elementos e ferramentas que contribuam com o fortalecimento teórico das assistentes sociais na atualidade.

7 Referências bibliográficas

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistência**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 35-55.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho (O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1979)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1988.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.

ARAÚJO, Ariadne A. Rodrigues de. **A influência do pensamento gramsciano na obra de Vicente de Paula Faleiros, Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Curso de Graduação em Serviço Social, Instituto de Humanidades e Saúde, Campus Universitário de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2021.

ARAÚJO, Ariadne A. Rodrigues de. Mídia e Serviço Social: uma análise do nexo entre Serviço Social e mídia à luz das categorias de Gramsci. **Anais... 1ª Conferência Gramsci, Marx e Marxismo (CGRAM)**, São Luís-MA, 23 e 24 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.gserms.ufma.br/conferencia/images/PDF/anais-2018/midiaeserviosocialumaanalisedonexoentreserviosocialemidiaaluzdascategoriasdegramsci.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ARAÚJO, Ariadne A. Rodrigues de; BRANDÃO, Lucas da Costa; ASSUNÇÃO, Vania Noeli Ferreira de. A influência de Antonio Gramsci no serviço social brasileiro: a pesquisa teórica de cinco universidades entre 2000-17. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros/MG, v. 3, n.2, p. 146-182, jul./dez. 2019.

ARICÓ, José. O itinerário de Gramsci na América Latina. **Estudos de Sociologia**, Araraquara/SP, n. 5, p. 3-34, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/848>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. Cerimônia de abertura. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012, 11-14.

BRASIL. **Lei n. 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Brasília, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 3**. São Paulo, 1979.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.); Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012.

CORTEZ, José Xavier. O Congresso da Virada. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistência**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 9-12.

COUTINHO, Carlos Nelson. A presença de Gramsci no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 27-44, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Rio Grande do Sul: L&PM Editores, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo Granja; PAIVA, Raquel; FREIRE FILHO, João (Org.). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Editora: Mauad X, 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Subprojeto VI Construção de proposta de institucionalização de formação continuada de trabalhadores em questões do mundo do trabalho**. São Paulo, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais)**. Depoimentos de lideranças. São Paulo: Cortez, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.); Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009, p. 43-54.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Trabajo social: ideologia y método**. Buenos Aires: Editorial ECRO, 1972.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUZIWARA, Áurea Satomi. Cerimônia de abertura. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012, 15-20.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2014.

GOMES, Jarbas Mauricio. Notas sobre a recepção de Gramsci no Brasil (1923-1939). **Anais...** Colóquio Internacional Antonio Gramsci, Campinas, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Prefácio. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistência**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 13-16.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octávio. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociais**. Relatório de 1979. Brasília, 1979.

LOLE, Ana et al. Produção Bibliográfica de Gramsci no Brasil: uma análise preliminar. **Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, v. 1, n. 1, 2016.

LOLE, Ana et al. Um mapa gramsciano. Uma análise da produção acadêmica de Gramsci no Brasil. **Gramsciana. Rivista Internazionale di Studi su Antonio Gramsci**, v. 6, p. 47-72, 2018.

LOLE, Ana; ARAÚJO, Ariadne A. Rodrigues de. Notas sobre hegemonia e mídia no pensamento de Antonio Gramsci. In: LOLE, Ana; SILVA, Percival Tavares da; GOMES, Victor Leandro Chaves (Org.). **Ensaio sobre política e educação em Gramsci**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 93-106.

LULA, Luiz Inácio Lula da Silva. Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP). Data: 22 de julho de 2011. In DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais)**. Depoimentos de lideranças. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach. In: **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Prefácio, para a crítica da Economia Política** - Contribuição à crítica da economia política, 1959. Trad. Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MELO, Wanderson Fábio de. Processualidades do Golpe de Estado de 1964. **História Revista**, Goiânia, v. 20, n. 1, p.92-118, jan./abr. 2015.

MENEZES, Gilson. Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP). Data: 22 de julho de 2011. In DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais)**. Depoimentos de lideranças. São Paulo: Cortez, 2015.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NEGRI, Fabiana Luiza. **O pensamento de Antonio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.); Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009, p. 15-42.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Carlindo Paulo Rodrigues de. **Política Salarial no Brasil (1964-1984): idas e vindas do corporativismo estatizante**. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1969.

RAICHELIS, Raquel et al. Revista *Serviço Social & Sociedade*: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 497-517, set./dez. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **Jango e Eu**. Rio de Janeiro: Ed. UnB, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e as práticas político-pedagógicas populares. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 131-148, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/25025>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Betânia Maria Ramos da. **Serviço Social e ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. Apresentação: O “Congresso da Virada” e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistência. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistência**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 17-33.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

SILVA, Sabrina Aparecida da. **A produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro a partir de Antonio Gramsci: um estudo dos programas de pós-graduação na área do serviço social (2010-2015)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUSA, Luiza Erundina de. Mesa dos depoimentos históricos: *A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...* In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012, 39-46.

SPOSATI, Aldaiza. A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.); Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009, p. 81-96.

STAMPA, Inez. Estado autoritário, Serviço Social e ditadura militar no Brasil. In: STAMPA, Inez; LOLE, Ana (Org.). **Estado, sociedade e serviço social**. 1ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 207-236.

TOLEDO, Alex Fabiano. A categoria de classes e grupos subalternos para o Serviço Social brasileiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 39, 2017.

VASCONCELOS, Ailton Marques de. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978-2002, e a sua relação com o projeto de formação profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Curso de Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

VASCONCELOS, Ana Maria et al. Elementos para a crítica da ação profissional sob o pressuposto da participação social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 1, 1979.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VILARINO, Ramon Casas. **A MPB em movimento: música, festivais e censura**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.